UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
RAFAELA RAMOS DA SILVA NEVES

AS RELAÇÕES ENTRE DISCURSO E COGNIÇÃO:

indícios de pré-discursos nas manifestações de oposição à Dilma Rousseff após sua reeleição

PORTO VELHO - RO
2020

RAFAELA RAMOS DA SILVA NEVES

AS RELAÇÕES ENTRE DISCURSO E COGNIÇÃO:

indícios de pré-discursos nas manifestações de oposição à Dilma Rousseff após sua reeleição

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Estudos descritivos e aplicados de línguas e linguagens

Orientador: Prof. Dr. Lucas Martins Gama Khalil

PORTO VELHO - RO
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

N518r Neves, Rafaela Ramos da Silva Neves.

As relações entre discurso e cognição: indícios de pré-discursos nas manifestações de oposição à Dilma Rousseff após sua reeleição / Rafaela Ramos da Silva Neves Neves. -- Porto Velho, RO, 2020.

211 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Lucas Martins Gama Khalil

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Cognição. 2.Discurso. 3.Pré-discurso. I. Khalil, Lucas Martins Gama. II. Título.

CDU 162.6:808.5

Bibliotecário(a) Luã Silva Mendonça CRB 11/905

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
MESTRADO EM LETRAS

LISTA DE VERIFICAÇÃO

RAFAELA RAMOS DA SILVA NEVES

As relações entre discurso e cognição: indícios de pré-discursos nas manifestações de oposição à Dilma Rousseff após sua reeleição

Dissertação apresentada em 13 de agosto de 2020 ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras (PPGML) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como um dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pela banca examinadora constituída pelos docentes:

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Lucas Martins Gama Khalil
Presidente da Banca e Orientador (PPGML/UNIR)

_____
Profa. Dra. Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira
Membro Externo (UFU)

_____
Prof. Dr. Élcio Aloisio Fragoso
Membro Interno (PPGML/UNIR)

_____
Profa. Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba
Membro Suplente (PPGML/UNIR)

Porto Velho – RO
2020

Documento assinado eletronicamente por **LUCAS MARTINS GAMA KHALIL**, **Docente**, em 18/11/2020, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **ELCIO ALOISIO FRAGOSO**, **Docente**, em 18/11/2020, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **MARILIA LIMA PIMENTEL COTINGUIBA**, **Docente**, em 18/11/2020, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira**, **Usuário Externo**, em 30/11/2020, às 19:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0537540** e o código CRC **1E397E2B**.

AGRADECIMENTOS

Toda atividade exige que diversos atores atuem de forma a contribuir tanto na execução da tarefa em si quanto no crescimento (intelectual, emocional e profissional) daquele que humildemente se propôs a executá-la. A presente dissertação e o resultado final ao qual ela chega representam o apoio desses diferentes atores que foram determinantes para que eu pudesse manter o ânimo elevado ao longo do período de pesquisa. Gostaria, portanto, de agradecer àqueles que me auxiliaram muito, permitindo que a presente dissertação simbolize, na verdade, o início de um dos muitos degraus que espero poder trilhar ao longo de minha vida acadêmica.

Por isso, em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, professor doutor Lucas Martins Gama Khalil, pelo carinho e pelo profissionalismo com que sempre tratou meu trabalho. As orientações, as recomendações e seu profundo conhecimento teórico foram inestimáveis para a minha pesquisa. Foi uma oportunidade única ter sido sua orientanda e serei eternamente grata por ter acreditado em mim antes mesmo da dissertação vir a existir de fato.

Agradeço à Universidade Federal de Rondônia (UNIR), instituição onde concluí minha graduação e onde tive a oportunidade de cursar o Mestrado Acadêmico em Letras. Essas duas experiências foram extremamente enriquecedoras e permitiu que eu conhecesse os profissionais que são (e serão sempre) meu exemplo de integridade e intelectualidade: o prof. dr. Lucas Khalil e a prof. dr. Lou-Ann Kleppa.

Agradeço à professora doutora Fernanda Mussalim, que, apesar das turbulências dos últimos dias e da agenda cheia, auxiliou-nos e ajudou a dar mais clareza ao meu objeto de estudo. A conversa com ela foi enriquecedora e determinante para que o trabalho caminhasse rumo à reta final com qualidade.

Agradeço à minha família, em especial, ao meu esposo Sebastião e à minha mãe Luiza Helena, os quais foram (e são), em momentos-chave, amigos de primeira ordem, psicólogos, alívios cômicos e ouvidos atentos ao texto produzido. Sem eles, não teria sido minimamente possível conciliar uma rotina de estudos com uma rotina de trabalho.

Agradeço, por fim, à banca, pela disponibilidade e pela leitura.

RESUMO

A presente dissertação investiga a manifestação de pré-discursos em enunciados dos grupos de oposição à Dilma Rousseff durante o período após a sua reeleição (2014 a 2016). Os quadros pré-discursivos coletivos são a noção desenvolvida por M. Paveau (2013a) para investigar as anterioridades discursivas sob uma perspectiva teórica que tece aproximações entre a Análise do Discurso de vertente francesa e a linha sociocultural das ciências da cognição, principalmente, a partir das contribuições da cognição distribuída. As anterioridades seriam, para Paveau, conhecimentos de ordem semântica, enciclopédica, cultural e não somente ideológica, que seriam transmitidos por meio da interação entre agentes humanos e não humanos. A presente pesquisa recorre aos registros feitos em vídeo pelos manifestantes e por representantes de agências de notícia e por eles compartilhados na plataforma de compartilhamento de vídeos *Youtube*. Assumindo a existência dos pré-discursos, buscamos seus vestígios nas materialidades linguísticas, o que municiou uma análise que parte de um princípio geral e busca por evidências pré-discursivas nos mais diversos enunciados. Entretanto, de maneira a enriquecer o debate em torno dos pré-discursos, mobilizamos aspectos teóricos de M. Pêcheux (1990 [1983]) e D. Maingueneau (2005 [1984]) para compor nosso quadro teórico-metodológico e reforçarmos as especificidades entre o que já se conhece na Análise do Discurso e o que sugere um desdobramento sobre a forma como é vista a produção de efeitos de sentido no interior da disciplina. Os resultados alcançados mostram a emergência de pré-discursos, sobretudo, na materialidade linguageira dos oposicionistas abrigados sob o espectro da dita extrema-direita, e parecem validar a hipótese que vê a evocação aos pré-discursos como pré-dados que põem em destaque um funcionamento cognitivo, a memória de um grupo e a interação entre os sujeitos de forma a produzir canais responsáveis pela constituição das linhas discursivas.

Palavras-chave: cognição, discurso, pré-discursos.

ABSTRACT

This dissertation investigates the manifestation of pre-discourses in statements by groups opposed to Dilma Rousseff during the period after her re-election (2014 to 2016). Collective pre-discursive frameworks are the notion developed by M. Paveau (2013a) to investigate discursive anteriorities from a theoretical perspective that weaves together French Discourse Analysis and the socio-cultural line of cognitive sciences, mainly from contributions of distributed cognition. For Paveau, anteriorities would be knowledge of a semantic, encyclopedic, cultural and not just from an ideological order, which would be transmitted through the interaction between human and non-human agents. This research uses the records made on video by the protesters and representatives of news agencies and shared by them on the YouTube video sharing platform. Assuming the existence of pre-discourses, we look for their traces in linguistic materialities, which provided an analysis that starts from a general principle and searches for pre-discursive evidence in the most diverse statements. However, in order to enrich the debate around pre-discourses, we mobilized theoretical aspects of M. Pêcheux (1990 [1983]) and D. Maingueneau (2005 [1984]) to compose our theoretical-methodological framework and reinforce the specificities between what is already known in Discourse Analysis and what suggests a development on the way the production of effects of meaning is seen within the discipline. The results achieved show the emergence of pre-discourses, especially, in the language materiality of the oppositionists sheltered under the spectrum of the so-called far right, and seem to validate the hypothesis that sees the evocation of pre-discourses as pre-data that highlight a cognitive functioning, the memory of a group and the interaction between the subjects in order to produce channels responsible for the constitution of the discursive lines.

Keywords: cognition, discourse, pre-discourses.

SUMÁRIO

Introdução **10**

Considerações teórico-metodológicas.....**14**

Capítulo I: as especificidades da teoria de Marie-Anne Paveau em diálogo com as noções de Michel Pêcheux

Considerações iniciais.....**27**

1. O processo discursivo: noções da Análise Automática do Discurso.....**28**

2. Materialismo histórico e a fenomenologia de Husserl: impactos nos estudos discursivos.....**37**

3. Discurso: estrutura, acontecimento e memória?.....**55**

Capítulo II: A questão das anterioridades discursivas

Considerações iniciais.....**63**

1. As formações discursivas em Michel Foucault e o pré-construído em Michel Pêcheux.....**64**

2. O pré-construído e o pré-discurso: diferentes enfoques sobre as anterioridades.....**71**

3. Gênese dos discursos: o sistema de restrições como memória discursiva.....**74**

4. A memória discursiva em Jean-Jacques Courtine e a necessidade de se pensar uma memória cognitivo-discursiva.....**75**

5. As anterioridades discursivas: a identidade de um grupo e o trajeto das palavras.....**87**

Capítulo III: Os impactos das abordagens cognitivas nos estudados da linguagem

Considerações iniciais.....**98**

1. A semântica de *frames* de C. Fillmore.....**99**

2. A semântica cognitiva de G. Lakoff.....**104**

2.**1** O *realismo experiencialista* de G. Lakoff e M. Johnson.....**112**

3. V. Nyckees: a perspectiva histórica nos estudos semânticos.....**117**

4. Cognição situada, partilhada e distribuída.....**123**

4.1. Cognição situada: a aprendizagem cognitiva e seu contexto.....**123**

4.2. Cognição partilhada: o funcionamento social como cognição.....**125**

4.3. Cognição distribuída: a cognição como estrutura sociotécnica.....**128**

5. As ciências da cognição nos estudos discursivos: impactos teóricos.....**134**
6. Os quadros pré-discursivos e as ciências da cognição.....**138**

Capítulo IV: A análise do *corpus*
Considerações iniciais.....**141**
1. O modelo de conceptualização dos opositores de Dilma Rousseff.....**142**
2. As manifestações de junho de 2013 e o *impeachment* de Dilma Rousseff.....**144**
3. A hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos: análise.....**147**
3.1. A hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos: filiações discursivas...**147**
3.1.1. A enunciação patrimonial: o apelo aos precursores como dado pré-discursivo.....**148**
3.1.2. As filiações discursivas: o apelo à sabedoria coletiva.....**153**
3.1.3. Os nomes próprios (e comuns) como indícios de quadros pré-discursivos coletivos.....**160**
3.1.4. Lexicografismo: a definição espontânea dos sujeitos.....**165**
4. Mundos partilhados: a partilha semântica dos quadros pré-discursivos coletivos.....**169**
4.1 Mundos partilhados: dêixis enciclopédica.....**170**
5. Os organizadores textual-cognitivos: a hipótese dos pré-discursos.....**177**
5.1 Os organizadores textual-cognitivos: a tipologia.....**177**
5.2 Os organizadores textual-cognitivos: a antítese.....**179**
6. Por que pensar a relação entre linguagem e moral?.....**183**
7. Filiações discursivas, mundos partilhados e organizadores textual-cognitivos: a dimensão ética nos pré-discursos.....**192**

Considerações finais
Os (novos?) desdobramentos na AD francesa decorrentes do diálogo entre cognição e discurso.....**203**

Referências **209**

INTRODUÇÃO

Com a presente pesquisa, propomos analisar enunciados produzidos durante as manifestações contra Dilma Rousseff e que se referem ao momento após a reeleição da governante petista à presidência da República. Estes atos foram registrados em vídeo e divulgados na rede social de compartilhamento de vídeos (*Youtube*) pelos manifestantes ou por veículos de comunicação, como El País, Folha de São Paulo, IG, Jovem Pan, entre outros. Esses enunciados serão examinados sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso, especificamente a partir da teorização desenvolvida por Marie-Anne Paveau, que se particulariza por considerar a relação entre discurso e cognição.

O período recortado (2014 – 2016) caracterizou-se por uma polarização intensa do país entre uma parte da população que apoiava o governo Dilma e, consequentemente, a continuidade de seu mandato, e outra parcela que se baseava em denúncias de corrupção e desejava a renúncia ou impedimento da presidente como forma de inviabilizar o prosseguimento da era PT no governo do país.

Somou-se à crise política uma crise econômica severa que agravou ainda mais o quadro político já bastante fragilizado. Os defensores do governo entendiam o cenário econômico como fruto de uma crise econômica de contornos globais que atingia o país em um momento delicado. Os opositores, por sua vez, enxergavam nessa mesma crise o papel irresponsável das lideranças petistas no comando econômico do país.

O cenário em si é mais complexo e envolve outros fatores não elencados aqui que guiaram o posicionamento deste ou daquele grupo. De qualquer forma, o que se tem é uma população dividida e que passa a se organizar, pelo menos de forma mais explícita, sob os princípios das ideologias ditas de direita e de esquerda.

Não foi incomum observar que os discursos tanto de um grupo quanto de outro evocavam acontecimentos históricos anteriores ao momento em que se desenhava o *impeachment* da presidente Dilma. De um lado, os manifestantes pró-Dilma insistiam que havia um “golpe” em curso. De outro, os opositores diziam lutar para que o Brasil não se transformasse em “Cuba”. No primeiro grupo, temos uma alusão ao golpe militar ocorrido em 30 de março de 1964 no Brasil; no segundo grupo, a referência histórica em jogo é a Revolução Cubana que resultou na chegada de Fidel Castro ao poder e no total alinhamento da ilha caribenha ao bloco de países socialistas.

A existência de anterioridades discursivas é uma preocupação patente em conceitos-chave da AD. A respeito disso, F. Mussalim afirma que:

> A Análise do discurso (AD), especialmente a de vertente francesa, tem se debruçado, desde a sua fundação, sobre a problemática das anterioridades ou, mais especificamente, sobre a problemática dos discursos, enunciados e sentidos produzidos numa espacialidade e/ou temporalidade anterior à produção de um discurso em questão. Conceitos como *memória discursiva*, *interdiscurso*, *pré-construído* e *discurso transverso* – dos quais diferentes autores se ocuparam – testemunham o papel central que essa problemática tem no campo da AD (2018, p. 402).

Em Marie-Anne Paveau (2013a), os indícios de anterioridades discursivas ganham destaque e sob a noção de pré-discursos são investigadas em uma abordagem que alia cognição e discurso. O intento da autora é reconhecer os pontos de articulação entre esses dados e a manifestação linguareira em si, assim como considerar a existência de quadros pré-discursivos coletivos aos quais estas precedências estariam relacionadas de forma a instruir "a produção e interpretação do sentido no discurso" (PAVEAU, 2013a, p. 12).

O novo fôlego que a autora dá à disciplina consiste no fato de considerar que os pré-discursos integram uma dimensão mais ampla, já que, de acordo com Mussalim (2018, p. 405), "dizem respeito a dados de natureza mais social e cultural do que a dados de natureza ideológica e política, aplicando-se, por isso, a todos os tipos de discurso, desde os mais ordinários e pouco controlados, até os mais elaborados e controlados". Supondo que os enunciados "golpe" e "Cuba" sejam, conforme propõe Paveau (2013a, p. 12), indícios de pré-discursos, eles podem ser analisados por esse novo enfoque que alia cognição e AD.

Nesse sentido, há indagações que se impõem na nossa pesquisa: no discurso oposicionista à Dilma Rousseff, quais elementos indiciam a presença de um funcionamento cognitivo que constituiria a produção enunciativa? E, ainda, quais (ou de que tipo) são os dados pré-discursivos que alimentam o discurso analisado e qual seria o seu escopo?

Para refletirmos a respeito desses questionamentos é necessário traçarmos como objetivo de pesquisa identificar a presença de pré-discursos na formação discursiva de oposição à Dilma Rousseff durante o seu segundo mandato, sobretudo, no período correspondente ao pedido de *impeachment* (2014-2016). A partir disso, pretendemos distinguir, ainda, os elementos que sugerem uma evocação ao pré-discurso e analisar como esses elementos se configuram (são nomes próprios ou comuns, são sentenças completas cujo valor semântico aponta para um pré-discurso ou são expressões

cristalizadas?). Além disso, apontar os efeitos de memória sobre o discurso e registrar os mecanismos de funcionamento que estruturam os indícios dos pré-discursos.

Com isso, pretendemos fazer com que a relevância desta pesquisa resida no fato de tentar aplicar a reflexão proposta por Paveau e, com isso, ingressar em uma discussão atual no campo da AD que a enriquece e permite que estabeleça diálogos profícuos com outros campos do conhecimento.

É importante destacar que esta pesquisa se insere no campo da Análise do Discurso, pois a aproximação instaurada por Paveau reconhece as devidas autonomias ao que se refere ao dispositivo conceitual de cada disciplina; por isso, na progressão dessa obra, o que nos interessa no domínio da ciência cognitiva será tratado em capítulo específico para, depois, realizarmos os devidos avizinhamentos.

A propósito da organização do trabalho, após esta introdução, apresentamos um capítulo teórico-metodológico em que baseamos nossa reflexão a partir de Michel Pêcheux ([1983] 1990) e Dominique Maingueneau (2005 [1984]), com o propósito de tornar possível a discussão sobre o lugar teórico que Paveau delimita no interior da AD, marcado por convergências e divergências em relação ao que se pratica tradicionalmente nesse quadro teórico.

No capítulo 1, apresentaremos as reflexões da AD pêcheuxtiana a partir das obras *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (1997 [1969]), *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* ([1975] 1995) e *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* ([1983] 1990) de forma a reconhecer as especificidades da hipótese dos pré-discursos em diálogo com as noções já consolidadas no interior da AD de vertente francesa.

No capítulo 2 selecionamos alguns conceitos específicos da AD que deixam entrever a questão das anterioridades discursivas. Nesta seleção contemplamos, respectivamente, a noção de formação discursiva de Michel Foucault (2008 [1969]) e outros conceitos que se associam, de acordo com Mussalim (2018), às possíveis anterioridades discursivas desta (memória discursiva, pré-construído, interdiscurso e discurso transverso). Esse capítulo apresenta, ainda, as hipóteses de Maurice Halbwachs ([1925] 1990), as quais contribuem por teorizar a respeito da memória coletiva. Para pensarmos, também, a memória interdiscursiva evidenciada tanto por meio de processos explicativos quanto através de uma memória interdiscursiva dialógica posta em funcionamento pelos discursos midiáticos, trazemos, de forma não exaustiva e,

portanto, pontual, A. Lecomte (1981) e S. Moirand (2004) para enriquecer o debate em torno das anterioridades a partir de uma abordagem linguística.

A hipótese dos pré-discursos estabelece um diálogo profícuo com a questão da memória. No interior da Análise do discurso francesa e nas ciências da cognição, a noção de memória é amplamente explorada, o que autoriza Paveau, a respeito dos pré-discursos, considerar a existência de uma memória cognitivo-discursiva. Tais reflexões serão desenvolvidas, também, no segundo capítulo da presente dissertação.

No capítulo 3, o espaço será reservado para modelos teóricos desenvolvidos pelas ciências cognitivas (cognição situada, partilhada e distribuída) e que consideram a dimensão sociocognitiva.

No quarto capítulo desta dissertação, procederemos de forma a analisar o *corpus* e de refletir a respeito da validade e da respectiva aplicação da teoria. Discutiremos, ainda, a relação que a autora estabelece entre linguagem e moral (PAVEAU, 2015), já que os pré-discursos apelados pelos sujeitos indicam julgamentos de valores.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Nosso percurso de pesquisa deve, inicialmente, explicitar a forma como decorrerá a análise dos enunciados que servem como indícios da possível existência dos pré-discursos em enunciados de oposição à Dilma Rousseff após a sua reeleição. Para tanto, torna-se necessário basearmos esta parte do nosso trabalho naquilo que propõem M. Pêcheux ([1983] 1990) e D. Maingueneau (2008) de forma que assinalemos, no interior das abordagens metodológicas já conhecidas no âmbito da Análise do Discurso francesa, a especificidade da teoria dos quadros pré-discursivos coletivos e, com isso, consigamos estabelecer os devidos diálogos entre os autores por ora mobilizados.

Em *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* ([1983] 1990, p. 15-18), Pêcheux inicia a sua reflexão argumentando que a análise do enunciado como estrutura ou acontecimento permite trilhar três percursos diferentes entre si, os quais tomam como ponto de partida o enunciado (relacionado a um acontecimento), a estrutura (relacionada à materialidade linguística em si) e uma "tensão entre descrição e interpretação no interior da análise do discurso" ([1983] 1990, p. 15-18), o que significa descrever o funcionamento discursivo, este, por sua vez, sendo o conceito que permite ao analista explicitar como o objeto simbólico (o texto) produz sentidos e compreender o que torna possível a existência de cada parte desse mesmo objeto (ORLANDI, 2004, p. 22), enquanto que a interpretação pode dizer respeito tanto à forma como a ideologia se instaura por meio dos processos de significação quanto à posição do analista frente ao objeto de sua investigação (ORLANDI, 2004).

Na obra em questão, partindo do discurso proferido por François Mitterand quando eleito presidente da França, em 1981 ("On a gagné!"), Pêcheux analisa o enunciado tanto da perspectiva política e linguística quanto da perspectiva futebolística (dimensão que parece se posicionar em um nível muito distante daquele de que normalmente se ocupam os analistas do discurso e que, contudo, parece ser suscitado pelo discurso de Mitterand). Por último, Pêcheux se debruça mais detidamente na questão da leitura, da descrição e da interpretação.

Pêcheux propõe três princípios. Em primeiro lugar, deve-se privilegiar o "gesto de descrição das materialidades discursivas" (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 50). O autor argumenta que este procedimento reside no âmbito da língua, no "real da língua" (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 50), ou seja, por estar suscetível ao equívoco, à falta, à

elipse, o analista deve almejar ser capaz de dar conta daquilo que é da ordem do simbólico, em outras palavras, descrever o funcionamento discursivo.

Em segundo lugar, deve-se reconhecer que toda descrição, semelhantemente ao que ocorre com a interpretação, está exposta ao equívoco. Segundo Pêcheux ([1983] 1990, p. 53), um enunciado pode passar a ser outro quando ele permite um deslizamento semântico. Esse fenômeno, em raras exceções, pode ser observado em quase todos os enunciados, já que, ainda de acordo com o autor

> Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (PÊCHEUX ([1983] 1990, p. 53).

É através da descrição que o analista abre espaço para o outro, o discurso-outro, nas palavras de Pêcheux, levando à possibilidade de interpretar. Isso incorre em ser difícil delimitar quando a descrição dará lugar à interpretação. Entretanto, ele ressalta que continuam sendo instâncias que não se confundem. A descrição deve revelar esse outro virtualmente presente por meio das elipses, das interrogações, entre outros indícios, enquanto que a interpretação deve, entre outras coisas, reconhecer se os diversos enunciados estão em relação de confronto ou aliança. Entende-se, portanto, que são métodos de análise complementares entre si: a descrição identifica os "pontos de deriva" (Pêcheux ([1983] 1990, p. 53), e a interpretação se ocupa em trilhar o vínculo que estes pontos estabelecem com as exterioridades de cunho social e histórico, por exemplo.

> Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico. E é nisto que se justifica o termo de disciplina de interpretação, empregado aqui a propósito das disciplinas que trabalham neste registro (PÊCHEUX, [1983] 1990, p. 55)

Isso desemboca no terceiro princípio proposto por Pêcheux: o fenômeno discursivo contempla fatores tanto da ordem da estrutura quanto da ordem do acontecimento. O teórico francês defende que o acontecimento do enunciado tende a funcionar "como transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão" (PÊCHEUX, [1983] 1990, p. 55). Em outras palavras, é no acontecimento que a estrutura se atualiza.

D. Maingueneau, em *Gênese dos discursos* (2005), propõe um novo caminho de análise que recai, predominantemente, sobre o interdiscurso. Entendendo que o conceito

de interdiscurso ainda não se encontra devidamente delimitado e argumentando que a Análise do Discurso ainda se ocupa em realizar uma exploração que distingue estrutura profunda e superfície textual do discurso quando persegue os possíveis indícios deixados pela atuação da ideologia; o autor, de outro modo, defende a existência de diferentes posicionamentos ideológicos que se encontram sempre em contato. Tais posicionamentos definem suas respectivas identidades a partir da formação discursiva (doravante FD) em que estejam abrigados, e a FD, por sua vez, se organiza segundo os sistemas de restrições semânticas, que se evidenciam por todo o discurso. Os discursos encontram-se imbricados e se consolidam enquanto tal a partir da posição que assumem perante o outro. Para entendermos melhor a proposta de Maingueneau, apresentaremos de agora em diante as ponderações realizadas pelo autor na obra em questão.

D. Maingueneau, na introdução da obra, anuncia que entenderá, a princípio, a noção de discurso como dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir um espaço de "regularidades enunciativas" (2005, p. 15). Para o autor, o discurso não fornece pleno acesso ao que é dito, ao sujeito cabe conhecer só uma parte do dizível, e é esse dizível que se associa a um momento histórico específico e a uma conjuntura social também específica. Vale ressaltar, ainda, que essa definição se fundamenta na noção de regularidade discursiva proposta por Foucault (2008 [1969]). Porém, neste, a noção é lançada como forma de investigar as unidades menores que compõem algumas disciplinas que se apresentam como detentoras de uma suposta homogeneidade. Dessa forma, o autor situa sua unidade pertinente de análise na população enunciativa daquilo que se pretende investigar. Segundo o filósofo, "a descrição dos acontecimentos discursivos" (2008 [1969], p. 30) é o caminho a se percorrer na busca pelo reconhecimento das unidades que sugerem a sensação de totalidade, acabamento de algumas disciplinas. Contudo, a abordagem de Foucault não se aproxima, de acordo com Maingueneau, de um tratamento linguístico da questão do enunciado.

O discurso, portanto, situa-se em um lugar entre a língua e a história: constitui-se por sistemas de signos, enunciados, entre outros elementos, além de se relacionar a condições de produção históricas. Segundo Maingueneau, seu intuito é considerar ambos os aspectos sem sobrepor um ao outro. Nesse passo, a metodologia consistirá na abordagem que articula funcionamento discursivo e inscrição histórica de forma a identificar "uma enunciabilidade passível de ser historicamente circunscrita" (2005, p. 17).

Para alcançar seus intentos, Maingueneau desconsidera uma abordagem por ele classificada como estruturalista, o que significa dizer que não tratará o discurso como algo constituído de aspectos formais estanques que levam a considerá-lo como elemento genérico de uma série de tipologias (discurso político, religioso, científico, por exemplo).

Por pensar o discurso como resultado de atos de enunciação, de trocas entre indivíduos, Maingueneau defende que o discurso engloba enunciado e enunciação, em outras palavras, o dito e o como dizer, respectivamente. Essa interpretação se distancia de um problema que a abordagem pautada somente em certa ideia de ideologia pode causar: o discurso é eventualmente analisado sob a perspectiva da análise de conteúdo e é encarado como uma das formas pelas quais se reconhece uma conjuntura histórica dada. Tendo isso em mente, Maingueneau define discurso como conjunto de regras que possibilitam reconhecer a especificidade de uma enunciação.

O autor supõe que o novo caminho de análise proposto faz surgir algumas lacunas, as quais serão melhor explicitadas por meio de sete hipóteses destacadas mais à frente. Antes, porém, de mencionar as lacunas de fato, realiza mais uma crítica: a diferenciação normalmente feita entre superfície discursiva e formação discursiva. Para o autor, esse par evoca a bipartição entre língua e fala. Enquanto a formação discursiva é conceituada como o "sistema de restrições de boa formação semântica" (2005, p. 20) – isto é, de acordo com as delimitações existentes entre um discurso e o seu outro –, a superfície discursiva é a materialização linguística desse mesmo sistema. Maingueneau destaca que, em sua obra, o discurso é o elemento que abarca formação discursiva e superfície discursiva.

Vamos, agora, às hipóteses:

A primeira hipótese assinala que a análise deve recair sobre o interdiscurso, com isso o ponto privilegiado de observação será o espaço de trocas tecido entre um discurso e outro convenientemente escolhido. Tal método resulta em duas implicações teóricas: um discurso deve sempre ser associado a outro; a gênese do discurso entra em cena de forma a se pensar que o interdiscurso é composto por discursos já interdependentes. Nessa hipótese, a interdiscursividade funcionaria como base identitária desses discursos.

A segunda hipótese, por sua vez, argumenta que a interdiscursividade propicia a compreensão de um discurso por outro por meio do que o teórico denomina "tradução". O recurso da tradução age de forma reguladora, porque um discurso (o Mesmo) interpreta seu adversário (o Outro) a partir de seu próprio parâmetro, contribuindo, na

verdade, para que haja uma interincompreensão inerente a qualquer interação interdiscursiva.

Conforme a terceira hipótese de Maingueneau, o interdiscurso denuncia a existência de uma semântica global, conceito concebido por Maingueneau (2005) como algo que se organiza a partir das zonas de regularidades semânticas e que se faz sentir em todo o plano discursivo (2005).

Essas marcas discursivas, segundo o autor, podem ser encontradas por meio da intertextualidade (o diálogo estabelecido com outros textos do mesmo campo de conhecimento ou de outras correntes do pensamento humano); do tema (o leque de assuntos que pode ou deve ser abordado no interior de uma FD); do estatuto do enunciador e do destinatário (o lugar ocupado pelo enunciador e pelo destinatário está previamente delimitado pelo sistema de restrições semânticas. No caso analisado por Maingueneau[1], essas posições serão definidas de acordo com o que prevê o dogma católico); da dêixis enunciativa (o espaço e o tempo que cada discurso desenvolve de acordo com o seu espaço enunciativo, ou seja, o tempo e o lugar do qual falam os enunciadores podem não ser o tempo e o espaço empíricos); do modo de enunciação (todo discurso comporta uma voz, um tom específico. O modo de enunciação revela que o discurso instaura uma maneira de agir em conformidade com ele); e, por último, do modo de coesão (refere-se tanto ao recorte discursivo quanto ao encadeamento. Aquele diz respeito aos gêneros textuais adotados normalmente por essa ou aquela formação discursiva. O encadeamento, por sua vez, associa-se a um modo de coesão textual, que estará consoante ao que é proposto pela sua formação discursiva).

Isso nos leva à quarta hipótese: a semântica global atua tanto no estreitamento entre as seleções vocabulares, temáticas e intertextuais quanto interfere no estabelecimento "de um modelo de competência interdiscursiva", atuando, portanto, na produção e interpretação de enunciados, o que lhe permite regular as formações discursivas e identificar se estabelecem com ela uma relação de aliança ou confronto. Além disso, por se tratar de um modelo, ela também mune o sujeito com uma competência discursiva de forma que este também seja capaz de reconhecer e produzir enunciados condizentes com a sua respectiva FD.

Em sua quinta hipótese, o linguista defende que o discurso é uma prática discursiva. Para ele, as restrições semânticas permitem que os textos sejam associados à

[1] O autor baseia a sua análise em dois discursos devotos do século XVII, na França: o humanismo devoto e o jansenismo.

rede institucional que os agrega. Em *Gênese dos discursos*, Maingueneau analisa os discursos devotos do Jansenismo e do Humanismo Devoto. Ainda que sejam doutrinas surgidas no interior da religião católica, esses discursos se encontravam em oposição mútua, uma vez que, *grosso modo*, o Jansenismo acreditava que a salvação da alma ocorria obedecendo estritamente aos desígnios de Deus e adotava um ascetismo extremamente rigoroso como forma de possivelmente alcançar esta salvação; enquanto que os humanistas devotos, mais próximos de um paradigma renascentista, defendiam que a salvação se daria também por meio da colaboração da vontade humana no processo. Os jansenistas ficaram conhecidos por sua natureza rigorosa e introspectiva. Os humanistas devotos, por serem mais flexíveis quanto à ideia da salvação e por estabelecerem mais contato com outros campos de conhecimento diferentes do religioso. Essas diferenças ideológicas também se manifestavam na organização das bibliotecas jansenistas e de humanistas devotos. Como ilustração da imbricação entre discurso e instituição, Maingueneau aponta que, no caso das bibliotecas jansenistas, o acervo é modesto e conta com um número reduzido de produções e se prefere as obras dos próprios jansenistas a textos de autores não praticantes da doutrina. Já a segunda disponibiliza um número significativo de livros e conta com obras de autores que não integram a ordem humanista devota.

A sexta hipótese de Maingueneau decorre da anterior: a prática discursiva é, sobretudo, uma prática intersemiótica, isto é, alcança os outros domínios semióticos. A expansão do conceito de prática discursiva se sustenta pelo fato de a semântica global estar presente nas diferentes esferas semióticas. Em outras palavras, tudo o que está relacionado a uma FD deixa marcas de sua filiação.

Por último, a sétima hipótese propõe que a semântica global aprofunda o aspecto de inscrição histórica e permite que sejam encontradas correspondências entre discursos, à primeira vista, antagônicos e/ou de campos discursivos diversos.

No decorrer da obra, o autor retoma as noções de heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva para apresentar o seu conceito de interdiscursividade. A interdiscursividade ressalta o principal traço da heterogeneidade constitutiva: os discursos se encontram tão atrelados que é difícil determinar quando se está diante do Mesmo ou do Outro.

A manifestação do Outro no interior do Mesmo é uma questão que se faz presente nas diversas áreas das ciências humanas. Como no caso de Maingueneau a ideia de heterogeneidade está ligada à de interdiscursividade, o autor lança mão de uma tríade

para percorrer as diferentes instâncias de interação discursiva, a saber: universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo.

O universo discursivo é o conjunto de todas as formações discursivas circulantes em uma conjuntura sócio-histórica dada. Embora comporte um número limitado de formações discursivas, não funciona como recorte de análise. É o universo discursivo que permite a seleção dos discursos que serão formalmente estudados.

O campo discursivo, por sua vez, é constituído pelas formações discursivas que figuram no interior do universo discursivo cujas fronteiras são delimitadas pelos próprios campos discursivos. A relação entre tais formações pode ser de reciprocidade ou de refutação. Quando as FD's estão devidamente consolidadas, podem disputar a maneira pela qual devem preencher o quadro social.

Já o espaço discursivo deve ser entendido como um subconjunto de formações discursivas, as quais, devido à relação estabelecida entre si, o analista julga pertinente pesquisar.

O que delimita e estrutura as fronteiras entre os diversos posicionamentos que se encontram em choque é o sistema de restrições semânticas, responsável, portanto, por proporcionar os critérios que distinguem este daquele grupo, assim como por todos os elementos que são abarcados pelos planos discursivos, desde o léxico ao funcionamento da comunidade discursiva que integra uma determinada FD.

A noção de sistema de restrições, proposta por Maingueneau, quando confrontada com o funcionamento discursivo, teorizado por Pêcheux, pode suscitar diferenças, especialmente, na forma como cada autor entende a relação do Mesmo com o seu Outro.

O conceito de funcionamento discursivo é extremamente operacional na AD, uma vez que, segundo Orlandi (2004, p. 22), ele permite que o analista não se atenha ao que as partes significam, mas, sobretudo, reconheça como cada parte é possível no interior de um discurso.

Maingueneau, por outro lado, por meio da hipótese do primado do interdiscurso[2], propõe que, desde a gênese discursiva, O Outro e o Mesmo já se encontram em interação. Esta, por sua vez, é quem será responsável por constituir as fronteiras entre as

[2] A hipótese sobre um primado do interdiscurso é desenvolvida por D. Maingueneau para teorizar a gênese discursiva a partir da relação que os discursos estabelecem entre si o tempo todo. É essa relação interdiscursiva, por sua vez, que estará na base da consolidação do sistema de restrições semânticas que se referem a uma formação discursiva dada e a particulariza no que tange às demais. Segundo Maingueneau, "reconhecer este tipo de primado é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*" (*op.cit.*, p. 38, grifos do autor).

diferentes FD's. Em outras palavras, uma formação discursiva é dotada de restrições semânticas, as quais automaticamente se encontram em oposição ao conjunto de restrições semânticas de um discurso antagônico, assim como permitem ver a manifestação ideológica por todos os níveis que compõem os planos discursivos.

Pêcheux argumenta que a análise discursiva deve partir da descrição, pois é através desta que o "discurso-outro" ([1983] 1990, p. 55) se torna visível, o que demonstra que um discurso sempre se encontra ligado a outro seja devido às alianças ou às refutações. Maingueneau, por sua vez, considera a hipótese do interdiscurso, noção esta que, em termos de gênese discursiva, argumenta que as relações interdiscursivas antecedem o discurso. Posto de outra forma, o discurso se edifica já trazendo em seu anterior a presença latente do Outro.

Todavia, se o Outro, em Pêcheux, sugere sua presença por meio das elipses, das faltas, descortinadas graças ao procedimento da descrição, em Maingueneau, esse reconhecimento se dá, sobretudo, por meio da interincompreensão discursiva, em que se consegue observar os semas que são reivindicados e rejeitados em conformidade com os dispositivos semânticos que uma FD dada ativa ao ler o seu Outro.

A forma como os autores em questão entendem o discurso também é um fator importante para compreendermos as especificidades metodológicas de cada um e prosseguirmos com os diferentes olhares que reservam ao debate em torno da relação entre o Mesmo e o seu outro.

Em Pêcheux, a noção de discurso está em conformidade com a corrente de pensamento marxista, pois entende o discurso como o lugar em que se alojam as práticas, as quais, por sua vez, contribuem para que, na dimensão discursiva, a língua seja relativamente autônoma. Já Maingueneau, ao propor a noção de discurso como dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir um espaço de "regularidades enunciativas", evidencia realizar uma Análise do Discurso que, pelo menos do ponto de vista metodológico, estaria mais próximo de uma abordagem teórico-metodológica foucaultiana. Além disso, o termo "práticas" em Maingueneau refere-se também às práticas discursivas em outros domínios semióticos.

As diferentes concepções em torno do discurso proporcionam objetivos diferentes: em Pêcheux, o intuito é reconhecer a atuação da ideologia nos discursos, enquanto que, em Maingueneau, reconhecer a especificidade de uma enunciação. Em decorrência disso, o Outro, em Pêcheux, alude, sobretudo, a uma alteridade ideológica,

ao passo que, em Maingueneau, o Outro parece estar associado a uma alteridade de ordem semântica.

Em Maingueneau (2005), o conceito de ideologia continua presente, mas o autor opta por trabalhar com a noção de sistema de restrições semânticas para pensar a forma como o funcionamento ideológico se faz presente por todos os planos discursivos e para investigar a interincompreensão discursiva.

Trazer Pêcheux e Maingueneau à nossa pesquisa a enriquece e norteia a forma como devemos encarar os enunciados coletados durante nossa investigação. Porém, é forçoso sublinhar que a nossa análise não se limitará ao discurso em si, como tradicionalmente delimitado na AD. Pretendemos estudar os pontos de articulação que evidenciam a presença de anterioridades discursivas por meio das realizações discursivas efetivamente produzidas. É importante deixar este ponto claro para que se entenda que não estamos focalizando, como Pêcheux, o discurso enquanto uma cadeia "léxico-sintaticamente determinada de pontos de deriva possíveis" ([1983] 1990, p. 53), isto é, apesar de o discurso ser dotado de uma dimensão linguística, o que faz com que a AD integre o campo da Linguística, conforme afirma Paveau (2013a, p. 9), a dimensão pré-discursiva não se restringe à cadeia sintática:

> Pretendo, de fato, debruçar-me sobre o problema da "caixa negra" *das informações prévias que informam os discursos* e, sobretudo, sobre o ponto de articulação entre estes *dados anteriores* e as produções verbais. Em outras palavras, ao se admitir que os discursos se apoiam *em saberes e crenças partilhadas*, a natureza deste apoio resta ainda um pouco misteriosa (2013a, p. 12)

Se, em Pêcheux, (1969) a ideologia é aquilo que participa da construção do significado de um referente, proporcionando ao sujeito o equívoco, sensação de evidência quanto ao sentido construído e de literalidade entre sentido e referente, por outro lado, em Paveau, os pré-discursos estão para além de uma questão meramente ideológica, sendo constituídos, portanto, de conhecimentos da ordem do cultural, do ideológico e do enciclopédico.

Segundo Paveau (2013a), a investigação em torno dos pré-discursos pode partir de dois paradigmas de acordo com a perspectiva adotada. Se partirmos das produções verbais e, a partir delas, procuramos por seus anteriores, integraremos um "paradigma linguageiro suscetível de um tratamento léxico-fraseológico" (2013a, p. 38). Podemos, porém, optar pelo caminho inverso: acreditando na existência dos pré-discursos, buscaremos seus vestígios nas materialidades linguísticas, o que municia uma análise

que parte de um princípio geral e busca por evidências pré-discursivas nos mais diversos enunciados. Neste último caso, segundo a autora,

> [...] partimos da percepção-construção do mundo e da elaboração dos conhecimentos sobre esse mundo, e nos encontramos no paradigma pré-linguageiro justificável de um tratamento pragmático, lógico-pragmático, cognitivo e psicolinguístico (PAVEAU, 2013a, p. 38).

Em nossa pesquisa, partiremos de um prisma que defende a existência de quadros pré-discursivos coletivos e procuraremos mostrar enunciados que comprovem essa existência. Dessa forma, seguiremos o segundo paradigma elencado pela autora.

Em um primeiro momento, a constituição do nosso *corpus* preocupou-se em compilar o maior número possível de informações referentes à reeleição de Dilma Rousseff e ao processo de *impeachment* instaurado logo após sua recondução. Nesse sentido, visitamos desde páginas virtuais de veículos de comunicação (O Globo, Folha de São Paulo, Estadão, entre outros) e páginas de grupos de oposição à petista em redes sociais como *Facebook* até a plataforma de compartilhamento de vídeos *Youtube*.

Instaurar nossa coleta de dados a partir do volume de informação em circulação na internet justifica-se, primeiro, pelo fato de que, no meio virtual, a quantidade de dados sobre um determinado assunto sempre ocorre com mais intensidade e velocidade do que quando se trata da mídia impressa, por exemplo. Além disso, com a internet, conseguimos acesso igual tanto à matéria jornalística produzida por um porta-voz supostamente especialista na área em questão quanto às palavras de ordem deste ou daquele grupo insatisfeito com a política do PT.

Entretanto, sentimos a necessidade de delimitar o raio de abrangência da nossa pesquisa. Nas páginas virtuais dos jornais brasileiros, as notícias e reportagens traziam informações referentes aos escândalos de corrupção relacionados ao PT, explicavam como ocorreria o processo de *impeachment* e indicavam o provável cenário político brasileiro após a destituição de Dilma como chefe do poder executivo. Em relação às redes sociais como o *Facebook*, notamos que muitas delas propagam suas ideias por meio dos famosos memes – o que, provavelmente, demandaria uma análise específica por se tratar de uma forma de comunicação que é singular por possuir atributos textuais próprios – e por basearem suas opiniões a partir de jornais da chamada "mídia alternativa", além de conter um número significativo de publicações variadas, dificultando o mapeamento dos dados. Devido a isso, optamos por focar apenas nos vídeos produzidos durante as manifestações contra a petista. Tais vídeos foram

produzidos tanto por manifestantes opositores à Dilma quanto pelas agências de notícias que se ocupavam em registrar esses atos públicos.

Com o *Youtube*, o levantamento de dados se mostrou mais profícuo, pois conseguimos identificar a presença de pré-discursos nas palavras de ordem proferidas pelos manifestantes. Enunciados como "Aqui não é *Cuba*!", "Por que nosso dinheiro foi pra *Cuba*?" foram recorrentes nas falas dos manifestantes e se fizeram presentes, inclusive, na seção do *site* reservada aos comentários dos usuários, por isso resolvemos considerá-los também.

Em relação à forma como os atos foram registrados pelas emissoras jornalísticas, foi interessante notar que, enquanto o El País e a Folha de São Paulo priorizaram a atuação de vertentes mais radicais (grupos de extrema-direita que apoiam uma intervenção militar constitucional), mídias como IG, Jovem Pan registraram os momentos pacíficos das manifestações e entrevistaram os líderes dos movimentos populares que organizaram tais protestos (Rogério Chequer, do Movimento Vem pra Rua, e Kim Kataguiri, do Movimento Brasil Livre). Não cabe, no momento, tentar teorizar as razões que orientaram as escolhas feitas pelos jornais citados, mas sim destacar que, se inicialmente pensávamos em observar o discurso dito de direita, é mais proveitoso ampliar a nossa área de atuação contemplando o discurso de oposição à Dilma Rousseff. Dessa forma, conseguiremos dar conta das diversas nuances, constituídas e integradas sob um sentimento ideológico de aversão ao PT.

Podemos dizer que nosso objeto de pesquisa constitui-se a partir de uma conjuntura em que parece haver maior delineamento da sociedade em grupos pró e contra Dilma. Nosso campo discursivo, portanto, é o campo político, ao passo que o espaço discursivo é tecido por meio da relação entre os discursos de apoio e de combate à ex-presidente petista. Nossa análise recai, nesse espaço discursivo, especificamente sobre os discursos de oposição à Dilma e ao PT.

Ainda sob a luz daquilo que é apresentado por Maingueneau em *Gênese dos discursos*, a título de ilustração, verificamos o funcionamento das noções propostas pelo autor nesse livro: semântica global e, principalmente, a interincompreensão. Quando o sujeito produz "Aqui não é *Cuba*", vemos que seu sistema de restrições semânticas atribui um valor negativo ao nome próprio "Cuba". E esse valor se reafirma, pois, do lado da outra FD, "Cuba" pode vir a ser revestida de um aspecto positivo. Soma-se a isso a tese defendida por Maingueneau de que, na gênese discursiva, os diversos discursos se encontram em interação e o estabelecimento de um discurso no campo

engendra a negociação semântica que irá restringir os valores adotados por uma FD em específico, o que desemboca na noção de interincompreensão, pois, se do lado dos opositores, Cuba é retomada para simbolizar uma ideia de atraso, pobreza e ditadura falida, do lado dos defensores, Cuba funciona como representante de saúde, de educação e de um modelo político e social de qualidade, ainda que supostamente afastada de uma política imperialista norte-americana.

Os três princípios propostos por Pêcheux ([1983] 1990), apesar da especificidade do nosso objeto de estudo, também encontram eco na nossa pesquisa no que se refere ao aspecto metodológico do nosso trabalho.

O primeiro pressuposto pecheuxtiano assinala, mais uma vez, a importância de descrever o funcionamento discursivo, isto é, compreender como o texto produz sentidos e o que possibilita a existência de cada parte que o integra.

Para Pêcheux, quando o analista detalha o funcionamento discursivo, outras duas dimensões de análise complementares entre si tornam-se mais delineáveis aos seus olhos: a descrição e a interpretação, o que abre espaço para o reconhecimento, respectivamente, dos pontos de deriva (o discurso – outro) e à aproximação entre a materialidade discursiva e os fenômenos extradiscursivos que atuam de forma a delimitá-la.

Esse preceito caminha em direção do último pressuposto pecheuxtiano: o enunciado é dotado de uma dimensão que abarca estrutura e acontecimento a um só tempo. Em outras palavras, ao produzir "Cuba", o sujeito retoma o acontecimento histórico da Revolução Cubana, porém, esta retomada está respondendo a um novo acontecimento: o aparente descontrole político e econômico seguido pelo Brasil ao estar sujeito às lideranças petistas.

No caso de Paveau (2013a) a investigação em torno do funcionamento discursivo identifica os pontos de articulação entre pré-discurso e discurso; e a descrição dos enunciados selecionados nos leva às anterioridades discursivas que respondem a conhecimentos de ordem cultural, semântica e ideológica.

Cabe ainda ressaltar neste capítulo outros aspectos concernentes ao percurso metodológico, traçado na nossa pesquisa. Em primeiro lugar, no que se refere à constituição do nosso *corpus*, consideramos diversos enunciados produzidos durante as manifestações contra o governo de Dilma Rousseff. Porém, nem todos demonstraram, a princípio, indícios dos pré-discursos, o que nos obrigou a delimitar melhor o *corpus*, de forma a manter os enunciados mais profícuos de serem analisados sob a perspectiva da

teoria de Marie-Anne Paveau (2013a). Devido a isso, a abordagem em torno do nosso problema de pesquisa será qualitativa.

Em segundo lugar, pelo fato de nossa pesquisa objetivar reconhecer a natureza do pré-discurso e as formas como ele é mobilizado pela produção discursiva em si, podemos afirmar que nossa pesquisa é exploratória e descritiva. Definimos nosso objetivo de pesquisa como exploratório, pois as indagações ao redor do funcionamento do pré-discurso implicam um levantamento bibliográfico que nos ajude a compreender o fenômeno pré-discursivo, a construir hipóteses que permitam o aprofundamento do tema em discussão e auxilie-nos a desenvolver novos rumos de pesquisa. O caráter descritivo de nossa pesquisa, por sua vez, resulta do fato de pretendermos detalhar os diferentes indícios que permitem considerarmos a existência dos pré-discursos, o que não exclui a dimensão interpretativa, já que, conforme mencionamos anteriormente, tais eixos encontram-se em relação tensa no interior da Análise do Discurso.

Decorrente desses aspectos, o procedimento técnico adotado é de uma pesquisa de cunho bibliográfico, uma vez que nosso trabalho se estrutura a partir de material já publicado, como livros e artigos.

Por fim, o método científico adotado é o dedutivo, já que, conforme explicitado anteriormente neste capítulo, partiremos do princípio de que existem os pré-discursos e procuraremos evidenciar tal existência por meio de enunciados específicos coletados durante toda a pesquisa.

A partir da próxima página, iniciamos a fundamentação teórica da nossa pesquisa, investigando as especificidades da teoria de Paveau em diálogo com os conceitos desenvolvidos no interior da AD pêcheuxtiana.

CAPÍTULO I

As especificidades da teoria de Marie-Anne Paveau em diálogo com as noções de Michel Pêcheux

Considerações iniciais

O objetivo do presente capítulo é apresentar as noções já conhecidas no âmbito da Análise do Discurso pêcheuxtiana para, a partir disso, assinalar as contribuições que a abordagem de Marie-Anne Paveau (2013a) traz à AD ao atrelar esta com as ciências da cognição. Para alcançarmos tal intento, mobilizamos em nossa discussão três obras de Michel Pêcheux que nos permitem recuperar o percurso histórico percorrido pela AD desde seu advento, são elas: *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* ([1969] 1997), *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995 [1975]) e *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* ([1983] 1990). Devemos destacar, contudo, que a leitura que realizamos de Pêcheux está, em certa medida, afeada pelas possibilidades apontadas por Paveau em relação ao desenvolvimento da área.

A proposta de Pêcheux em torno dos estudos discursivos se consolidou a partir da constituição de uma ciência que integrou em sua base epistemológica o materialismo histórico (compreendido, conforme argumenta o próprio Pêcheux, como teoria da formação social, da transformação desta e da teoria da ideologia), a linguística (mobilizada segundo a ótica dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação) e a teoria do discurso (os processos semânticos são vistos como determinados historicamente) (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 163-164). O teórico francês esclarece, ainda, que essas três regiões encontram-se vinculadas "à teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)" (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 163-164).

Preocupado, principalmente, ao que se refere à Análise Automática do Discurso de 1969, em evidenciar o fundo invariante dos processos discursivos, o que se traduz, em outras palavras, em identificar, entre outros pontos, o funcionamento da ideologia sobre os discursos, Pêcheux reforça sua filiação ao marxismo althusseriano, em 1975, ao revisitar o próprio texto de nove anos antes e trazer para o interior de sua própria teoria noções que são originalmente formuladas por Louis Althusser na obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* ([1970] 1987). Nesse sentido, a perspectiva de Pêcheux sempre esteve em consonância com a preocupação em torno da questão

ideológica e é, a partir disso, que a AD ganha espaço no ambiente acadêmico a ponto de ainda gerar discussões até os dias atuais.

Entretanto, M. Paveau, por sua vez, (2013a) propõe um enfoque aos estudos discursivos que consiste em atrelar análise do discurso à cognição, apesar de esta, no âmbito da disciplina fundada por Pêcheux, não ter tradicionalmente encontrado abrigo. A autora, na introdução de sua obra *Os Pré-discursos: Sentido, Memória e Cognição*, argumenta que isso é possível pelo fato de, em primeiro lugar, a partir de J. Courtine (1981), os analistas do discurso terem integrado a noção de memória no dispositivo conceitual da AD; e, em segundo lugar, pelo fato de as ciências cognitivas terem conhecido

> nos anos 1990, um movimento social importante que permitiu produzir modelos sucessivos (cognição situada, partilhada, distribuída) que davam conta da construção e da transmissão de representações, saberes, crenças e informações entre agentes humanos e não humanos de uma sociedade. Atualmente não é mais possível considerar o pensamento humano como um processo individual, autônomo e preexistente à vida social do homem: hoje se sabe, como lembra F. Flahaultem em *Le Paradoxe de Robinson*, que "a vida em sociedade precede ao surgimento dos indivíduos" (2005, p. 27) e que, de modo mais amplo, "a coexistência precede à existência de si" (*ibid.*:p. 60). Parece-me necessário alimentar a análise do discurso com estes resultados quando esta última conhece ela mesma uma evolução que a fez deixar seus primeiros *corpus* ideológicos e fechados para percorrer a passos largos quase que todos os tipos de discursos sociais sob a pressão conjugada da etnometodologia, da pragmática, da análise do discurso em interação e da nova retórica (PAVEAU, 2013a, p. 10)

Diante do que foi brevemente exposto, iniciamos nossas reflexões na próxima seção do capítulo, que está organizado da seguinte forma: o capítulo subdivide-se em três seções que seguem a ordem cronológica de publicação das obras mais relevantes de M. Pêcheux. Em cada seção, os conceitos-chave da AD que foram desenvolvidos nessas mesmas obras são retomados para que, de maneira dialógica, se obtenha um quadro o mais completo possível da hipótese dos quadros pré-discursivos de Paveau.

1. O processo discursivo: noções da Análise Automática do Discurso

Em *Por uma Análise Automática do Discurso* ([1969] 1997), Pêcheux apresenta as bases teóricas que sustentam seu empreendimento, o qual é "definir os elementos teóricos que permitem pensar os processos discursivos em sua generalidade" ([1969] 1997, p. 78). Para tanto, o teórico francês desenvolve conceitos que integram e

permitem conhecer o funcionamento dos processos discursivos. Tais conceitos são as condições de produção, as formações imaginárias, o efeito de sentido, o efeito metafórico, as hipóteses a respeito da estrutura profunda e da superfície discursiva. Para o autor, esses dispositivos conceituais conseguem assinalar a existência de um "fundo invariante" que possibilitaria a emergência de variações específicas, demonstrando que

> se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocado em jogo (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 79).

Se, em Pêcheux, o objetivo é investigar o funcionamento dos processos discursivos, em Paveau (2013a), o foco da análise recai sobre os dados anteriores que são mobilizados pela manifestação linguageira em si e que acabam por impactar a produção e a interpretação discursivas dos sujeitos. Com isso, na teoria de Paveau verifica-se um desdobramento: os dados anteriores, os quais a autora classifica como quadros pré-discursivos coletivos (PAVEAU, 2013a, p. 12), são dotados de uma perspectiva cognitiva, de forma a pensá-los como fenômenos que se encontram ancorados em conhecimentos de ordem enciclopédica, semântica e cultural (PAVEAU, 2013a, p. 12).

Decorrente do desdobramento realizado por Paveau, não é somente a dimensão ideológica que atuaria de maneira significativa sobre os discursos, mas tudo aquilo que configura uma anterioridade discursiva e que sugere um conhecimento partilhado que se situa e se perpetua por meio da interação entre os agentes humanos e não humanos (PAVEAU, 2013a, 2013b)[3].

Pêcheux, por outro lado, atribui uma importância significativa à questão ideológica. Por exemplo, ao propor a noção de condições de produção e ao defini-la como o conjunto de representações imaginárias envolvidas no discurso e associadas a condições sócio-históricas que interferem nas representações em que os sujeitos se apoiam no momento da produção discursiva ([1969] 1997, p. 79), o teórico dialoga com a ideia althusseriana de formação social (doravante FS), já que, em Louis Althusser (1987 [1970]) o conceito é empregado para aludir às relações estabelecidas – por meio

[3] É importante destacar, entretanto, que a perspectiva da autora traz questionamentos que nos levam a pensar se o conhecimento enciclopédico não seria também um conhecimento de ordem ideológica e que nos força a delimitar o que entendemos de fato por conhecimento partilhado: trata-se da sociedade como um todo ou algo que é compartilhado entre um grupo social e outro?

de interações de aliança, confronto ou dominação – entre as diferentes classes sociais em um momento histórico determinado[4].

Ainda a partir de Althusser, Pêcheux ([1969] 1997) teoriza a respeito da formação ideológica (doravante FI) e argumenta que ela diz respeito às diretrizes que norteiam cada formação social. A FI também se estabelece a partir de uma conjuntura social e histórica dada e é fruto de outras FI's que interagem de forma a complementarem-se e refutarem-se.

Para Pêcheux, a formação discursiva organiza um sentido coletivo pré-existente ora por meio da paráfrase (resgate e reformulação dos enunciados de forma a preservar a identidade destes), ora por meio do pré-construído, o qual se refere à forma como a ideologia se manifesta na materialidade discursiva, o que evidencia um assujeitamento ideológico.

A menção a um sentido coletivo pré-existente possibilita a retomada à noção de intersubjetividade conforme mencionada por Marie-Anne Paveau em sua hipótese dos pré-discursos, pois, segundo a autora

> Toda a reflexão sobre os (pré)dados coletivos que permitem a comunicação entre os homens e a percepção do mundo, é, sem dúvida, uma tentativa de responder a uma questão simples, embora fundamental: se há alguma coisa que acontece entre mim, o mundo e os outros, do que se trata e como isso funciona? (PAVEAU, 2013a, p. 23).

A linguista integra em sua discussão o conceito de intersubjetividade a partir da perspectiva semântica de forma a propor um diálogo entre a noção e a sua tese a respeito dos pré-discursos. Situando a emergência do conceito no primeiro terço do século XX, a autora argumenta ser durante esse período em que se começa a perceber que as ciências humanas passam a levar em consideração a ideia da coletividade "em sua leitura de mundo e dos funcionamentos sociais" (PAVEAU, 2013a, p. 26); o termo é cunhado por Edmund Husserl, em sua obra *Meditações Cartesianas* (1931), e designa, segundo a autora, "a existência de uma pluralidade de sujeitos que se comunicam entre

[4] A noção de FS desempenha uma via de mão dupla: é responsável por produzir as condições de produções ao mesmo tempo em que as reproduz. Do lado da reprodução das forças produtivas, têm-se os meios de produção e a força de trabalho; no eixo da reprodução das relações de produção, situam-se a infraestrutura e a superestrutura, as quais dizem respeito, respectivamente, a uma base econômica, definida como "unidade das forças produtivas e das relações de produção" (ALTHUSSER, 1987 [1970]) e a uma instância de dois níveis, que abrange a dimensão jurídico-política (o direito e o Estado) e a ideologia, a qual abarca as ideologias religiosa, moral, jurídica, política, entre outras (ALTHUSSER, 1987 [1990], p. 26).

eles e compartilham um mundo comum presente na consciência de cada um" (PAVEAU, 2013a, p. 26).

Essa é uma noção cara à ideia de pré-discursos, pois Paveau parte do princípio de que há uma coelaboração entre indivíduo e sociedade. Para ela, tal coelaboração atua especificamente na "fabricação da memória coletiva que permite o desenvolvimento de linhas discursivas" (PAVEAU, 2013a, p. 96). Dessa forma, a intersubjetividade se encontra diretamente relacionada a uma hipótese de memória[5] dotada de uma dimensão discursiva por tratar-se de algo ligado "[...] às condições sociais, históricas e cognitivas de produção de discursos que participam plenamente da elaboração, da produção, da difusão e da circulação de produções verbais de sujeitos em interação" (PAVEAU, 2013a, p. 91-92).

Para Pêcheux, por outro lado, a estabilidade semântica verificada em uma FS em específico decorre do fato de ela estar submetida a condições de produção dadas, já que, de acordo com o autor, estas atuam diretamente sobre os elementos linguísticos, fazendo com que o eixo da seleção-combinação seja regido em conformidade com as restrições impostas por essa mesma condição. Esse argumento retorna à tese pêcheuxtiana de existência de um "fundo invariante" do processo discursivo, já que a operação de seleção-combinação lexical representa a matriz discursiva que lhe dá sustentabilidade.

A partir disso, o teórico elabora a noção de efeito metafórico, o qual é o resultado decorrente da substituição de uma palavra por outra em um contexto dado, desde que a palavra substituída e aquela que lhe toma o lugar possuam sentidos condizentes entre si (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 96). Em outras palavras, uma variação constante na superfície discursiva denota, desde que mantidos os mesmos sentidos, uma estrutura profunda, a qual atua, por sua vez, de forma a autorizar ou não as flutuações verificadas no nível sintático (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 97).

Com isso, Pêcheux não trabalha mais com a noção de sentido, mas efeitos de sentido, uma vez que tais efeitos se encontram em relação direta com a estrutura profunda que condiz a uma condição de produção.

---

[5] Ao lançar mão de uma abordagem cognitivo-discursiva, a autora entende a memória como elemento construído pelo discurso, principalmente no que toca ao processo de categorização. A ideia de "situação semelhante", a qual entende que o processo de categorização passa pelo princípio de se aplicar o que já é conhecido ao novo, gera "um conhecimento por reconhecimento" (PAVEAU, 2013a, p. 120) e se pauta "por uma maneira de se categorizar a experiência" (idem). Por requerer uma análise que alie tanto discurso quanto cognição, o conceito de memória, em conformidade com aquilo que é proposto por Paveau, será retomado no capítulo 2 da presente pesquisa.

Ainda que argumente que a Análise do Discurso é linguística por assumir como objeto a materialidade dos discursos efetivamente produzidos (PAVEAU, 2013a, p. 9), Paveau não considera a existência de diferentes níveis discursivos. Isso se deve ao fato de a autora apostar no aspecto imaterial dos quadros pré-discursivos coletivos (PAVEAU, 2013a, p. 131). Nas palavras da autora, "os pré-discursos não se inscrevem, diretamente, na materialidade discursiva, eles imprimem nela marcas indiretas (o que eu chamo de apelo aos pré-discursos')" (PAVEAU, 2013a, p. 9).

A imaterialidade dos pré-discursos integra as seis propriedades[6] elencadas por Paveau, não obstante a autora argumenta que essa mesma imaterialidade não impede a discursivização dos pré-discursos pelo fato, talvez, de originarem-se da nossa percepção organizada do mundo e da experiência por nós acumulada (PAVEAU, 2013a, p. 29).

Em 1975 (PÊCHEUX e FUCHS, 1997), o filósofo francês revisita sua própria teoria na tentativa de esclarecer os equívocos suscitados "tanto no nível teórico quanto no das aplicações experimentais" (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 163), além de comprovar certas dificuldades deixadas em aberto no texto de 1969. Devido a isso, o artigo *A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualizações e Perspectivas* não se distancia muito daquilo que já havia sido inicialmente proposto no texto inaugural da AAD, ainda que noções caras à disciplina sejam apresentadas no artigo, como aquelas referentes aos esquecimentos do sujeito (ilusão referencial e a crença de ser a origem do que fala). É importante estabelecer, contudo, as possíveis fronteiras existentes entre os esquecimentos postulados por Pêcheux e os quadros coletivos pré-discursivos teorizados por Paveau. Essa preocupação se justifica pelo fato de o teórico francês, ao descrever o percurso teórico adotado no artigo, assinalar que

> Isto nos levará a reformular como uma das questões centrais a que se refere à leitura, ao efeito leitor como constitutivo da subjetividade, e caracterizado pelo fato de que, para que ele se realize, é necessário que as condições de existência deste efeito estejam dissimuladas para o próprio sujeito. *Acerca deste ponto tentaremos levar em conta o que, neste esquecimento, pertence especificamente ao domínio linguístico, em relação às regiões não ou pré-linguísticas* (PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 164, grifos nossos).

No capítulo 1 de sua obra, Marie-Anne Paveau propõe uma descrição terminológica e conceitual em torno das diferentes teorias que se debruçam sobre os dados linguísticos anteriores. No que tange à descrição terminológica, a autora leva em

[6] A imaterialidade compõe as seis propriedades atribuídas à noção de pré-discurso segundo a ótica, sobretudo, da cognição distribuída por Paveau. A imaterialidade, a coletividade, a transmissibilidade, a intersubjetividade, a experimentabilidade e a discursividade (PAVEAU, 2013a).

consideração a existência de conceitos postulados anteriormente à sua hipótese dos pré-discursos que utilizam o prefixo "pré" em "pré-discurso" e em "pré-discursivo", de forma a refletir sobre esse tipo de emprego e a pô-los em relação com os conceitos de "pré-linguageiro" e "pré-linguístico". Por outro lado, ao que cabe ao debate conceitual, a autora destaca as noções de intersubjetividade e os outros conceitos desenvolvidos no interior dos estudos da linguagem que também se ocupam em pensar na coletividade do sentido[7]. Limitar-nos-emos em apresentar os pontos elencados pela linguista que se referem à descrição terminológica (PAVEAU, 2013a, p. 15).

Tanto em pré-discurso quanto em pré-discursivo e em pré-linguageiro, o prefixo *pré* é empregado por Paveau para referenciar "os dados anteriores aos discursos que são mobilizados em sua produção" (PAVEAU, 2013a,). De acordo com Paveau, a ocorrência dos termos "pré-discursos" e "pré-discursivos" foi por ela detectada nas obras de J. Lacan (*O desejo e sua interpretação*, 1958) e M. Foucault (*A arqueologia do saber* e *A ordem do discurso*, [1969] 2008 e 1971) e foram mobilizados para atender propósitos teóricos diferentes daqueles correspondentes à hipótese dos pré-discursos: segundo a autora, em Lacan o termo "pré-discurso" refere-se à instância inconsciente que se manifesta por meio do discurso do sujeito, enquanto que, em Foucault, "pré-discursivo" possui duas ocorrências. A primeira verifica-se em *Arqueologia do saber*, em que funciona como sinônimo de referencial e que se trata daquilo que foi excluído pelo filósofo no momento da constituição do seu projeto arqueológico. A segunda ocorrência pode ser encontrada em *A ordem do discurso*, em que o termo se encontra atrelado à ideia de impossibilidade de existência discursiva anterior à prática humana que o elabora.

O termo pré-discursivo também pode ser visto no âmbito da argumentação. Em D. Maingueneau (2002), por exemplo, ao estudar o *ethos*, o linguista pensa a distinção entre *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo, a qual se justifica pelo fato de o público construir previamente uma imagem de seu enunciador antes mesmo deste iniciar a produção do seu discurso.

A autora conclui, após esse breve levantamento, que as acepções de pré-discurso, pré-discursivo e *ethos* pré-discursivo, de Lacan, Foucault e Maingueneau, respectivamente, encontram-se distanciadas do revestimento que ela fornece ao termo

[7] A discussão a respeito da coletividade de sentido envolve, sobretudo, de acordo com a abordagem de Paveau, modelos teóricos das ciências cognitivas. Devido a isso, tais dispositivos teóricos serão devidamente desdobrados no capítulo três.

quadros *pré-discursivos* coletivos. Diante disso, Paveau nos mostra que sua tese institui maior proximidade com os usos identificados em linguística cognitiva, os quais se ocupam em pensar na construção do sentido por meio da experiência coletiva. Nesse contexto, o termo "pré-linguístico" normalmente é mobilizado de maneira a destacar o papel da linguagem como elemento mediador entre homem e a categorização humana da experiência. Isso posto, tal proximidade se justifica, graças ao fato de Paveau entender os pré-discursos como as anterioridades discursivas:

> Os pré-discursos não são os discursos produzidos antes, mas sim as anterioridades do discurso. Eles derivam, com efeito, de quadros de saber e de crença que informam diretamente os discursos produzidos (informações de natureza enciclopédica ou estereotípica) e pertencem a essa "instância pré-linguística" como aponta F. Rastier, em sua crítica à análise do discurso francesa (PAVEAU, 2013a, p. 20).

Ainda com relação a esse ponto a linguista argumenta que "o prefixo *pré* indica uma anterioridade temporal: o locutor dispõe de informações prévias, tratadas e estocadas antes de produzir discursos. Isso não impede que essas informações sejam também construídas e negociadas nos discursos" (PAVEAU, 2013a, 20, grifo da autora).

Em conformidade com o que foi exposto até o momento, vemos que, embora Pêcheux empregue o termo "pré-linguístico" no artigo de 1975, o posicionamento teórico do autor obedece a uma ótica em que a ideologia configura aquilo que ele denomina como as regiões *não* ou *pré-linguísticas*. Isso acarreta mencionar os dois tipos de esquecimento teorizados por Pêcheux, os quais, segundo o autor, diferem profundamente entre si.

A existência do esquecimento número 2 atrela-se às operações que o sujeito realiza sobre o próprio discurso. Esse esquecimento relaciona-se aos processos de enunciação, em que o sujeito pode lançar mão, por exemplo, de estratégias discursivas que reafirmem a filiação de seu discurso a uma formação discursiva dada. Para Pêcheux, esse esquecimento aparece ao sujeito como "acessível" à sua consciência.

O esquecimento número 1, por sua vez, é inacessível ao sujeito e leva-o a crer ser a origem exclusiva daquilo que diz. Sua natureza é essencialmente ideológica e, graças à sua inacessibilidade, pode ser considerado como constitutivo à subjetividade na língua.

Segundo o autor,

> Esta oposição entre os dois tipos de esquecimento tem relação com a oposição já mencionada entre a situação empírica concreta na qual se encontra o sujeito, marcada pelo caráter da identificação imaginária onde o outro é um outro eu ("outro" com o minúsculo), e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que se refere ao que J. Lacan designa metaforicamente pelo "Outro" com O maiúsculo; neste sentido, o monó1ogo é um caso particular do diálogo e da interpelação ([1975] 1997, p. 177).

Ainda ao que toca aos esquecimentos, Pêcheux argumenta que a relação entre os dois é de dominância em que "o não-afirmado precede e domina o afirmado" ([1975] 1997, p. 178), o que significa, em outras palavras, que o esquecimento número 1 atua diretamente sobre o que é dito ou não pelo sujeito no momento da construção de sua produção discursiva (esquecimento número 2).

Pode-se concluir, portanto, que o prefixo "pré" em Pêcheux aponta para uma existência pré-linguística no sentido de que seria a interpelação ideológica agindo diretamente sobre o sujeito, oferecendo-lhe a sensação de evidência inerente ao funcionamento ideológico. Bem distante, por isso, da conotação que Paveau atribui ao prefixo e da aplicabilidade que o fornece em sua obra. De qualquer forma, é por meio de tais noções que é possível compreender o que Pêcheux considera como sendo discurso. É imperativo, devido a isso, retomar com um pouco mais de profundidade as noções de formação ideológica, social e discursiva ainda sob a perspectiva pêcheuxtiana.

Ao integrar o materialismo histórico à base epistemológica da AAD[8], Pêcheux foca-se, sobretudo, na relação entre a superestrutura ideológica e o modo de produção existente em uma formação social dada. Para o autor, ao iniciar a sua reflexão acerca deste ponto, os trabalhos acadêmicos que se filiam à abordagem materialista histórica se limitam a apresentar a ideologia como algo abstrato quando, de acordo com Pêcheux, o correto seria considerar que

> a região da ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica: mais particularmente, o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como "determinado em última instância" pela instância econômica, na medida em que aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica ([1969] 1997, p. 165)

Quando o sujeito é interpelado, evidencia-se a reprodução das relações de produção, o que significa ocupar um lugar em uma classe participante desse modo de

[8] Pêcheux, na verdade, baseia-se principalmente no marxismo althusseriano. A noção de formação social origina-se, inclusive, na obra *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1970), de Louis Althusser. Como nosso objetivo é o diálogo entre as proposições teóricas de Paveau e Pêcheux e por já serem amplamente conhecidas as teorias que integram o dispositivo conceptual da AD de vertente francesa, não nos debruçaremos detalhadamente ao retornar à obra althusseriana, o que escaparia, inclusive, dos propósitos do presente trabalho.

produção. Esse processo é garantido por meio da atuação dos aparelhos ideológicos do estado, pois são eles que colocam em jogo "práticas associadas a lugares ou relação de lugares que remetem às relações de classe" (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 166).

Pêcheux atribui o nome de formação ideológica para designar "o conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais'" (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 166), mas que se relacionam às diferentes posições conflituosas entre si. A noção de FI também engloba o confronto entre forças ideológicas que correspondem a uma formação social em específico.

Portanto, de acordo com esse cenário, o autor argumenta que o discurso é um dos aspectos materiais sobre o qual recai a materialidade ideológica em si, o que implica dizer que as FI's comportam, necessariamente, uma ou diversas formações discursivas que autorizam o que deve ou não ser dito em conformidade com a posição ocupada pelo sujeito quando este se situa em uma conjuntura dada. Nesse passo, o teórico francês defende que toda FD deriva de condições de produção específicas.

O esquecimento número 1, por sua vez, estabelece associação direta a uma FD dada, pois é ela que evidencia o funcionamento de "elementos ideológicos não-discursivos" (PÊCHEUX, [1969] 1997, p.168). Os processos discursivos, segundo essa concepção, portanto, não se originariam no sujeito, mas se realizariam por meio dele. Isso leva o filósofo francês a propor que a relação entre os processos discursivos e a língua reside no fato de os processos discursivos estarem "na fonte da produção dos efeitos de sentido" (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 172), sendo a língua, por isso, o "lugar material" em que se realizam os efeitos de sentido. Tais reflexões permitem que o autor reconheça, em relação ao processo discursivo, que a especificidade do discurso advém do fato de este processo ser um processo social que se particulariza em relação aos demais devido ao tipo de materialidade de sua base, isto é, a materialidade linguística. Dessa forma, o discurso corresponde tanto ao processo discursivo – o qual necessita ser de-sintagmatizado para que seja trazida à tona a matriz de sentido de uma FD, quanto à sequência verbal oral ou escrita.

Em Paveau (2013a), não nos é dada uma definição específica daquilo que a autora considera exatamente como discurso, porém é possível depreender o que ela entende por discurso ao acompanharmos as reflexões por ela proporcionadas.

Paveau afirma que "a análise do discurso é linguística e toma como objeto a materialidade dos discursos produzidos em seus contextos histórico, social e *cultural*" (PAVEAU, 2013a, p. 9, [grifo nosso]). Essa afirmação não esclarece totalmente o que

seria discurso segundo a perspectiva da autora. Todavia, ela deixa implícito que o discurso existe materialmente ("a materialidade dos discursos produzidos") e que este se encontra vinculado não apenas a questões históricas e sociais, mas, também, a elementos de ordem cultural.

Ao declarar que pretende se debruçar "sobre o problema da 'caixa negra' *das informações prévias que informam os discursos* e, sobretudo, sobre o ponto de articulação entre estes *dados anteriores* e as produções verbais" (PAVEAU, 2013a, p. 12, [grifos nossos]), a autora assinala que os discursos "se apoiam em saberes e crenças partilhadas" (PAVEAU, 2013a, p. 12), as quais são informações prévias que são articuladas nas produções verbais imediatas. Tais informações atuam de maneira a delimitar o discurso, dando-o forma.

A linguista argumenta que os dados anteriores se manifestam no discurso sem que o sujeito se dê conta disso. A teoria de Paveau parece sugerir, portanto, que o discurso repousa entre dados explícitos (ele tem uma materialidade linguística, por isso ela afirmar que a AD é, sobretudo, linguística) e implícitos. As informações implícitas são de ordem cultural e se referem, por isso, a saberes partilhados entre os sujeitos. Os conhecimentos recônditos são mobilizados no discurso e atuam de forma a delimitá-lo.

Os dados anteriores são denominados por Paveau de pré-discursos: "um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos que têm um papel instrucional para a produção e a interpretação do sentido no discurso" (PAVEAU, 2013a, p. 12) e representam os conteúdos de ordem cultural, semântica e enciclopédica.

Prosseguindo com o diálogo entre as noções trazidas por Pêcheux no momento de constituição e consolidação da AD com os conceitos concernentes à abordagem de Paveau, iniciamos a seção seguinte cujo principal objetivo é trazer à baila o materialismo histórico e a fenomenologia de Edmund Husserl. Entretanto, nossa discussão recairá na leitura e operacionalização que os autores em questão realizam de cada vertente teórica.

2. O materialismo histórico e a fenomenologia de Husserl: impactos nos estudos discursivos

Em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995 [1975]), Michel Pêcheux pretende questionar as "evidências fundadoras" (1995 [1975], p. 20) da semântica de forma a permitir a constituição das bases "de uma teoria materialista"

(1995 [1975], p. 20). A reflexão proposta se alicerça a partir de dois pontos: i) a Semântica, ainda que seja tomada como parte integrante da Linguística, é permeada por contradições que atingem diretamente esta última e elevam a Semântica à posição de "ponto nodal da Linguística" (1995 [1975], p. 20); ii) o aspecto de ponto nodal atribuído à Semântica por Pêcheux ancora-se no fato de que, segundo o autor, a Linguística estabelece por meio dela seu vínculo com a Filosofia, além de ser a Semântica quem possibilita a aproximação entre os estudos linguísticos e o materialismo histórico.

Para confirmar sua hipótese, Pêcheux aponta a existência de três grandes tendências no interior da Linguística: a tendência formalista-logicista, consolidada pela figura do gerativismo; a tendência histórica, que, originada no século XIX, desempenha papel importante nas teorias de variação e mudança linguística; e, por último, a tendência da "linguística da fala" (1995 [1975], p. 21), em que se verifica a retomada de preocupações próprias à Retórica e à Poética.

Para o teórico, a primeira tendência é a dominante, pois as bases das outras duas desenvolveram-se a partir dela, isto é, as outras duas correntes se consolidaram através da refutação que realizaram daquilo que é proposto no interior da corrente formalista-logicista: a tendência histórica leva em consideração a variação no âmbito do sistema da língua, enquanto a "linguística da fala" prioriza a performance em detrimento da competência.

As contradições que se fazem sentir na relação entre as três correntes asseguram a emergência de uma divergência explícita:

> entre *sistema linguístico* (a "língua") e *determinações não-sistêmicas* que, à *margem do sistema, se opõem a ele e intervêm nele*. Assim, a "língua" como sistema se encontra contraditoriamente ligada, ao mesmo tempo, à "história" e aos "sujeitos falantes" e essa contradição molda atualmente as pesquisas linguísticas sob diferentes formas, que constituem precisamente o objeto do que se chama a "semântica" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 22, grifos do autor).

Pêcheux situa sua teoria no interior desse conflito e a reveste de uma abordagem que se oriente sob a ótica do materialismo histórico, o que significa, de acordo com ele, considerar o "efeito das relações de classe sobre o que se pode chamar de 'práticas linguísticas'" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 23). Em outras palavras, o materialismo histórico insere-se na AD como viés que permite explorar os efeitos de sentido verificados no núcleo linguístico, mas que respondem, contudo, a dimensões de sua exterioridade, como a história.

Partindo da distinção entre as determinativas e explicativas[9], Pêcheux aponta os diferentes momentos em que a querela ganhou corpo tanto no realismo concreto quanto no racionalismo idealista, os quais, apesar de se distinguirem entre si pelo tratamento que dispensam à Lógica (no primeiro, ela se encontra vinculada à ideia de essência do objeto; na segunda, por outro lado, parece estar mais próxima da Retórica), evidenciam, na verdade, um funcionamento ideológico, uma vez que

> *as teorias empiristas do conhecimento, tanto quanto as teorias realistas, parecem ter interesse em esquecer a existência das disciplinas científicas historicamente constituídas, em proveito de uma teoria universal das ideias, quer tome ela a forma realista de uma rede universal e, a priori, de noções, quer tome a forma empirista de um procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimentos ou atos.*
> Esses dois tipos de teoria podem ser qualificados de *ideológicos*, na medida em que *exploram* a existência das disciplinas científicas, *mascarando* essa existência, de forma que a distinção entre ciência e não ciência seja encoberta (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 72, [grifos do autor]).

Mais adiante em seu texto, Pêcheux assinala que a distinção entre determinação e explicação[10] aponta para um funcionamento em que se tem tanto princípios da Lógica (quantificador universal/existencial, entre outros pontos) quanto da Linguística (nome próprio/nome comum, nominalização, determinação/explicação e assim por diante) que possibilitam o mascaramento da descontinuidade própria do funcionamento ideológico. O autor argumenta que tal mascaramento consiste em autorizar uma investigação em torno do "funcionamento das representações e do 'pensamento' nos processos discursivos (PÊCHEUX, 1995 [1975] p. 125), o que implica se debruçar sobre noções como sujeito, formações sociais e ideológicas, entre outros pontos.

---

[9] A discussão entre esses dois tipos de orações leva à proposição dos conceitos de pré-construído, interdiscurso, discurso transverso. Como tais noções estão mais atreladas ao debate em torno das anterioridades discursivas, serão apresentadas no capítulo 2, em que serão feitas às devidas observações entre esses conceitos pêcheuxtianos e a hipótese dos pré-discursos.

[10] Originalmente, P. Henry é o responsável por analisar os diferentes tipos de relativas sob a ótica da semântica discursiva. O autor argumenta que não será por meio de um estudo meramente sintático que as diferenças entre os dois tipos de relativa serão efetivamente observadas, já que elas apontam em direção a uma memória, a um "já-dito", por ele designado como "pré-construído": "Do fato de que sobre uma sequência dada relações intra e inter-sequenciais possam simultaneamente se dar sem que sejam conscientemente discriminadas, é possível então que uma formulação possa parecer saturada como se sua saturação estivesse ligada a uma relação intra-sequencial quando, na realidade, face à autonomia relativa da língua, é uma relação inter-sequencial que necessariamente se dá. Isto produz o efeito subjetivo de anterioridade, de implicitamente admitido, etc. que designamos alhures de "**pré-construído**". Este efeito é característico do funcionamento restritivo (determinativo) da relativa. Considerando-se o que se expôs, não se pode falar senão do **funcionamento** restritivo ou explicativo de uma relativa, e não falar de uma relativa como sendo em si restritiva ou explicativa" (HENRY, 1990 [1975], p. 61, grifos do autor).

Em linhas gerais, Pêcheux advoga a favor da ideia de que há uma Ideologia em geral que sempre esteve atrelada ao homem, independentemente de esta possuir um caráter não-histórico e imaterial:

> A *Ideologia em geral*, cuja realização *não* se dava, como vimos, nos aparelhos ideológicos de Estado – de modo que ela não poderia coincidir com uma *formação ideológica* historicamente concreta – não é também a *ideologia dominante*, enquanto resultado de conjunto, forma histórica concreta resultante das relações de desigualdade-contradição-subordinação que caracterizam, numa formação social historicamente dada, o todo "complexo com dominante" das formações ideológicas que nela funcionam. Em outros termos, enquanto "as ideologias têm uma história própria", uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta, a "Ideologia em geral não tem história", na medida em que ela se caracteriza por "uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não histórica, isto é, *omni-histórica*, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história, no sentido em que o *Manifesto* define a história como "história da luta de classes, ou seja, a história das sociedades de classe". O conceito de *Ideologia* em geral aparece, assim, muito especificamente como o meio de designar, no interior do marxismo-leninismo, o fato de que as relações de produção são relações entre "homens", *no sentido de que não são relações entre coisas, máquinas, animais não-humanos ou anjos; nesse sentido e unicamente nele*: isto é, sem introduzir simultaneamente, e sub-repticiamente, uma certa ideia de "o homem", como anti-natureza, transcendência, sujeito da história, negação da negação, etc (...).
> Muito pelo contrário, o conceito de *Ideologia em geral* permite pensar "o homem" como "animal ideológico", isto é, pensar sua especificidade enquanto *parte da natureza*, no sentido espinosano do termo (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 151-152 [grifos do autor]).

É a partir desse ponto, inclusive, que o autor estabelece a conexão entre inconsciente e ideologia: ambas apresentam a habilidade de ocultar sua existência no interior de seu próprio funcionamento e interferem diretamente na constituição do sujeito, pois leva à produção de "um tecido de evidências subjetivas" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 153).

De acordo com Pêcheux, a evidência do sentido se junta à evidência da constituição do sujeito como resultado da interpelação, que atua tanto no fato de o sujeito interagir, na esfera social, com seus semelhantes, como em se considerar como fonte única de sentido: "eu falo!" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 154).

Conforme foi mencionado anteriormente, a abordagem de Paveau em torno daquilo que classifica como quadros discursivos pré-coletivos leva em consideração aspectos inicialmente deixados de fora no momento de consolidação da semântica discursiva. A autora, ao reforçar as diferenças teóricas existentes entre as noções de pré-construído e pré-discurso, reafirma que sua teoria

> não recobre o pré-construído da semântica discursiva, porque não retomo sua dimensão ideológica (o assujeitamento e a dissimulação). Evoco dados mais precisos que as "evidências universais" (saberes e crenças extraídos da

> experiência), *insisto na dimensão perceptiva (referência à fenomenologia)* e cognitiva (experimentalidade e cognição distribuída) ausentes da semântica discursiva e introduzo, enfim, a coletividade intersubjetiva no centro de sua elaboração e difusão, enquanto que o pré-construído baseava-se em uma visão de coletividade como *ideologia apagando os sujeitos*. Enfim, e, sobretudo, esses são os conteúdos dos dados pré-discursivos coletivos que me interessam, como se sinalizam nos discursos. Portanto, minha abordagem é, essencialmente, semântica (PAVEAU, 2013a, p. 141 [grifos nossos]).

Destacamos, para dar prosseguimento à discussão, a referência que a autora realiza a respeito da fenomenologia husserliana e ao fato de ela não ancorar sua reflexão em uma ideia de sujeito supostamente apagado pelo assujeitamento ideológico. Para tanto, é necessário retomar, ainda que de maneira não exaustiva, o que é proposto por Edmund Husserl em suas *Meditações Cartesianas*, de 1931.

Segundo Silva (2014), a fenomenologia husserliana integra uma discussão que se verifica no âmbito filosófico em diversos momentos: a investigação quanto à forma como se dá o conhecimento, ou, de forma ainda mais ampla, a relação entre sujeito e objeto. Em linhas bem gerais, temos três grandes tendências filosóficas que se ocupam desta relação: a tendência realista, que é reconhecida por defender a primazia do objeto, ou seja, a maneira como representamos as coisas é condicionada por essas mesmas coisas; a tendência idealista, a qual, por sua vez, subordina nossa representação das coisas às nossas próprias ideias; e a tendência instaurada por Immanuel Kant, que pretende estabelecer um meio termo entre as duas tendências anteriores, isto é, segundo a perspectiva do filósofo alemão, essas duas instâncias encontram-se em negociação, pois o objeto impacta na apreensão que o sujeito realiza dele, enquanto este, por sua vez, também atuaria sobre o processo do conhecimento. Em decorrência disso, a apreensão do objeto pelo sujeito é feita de forma relativa (não dá para se depreender a realidade em toda a sua plenitude). A esse aspecto, Kant atribui o nome de fenômeno.

Husserl atribui um sentido diferente daquele normalmente dado à palavra fenômeno. Segundo sua perspectiva, a fenomenologia consiste em uma psicologia descritiva pura das vivências cuja fundamentação última ocorreria a partir de uma pesquisa sobre os atos do conhecimento (HUSSERL, 2001 [1931], p. 16). Para Husserl, o mundo psíquico e o mundo objetivo encontram-se imbricados: as próprias coisas, por serem dadas em vivências decorrentes de atos intuitivos (isto é, conscientes), mostram como o mundo psíquico se manifesta enquanto dimensão na qual os objetos são dados de diferentes modos. Em outras palavras, a consciência torna-se instância constitutiva do mundo objetivo.

Devido a isso, a fenomenologia não se ocupa mais da possível distinção entre mundo natural e consciência, na verdade esta é tomada como etapa de um processo científico, por meio da qual seria possível alcançar a redução fenomenológica, a qual se divide em dois momentos: no primeiro, há a busca pela essência e pelo significado; no segundo, pela essência da consciência "enquanto constituinte das essências ideais" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 17). Tal intento leva ao ponto nevrálgico da fenomenologia: "descobrir a existência do ego como pura consciência distinguindo-se daquele psicológico que é assunto da Psicologia (HUSSERL, 2001 [1931], p. 17).

Um dos objetivos de Husserl é alcançar o ego transcendental, que se distingue do eu humano e natural na medida em que se situa no âmbito da experiência interna transcendental. Isso significa dizer que

> se essa transcendência de inerência irreal pertence ao sentido próprio do mundo, então o eu em si que carrega nele o mundo como unidade de sentido e que justamente por isso é uma premissa necessária dele, chama-se transcendental no sentido fenomenológico do termo, e os problemas filosóficos dessa relação chamam-se problemas filosóficos transcendentais (HUSSERL, 2001 [1931], p.44).

Por tratar-se, sobretudo, de um método, a fenomenologia propõe dispositivos investigativos que auxiliariam na busca da transcendência tanto do sujeito quanto de seu objeto, portanto, no que se refere à análise em si, Husserl delimita que o ponto de partida deve ser o objeto dado para que seja possível traçar os horizontes de modos potenciais que se associem a esse mesmo objeto, remontando, portanto, a um estado de consciência correspondente. Nesse estágio, chega-se a uma estrutura formal geral do tipo noemato-noética, em que os termos *noesis* e *noema* são empregados pelo autor para referir-se, nessa ordem, aos atos conscientes e aos seus correspondentes mundanos (HUSSERL, 2001 [1931], p. 68). Entre essas estruturas, encontram-se tipos de intencionalidade: a percepção, a memória imediata, a lembrança, entre outros pontos. No que tange aos tipos intencionais, o filósofo os caracteriza como pertencentes a qualquer objeto concebível. O que os particularizaria seria a sua própria composição noemato-noética: no horizonte de atos de que disponho enquanto ego, apenas uma parcela deles pode ser mobilizada quando estou diante de um ou outro objeto. Nas palavras do autor:

> Cada tipo que se descobre dessa maneira deve ser estudado quanto à sua estrutura noemato-noética: deve ser sistematicamente interpretado e explicado segundo os modos de seu fluxo intencional e dos seus horizontes "típicos" e implicações, etc. Se fixamos um objeto qualquer em sua forma ou em sua categoria, e se mantemos continuamente em evidência sua identidade

> por meio das variações dos modos de consciência, percebemos que esses modos, por mais ondulantes que possam ser, e por mais difíceis de captar que sejam seus elementos, não são, no entanto, fortuita ou arbitrariamente variáveis. Eles permanecem sempre *ligados a uma estrutura típica*, que é sempre a mesma e que não pode ser quebrada, quer se trate de uma consciência de tal entidade determinada, quer a evidência de sua identidade por meio da variação dos modos de consciência deva poder manter-se (HUSSERL, 2001 [1931], p. 68 [grifos do autor]).

Tem-se, com isso, que cada objeto corresponde a uma regra de estrutura do eu transcendental.

A reflexão em torno do objeto abarca reconhecer mais a fundo a sua natureza, processo classificado por Husserl como a "constituição de um objeto intencional em geral" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 72). Ou seja, é necessário compreender a distinção entre os objetos que seriam reais ou não, o que implica associá-los às noções de "razão" e "não-razão", as quais desembocam na hipótese do "ser" ou do "não-ser". Para o autor, o objeto intencional se liga a essas duas últimas possibilidades, uma vez que ele pode confirmar ou refutar a intenção que o revestia. Na atuação da distinção entre esses dois tipos de objetos está a "razão", entendida como "forma de estrutura universal e essencial da subjetividade transcendental" (HUSSERL, 2001 [1931], p.73). De acordo com a abordagem fenomenológica, a "razão" direciona as verificações que levam às evidências.

Na fenomenologia husserliana, "evidência" designa "um fenômeno geral e último da vida intencional" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 73), que consiste em um modo de consciência de uma distinção particular, em que algo se apresenta em si mesmo, suscitando no ego a sensação de ter alcançado a coisa em si.

Segundo Husserl, toda consciência já carrega em si mesma o caráter de evidência, o que significa dizer que ela já mostra o seu objeto intencional ou possui a tendência de mostrá-lo autenticamente. No caso das consciências que apresentam dúvida sobre aquilo que concebem (consciência vaga na definição husserliana), é permitido tecer questionamentos que precisem o objeto em questão, por exemplo, "o objeto em relação à consciência pode corresponder a "si mesmo" de maneira que a identidade do objeto esteja preservada?" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 74).

Isso pode levar a uma negação, mas a evidência não se restringe aos conceitos de "ser" ou "não-ser", mas também ao possível, ao provável e ao duvidoso, que são variações modais do ser. Além disso, a evidência pode, ainda, aludir às variações que não pertencem a essa dualismo, mas que se manifestam em circunstâncias de ordem afetiva: "ser um valor e ser um bem" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 74).

Essas diferenciações dizem respeito à oposição entre real e imaginário. Do lado do real, encontram-se todos os modos existenciais; do outro lado, as "irrealidades puramente imaginárias" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 74). Associam-se a esses dois polos modos particulares de evidência

> A seus modos especiais correspondem modos particulares de evidência – da evidência dos objetos que eles significam -, *no próprio seio* dos modos de ser respectivos, assim como potencialidades particulares de realização dessa evidência. É a esse domínio que pertence o que com frequência chamamos de "*elucidação*" ou "esclarecimento". O "esclarecimento designa sempre *um modo de realização da evidência*, o estabelecimento de um trajeto sintético, que vai de uma intenção confusa à correspondente intuição "exemplificativa", ou seja, aquela que leva implícito em si o sentido a partir do qual seria possível, se conseguisse ser direta, levar à questão uma confirmação de sua significação existencial e de "preenchê-la" de maneira adequada. A intuição "exemplificativa", a confirmação originária dá-nos não uma evidência realizadora do *ser*, mas da *possibilidade de ser* do seu conteúdo (HUSSERL, 2001 [1931]), p. 75).

Para o autor, tais conceitos são vestígios de "uma lei universal referente à estrutura da vida da consciência em geral" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 76). Ele prossegue seu raciocínio argumentando que "a noção da verdade ou da realidade verdadeira dos objetos só pode ser extraída a partir da evidência. É por meio da evidência que um objeto adquire sentido" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 76). Além disso, "qualquer justificação provém da evidência e, em consequência, encontra sua fonte em nossa própria subjetividade transcendental".

A identidade do objeto real encontra-se associada a uma imanência de ordem ideal, em que é possível reformular evidências novas que são, na realidade, "reprodução" de uma evidência primeira. Isso é importante, pois é por meio desse mecanismo que se distingue entre o que é estável e durável, o que nos oferece a oportunidade de diferir entre aquilo que é real e aquilo que é ideal.

> A noção de "ser real" e "verdade" designa para cada um dos objetos em geral que, como eu transcendental, eu "significo" e posso "significar" uma distinção das estruturas no seio das multiplicidades de cogitações (*cogitationes*) reais e possíveis que se relacionam com o objeto em questão, ou seja, que não podem jamais se agrupar na unidade de uma síntese de identidade (HUSSERL, 2001 [1931], p. 79).

Mais à frente, Husserl retoma a relação entre sujeito e objeto, reforçando que os objetos possuem uma existência que os atrela a nós, na medida em que são tomados como tal por estabelecerem um vínculo a uma consciência real ou possível. Por outro lado, o ego transcendental se constitui dessa forma graças à relação que concretiza com os objetos intencionais. Segundo Husserl, "pertence à essência do ego viver sempre em

sistemas de intencionalidade e em sistemas de suas concordâncias. Todo objeto assumido pelo ego sinaliza um sistema de intencionalidades, sendo correlato desse sistema" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 82).

A necessidade de intencionalidade à qual o ego se encontra submetido é tão forte a ponto de permitir que essa instância tome consciência de si mesma. Para ilustrar esse ponto, Husserl menciona o fato de o "eu" tomar uma decisão que poderá ser reafirmada ou abandonada no futuro, demonstrando como o "eu" transforma a si mesmo. É possível, portanto, hipotetizar a respeito da existência de dois tipos de "eu": um "eu-polo idêntico" e substrato do *habitus* e um ego em sua plenitude concreta, designado sob o nome de mônada pelo filósofo. O primeiro refere-se à dimensão em que se encontraria, *grosso modo*, a personalidade do indivíduo, enquanto o segundo seria uma dimensão superior, capaz de admitir sua outra faceta como objeto intencional.

Isso suscita alguns questionamentos: se o *cogitatum* (objeto intencional) do meu *cogito* transcorre no interior de minha própria consciência, "como a evidência pode pretender ser mais que um caráter da minha consciência em mim"? (HUSSERL, 2001 [1931], p. 98); e como se dá a relação do "eu" com o outro? Husserl responde que é preciso levar em consideração que "(...) já tenho em mim, no quadro da minha vida de consciência pura transcendentalmente reduzida, a experiência do 'mundo' e dos outros" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 98)

A resposta a essas perguntas se alcança desde que se opere no nível da redução fenomenológica tanto do "eu" quanto da consciência, sendo ambos suscetíveis de serem expostos a questões transcendentais, o que implica reconhecer que

> Toda espécie de existência, aí incluída qualquer existência caracterizada – seja em que sentido for -, como "transcendente" tem sua constituição própria. Cada forma da transcendência é um sentido existencial que se constitui no interior do ego. Todo sentido e todo ser imagináveis, quer sejam chamados de imanentes ou transcendentes, fazem parte do campo da subjetividade transcendental, já que constituem todo sentido e todo ser. Querer captar o universo do ser verdadeiro como algo que se encontra fora do universo da consciência, do conhecimento, das evidências possíveis, supor que o ser e a consciência relacionam-se um com o outro de maneira puramente exterior, em virtude de uma lei rígida, é absurdo. Eles pertencem essencialmente um ao outro; e o que está essencialmente ligado é concretamente *um*, é *um* no concreto único e absoluto da subjetividade transcendental (HUSSERL, 2001 [1931], p. 99, [grifos do autor]).

Tais reflexões conduzem o teórico à delimitação do conceito de intersubjetividade, o qual abarca tanto a capacidade de transcender o outro quanto a possibilidade de captar o universo verdadeiro do ser. Porém, a dúvida ainda persiste

sobre a maneira como se dá a relação entre o "eu" e o "outro" e sobre a maneira como o "eu" o percebe.

Husserl responde que o "outro" pode ser observado como objetos do mundo que se apresentam como seres psíquicos que coordenam um corpo físico. O "outro", portanto, está no mundo, e eu o percebo como sujeito desse mundo que também tem consciência/experiência de mim da mesma forma como possuo consciência/experiência dele.

Entretanto, cada um observa o mundo de forma singular ("seu fenômeno de mundo", nas palavras de Husserl), enquanto o mundo da experiência existe por si só. Para compreender isso é necessário considerar que

> É preciso, em todo caso, manter como verdade absoluta o seguinte: todo o sentido que tenha e possa ter para mim qualquer ser, tanto pelo que faz a sua essência como pelo que faz a sua existência real efetiva, é sentido na minha vida intencional a partir de suas sínteses constitutivas, elucidando-se e descobrindo-se para mim nos sistemas de verificação concordante. Trata-se, pois, de criar, para os problemas desse gênero – na medida em que, em geral, podem ter um sentido – um campo a partir do qual se possa responder a todas as perguntas imagináveis que possam ter sentido e inclusive de delineá-las e respondê-las passo a passo: começar como um desenvolvimento sistemático das estruturas intencionais – explícitas e implícitas -, nas quais a existência dos outros "constitui-se" para mim e explicita-se em seu conteúdo justificado, ou seja, no conteúdo que "preenche" suas intenções (HUSSERL, 2001 [1931], p. 106).

Conforme deixa entrever o excerto acima, é dever da fenomenologia se ocupar da abstração das funções constitutivas da intencionalidade ligadas de forma direta ou não às subjetividades estranhas a ela.

A capacidade do "eu" de enxergar-se como tal e de opor-se aos "outros eus" é próprio dessa mesma instância. Tal aspecto integra a "estrutura essencial da constituição universal" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 108) que diz respeito, ainda, não apenas à percepção do outro, mas, à percepção da realidade do outro para mim. De acordo com Husserl, o ego do outro constitui-se em mim, afinal ele é uma das intencionalidades, sendo visualizado, por isso, como *alter ego*:

> O "outro" remete, por meio do seu *sentido* constitutivo, a mim mesmo; "o outro" é um "reflexo" de mim mesmo, e, no entanto, a bem dizer, não é um reflexo; ele é meu *analogon* e não é um *analogon* no sentido habitual do termo. Se, em primeiro lugar, delimita-se o *ego* no seu ser próprio, e se se abrange com um olhar de conjunto seu conteúdo e suas articulações – e isso não somente aos seus estados vividos, mas também quanto às unidades de significação válidas para ele e inseparáveis de seu ser concreto -, necessariamente se coloca a seguinte questão: *como* pode ser que meu *ego*, no interior de meu ser próprio, possa, de alguma forma, constituir "o outro", "justamente como lhe sendo estranho", ou seja, conferir-lhe um sentido existencial que o coloca fora do conteúdo concreto do *eu mesmo* que o constitui? De início, isso tem que ver com qualquer *alter ego*, mas depois

> com tudo aquilo que, pelo seu sentido existencial, implique um *alter ego*: em suma, o mundo objetivo, no sentido pleno e próprio do termo (HUSSERL, 2001[1931], p. 108-109 [grifos do autor]).

Diante do exposto, precisa-se delimitar o que me é próprio, ou seja, aquilo que não me é estranho. A esse processo, Husserl atribui o nome de abstração. Após aplicá-la, chega-se ao fenômeno do mundo, permitindo constituir outra etapa: a vinculação (o que me liga ao que me é estranho?). Esse é o caminho que autoriza a chegada à redução fenomenológica, desembocando na "natureza que me pertence" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 110), isto é, o meu próprio corpo com todas as suas potencialidades. Isto posto, tem-se que, de acordo com a perspectiva fenomenológica, os objetos estranhos não são, de fato, estranhos a mim, eles constituem o ser plenamente concreto.

Tudo isso aponta para a existência de uma transcendência exterior primordial:

> o fato da experiência do que me é estranho (do *não-eu*) apresenta-se como aquela do mundo objetivo, onde se encontram "outros" *não-eus* sob a forma de outros *eus*; e foi um resultado importante da "redução à vinculação" dessas experiências o de ter colocado em relevo sua camada intencional profunda, em que um "mundo" reduzido revela-se como "transcendência imanente". Na ordem da constituição de um mundo "exterior" ao meu eu concreto e próprio (mas exterior num sentido totalmente diferente daquele natural e espacial do termo), é uma transcendência (ou um "mundo") primeira em si, "primordial". Apesar da idealidade que caracteriza esse mundo como unidade sintética de um sistema infinito das minhas potencialidades, ele é ainda um elemento determinante da minha existência própria e concreta como ego (HUSSERL, 2001 [1931], p. 120).

O mundo objetivo é composto por diversos graus e ganha sentido quando constituído com base no mundo primordial. Para acessá-lo, é preciso decompor os elementos que o compõem. Em primeiro lugar, é necessário "pôr em relevo a constituição do outro" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 121). Essa operação resulta na sobreposição de um sentido no que tange ao mundo primordial: ele passa a figurar como "fenômeno de um mundo objetivo determinado" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 121) idêntico para mim e meus "outros eus". Dessa forma, o mundo objetivo comporta essas duas categorias, atrelando-as e fazendo com que se constituam, no nível que pertence ao "eu", como uma "comunidade de *eus* que existem uns com os outros e uns para os outros, e que engloba a mim mesmo" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 121).

No que se refere à percepção que se tem do "outro", o filósofo argumenta que o "outro" nunca se apresenta a si mesmo, até porque, caso contrário, ter-se-ia o "eu mesmo" no "nele mesmo". Porém, entre esses dois há uma "intencionalidade imediata" que se origina no mundo primordial. Para Husserl, essa intencionalidade representa uma

coexistência que se relaciona ao fato de que a coisa não se mostra totalmente como tal. O que se tem, ao final, é a apresentação dessa mesma coisa.

O mesmo funciona para o mundo exterior: ainda que não se possa afirmar que a constituição da natureza primordial se dê dessa forma, ela se confirma por meio da "apresentação correspondente que preenche a sua intenção" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 123).

A apresentação abarca o fenômeno do emparelhamento, o qual designa a existência de dois pares que se apresentam de forma distinta, mas que acabam por formar uma "unidade de semelhança" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 126), resultando em uma "associação assimiladora" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 126).

No campo do ego e do *alter ego*, isso se dá quando o "outro" entra no âmbito da minha percepção, e eu consigo me distinguir dele ainda que, de forma simultânea, enxergue e deslize para ele pontos próprios que se verificam também em mim. Em decorrência disso, necessita-se de realizar outro esclarecimento: como é possível essa percepção semelhante?

Em primeiro lugar, a apresentação daquilo que é inacessível está associada a uma apresentação original (o "outro" e seu corpo que pertencem a mim). Isso caminha para o segundo ponto: esses dois são mostrados na unidade de experiência essencialmente transcendente, isto é, ainda que se trate de um organismo estranho ao meu, eu o encaro a partir de seu comportamento, o qual, ainda que singular, apresenta sinais de um comportamento concordante (age em conformidade com aquilo que se espera dele). Para Husserl,

> É sobre esse "comportamento" que se apóia a experiência original, que se verifica e se confirma na sucessão ordenada de suas fases.
> E quando essa sucessão coerente das fases não ocorre, o corpo é apreendido como sendo organismo apenas na aparência.
> É nessa acessibilidade indireta, mas verdadeira, do que é inacessível diretamente e em si mesmo que se baseia para nós a existência do outro.
> O que pode ser apresentado e justificado diretamente é "eu mesmo" ou "me pertence". O que, pelo contrário, só pode ser mostrado por meio de uma experiência indireta, "fundamentada", de uma experiência que não apresenta o próprio objeto, mas somente o sugere e verifica essa sugestão por uma concordância interna, é "o outro" (2001 [1931], p. 128-129).

O outro, portanto, aparece como análogo do meu mundo primordial, no sentido de que adquire sentido de organismo desde que o encaro a partir do meu próprio corpo, que detém, por sua vez, os diversos modos de aparecer.

Uma das hipóteses de Husserl caminha na direção da existência de uma suposta comunidade entre mim e o outro. Tal comunidade se designa como natureza (corpo e

“eu psicofísico” do outro emparelhado ao meu corpo e ao meu “eu psicofísico”). Mas, como falar de comunidade se meu corpo e o corpo do outro situam-se no “aqui” e “ali” respectivamente? Isso só é possível graças ao emparelhamento associativo e ao meu organismo corporal.

> A natureza é constituída na minha esfera primordial como unidade idêntica dos meus múltiplos modos de apresentação idêntica nas suas orientações variáveis em relação ao meu corpo, que é o “ponto zero”, o aqui absoluto; a natureza é constituída como identidade das multiplicidades ainda mais ricas que, sob a forma de fenômenos variáveis dos diferentes “sentidos”, sob a forma de “perspectivas” variadas, pertencem a cada orientação particular aqui e ali, e pertencem ao meu corpo ligado ao aqui e absoluto de maneira toda especial. Todas essas estruturas me são mostradas originalmente como “vinculação”, como aquilo que me é diretamente acessível por uma explicitação original de mim mesmo (HUSSERL, 2001 [1931], p. 137).

Após todas essas reflexões, Husserl se debruça sobre o fato de atos do “eu” que, por intermédio da experiência apresentativa do outro, entranham-se no “outro eu”. Esse novo ponto de discussão recai sobre a questão da comunidade social. Husserl entende que essa dimensão se integra no âmago do mundo objetivo e que é composta por diferentes comunidades que “possuem o caráter de personalidades de ordem superior” (HUSSERL, 2001 [1931], p. 145).

Para o autor, a questão da comunidade social é essencial para se delimitar um meio que seria, em suas palavras, “especificamente humano, de um mundo da cultura e de sua objetividade própria, ainda que limitada” (HUSSERL, 2001 [1931], p. 146).

A objetividade se refere ao mundo da cultura sendo, portanto, acessível a cada um. Entretanto, essa acessibilidade não diz respeito a uma “inacessibilidade incondicionada, que pertence essencialmente ao sentido constitutivo da natureza, do corpo e do homem psicofísicos” (HUSSERL, 2001 [1931], p. 146). Para Husserl, a constituição de diferentes gêneros de mundo envolve tanto a corrente da própria consciência como os diferentes graus de objetivação do mundo objetivo, estando estes submetidos às leis da constituição orientada, esta, por sua vez, envolve dois níveis, um primordial e um secundário:

> O que é constituído de maneira primordial entra na constituição do mundo de grau superior, de maneira a ser o elemento central de seus modos de apresentação orientados. O mundo “secundário” é necessariamente mostrado sob a forma de um horizonte, ou seja, é acessível a partir do mundo primordial em uma série ordenada de atos e experiências. O mesmo vale para o primeiro “mundo”, aquele imanente que chamamos de corrente da consciência. Ele é mostrado como um sistema de elementos, exteriores uns aos outros, orientados em relação ao presente vivo. Esse último constitui-se de maneira primordial, e é a partir dele que se torna acessível tudo aquilo que se encontra fora dele no tempo imanente. Nosso corpo, por sua vez, no interior da esfera primordial – no sentido específico que atribuímos a esse

> termo -, é o elemento central da "natureza" como "mundo", que só se constitui na atividade e por meio dela. Da mesma forma, meu organismo psicofísico é primordial em relação à constituição do mundo objetivo da exterioridade e desempenha o papel de elemento central para seus "modos de apresentação" orientados. Se o "mundo" primordial, no sentido privilegiado que atribuímos a esse termo, não é, ele próprio, o centro do mundo objetivo, é que este se objetiva de tal maneira que não cria uma nova "exterioridade". Em contrapartida, a multiplicidade do mundo "dos outros" é mostrada como "orientada" em relação ao meu, porque ela se constitui ao mesmo tempo que o mundo objetivo que lhe é imanente" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 147).

No que se refere ao mundo de culturas, ele também funciona de maneira a destacar um aspecto de "ponto zero" em relação a uma cultura estranha. É importante assinalar que a constituição orientada se reveste de uma dimensão psicológica. Essa dimensão é composta por uma gênese temporal que se ancora no "agir" e no "padecer" do homem. A origem desses "predicados" (HUSSERL, 2001 [1931], p. 148) sugere que existe, de fato, uma comunidade humana, reforçando, mais uma vez, a imbricação entre o ego e o ambiente externo que o circunda: conforme o mundo se altera, é requerido ao ser humano a sua adaptação a essas mudanças.

Após termos explicitado um pouco a teoria fenomenológica, cabe a nós tecermos as devidas aproximações entre o que se encontra em Husserl e na teoria dos quadros pré-discursivos coletivos de Paveau com o objetivo de realçar a especificidade desta teoria com aquilo que já se conhece no interior da AD de vertente francesa.

De qualquer maneira, antes de darmos prosseguimento a esta etapa, é necessário esclarecer que, por termos recorrido diretamente à fenomenologia europeia, o debate teórico deveria, talvez, basear-se de modo a confrontar essa corrente filosófica com o materialismo histórico (em especial, o marxismo althusseriano) para manter a discussão entre as teorias em igualdade. Entretanto, já é de conhecimento geral que a base epistemológica da AD clama pelos preceitos oriundos da teoria de conflito de classes – alguns, inclusive, já foram mencionados ao longo do trabalho –, o que nos permite investir maior tempo com aquilo que parece estar se construindo nos atuais desdobramentos sofridos pela disciplina. Dito isto, vamos às reflexões.

Em primeiro lugar, é necessário pontuar os propósitos de Pêcheux (1995 [1975]) e de Paveau (2013a) ao terem integrado, respectivamente, o materialismo e a fenomenologia em suas reflexões. No caso pêcheuxtiano, isso se justifica pelo fato de o teórico ter pretendido aproximar a Linguística das ciências de formação social. Em Paveau, pelo fato de ela operar na transmissão e apropriação de dados coletivos pelos sujeitos, em que a dimensão cognitiva participa no processo de constituição de linhas

discursivas. Tanto no primeiro quanto no segundo caso, o que se tem são duas maneiras de investigar os efeitos de sentido evidenciados pelos discursos, porém, em Pêcheux, tais efeitos são resultado do fenômeno ideológico, enquanto que, em Paveau, eles são vistos como impactados pelos conhecimentos de ordem semântica, histórica e cultural cuja participação da esfera ideológica ocorre de maneira coadunada com o restante dos elementos.

A abordagem adotada pelos teóricos influencia diretamente na maneira como entendem o sujeito, isto é, se, em Pêcheux, a ideologia é responsável por transformar os indivíduos em sujeitos, pois estes estão submetidos à atuação da ideologia, a qual cria neles a ilusão de ser a origem do que falam (esquecimento nº 1), além de conduzi-los a ocupar um lugar na formação social, em Paveau, esse mesmo sujeito parece sinalizar para uma atuação mais ativa entre ele e seus pares, pois os *quadros pré-discursivos coletivos* se constituem graças às operações cognitivas (por isso a autora falar em "*quadros* pré-discursivos") e à interação desses atores no momento da produção discursiva, que evoca aos dados pré-discursivos, os quais se encontram, por sua vez, distribuídos socialmente.

Tal afirmação pode ser averiguada quando nos detemos à questão da consciência. Em Pêcheux, a consciência do sujeito sempre se encontra vinculada àquilo que não se mostra a ele; associada à consciência, encontram-se termos como "esquecimento" e "mascaramento". Reforça-se isso ainda mais, quando Pêcheux mobiliza as contribuições da psicanálise lacaniana, a qual é reconhecida justamente por operar um deslocamento na teoria freudiana ao argumentar a favor da hipótese de o ser-humano, no que se refere aos níveis que compõem sua psique, ser orientado mais pela sua dimensão inconsciente.

Em Husserl, como vimos, a consciência figura sempre como "consciência de alguma coisa", ou, nas palavras do filósofo, o *cogito* já abarca o seu *cogitatum*. Husserl afirma também que é próprio da natureza constitutiva do ego apresentar seu objeto intencional, justificando o fato de o teórico ter considerado sujeito e objeto como elementos imbricados entre si. Como Paveau articula as noções das ciências cognitivas com a análise do discurso, é necessário que ela situe sua teoria em um referencial teórico em que a consciência possa ser encarada também como protagonista.

Em decorrência desse ponto, vemos, por exemplo, as diferentes interpretações que o termo "evidência" recebe na AD e na fenomenologia. De acordo com Pêcheux, o efeito de evidência é próprio do funcionamento ideológico no sujeito. Em Husserl, a

evidência sinaliza o último estágio da vida intencional, em que o sujeito tem a sensação de ter alcançado o objeto tal como ele realmente é. Em outras palavras, "evidência" para Pêcheux fortalece a atuação ideológica sobre os sujeitos, em Husserl, é próprio do funcionamento do consciente perseguir a depreensão máxima dos seus objetos intencionais.

No que se refere ao protagonismo da consciência, o diálogo entre a fenomenologia husserliana e a hipótese de Paveau se torna ainda mais profícuo quando o filósofo aborda a questão da estrutura noemato-noética e dos campos de ação dos quais o sujeito dispõe. Tais campos associam-se ao fato de que o sujeito desfruta de um raio de ações passível de ser ativado quando se encontra diante de um ou outro objeto. O horizonte de ações disponível está conectado a estruturas fixas que estariam diretamente relacionadas a certos objetos. Essa concepção encontra-se muito próxima do dispositivo conceitual desenvolvido pelas ciências cognitivas, em especial a semântica cognitiva, quando se ocupam justamente de investigar estruturas mentais por meio da linguagem[11], ainda que a esfera linguística não tenha sido considerada por Husserl em suas reflexões.

A gama de ações disponível aos sujeitos obedece à estrutura noemato-noética. Essa estrutura está presente na consciência humana e designa os objetos intencionais e seus respectivos representantes do mundo. Nela, encontram-se tipos de intencionalidade, como a percepção, a memória imediata, a lembrança, entre outros pontos. Dentre esses elementos, gostaríamos de mencionar a memória, já que é a partir dela que a fenomenologia europeia realiza contribuições significativas para a hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos:

> Essa noção [de intersubjetividade] deve ser ativada em uma reflexão sobre a memória coletiva na medida em que a transmissão vertical da memória não se pode fazer sem comunicação horizontal. A memória coletiva supõe então uma "comunitarização da experiência" que P. Ricouer descreve assim, a partir das *Meditátions cartésiennes*, lembrando a constituição das famosas "comunidades intersubjetivas superiores" que permitem a comunitarização social: "certamente, não encontramos a palavra memória comum neste amplo contexto da fenomenologia transcendental, afirma ele, mas ela estaria perfeitamente em harmonia com o conceito de "mundos culturais", compreendido no sentido de "mundos reais concretos onde vivem, passiva e ativamente, comunidades, relativa ou absolutamente, separadas) (RICOEUR, 2000, p. 143 *apud* PAVEAU, 2013a, p. 95).

[11]"A semântica cognitiva lança mão de duas outras noções inter-relacionadas cujo objetivo é descrever *estruturas cognitivas* permanentes e estáveis, associadas ao armazenamento de conhecimento compartilhado. Trata-se das noções de *Frame* e Modelo Cognitivo Idealizado.
A semântica de *Frames* (...) trata da *estrutura* semântica dos itens lexicais e construções gramaticais. O termo *frame* designa um sistema estruturado de conhecimento, armazenado na memória de longo prazo e organizado a partir da esquematização da experiência" (FERRARI, 2014, p. 50 [grifos nossos]).

De acordo com o que expusemos a respeito da teoria de Husserl, vemos que as meditações do filósofo se orientam de maneira a considerar as unidades comportadas pela consciência que recebem o nome genérico de objeto intencional. Os objetos intencionais são diversificados, abrangendo desde o sujeito e sua experiência de mundo até a percepção do "outro" por mim mesmo, do mundo objetivo e do tecido que se forma entre mim, o "outro" e a realidade imediata que nos cerca. Ainda que a fenomenologia participe da hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos como maneira de se pensar a comunitarização da experiência por meio do postulado da intersubjetividade, notamos que parece ser possível conciliar a corrente filosófica husserliana com aquilo que propõe Paveau também no que se refere aos aspectos sociais, uma vez que estes, graças aos desenvolvimentos recentes na área da cognição, começam a levar em consideração o nível social. Posto de outra forma, dialogamos com aquilo que se aproxima dos "quadros" presentes nos pré-discursos, agora é o momento de ocuparmo-nos com a maneira pela qual o social se faz sentir no cognitivo.

É possível traçar outro paralelo entre Husserl e Paveau que evidencia como cognição e social estão em relação diametralmente proporcional, já que, ao afirmar que a consciência torna-se constitutiva do mundo objetivo, Husserl vai ao encontro de Paveau, pois ela mobiliza a hipótese de as ferramentas cognitivas[12] atuarem como um dos elementos determinantes na difusão dos pré-discursos:

> Mais exatamente, e essa será a minha posição, o cognitivo é, ao mesmo tempo, mental e social, porque os esquemas mentais (aos quais eu não renuncio) são amplamente o produto das relações com o ambiente e a vida social do sujeito. Como eu especifiquei na introdução, minha posição é pós-cartesiana (para não dizer anticartesiana): eu acho que o espírito está também fora do corpo (PAVEAU, 2013a, p. 143)

Afirmar que a cabeça está no mundo pode sugerir uma diluição entre o indivíduo e seu ambiente, e isso poderia aludir a "um construtivismo idealista radical" (PAVEAU, 2013a, p. 143). O cuidado para manter a autonomia entre esses dois níveis deve-se ao fato de a autora tanto seguir a esteira de V. Nyckees (1997), o qual argumenta que o caráter coletivo das significações necessita da atuação dos indivíduos para reconstruir o significado esperado por seus interlocutores (ainda que essa posição

[12] A teoria das ferramentas cognitivas é de L. Resnick (1991) e defende que o social invade o cognitivo mesmo em atividades em que se normalmente acredita haver apenas a dimensão cognitiva em ação. Tal entendimento se deve ao fato de as ferramentas cognitivas serem as responsáveis pela incorporação da "história intelectual de uma cultura" (RESNICK, p. 7) e pelo fato de que elas permeiam todas as atividades humanas, as quais sempre requerem a participação dessas mesmas ferramentas para sua execução.

seja classificada como muito mentalista pela autora por parecer sugerir, ainda, uma primazia do corpo sobre a mente), quanto pelo fato de, ao que se refere aos quadros pré-discursivos coletivos, a autora entendê-los como distribuídos coletivamente e assimilados individualmente, princípio este que reafirma a filiação que a teoria dos pré-discursos coletivos estabelece com a fenomenologia husserliana. Esta, por sua vez, proporciona talvez um esclarecimento sobre tal questão: a fenomenologia ocupa-se, dentre outros pontos, com a percepção humana, isto é, ainda que o ego transcendental comporte o outro e o mundo objetivo que o cerca, o que o "eu" percebe deles está condicionado a sua percepção (o "eu psicofísico" que enxerga o outro como um "outro eu psicofísico"). Além disso, tal cuidado deve ser tomado para não se recair em um substrato puramente biológico, sobretudo, no que diz respeito ao estudo das significações.[13]

Nesse sentido, a autora argumenta que o controle e a construção dos sentidos "são exteriores às trocas verbais dos sujeitos distribuídos nos instrumentos das tecnologias discursivas" (PAVEAU, 2013a, p. 25).

Como a teoria de Paveau traz inerente a si o meio coletivo, uma vez que é necessário considerar a interação entre os sujeitos na transmissão dos quadros pré-discursivos coletivos, põe em realce, portanto, uma certa intercompreensão entre os sujeitos, o conceito de intersubjetividade encontra abrigo pleno na hipótese dos pré-discursos:

> [...] mas me parece que a noção de intersubjetividade pode resolver, desde que conservados sua riqueza teórica e seu rigor científico, a questão da comunidade dos pré-dados que permite as produções e circulações discursivas envolvendo uma certa intercompreensão (PAVEAU, 2013a, p. 25).

Após essa série de reflexões, em que nos propusemos a explicar, de forma não exaustiva, as implicações que a mobilização do conceito de intersubjetividade traz à teoria de Marie-Anne Paveau, chega o momento em que traremos os conceitos debatidos em *Discurso: estrutura ou acontecimento* (1990 [1983]) para visualizarmos com mais propriedade o que se manifesta no interior das conjecturas a respeito dos pré-discursos.

[13] Ver semântica cognitiva de G. Lakoff no capítulo 3.

3. Discurso: estrutura, acontecimento e memória?

Na obra de 1983, Pêcheux expõe três caminhos que possibilitam a investigação do discurso para que este seja entendido como estrutura ou acontecimento. No primeiro deles, tem-se a estrutura, a qual consiste em tomar o enunciado em si; logo em seguida, vem o viés filosófico, no qual se questiona a suposta univocidade lógica com a qual é tratada a eleição de François Mitterand para presidente da França em 1981; e, por fim, pôr em ação a metodologia própria à AD francesa cujo funcionamento se dá por meio da tensão entre descrição e interpretação. Pêcheux opta por adotar os três simultaneamente.

É o enunciado "On a gagné", ecoado insistentemente após a vitória de Mitterand, que alimentará as ponderações de Pêcheux em conformidade com o caminho dialógico estabelecido entre os eixos mencionados. Para os fins do presente trabalho, consideramos mais operacional determo-nos àquilo que Pêcheux reflete acerca da estrutura do enunciado.

O primeiro ponto a chamar a atenção do autor é o fato de essa materialidade discursiva ("On a gagné") não ter "nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político" (1990 [1983], p. 21). Para o autor, o que se tem é um jogo metafórico (ou transferência de sentidos) em torno do enunciado em questão, de maneira a sobredeterminar o acontecimento e sublinhar sua equivocidade (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 22).

"On a gagné", cuja tradução é "ganhamos", costuma circular nos meios futebolísticos. Nesse âmbito, o resultado das partidas é apresentado de forma direta, afinal, a vitória de uma equipe implica, necessariamente, a derrota de outra. No campo político, de acordo com Pêcheux, os resultados também são mostrados obedecendo a essa "univocidade lógica". Com isso, a partir dos resultados das eleições francesas, poder-se-ia dizer que Mitterand foi eleito presidente da República francesa. Porém, Pêcheux assinala que o enunciado em questão é profundamente opaco:

> sua materialidade léxico-sintática (um pronome "indefinido" em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal "gagner" ["ganhar"], a ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas — paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc. — isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável (PÊCHEUX, 1990 [1983, P. 22 – 23).

Opacidade essa que evidencia e reforça a diferença entre os campos em jogo: no contexto futebolístico, não há dúvidas sobre qual equipe ganhou ou perdeu a partida, é próprio desse cenário que o resultado final a que se chega condiga integralmente com os enunciados que se refiram a esse mesmo resultado. Na conjectura política, porém, é possível problematizar o desfecho: quem ganha ou quem perde com a eleição de um ou outro candidato? Em países democráticos, por exemplo, ganhar a eleição demanda poder de articulação para pôr a agenda do respectivo partido em prática, suscitando questionamentos, como duvidar se o candidato vencedor realmente sai vitorioso do pleito que o elegeu.

É interessante notar, apesar de tudo, que o enunciado "On a gagné" ainda ecoa, fazendo com que o acontecimento ao qual ele faz alusão seja atualizado, mesmo dois anos após as disputas presidenciais francesas que levaram, de maneira inédita, a vitória a um político de esquerda:

> On a gagné!" ["Ganhamos!"]. . . nós nos havíamos regozijado do mesmo modo em cada vitória da esquerda, em maio de 36, na Liberação. Outros, antes de nós, tinham feito os mesmos discursos. "On a gagné!" ["Ganhamos!"]. E a cada vez era uma "experiência" que não tinha durado muito, no atoleiro das abnegações, dos entusiasmos, brilho súbito e fogo de palha, antes da recaída, do desmoronamento e da derrota consentida. "On a gagné!" ["Ganhamos!"]. Ganhamos o quê, como, e por quê? (Jacques Mandrin, Le Socialisme en France, p. 19, *apud* PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 24).

O debate de Pêcheux acerca da memória consiste em associá-la a um acontecimento histórico dado, este entendido como "um elemento histórico descontínuo e exterior" (1999 [1984], p. 49) que "irrompe no interior de uma continuidade eterna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória" (1999 [1984], p. 50). Isso envolve a compreensão do que seria a memória.

O autor esclarece que a memória deve ser entendida como "memória mítica, memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador", estando os sentidos de todas essas três em um entrecruzamento (PÊCHEUX, 1999 [1984], p. 50). Para Pêcheux, o aspecto entrecruzado dessas memórias gera uma consequência: a inscrição da memória em "mundos paralelos" (PÊCHEUX, 1999 [1984], p. 50) permite percorrer campos de pesquisa que vão desde "a referência explícita e produtiva à linguística até as disciplinas de interpretação".

O acontecimento, segundo a perspectiva de Pêcheux, aloja-se nessa contradição, ou melhor, o acontecimento, ao ocupar o espaço entrecruzado da memória, suscita duas formas-limite que funcionam como ponto de referência, a saber: "o acontecimento que

escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido" (PÊCHEUX, 1999 [1984], p. 50).

A questão da memória é trabalhada por Pêcheux como "estruturação de materialidade discursiva complexa" (PÊCHEUX, 1999 [1984], p. 52), ou seja, a memória discursiva, a qual Pêcheux caracteriza como aquilo que

> face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer "os implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição de legível em relação ao próprio legível (...). Mas, sempre segundo P. Achard, essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjeturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa "regularização" e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX, 1999 [1984], p. 52).

Tais reflexões levam Pêcheux a argumentar que a memória se encontra sob a atuação de um "jogo de força", o qual, por sua vez, submete-se "ao choque do acontecimento" (PÊCHEUX, 1999 [1984], p. 53). Esse jogo de força pode ser efetivado por meio de duas formas distintas: i) manter as regularizações pré-existentes e, portanto, os implícitos que elas veiculam, de modo que haja a conservação parafrástica, responsável por assimilar completamente o acontecimento ou desmanchá-lo; ii) ou, ainda, um jogo de força que desestabiliza a "rede de implícitos".

Quanto ao jogo de força que visa a preservar as regularizações, Pêcheux afirma que a repetição é "antes de tudo um efeito material que funda comutações e variações, e assegura – sobretudo ao nível da frase escrita – o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material" (1999 [1984], p. 53).

Por outro lado, Pêcheux chama a atenção para o fato de que a repetição pode ocasionar rupturas "na identidade material do item": uma mesma "materialidade da palavra" pode abrir espaço para outras formas de articulações discursivas. Quanto a isso, o autor continua

> Esse efeito de opacidade (correspondente ao ponto de divisão do mesmo e da metáfora), que marca o momento em que os "implícitos" não são mais reconstrutíveis, é provavelmente o que compele cada vez mais a análise de discurso a se distanciar das evidências das proposições, da frase e da

> estabilidade parafrástica, e a interrogar os efeitos materiais de montagens de sequências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação (PÊCHEUX, 1999 [1984], p, 53-54).

Gostaríamos de, agora em diante, dotar de uma abordagem cognitivo-discursiva o fato de o enunciado "On a gagné" continuar a ser evocado mesmo após a eleição de Mitterand, destacando que, como indica o excerto acima, esse enunciado já se faz presente nas manifestações da esquerda francesa desde, pelo menos, 1936.

Para alcançarmos tal intento, é imperativo que, sem esgotar as futuras discussões que ainda serão tecidas no decorrer dessa dissertação com mais profundidade (ver capítulo 2), atrelemos o debate pêcheuxtiano à questão da memória para se pensar a permanência do enunciado "On a gagné" como algo que, de acordo com Paveau (2013b), age como um "lugar de memória".

No artigo *Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado* (2013b), Marie-Anne Paveau trabalha o conceito de memória de forma a cooptá-la no dispositivo conceitual da AD de vertente francesa.

Como já se sabe, a noção de memória discursiva se faz presente na AD desde J. Courtine (1981). Nesta obra, Courtine segue a esteira de Pêcheux e propõe tal conceito para voltar às questões sobre as condições sócio-históricas de produção[14].

Quanto ao que tange ao tratamento dado à noção de memória pelas ciências cognitivas que não se debruçam sobre o social, a memória estaria centrada no indivíduo e na forma como ele registra a realidade e a restitui. Por essa perspectiva, a memória é entendida como capacidade do indivíduo e, em Linguística, isso estaria relacionado à memória semântica que não considera fatores externos como as "circulações memoriais externas dos discursos em sociedade" (PAVEAU, 2013b, p. 140). Nesse passo, a noção de memória adotada por Paveau é de ordem discursiva e se origina de uma memória coletiva, como é definida por M. Halbwachs (1990 [1925])[15]. Entretanto, a autora percebe que isso deixa um espaço em aberto para os analistas do discurso: uma solução conceitual para justificar a articulação entre o individual e o coletivo.

Mobilizar a noção de memória é tarefa sempre árdua, visto que nunca se trata de apenas *uma* memória, mas de *memórias*. Isso se explica pelo fato de que é uma "função situada, que depende de inúmeros parâmetros" (PAVEAU, 2013b, p. 140), como a

[14] No capítulo II, traremos a noção de memória discursiva de Jean-Jacques Courtine.

[15] Em linhas bem gerais, pois isso será devidamente desenvolvido em momento oportuno, pode-se dizer que Halbwachs (2001 [1951]) pensa a memória coletiva como sendo memória de grupo. Tal memória é a reconstituição do passado, de maneira que um grupo específico organiza seu presente por meio do resgate que efetua sobre seu próprio percurso histórico.

idade, gênero, nível de escolaridade, posição social, entre outros pontos diretamente relacionados aos sujeitos.

Contribuindo ainda mais para esse quadro instável sobre o qual se situa a ideia de memória, há a heterogeneidade constitutiva ao conceito, pois também abarca os processos de esquecimento:

> A memória supõe o esquecimento, evidentemente, integrando-o em seu funcionamento, que se dá, por sua vez, de maneira muito heterogênea e nunca linear. Há memórias transmitidas, memórias inventadas, memórias substituídas, o que Robin (2001) chama de *des-memória*, ponto que retornarei mais adiante, mas igualmente memórias erradicadas, que somente existem por esta erradicação prévia, memórias traumáticas, as quais recubro com o conceito de *a-memória* (PAVEAU, 2013b, p. 141).

A autora elenca os diversos teóricos da análise do discurso para mostrar as diferentes acepções que revestiram o conceito de memória no âmbito dessa disciplina. Seguindo o exemplo da autora, faremos o mesmo mais adiante (capítulo 2). De qualquer forma, partindo da expressão "É Beirute!", em que o topônimo é empregado não para designar a capital libanesa, mas para associá-la à guerra e à destruição em espaços urbanos, Paveau argumenta que só a concepção discursiva de memória não é suficiente para explorar todas as dimensões abarcadas por este enunciado. Para a autora,

> Para apreender o sentido e o funcionamento deste segmento, se faz necessário convocar a noção de memória discursiva: como compreender, de fato, essa expressão fora da "autoridade" da memória, como afirmava Lecomte, que decide sobre o sentido e sua contextualização? Porém é igualmente necessária uma convocação à noção de enquadre cognitivo externo: formulo, de fato, a expressão "É Beirute" em um ambiente físico, cultural, histórico particular necessário à minha formulação e à compreensão dessa formulação; os recursos semânticos internos do segmento (meu léxico interior) não são suficientes para sua interpretação (PAVEAU, 2013b , p. 147).

Nesse sentido, quando evocado o enunciado "É Beirute", o que é posto em jogo é o conhecimento internalizado que possuo, sendo ativado por meio da realidade do mundo objetivo.

Isso retoma a fronteira muito tênue entre o individual e o coletivo, o que desemboca, também, na interação fluida entre a cognição e o social, isto é, por estar inscrita na abordagem da cognição distribuída, a autora argumenta a favor de uma memória, seja esta discursiva ou não, que se encontra distribuída na memória dos outros sujeitos e nos elementos não humanos (jornais, bloco de notas, fotografias, listas, entre outros recursos que integram as chamadas tecnologias discursivas).

Situar-se no âmbito da cognição distribuída traz implicações teóricas. Para Paveau, a primeira delas é poder delimitar com mais clareza o que seria o contexto, pois

não se restringe ao conhecimento armazenado e transmitido graças, somente, à atuação cerebral, mas ao fato de este estar ancorado nos artefatos das ferramentas cognitivas.

É interessante notar que a autora amplia o desempenho dessas ferramentas cognitivas, passando a considerar também "os agentes de transmissão não artefatuais, tais como os sentimentos e os valores – como um processo de transmissão sincrônica e diacrônica de enquadres pré-discursivos coletivos, estes últimos, conhecimentos enciclopédicos, crenças, emoções, percepções" (PAVEAU, 2013b, p. 149).

Nas palavras de Paveau, seu entendimento em torno do funcionamento da memória passa a encará-la como algo dinâmico cuja principal função seria (re)construir e categorizar, recurso este autorizado pelo fenômeno da recognição:

> Se a memória em discurso não é simples restituição, pode-se, com efeito, falar de recognição: a referência à Beirute não se satisfaz evidentemente em transportar uma memória histórica, mas constitui uma ferramenta cognitivo-discursiva que (re)categoriza ironicamente a constatação de uma desordem ou de uma destruição de guerra. Assim, a designação não funciona apenas sobre o modo simples da analogia, mas organiza o mundo em discurso, confere-lhe um sentido. Então, podemos falar, com Ricoeur, de *reconhecimento* (PAVEAU, 2013b, p. 151)

O reconhecimento é a noção empregada pela autora para referir-se ao fato de que o conhecimento evocado e materializado por meio do discurso responde não ao interesse de preservar o passado que possibilitou esse uso tanto discursivo quanto cognitivo; quando evoco um enunciado, faço-o de forma a recategorizá-lo: Beirute deixa de ser a capital de um país árabe e passa a funcionar como símbolo da desordem e destruição.

Obviamente, isso não apaga o papel da dimensão histórica. A construção da memória é sobredeterminada pelo desenvolvimento histórico, uma vez que o tecido memorial que se cria impacta diretamente na produção discursiva: os saberes e crenças se perpetuam devido ao eixo diacrônico. É necessário que alguém tenha falado antes de nós, participando como "agentes humanos de distribuição" (PAVEAU, 2013b, p. 152), de forma semelhante com o que se verifica com os "lugares de memória":

> No meu exemplo, o nome próprio "Beirute" é um desses lugares de memória, que é também "agente de distribuição". Os valores associados ao nome, as evocações icônicas (televisivas, fotográficas, cinematográficas) que ele não deixa de suscitar, os traços prototípicos dos quais ele é dotado (a destruição de Beirute transformou-se no protótipo da destruição da cidade em guerra) são elementos suficientes que passam pelos canais da memória cognitivo-discursiva. Chamo esses canais de linhagens discursivas, as quais reforçam a historicidade dos discursos e das significações. E defino esses canais como dispositivos representacionais internos e externos que permitem acolher e transmitir conteúdos semânticos ligados aos saberes, crenças e práticas: os "lugares de memória" discursivos e cognitivos. Eles são elementos

> importantes na construção dos discursos ideológicos, em particular por sua força argumentativa (PAVEAU, 2013b, p. 152).

Como, diante do que foi exposto, podemos analisar o enunciado "On a gagné"? Primeiramente, devemos partir do pressuposto de que este enunciado parece emergir como atrelado historicamente à esquerda francesa: "*nós* nos havíamos regozijado do *mesmo modo* em cada vitória da esquerda, em maio de 36, na Liberação. *Outros*, antes de nós tinham feito os *mesmos discursos*". Ou seja, não se trata apenas de ainda ecoar após a eleição de Mitterand, ao que parece, este enunciado sempre esteve lá[16].

Sua manifestação, em um momento e outro, parece sinalizar que se trata de um "lugar de memória". Para compreendermos tal afirmação, traçaremos um paralelo entre os enunciados "On a gagné" e "É Beirute".

No caso de "É Beirute", vimos que ele demanda uma abordagem tanto discursiva (deve-se levar em consideração a dimensão histórica como atribuidora de sentidos e contextualização) quanto cognitiva (algo ocorre em meu meio externo que permite evocar esse enunciado). No caso de "On a gagné", também se tem os dois: ele não emerge gratuitamente na materialidade linguística do grupo de esquerda, ao contrário, pelo que pudemos depreender a partir do fragmento de Jacques Madrin, esse enunciado sempre se fez presente em momentos decisivos ("em cada vitória da esquerda", ainda que, depois, essa vitória se mostrasse como derrota), ao mesmo tempo são esses mesmos momentos que ativam essa materialidade.

Isso recai, conforme argumenta Paveau, na articulação entre o individual e o coletivo, reforçando o aspecto situado da memória: é pelo fato de outros terem bradado "On a gagné" antes da Liberação de maio de 36 que faz com que o enunciado seja tanto evocado quanto reafirmado pelos sujeitos que se encontram em interação direta, demonstrando que os próprios sujeitos atuam como agentes da distribuição.

Devemos considerar, em conformidade com Paveau, que os agentes não humanos envolvem também os sentimentos e os valores. "On a gagné" é um enunciado que sublinha o caráter de resistência da esquerda francesa: grita-se sempre "ganhamos!" apesar de o desenrolar histórico mostrar-se desfavorável para esse grupo político.

---

[16] Nota-se que tal afirmação parece caminhar em direção ao pré-construído, já que se poderia argumentar que o "On a gagné" é esse sempre-aí que emerge na produção discursiva do sujeito. Vale dizer, entretanto, que essa noção é atrelada à ideologia e a uma análise que se ocupa do encadeamento sintático, pontos que Paveau amplia ao considerar os conhecimentos de ordem semântica, cultural e enciclopédica e outros níveis de análise que não somente o sintático.

Nesse passo, o “On a gagné” recorda um passado sem ter o objetivo de preservá-lo, porém, diferentemente, talvez, do que ocorre com o topônimo “Beirute”, ele não seja empregado de forma a recategorizar o enunciado, mas, agora de forma semelhante ao que se observa do funcionamento do nome próprio, passa a operar como “lugar de memória”, pois atua como agente de distribuição, no sentido de que ele suscita recordações, valores que necessitam da memória cognitivo-discursiva para se evidenciarem.

CAPÍTULO II

A questão das anterioridades discursivas

Considerações iniciais

A problemática das anterioridades discursivas se faz presente na AD de vertente francesa desde sua fundação. Essas anterioridades, sejam de ordem temporal ou espacial, foram sistematicamente investigadas sob os conceitos de pré-construído, interdiscurso, discurso transverso e intradiscurso em M. Pêcheux (1995 [1975]) e memória discursiva em J. Courtine (1981) (MUSSALIM, 2018, p. 402).

Segundo F. Mussalim, é necessário partir da noção de formação discursiva para compreender adequadamente tais conceitos, uma vez que eles "decorrem do trabalho teórico-analítico realizado pelos analistas do discurso a partir dessa noção" (MUSSALIM, 2018, p. 402).

Tendo isso em mente e respeitando o percurso cronológico existente entre uma obra e outra, dividiremos este capítulo em cinco seções. Na primeira, retomaremos as reflexões de M. Foucault em *Arqueologia do Saber* (2008 [1969]), destacando a forma como a questão da anterioridade discursiva encontra-se trabalhada nessa mesma obra para, logo em seguida, ressaltarmos o modo como M. Pêcheux procede sobre essa mesma problemática.

Em decorrência disso, a segunda seção será o espaço reservado para compreendermos as distinções existentes entre a noção de pré-construído e a hipótese dos pré-discursos de Paveau.

Como em *Gênese dos Discursos* é possível visualizarmos o que seria a existência de uma memória discursiva sistêmica preservada pelo sistema de restições por meio da inter-relação entre semas, trazemos D. Maingueneau (2005 [1984]) na seção de número três. A discussão do autor sobre a semântica global ancora-se nas hipóteses do interdiscurso e da "zona de regularidade enunciativa". Devido a isso, as contribuições de Maingueneau são trazidas após termos recuperado as reflexões de M. Foucault e M. Pêcheux.

Na quarta seção, traremos as reflexões de J. Courtine (2017 [1981]) sobre a memória discursiva de modo a argumentar sobre a necessidade de se considerar, de acordo com o que propõe Paveau, a existência de uma memória cognitivo-discursiva.

Conforme assinala Paveau, a noção de memória discursiva de Courtine foi crucial para que o conceito de memória passasse a integrar o arcabouço teórico da AD. Temos, então, a partir desse momento, desdobramentos que se ocupam em pensar as anterioridades em conformidade como dois eixos: as dimensões linguísticas e discursivas, reconhecendo, contudo, que ambas devem viabilizar a observação acurada uma da outra. Nesse passo, mobilizamos as reflexões de M. Halbwachs ([1925] 1990), A. Lecomte (1981) e S. Moirand (2004) na seção quatro do presente capítulo.

Embora Halbwachs não seja um teórico da AD e tampouco sua obra tenha se desenvolvido a partir do que propõe Courtine, é importante aproveitar a discussão sobre a memória tecida neste capítulo para trazer algo que a discuta para além de uma dimensão discursiva e internalista. Além disso, sua obra *A memória coletiva* ([1925] 1990) apresenta hipóteses que podem ser conectadas aos pontos defendidos pela linha sociocultural da cognição.

A. Lecomte (1981) é mobilizado, pois seu entendimento sobre memória interdiscursiva a partir dos eixos horizontal e vertical parece assemelhar-se, respectivamente, à hipótese sobre a repetição do enunciado (as anterioridades discursivas) e à sequência discursiva (linearizações dessas anterioridades) de J. Courtine.

Mobilizamos S. Moirand (2004) e a maneira como a autora entende a memória interdiscursiva e a memória de compartilhamento de fatos, quando ambas são postas em funcionamento em textos midiáticos sobre os Organismos Geneticamente Modificados (de agora em diante, OGM's).

Como Halbwachs, Lecomte e Moirand incorporam o percurso teórico de Paveau de forma a chegar à noção de memória cognitiva-discursiva, finalizamos nossa quarta seção estabelecendo as devidas aproximações teóricas entre os três autores citados e Paveau.

1. As formações discursivas em Michel Foucault e o pré-construído em Michel Pêcheux

Mobilizar as noções desenvolvidas por M. Foucault sobre as formações discursivas em *Arqueologia do Saber* (2008 [1969]) requer acompanhar, inicialmente, as reflexões que o autor realiza a respeito da história e da forma como ela é apresentada em uma abordagem tradicional: segundo essa perspectiva, a história constitui-se por

fatos e acontecimentos que denunciariam uma camada histórica homogênea. Em conformidade com essa visão, os historiadores lançam mão de metodologias que objetivam depreender essa suposta globalidade e totalidade do fenômeno histórico. Entretanto, diferentemente do que se almejava, a observação histórica tradicional revelou rupturas, descontinuidades que se assemelhariam a histórias menores não contempladas por essa mesma história tradicional: história da seca, da rotação das culturas, entre outras. Com isso, as perguntas que outrora tentavam reunir, sob a mesma ordem cronológica, movimentos díspares, são substituídas por outras que tentam preservar o aspecto descontínuo dos diferentes planos que se observam durante a análise histórica.

De acordo com Foucault, a adoção de uma perspectiva que vê na História a presença marcante de rupturas e descontinuidades advém do tratamento diferenciado que esta abordagem dá ao documento histórico. Diferentemente do que ocorre na metodologia tradicional, o documento não é visto mais como um caminho a ser percorrido para se alcançar a totalidade de um passado perdido, ao contrário, ele é encarado como instrumento que permite, ou não, o estabelecimento de séries, unidades e relações.

A problemática advinda de uma concepção teórica que busca investigar uma ciência a partir de suas rupturas é o que será estudado por Foucault, por isso o autor associará o que propôs a respeito da descontinuidade da história a outras disciplinas cujas fronteiras entre elas são inconsistentes.

A metodologia de Foucault propõe que a unidade pertinente para análise é a população enunciativa daquilo que se pretende investigar, isto é, os enunciados. Segundo o filósofo, “a descrição dos acontecimentos discursivos” (2008 [1969], p. 30) é o caminho a se percorrer na busca pelo reconhecimento das unidades que sugerem a sensação de totalidade, acabamento e homogeneidade de algumas disciplinas. Contudo, a abordagem de Foucault não se aproxima de um tratamento linguístico da questão do enunciado. Se, nesta concepção, o essencial seria a adequação dos enunciados às regras da língua, a descrição dos acontecimentos do discurso, por sua vez, ocupa-se em saber por que se formou um enunciado no lugar de outro:

> Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, consequentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 30).

Tal questionamento objetiva reconhecer a relação entre o enunciado e as suas condições de emergência. E, nesse sentido, não se trata de retomar uma pretensa relação entre o discurso e um acontecimento originário, ou, ainda, um discurso silencioso que sempre fala por intermédio de outro. Trata-se, na verdade, de reconhecer o momento específico que possibilitou a formação de um enunciado em particular.

O enunciado, para Foucault, possui uma especificidade, um caráter próprio. O autor explica essa definição mostrando que o enunciado engloba características que se antagonizam: devido a sua existência remanescente, pode ser fruto de um campo de memória ou de documentos concretos que permitem acesso a ele (livros e qualquer outra forma de registro); pode ser proferido tanto escrito quanto oralmente; apesar de sua singularidade, graças ao seu *status* de acontecimento, pode repetir-se, transformar-se; e, por último, embora sua irrupção seja determinada historicamente, pode desenvolver relações com enunciados posteriores a ele.

O autor pretende, portanto, buscar relações entre as unidades discursivas: relações entre enunciados (esse nível pode englobar enunciados de diferentes autores que se conheçam ou não); relações entre grupos de enunciados (os grupos de enunciados não precisam referir-se ao mesmo domínio ou a domínios vizinhos); relações entre enunciados e acontecimentos de diversas ordens (técnica, econômica e social).

Após explicitar as possíveis relações entre enunciados – lembrando que tais associações podem ser sentidas entre enunciados de domínios diversos e distantes no tempo –, Foucault elabora quatro hipóteses na tentativa de reconhecer um vínculo legítimo entre essas unidades discursivas. Essas hipóteses referem-se às regularidades (objetos, conceitos, temas e tipos de enunciação) verificadas por meio desse mesmo sistema de dispersão entre um determinado número de enunciados que constituem uma formação discursiva. Tais regularidades estão sujeitas a regras de formação, as quais são substanciais para as "as condições de existência" (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 43) de um enunciado. Estas condições interferem na coexistência, manutenção e desaparecimento de enunciados:

> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais

> como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade". Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 43).

Isso leva à definição de formação discursiva conforme proposto por Foucault: "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa" (FOUCAULT, [1969] 2008, p. 133).

Portanto, pensar a questão das anterioridades discursivas, de acordo com a abordagem foucaultiana, envolve, inevitavelmente, a questão dos enunciados, já que estudar os sistemas de dispersão que eles denunciam abarca a relação entre esses enunciados e a constelação de conceitos que estabelecem entre si, a qual se encontra pautada, em grande parte, na ideia de interação entre a população enunciativa ainda que esta seja composta por enunciados distantes entre si no tempo e no espaço.

Foucault constitui a família de conceitos por trás de uma formação discursiva. Durante sua investigação, o autor percebe que, à semelhança dos outros elementos esquadrinhados (objetos, temas, modalidade enunciativa)[17], não é possível reconstituir um conjunto homogêneo, já que os conceitos também apontam na direção de uma dispersão. Devido a isso, ao invés de atribuir a eles uma totalidade sob a qual se organizariam, Foucault tenta descrever a forma como os campos dos enunciados se organizam e se vinculam.

A organização dos campos de enunciados envolve formas de sucessão, a qual, por sua vez, engloba "disposições das séries enunciativas" (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 63) – inferência, raciocínios demonstrativos e implicações sucessivas -, essa mesma organização compreende também "tipos de correlação" (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 63) entre os enunciados, ou seja, os enunciados nem sempre são idênticos e passíveis de serem caracterizados segundo uma mesma ordem de sucessão; a organização dos campos enunciativos considera também esquemas: a combinação entre grupos de enunciados.

[17] Não nos debruçaremos sobre a forma como Foucault esmiúça os demais elementos que compõem a regularidade daquilo que ele entende ser uma formação discursiva. Isso se deve ao fato de a problemática das anterioridades ser mais operacional se nos restringirmos à questão dos enunciados. Ponto, inclusive, que permite que J. Courtine chegue à noção de memória discursiva (COURTINE, 2017 [1981])

O campo de enunciados remete a maneiras de coexistência, as quais se delineiam, inicialmente, por um campo de presença: enunciados já formulados que são resgatados sob título de validação ou refutação; campo de concomitância que compreende aos enunciados que recorrem a objetos de outros domínios, de forma a corroborar o que é debatido no interior de uma FD. O campo enunciativo também aponta para a existência de um domínio de memória, isto é, enunciados incapazes de estabelecer validade, pertinência, porém, em torno deles, há outros enunciados que encontram laços de filiação ou de antagonismo.

Diante do que foi exposto, chega-se à conclusão de que a anterioridade em Michel Foucault parece vir atrelada à constituição de um enunciado em específico por meio do qual se torna evidente uma conjuntura histórica dada ("por que este enunciado e não outro em seu lugar?"). Essa mesma anterioridade assinala uma descontinuidade daquilo que se apresenta como pretensamente unificado; o que se tem, por fim, são sistemas de dispersão obedecendo a determinados pontos de regularidade, os quais permitem a constituição de uma formação discursiva em específico.

Em Foucault, observa-se que é ressaltada a dimensão histórica da FD como ponto de partida para se pensar a interação estabelecida, no tempo e no espaço, entre os enunciados de uma população enunciativa; em Pêcheux, por outro lado, é a abordagem linguística que orienta as hipóteses a respeito de uma possível anterioridade, já que a noção é classificada como aquilo que delimita o que e como o sujeito deve falar, proporcionando efeitos de sentido entre as diferentes FD's.

É importante notar, ainda, que o objetivo de Foucault é dotar sua reflexão a respeito da constituição das formações discursivas de uma metodologia arqueológica de investigação, em que se parte do micro em direção aos grandes campos do conhecimento humano. Em Pêcheux, ao contrário, é a busca pela manifestação do ideológico na língua que permitiria explicar o fundo invariante que se manifesta no encadeamento sintático.

Apesar das divergências verificadas entre os dois teóricos, pode-se teorizar a respeito de uma possível proximidade entre aquilo que Foucault propõe como domínio de memória e a noção cooptada por Pêcheux, a partir de P. Henry, na sua teoria materialista do discurso, a saber, o pré-construído. No âmbito da semântica discursiva, a hipótese do pré-construído serve como caminho para se pensar a anterioridade que se evidencia na superfície linguística na relação entre explicação/determinação:

> Deveríamos, então, declarar como absurda e desprovida de qualquer sentido, uma frase como "aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu", na qual o discurso do ateísmo militante nega, na "proposição em seu todo", a existência daquele mesmo que ele pressupõe como existente na subordinada? Não deveríamos, ao invés disso, considerar que há *separação, distância ou discrepância* na frase entre o *que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase* (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 98-99, grifos do autor).

Essa proximidade reside no fato de que Foucault considera a existência da relação entre enunciados com aquela constelação enunciativa que deixou de existir, mas que, ainda assim, estabelece laços com os enunciados que a sucederam.

Após explorar sistematicamente todas as possibilidades decorrentes do processo de nominalização, Pêcheux reforça o aspecto de anterioridade sob o qual se situa o pré-construído, argumentando ser a sua característica principal

> a separação fundamental entre o *pensamento e o objeto de pensamento*, com a pré-existência desse último, marcado pelo que chamamos uma discrepância entre domínios de pensamento de tal modo que o sujeito encontra esses dois domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 102, grifos do autor).

Mais adiante, ao refletir sobre o processo que resulta na transformação de indivíduos em sujeitos, ressaltando que, nesse processo, o efeito da evidência do sentido é constitutivo da concretização da interpelação ideológica sobre os sujeitos, Pêcheux atrela a noção de pré-construído a esse assujeitamento.

Isso leva Pêcheux a identificar o "caráter material do sentido" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 160) como subordinado ao "todo complexo das formações ideológicas". Tal dependência é desenvolvida por meio de duas hipóteses: i) o efeito de sentido que se manifesta entre formações discursivas[18] dadas; ii) esse primeiro ponto leva à respectiva dependência da FD ao todo complexo com dominante.[19]

O interdiscurso é o termo empregado por Pêcheux para aludir ao todo complexo com dominante das FD's. Nota-se aqui, também, outra peculiaridade entre o que teorizam Pêcheux e Foucault: em *Arqueologia do Saber*, não se encontra, na interação entre os pontos que levam à composição das regularidades de uma formação discursiva dadas, o entendimento de que haja uma relação de desigualdade entre esses mesmos

[18] "Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pela luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (idem, 1995 [1975], p. 160).

[19] Esse aspecto reforça a diferença entre o que Foucault e Pêcheux entendem como FD: naquele, sistema de dispersão, neste, aquilo que regula o discurso dos sujeitos em conformidade com a luta de classes. Apesar disso, mesmo levando-se em conta as especificidades existentes, o que se está em jogo é o problema das anterioridades discursivas.

pontos. Isso, talvez, deva-se ao fato de Foucault ocupar-se das zonas de ruptura (o que permite o autor falar em sistemas de dispersão), enquanto Pêcheux busca por um fundo invariante próprio a um processo discursivo. Além disso, Pêcheux situa-se no materialismo histórico, teoria que sempre parte do conflito entre classes, concepção que não encontra abrigo na metodologia arqueológica de Foucault.

Em Pêcheux, entretanto, é a relação dominação/determinação que permite ao teórico especificar o que entende efetivamente como pré-construído e, vinculada a ele, a articulação:

> Diremos, então, que o "pré-construído" corresponde ao "sempre já-aí" da interpelação ideológica que fornece-impõe a "realidade" e seu "sentido" sob a forma da universalidade (o "mundo das coisas"), ao passo que a "articulação" *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo *que determina a dominação da forma-sujeito* (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 164).

O processo da articulação designa recursos de substituição que podem ser operados de duas maneiras distintas: equivalência e implicação. A primeira diz respeito à possibilidade de "substituição simétrica" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 164), isto é, os substituíveis possuem o mesmo sentido em uma formação discursiva dada. A segunda, por sua vez, refere-se à substituição em que os substituíveis estabelecem "uma substituição orientada" de natureza, sobretudo sintática, em que a substituição de um elemento por outro seja possível, sem que, necessariamente, o inverso seja executável.

O que foi exposto acima recai sobre a noção de discurso transverso, o qual atua sobre o eixo da implicação, já que é nele que se verifica "o encadeamento necessário" para que se efetue a passagem de uma substituição à outra.

Em decorrência disso, chega-se à articulação, ou seja, "o efeito de incidência explicativa" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 166) sobre o discurso, a qual só ocorre graças à sintagmatização do "discurso-transverso no eixo que designaremos pela expressão *intradiscurso*" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 166), sendo este entendido como "fio do discurso", na medida em que promove o efeito de "co-referenciação".

Por termos chegado à noção de pré-construído, na seção subsequente realizaremos, em conformidade com aquilo que teoriza Marie-Anne Paveau, as devidas distinções teóricas entre pré-discurso e pré-construído.

2. O pré-construído e os pré-discursos: diferentes enfoques sobre as anterioridades

Retomaremos, de agora em diante, as reflexões de Marie-Anne Paveau (2013a) sobre os quadros pré-discursivos coletivos para entendermos quais são os aspectos peculiares que o envolvem e que fazem com que ele instaure aproximações e/ou distanciamentos entre as duas teorias. Além disso, vale destacar que, ao mencionar o conceito de pré-construído em sua obra, Paveau não deixa de fazê-lo sem empreender uma revisão teórica em torno desse conceito.

Em primeiro lugar, a autora ressalta que o pré-construído se manifesta indiretamente por meio de "estruturas sintáticas particulares" (construções relativas determinativas, nominalização, dentre outras formas), permitindo que o analista do discurso tenha uma melhor visualização linguística do fenômeno e contribuindo para que, pelo menos do ponto de vista linguístico, a noção do pré-construído seja mais profícua. No caso dos pré-discursos, algo semelhante não se verifica, pois estes se encontram relacionados a fatores cujas dimensões não estão circunscritas ao funcionamento linguístico em si (como conhecimentos de ordem enciclopédica). Porém, para a autora, o aspecto mais amplo dos pré-discursos viabiliza, diferentemente do que ocorre com a hipótese do pré-construído, outras vias de análise, como veremos no capítulo destinado à análise do *corpus.*

A autora destaca, também, que pelo fato de o pré-construído se manifestar no intradiscurso por meio de sua natureza de efeito de evidência, tal característica é de suma importância por reforçar a filiação filosófica do conceito, afinal a ideia de efeito de evidência é desenvolvida pelo marxismo althusseriano, uma vez que L. Althusser (1970) entende que esse efeito é resultado do assujeitamento ideológico; para a autora, esse aspecto teria sido relegado ao segundo plano, enquanto que a dimensão sintática do discurso acabou por dominar grande parte das atenções analíticas.

Além de sua natureza de efeito, o pré-construído também apresenta o caráter de universalidade. Para Paveau, isso demonstra como o pré-construído se reveste de um alcance coletivo, fazendo com que a noção, pelo menos no que tange a esse ponto, resulte em contribuições para a sua teoria dos pré-discursos. É importante notar ainda que a linguista advoga a favor de uma imaterialidade como característica do conceito de pré-construído:

> As consequências teóricas são, efetivamente, importantes: o fato de que o pré-construído seja um efeito implica uma imaterialidade do fenômeno, o que quer dizer que o pré-construído, que se manifesta sintaticamente, não pode, no entanto, receber "tradução" sob a forma de proposições por exemplo. Ele é citado, implicitamente admitido, reconhecido como anterior, mas não existe discursivamente, e muito menos linguisticamente, como anterior. Dar-lhe uma existência material implica cometer um erro de paradigma: não se trata de uma noção elaborada no quadro de uma filosofia realista da linguagem (PAVEAU, 2013, p. 75).

Entretanto, em decorrência do que foi dito anteriormente, deve-se frisar que o caráter de universalidade do pré-construído advém do fato de a noção estar totalmente relacionada ao materialismo histórico. Como vimos no capítulo I da presente dissertação, a corrente filosófica que participa da base epistemológica da noção dos quadros pré-discursivos coletivos é a fenomenologia europeia como forma de se alcançar dois pontos caros ao desenvolvimento da teoria: em primeiro lugar, a possibilidade de se considerar um sujeito mais ativo se comparado com aquele concebido pela AAD; em segundo lugar, por dialogar com a ideia de que os pré-discursos, para serem evocados e alegados, necessitam de estar ancorados na ideia de comunitarização da experiência humana ainda que Pêcheux tenha refutado o quadro fenomenológico.[20]

A forma proposta por Paveau para compreender o pré-construído pode ser, de acordo com a autora, fruto da própria indeterminação que parece acompanhar a noção após o seu "enfraquecimento teórico". A partir de Collinot e Mazière (*apud* PAVEAU, 2013, p. 75), a autora sugere que Pêcheux (1977), ao definir o pré-construído como "o impensado do pensamento", acabou por gerar duas implicações teóricas. Em primeiro lugar, está a dificuldade de trabalhar-se a partir de um "outro" não assinalável, o que pode inviabilizar a recuperação de traços pelo analista. Em segundo lugar, está o papel subalterno a que a noção ficou sujeita quando atrelada à concepção de interdiscurso, contribuindo para que, mais uma vez, fosse entendida como a presença do outro no discurso. Ao mesmo tempo, ressalta-se que o vigor da hipótese do pré-construído não se anula totalmente, uma vez que ele desempenha papel fundamental ao assegurar a evidência semântica que desencadeia certo regime de interpretação dos enunciados.

A próxima seção é reservada à exploração do que seria uma possível memória discursiva sistêmica em *Gênese dos Discursos,* de D. Maingueneau (2005 [1984]).

---

[20] "Notemos – de passagem – que o projeto fenomenológico husserliano, que visa reencontrar no "solo originário" dos atos do sujeito (como consciência, atividade, etc.) a fonte daquilo que determina, na realidade, o sujeito como tal, é, com bastante exatidão, a repetição do mito idealista da interioridade, pelo qual o "não-dito" não poderia ser diferente do "*já-dito*" ou do *"dizível*" que o sujeito pode encontrar por uma reflexão sobre si mesmo. Diremos que o coração desse mito se apoia na noção de *consciência* como poder sintético unificador, centro e ponto ativo de organização das representações que determinam seu encadeamento" (idem, 1995 [1975], p. 172, grifos do autor).

3. Gênese dos discursos: o sistema de restrições como memória discursiva.

Ao longo da obra de 1984, Maingueneau não opera sua metodologia acerca da semântica global partindo da possível existência de uma memória discursiva. Porém, partindo de sua hipótese sobre o primado do interdiscurso, é possível elucubrar o que seria a manifestação de uma memória discursiva sistêmica a partir da atuação do sistema de restrições semânticas.

Trazer *Gênese dos Discursos* ao debate sobre as anterioridades discursivas justifica-se sob duas formas: i) o fato de Maingueneau sustentar sua reflexão em diálogo com o que propõe Foucault (2005 [1969]) ao entender o discurso como uma dispersão de textos em um momento histórico específico e ao compreender essa mesma dispersão como algo que denuncia uma "regularidade enunciativa" (MAINGUENEAU, 2005 [1984, p. 15); ii) por operar o que parece ser um deslocamento do conceito pechêuxtiano de interdiscurso: em *Gênese*, a noção de interdiscurso é correlata à hipótese de uma inter-relação discursiva preexistente à constituição efetiva de uma FD dada. Em outras palavras, argumentamos que a questão das anterioridades discursivas também pode ser visualidade, a partir de certas aproximações, em Maingueneau.

Para desenvolvermos esse projeto, partirmos do princípio de que o sistema de restrições semânticas guardaria uma memória de inter-relação dos semas. Conforme vimos na seção reservada às considerações teórico-metodológicas, a semântica global é a hipótese desenvolvida por Maingueneau para designar o que se origina por meio de zona de regularidades semânticas que se manifestam por meio de todo o plano discursivo. Esse sistema leva à composição de um sistema de restrições semânticas cuja função consiste, basicamente, em proporcionar os critérios que diferenciam elementos semânticos das FD's em interação.

Nota-se que a semântica global e, por consequência disso, o sistema de restrições semânticas, são resultados diretos de uma anterioridade na medida em que necessitam do primado do interdiscurso para constituírem-se. Em decorrência disso, o sistema de restrições semânticas representaria a manutenção de uma memória discursiva sistêmica, pois asseguraria a preservação dos limites semânticos estabelecidos entre as diferentes FD's no momento de sua criação genética.

A heterogeneidade constitutiva, a competência interdiscursiva, o processo de tradução entre discursos – a qual consiste, em linhas gerais, na interincompreensão

discursiva, assim como as práticas discursivas e os esquemas de correspondência entre FD's de diferentes campos discursivos, desenvolvem-se e agem em consonância com os semas valorizados por uma FD dada, enquanto que estes, por estarem submetidos a um sistema de restrições semânticas, fazem que com se perpetue, através dessas instâncias, a mesma memória discursiva. Nas palavras do autor, "como cada um dos sistemas de restrições se articula em última instância com base em um primitivo semântico único, asseguramos que *em todos os pontos e sobre todos os planos discursivos, existirá ao menos um caminho que permite recuperar esse primitivo*" (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 72, grifos do autor).

Seguindo o que o autor propõe no excerto acima, poderíamos tentar recuperar esse "primitivo semântico" por meio do processo de tradução que um discurso estabelece de seu Outro. Conforme dito anteriormente, a tradução que o Mesmo realiza de seu Outro resulta em um simulacro, na medida em que a leitura que o primeiro efetiva em relação ao segundo sempre se dá por meio da ativação de suas próprias bases semânticas. Dessa forma, os semas, os quais devem ser compreendidos como as unidades semânticas condizentes com uma zona de regularidade semântica dada (isto é, com uma semântica global) possibilitam a filtragem que um discurso faz de seu rival de forma que as explorações semânticas decorrentes da tradução interdiscursiva garantam, a um só tempo, a permanência de uma FD aos seus limites semânticos e o reconhecimento do Outro através desses mesmos limites.

Tal funcionamento discursivo contribui para que o mal-entendido (a interincompreensão ou, de maneira mais ampla, a polêmica) envolvendo discursos em interação não seja resultado da constituição efetiva de FD's em específico, mas que seja, na verdade, elemento integrante imprescindível à gênese discursiva:

> Nesse quadro, a relação polêmica, no sentido mais amplo, longe de ser o reencontro acidental de dois discursos que se teriam instituído independentemente um do outro é de fato a manifestação de uma incompatibilidade radical, a mesma que permitiu a constituição do discurso. O conflito não vem acrescentar-se, do exterior, a um discurso por direito auto-suficiente, ele está inscrito em suas próprias condições de possibilidade. Nesse nível, o sentido não remete a um espaço fechado dependente de uma posição enunciativa absoluta, mas deve ser apreendido com circulação dessimétrica de uma posição enunciativa à outra; a identidade de um discurso coincide com a rede de interincompreensão na qual ela é capturada. Não existe, de um lado, o sentido, e, de outro, certos "mal-entendidos" contigentes na comunicação do sentido, mas, num só movimento, o sentido como mal-entendido (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 22).

O mal-entendido decorrente do processo de tradução é um dos caminhos a que se pode chegar a esse primitivo semântico que orienta a relação entre discursos e permite-nos ver que o funcionamento em torno da reivindicação/rejeição de semas efetivada pela leitura do Mesmo de seu Outro é a atualização constante desse primitivo semântico, o qual funcionaria como uma memória discursiva.

Na seção seguinte, para darmos prosseguimento ao tema das anterioridades discursivas, trazemos as reflexões de J. Courtine (2017 [1981]), as quais retomam os conceitos pertinentes à análise do discurso pêcheuxtiana, articulando-os ao conceito de formação discursiva e enunciado conforme podem ser vistos em *Arqueologia do Saber*, de forma a dar conta da constituição e da análise de um *corpus* que se situa na articulação de duas formações discursivas, a princípio, antagônicas entre si (o discurso comunista e o discurso cristão), o que permite, por sua vez, a formulação do conceito de *memória discursiva*.

4. A memória discursiva em Jean-Jacques Courtine e a necessidade de se pensar em uma memória cognitivo-discursiva

Courtine inicia sua obra, *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (2017 [1981]), afirmando que seu trabalho se localizará na tensão entre língua e exterioridade linguística, contribuindo para que este se insira na análise do discurso e obedeça à articulação entre língua e materialismo histórico em conformidade com aquilo que propõe Michel Pêcheux a partir da releitura althusseriana de *O Capital*.

Para Courtine, o materialismo histórico intervém no campo teórico-prático da AD de forma a trazer à tona a contradição inerente à luta de classes, a qual se consolida por meio de duas vias: a luta de classes em si e o fato de que, ainda que se encontrem em choque permanente, as duas classes não efetivam o confronto a partir de condições iguais de existência.

Courtine situa seu trabalho no interior dessa dupla contradição, já que ela funciona como

> princípio teórico que intervém na representação do real histórico, mas também proporciona um objeto de análise, no sentido de que a contradição desigual entre formações discursivas antagonistas é o objeto deste estudo. O tema da contradição atravessa assim nossa investigação em diferentes níveis, de maneira recorrente, com insistência; desejamos que se produza um efeito de conhecimento, que seja nela o testemunho da presença do marxismo como

> corpo teórico real e não como uma expressão significativa (COURTINE, 2017 [1981], p. 6, tradução nossa).

Para dar conta do vínculo que tece entre duas formações discursivas opostas entre si, Courtine necessita desenhar um percurso teórico, o qual será retomado por nós sem visar, no entanto, a exaustividade.

Partindo da noção de condições de produção (de agora em diante, CP), o autor situa o nascimento da noção no interior de outras disciplinas que não a AD. O linguista identifica que o conceito pode apontar tanto para uma definição empírica quanto para uma definição teórica, manifestando-se, esta última, desde 1971 na AD com o termo de formações discursivas, oriundas do trabalho de Foucault. Segundo Courtine, a definição empírica normalmente se confunde com uma situação de enunciação em si, e é sobre esse eixo que se desenvolvem as reflexões de Pêcheux sobre a noção.

A primeira definição empírica de CP é desenvolvida por Pêcheux para, a partir de uma rediscussão do esquema comunicacional de R. Jakobson (1963), descrever as relações objetivas que se encontram representadas no discurso por meio de "formações imaginárias":

> A relação assim estabelecida entre lugares objetivamente definidos em uma formação dada e a representação subjetiva destes lugares em uma situação concreta de comunicação têm dado lugar a interpretações nas quais o *elemento imaginário domina ou apaga as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo* (COURTINE, 2017 [1981], p. 10, tradução nossa, grifos do autor).

Courtine detecta que os termos "imagem" e "formações imaginárias", associados à noção de CP, poderiam ser facilmente substituídos por outros termos empregados por autores da sociologia funcionalista ou do interacionismo psicológico, comprovando que Pêcheux não conseguiu "romper com as origens psicológicas da noção" (COURTINE, 2017 [1981], p. 10, tradução nossa).

O autor identifica que as CP's, quando atreladas às formações imaginárias, apaga a dimensão histórica, pois a descrição do processo de enunciação de cada discurso não vem devidamente atrelada ao efeito que uma conjuntura histórica dada pode proporcionar no contexto da enunciação. A hipótese das formações imaginárias põe em funcionamento "as características individuais de cada locutor ou as relações individuais que se manifestam no seio do grupo" (COURTINE, 2017 [1981], p. 11, tradução nossa).

O autor observa que a noção de CP remete tanto aos níveis históricos, psicológicos e linguísticos, sem que eles estejam organizados hierarquicamente ou segundo uma ordem que os indique explicitamente. Longe de querer aproximar, como

normalmente se faz, de uma dimensão psicossociológica da noção, Courtine entende que é preciso uma "redefinição da noção, que a reordene em função da análise histórica das contradições ideológicas dentro do conceito de formação discursiva" (COURTINE, 2017 [1981], p. 11, tradução nossa).

Quanto à definição teórica das CP's, ela se encontra no seio da noção de FD, em especial, de acordo com o que é proposto por Foucault. Deste ponto em diante, Courtine especifica o que pretende desenvolver no seu trabalho: trata-se de debruçar-se sobre o conceito de FD nos trabalhos de Pêcheux tanto no que se refere aos aspectos teóricos quanto na aplicabilidade do conceito em si. Para o autor, isso proporciona a verificação de que é possível enxergar elementos em *Arqueologia do Saber* "que servem para levantar os obstáculos que se encontram nos trabalhos de Pêcheux e na AD em geral" (2017 [1981], p.17, tradução nossa), nos quais se encontram, também, as problemáticas advindas das "operações de constituição de um *corpus* discursivo em CP's homogêneas". Para o autor, isso assegura a constituição de um *corpus*, no caso, sobretudo, do discurso político, que diminua a separação entre o que ele acredita haver entre o trabalho teórico do conceito de FD e a sua aplicação no âmbito experimental.

Courtine reconhece que, em Pêcheux, tal problemática se instala a partir de dois aspectos que se encontram associados, mas que, ao longo do desenvolvimento da Análise Automática do Discurso (doravante AAD), estabeleceram entre si uma relação de desigualdade em conformidade com a maneira como a problemática se desenvolveu. Tais planos referem-se ao efeito que a teoria althusseriana desenvolveu sobre a AAD e ao conceito de formação discursiva. Para o linguista, convém separar os dois de forma a "dissociar esses dois planos e precisar suas relações no estado atual dos trabalhos de Pêcheux" (2017 [1981], p.17, tradução nossa).

A separação entre FD e conceitos materialistas históricos que se encontram nela imbricados leva ao retorno das noções de formação ideológica, assujeitamento e interdiscurso, os quais já foram apresentados por nós. Ao realizar essa operação, Courtine enxerga a necessidade de se considerar que as condições de produção de um discurso requerem um apoio teórico que suspenda uma concepção psicossocial das CP's dos discursos como particularidades de um ato comunicativo.

A questão das CP's é ponto caro para Courtine, pois impacta diretamente, segundo a perspectiva do autor, na constituição do *corpus* de pesquisa. Além disso, é essa noção que o possibilita colocar em xeque as operações de coleta de *corpus* pela AAD, de forma a evidenciar que, desde os primórdios da disciplina, esses *corpora* não

estão submetidos, de fato, ao tratamento condizente com o dispositivo teórico da análise automática discursiva, pelo menos, ao que se refere à necessidade de definição teórica desses materiais.

O autor reconhece duas maneiras diferentes de se chegar à composição de um *corpus*: i) uma de dimensão, sobretudo, histórica, em que se trabalha com *corpus* de arquivo cujo material é preexistente, servindo de objeto de consulta dos historiadores; ii) e outra que contempla os *corpora* experimentais, produzidos em contexto de laboratório. Courtine chega à conclusão de que, seja de uma forma ou de outra, essas modalidades são externas às características do arcabouço teórico do qual dispõe a AAD. O autor argumenta que a constituição de um *corpus* deve ter em mente a possibilidade de se alcançar tanto CP's estáveis quanto heterogêneas, o que seria alcançado por meio de um "tratamento de um campo de arquivo como dispositivo experimental". Isso leva à

> construção de um plano experimental que organize um campo de arquivo e que inclua a possibilidade de acessar o interdiscurso de uma FD, o que impede o uso da AAD em situação experimental. Nesse sentido, pode-se dizer que o procedimento somente proporciona, sob a forma de domínios de paráfrases discursivas, as "pegadas" do processo discursivo inerente a uma FD, o interdiscurso como lugar de construção dos elementos pré-construídos e de articulação desses elementos. O plano experimental limita a análise, alcançando a forma de um discurso, de maneira aleatória, a partir dos rastros que marcam o processo discursivo. Porém, esta reconstrução do interdiscurso sempre tem caráter hipotético, pelo fato de que os elementos que permitiriam estabelecê-lo não figurarem no *corpus* discursivo. Os procedimentos de constituição de corpus adotados pela maior parte dos trabalhos de AAD anulam assim praticamente certas exigências teóricas da tarefa (esvaziamento da categoria de contradição/abandono de uma definição histórica das CP's dos discursos) (COURTINE, 2017 [1981], p. 20, tradução nossa).

Entretanto, Courtine argumenta que a noção de FD, apesar de oferecer a oportunidade de diálogo entre as teorias de Foucault e de Pêcheux, requer adaptações conceituais para que seja realmente profícuo o diálogo entre os dois teóricos.

Em primeiro lugar, o autor assinala que o conceito de FD reúne contraditoriamente dois níveis distintos, os quais constituem dois modos de existência do discurso como objeto: i) o nível do enunciado, o qual é associado, por Courtine, a Pêcheux, fazendo com que se chegue a algo que se assemelha a um sistema de formação cujo funcionamento se assemelha a uma regra, em que o sujeito saberia o que poderia e deveria dizer, relacionando-se, portanto, a uma FD dada e a seu respectivo interdiscurso. "O nível de 'sistema de formação' localiza a constituição da 'matriz de sentido' inerente a uma FD determinada, no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados no campo do arquivo" (COURTINE, 2017 [1981], p. 21,

tradução nossa); ii) o nível de formulação, o qual implica que toda sequência discursiva deve ser considerada "como objeto tomado dentro de um processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma FD dada: o estudo do intradiscurso que tal sequência manifesta é indissociável da consideração do interdiscurso da FD" (COURTINE, 2017 [1981], p. 21, tradução nossa).

Entretanto, deve-se reconhecer, de acordo com ele, que não há uma definição discursiva de enunciado na AD de vertente francesa. Normalmente, ele recebe uma acepção vaga ou empirista que o subordina à problemática da língua, podendo ser encarado como "a realização de uma frase na superfície" (COURTINE, 2017 [1981], p. 21, tradução nossa) ou como uma sucessão de frases, numa superfície discursiva, cujos modos de encadeamento foram pouco estudados, segundo o autor, até aquele momento. Pode ainda se encontrar vinculado à enunciação, em que é associado à ideia de texto acabado e fechado, no qual é revestido por sua estrutura linguística que permite a segmentação em unidades menores. O autor prevê ainda a possibilidade de figurar como proposição lógica; "na AAD, o enunciado elementar designa um vetor indexado de categoria morfossintática que codifica um conteúdo proposicional" (COURTINE, 2017 [1981], tradução nossa).

Segundo a perspectiva da AAD, portanto, o enunciado são as unidades menores do discurso que, quando combinadas, levam à constituição do texto em si. Enquanto que, em Foucault, o enunciado é tomado como algo que não é nem proposicional, nem uma frase e nem um ato de fala, ou seja, não é atrelado a uma perspectiva linguística. Isso retoma, para Courtine, a problemática oriunda da relação entre materialidade linguística e materialidade discursiva.

Na obra foucaultiana, o enunciado se encontra ligado a propriedades que delimitam "sua função de existência", ou seja, "a sua função enunciativa" (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 102). A primeira delas diz respeito ao fato de que o enunciado está ligado a um referencial, isto é, de acordo com Foucault,

> O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações postas em jogo pelo próprio enunciado. Define as possibilidades de aparição e de delimitação de sentido à frase e à proposição seu valor de verdade (FOUCAULT, 2008 [1969], p.120-121);

O que leva Courtine a concluir que é no enunciado que se constrói a *estabilidade referencial dos elementos do saber* (COURTINE, 2017 [1981], p. 22, grifos do autor).

A outra propriedade afirma que o enunciado mantém com o sujeito uma relação determinada, pois este último é entendido como uma função, isto é, não se reduz a uma entidade linguística tampouco a uma subjetividade de origem psicológica. Trata-se, na verdade, segundo a perspectiva foucaultiana, de uma função vazia que pode ser ocupada por diferentes sujeitos.

A partir desse último atributo, Courtine associa as noções desenvolvidas por Foucault e Pêcheux, argumentando que a função vazia do sujeito se encontra, de forma semelhante ao conceito de FD pêcheuxtiana, preexistente ao sujeito, autorizando-o a ocupar um lugar em seu interior e regulando o que ele deve e pode dizer. Tal aproximação é possível, pois, em conformidade com Foucault, a FD não está vazia, ela é ocupada pelo seu sujeito próprio, por meio do qual os enunciadores encontram os enunciados já pré-construídos que serão apropriados como objetos do discurso, "assim como as articulações entre esses elementos do saber que asseguram uma coerência intradiscursiva com seus objetivos (COURTINE, 2017 [1981], p. 23, tradução nossa)".

Courtine reconhece que, em Foucault, o sujeito é uma descontinuidade, na medida em que se constrói por meio do encontro que tece com o pré-construído e das articulações do enunciado que variam ao longo da formulação. Isso se encontra muito próximo, segundo Courtine, da noção de forma-sujeito de Pêcheux.

Como o autor propõe uma articulação entre as noções pêcheuxtianas e o conceito de formação discursiva de Foucault, sua análise acaba por recair sobre a questão do interdiscurso.

A argumentação de Courtine defende que o domínio de saber próprio de uma FD dada se constitui no interdiscurso dessa mesma FD, como articulação essencialmente contraditória entre FD's e formações ideológicas distintas. Esse domínio de saber também atua no sentido de regular o que pode e o que não pode ser dito no interior da FD, operando, dessa forma, um fechamento, pois circunscreve o que é próprio de uma FD daquilo que não o é. Esse limite é instável, na medida em que se associa, entre outros pontos, às alterações decorrentes da conjuntura histórica de uma formação social dada.

Segundo a perspectiva de Courtine, o interdiscurso de uma FD deve ser tomado "como *reconfiguração incessante*" (2017 [1981], p. 26, tradução nossa), já que se associa a uma conjuntura histórica específica que estabelece outras relações da FD com o seu exterior (ou seja, aquilo que não pode ser dito). Em outras palavras, pode-se considerar o interdiscurso de uma FD, como "instância de

formação/repetição/transformação dos elementos de saber desta FD, como o que regulamenta o esvaziamento de suas fronteiras" (2017 [1981], p. 26, tradução nossa).

Em decorrência disso, Courtine considera ser o enunciado o responsável por reger a repetição no interior de uma rede de formulações. Para o autor, uma rede de formulações é composta por um conjunto (desnivelado) de formulações que constituem outras formulações que sejam possíveis de compor um enunciado. A estratificação e o desnivelamento desse conjunto de formulações referem-se à dimensão vertical (ou interdiscursiva) tanto de um enunciado quanto de uma rede de formulações (COURTINE, 2017 [1981], p. 26).

Para o autor o enunciado é, portanto,

> a forma geral indefinidamente repetível, a partir da qual pode descrever-se a constituição em uma rede de um conjunto de formulações dispersas e desniveladas no seio de uma FD: pode recorrer-se a uma rede de formulações a partir de um enunciado como um trajeto das reformulações possíveis de enunciados. Inversamente, a partir da reunião de um conjunto de formulações em rede, poderá tentar-se separar os elementos do saber próprio de uma FD, nas condições descritas no ponto a [domínio de saber próprio de uma FD dada que se constitui no interdiscurso dessa mesma FD, a partir da relação contraditória que estabelece com outras FD's e outras FI's],. O conjunto das redes de formulação no seio de uma FD constitui o *processo discursivo* inerente a esta FD (COURTINE, 2017 [1981], p. 26, tradução nossa, grifos do autor).

São nessas redes de formulações que se formam como pré-construídos os objetos do discurso e se articulam os enunciados, e é sob essas relações discursivas que emerge o Sujeito Universal:

> É neste nível de constituição do enunciado como elemento do saber, sob a dominação do interdiscurso que se situa a instância do Sujeito Universal (o sujeito do saber próprio de uma FD), que se refere ao espaço de onde se pode enunciar: "cada um sabe/vê/diz/compreende que..." para todo sujeito enunciador que vem a enunciar uma formulação, o faz a partir do lugar em que se encontra inscrito em uma FD dada. O saber próprio de uma FD se forma com o conjunto das asserções que remetem a seu Sujeito Universal e sublinha claramente que o enunciável se *constitui como exterior ao que o sujeito enuncia* (COURTINE, 2017 [1981], p. 27, tradução nossa, grifos do autor).

O autor define formulação como uma sequência linguística cujo tamanho pode ser inferior ou superior a uma frase, a qual pode figurar, por sua vez, como uma reformulação possível do enunciado no interior de uma rede de formulações que realça a presença de um enunciado no intradiscurso de uma sequência discursiva dominada por uma FD em que esse mesmo enunciado seja um elemento do saber.

Para o autor, o intradiscurso é uma sequência discursiva em que há a efetivação da "sequencialização dos elementos do saber" (COURTINE, 2017, p. 27, tradução

nossa), linearizando os desníveis interdiscursivos dos enunciados, de forma a constituir uma superfície única de enunciados. Isso corresponde a uma "horizontalização" em que o sujeito ocupa um espaço determinado na FD, "dos elementos de saber da FD na enunciação do intradiscurso em uma sequência discursiva, em uma situação de enunciação dada" (COURTINE, 2017 [1981], p. 27, tradução nossa).

No que diz respeito à noção de condições de produção do discurso, Courtine propõe uma redefinição que a distancie dos dois níveis anteriormente propostos. Isso se deve ao fato de que ela acaba por operar uma "confusão das determinações específicas nos dois planos de descrição" (COURTINE, 2017 [1981], p. 27, tradução nossa).

As considerações de Courtine se justificam para compreender o objetivo que o autor pretende alcançar por meio do conceito de memória discursiva. Para se chegar a esse conceito, o autor retoma o momento em que padres fundamentalistas se opõem à fala de George Marchais, líder do Partido Comunista Francês (doravante PCF), em 10 de junho de 1976 durante discurso que integrava a "política da mão estendida". A faixa em que se lia "O comunismo é intrinsecamente perverso", de PIO XI, irrompe em meio ao discurso de Marchais, enquanto este resgata a formulação de Maurice Thorez, ex-líder do PCF: "te estendemos a mão, católico, operário, empregado, camponês, porque tu és nosso irmão e porque estás, assim como nós, esgotado pelas mesmas preocupações".

Para o autor

> o ressurgimento desta formulação [o comunismo é intrinsecamente perverso] 40 anos mais tarde, sublinha o fato de que toda produção discursiva se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura, põe em movimento, faz circular formulações anteriores já enunciadas: assim interpretamos a "manifestação discursiva" desse grupo de fundamentalistas, que quebra, mediante a evocação de uma fórmula, o ritual que preside a enunciação de um discurso político, como um efeito de *memória* na atualidade de um acontecimento em forma de retorno da contradição em forma de diálogo (COURTINE, 2017 [1981], p. 28, grifo do autor, tradução nossa).

Isso funciona como o estopim para Courtine pensar a noção de *memória discursiva* como subjacente à análise das FD's, em especial, em *Arqueologia do Saber*: "toda formulação possui um domínio associado a outras formulações que repete, refuta, transforma e nega". Para o autor, tal aspecto produz efeitos de memória específicos, afirmação que não se encontra distante do que teoriza Foucault, uma vez que o filósofo francês também destaca a interação entre as formulações que coexistem (campo de concomitância), "relações cuja análise descreve necessariamente a questão da duração

ou da pluralidade dos tempos históricos no coração dos problemas que levanta a utilização do conceito de FD (COURTINE, 2017 [1981], p. 28, tradução nossa)".

O autor define a memória discursiva como a "existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas por aparatos ideológicos" (COURTINE, 2017 [1981], p. 28, tradução nossa) e assinala que a memória e o efeito de memória devem ser associados aos discursos produzidos em uma conjuntura histórica e que devem ser articulados com os dois níveis de descrição de uma FD assim como com a diversidade de tempos históricos:

> os objetos que temos denominado "enunciados", na formação dos quais se constitui o saber próprio de uma FD, existem ao longo prazo de uma memória, enquanto que as formulações se constituem no tempo curto de uma atualidade de enunciação. A relação entre interdiscurso e intradiscurso se observa por meio deste efeito discursivo particular, quando uma formulação-origem regressa à atualidade de uma conjuntura discursiva que temos designado como efeito de memória (COURTINE, 2017 [1981], p. 28, tradução nossa).

A partir disso, Courtine desenvolve e reformula alguns conceitos para abranger a complexidade inerente ao fato de se analisar duas formações discursivas contraditórias entre si que acabam por fazer ressurgir, em uma enunciação específica, enunciados de outros momentos, que se encontram em relação direta com uma FD dada que procuram ora se distanciar, ora se aproximar.

O autor elenca três domínios, os quais são as formas de repartição que permitem a organização de uma sequência discursiva em torno de uma sdr[21], a saber: os domínios de memória, de atualidade e de antecipação.

O domínio de memória é composto por um grupo de sequências discursivas que preexistem à sdr, isto é, há certas formulações que denunciam a sequência intradiscursiva de uma sdr, constituindo o que o autor chama de "formulações de referência" (COURTINE, 2017 [1981], p. 30). Essas formulações de referência viabilizam a verificação de efeitos que se efetivam no seio de um processo discursivo graças à enunciação de uma sdr determinada (efeitos de memória, de redefinição, de transformação, porém também efeitos de esquecimento, de denegação).

Para Courtine, o domínio de memória assegura: a apreensão dos funcionamentos discursivos e de encadeamento do pré-construído e da articulação de enunciados. Em outras palavras, o domínio de memória diz respeito ao interdiscurso como instância de

[21] "A sequência discursiva de referência (sdr) remeter-se-á a um sujeito de enunciação e a uma situação recuperável em relação a um certo número de coordenadas espaço-temporais que correspondem ao tempo de enunciação, ao lugar de enunciação, às circunstâncias de enunciação, que incluem a presença de destinatários determinados" (*op, cit*).

constituição de um discurso transversal, regulando para o sujeito enunciador que manifesta uma sdr e CP dadas o modo de estar dos objetos dos quais fala seu discurso, além da forma de articulação entre esses objetos.

No interior de um domínio de memória pode-se, ainda, chegar a um domínio de formulações-origem. Esse domínio, por sua vez, permite a recuperação da emergência de enunciados que figuram como elementos do saber próprio de uma FD.

O domínio da atualidade, por sua vez, é formado por sequências discursivas que coexistem com uma sdr em uma conjuntura histórica determinada. Insere-se, sobretudo, na "instância de atualidade" (COURTINE, 2017 [1981], p. 30). Segundo o autor,

> A inscrição no acontecimento dos enunciados confere às suas relações um efeito de recordação ou de uma refutação imediata de formulações consideradas em sequências discursivas que se respondem.
> O aspecto "dialogado" da constituição em um domínio de atualidade das sequências discursivas que se citam, se respondem ou se refutam, não deve fazer esquecer que a produção dos efeitos de atualidade é, ao mesmo tempo, um resultado do desenvolvimento processual dos efeitos de memória que a irrupção do acontecimento atualiza no seio de uma conjuntura dada (COURTINE, 2017 [1981], p. 30 – 31, tradução nossa).

O domínio de antecipação, por outro lado, apresenta um grupo de sequências discursivas que sucedem uma sdr:

> Compreende a um conjunto de sequências discursivas que sucedem uma sdr, no sentido de que certas formulações que esta última organiza em seu intradiscurso mantêm, com relação às formulações recuperáveis no domínio de antecipação, relações interpretáveis como efeitos de antecipação (COURTINE, 2017 [1981], p. 31, tradução nossa).

Vimos, portanto, que a tese de Courtine reside tanto na problematização de aspectos teórico-metodológicos da AD, assim como trabalha essa mesma problematização na aproximação que realiza entre Foucault e Pêcheux, o que nos auxilia a darmos prosseguimento a essa seção, argumentando, de agora em diante, sobre a necessidade de se considerar a instância cognitiva à questão da memória.

Conforme vimos, dentre os teóricos elencados, os que trazem, pelo menos para fins conceituais, a questão da memória, são Foucault, Courtine e Pêcheux, já que, no primeiro, o domínio de memória remete aos enunciados que não operam mais algum tipo de validade, mas permitem que uma constelação de enunciados a eles se refira de forma convergente ou não, enquanto que, no segundo, o domínio de memória remete às sequências discursivas que antecedem uma sdr em específico.

Em suma, tanto em Foucault quanto em Courtine o que se tem é a memória designando uma anterioridade discursiva que, em *Arqueologia*, vincula-se a uma relação

entre enunciados, os quais não são vistos como possuidores de uma especificidade linguística, e, em Courtine, há o entrelaçamento entre a dimensão linguística do enunciado e a sua materialidade discursiva, o que faz com que cunhe noções como formulação referência e sequência discursiva de referência que apontam para anterioridades oriundas em um tempo e em um espaço dados.

Paveau, ao abordar a questão da memória nos estudos discursivos, menciona Courtine e mobiliza, inclusive, alguns pontos da obra de 1981 que a levarão a refletir sobre a necessidade de se considerar uma memória cognitivo-discursiva[22] na hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos.

Debruçando-se, sobretudo, no conceito de domínio de memória e as demais noções que se associam a ele, Paveau afirma que

> Três pontos são tomados aqui para uma teoria de pré-discursos que integra plenamente a noção de memória: a preexistência de sequências discursivas (o que chamo de anterioridade), o papel da memória na referência nominal e a identificação ou, pelo menos, a recuperação de antecessores pelo viés da noção de "domínio de formulações-origens". Se retomo o exemplo da *divina surpresa*, a delimitação do domínio de memória da expressão permite ilustrar cada um destes pontos: a expressão, que preexiste como sequência pré-construída, emerge de situações discursivas a partir de um esquecimento de suas origens; a memória discursiva, pela seleção de atributos que ela opera, permite uma referenciação doravante neutra e deshistoricizada ao mesmo tempo que despolitizada: o conhecimento do "domínio de formulações-origens" permite identificar um antecessor do qual se compreende que tenha sido objeto de um esquecimento tão completo (PAVEAU, 2013a, p. 101-102, grifos da autora).

Entretanto, na hipótese de Marie-Anne Paveau, a questão da memória não responde somente a um trajeto histórico de enunciados, pelo contrário, ela é dotada de um caráter cognitivo-discursivo, fazendo com que ela se torne "um agente ativo na produção de discursos", responsável, segundo a autora, por elaborar e por construir os sentidos no discurso, devido, principalmente, à operação de categorização que realiza sobre a materialidade discursiva (PAVEAU, 2013a, p. 114).

Tal operação de categorização viabilizada pela memória é de suma importância para a hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos, uma vez que permite o "conhecimento pelo reconhecimento", ou seja, diante de uma situação nova, o sujeito tende a categorizar esse acontecimento nos limites de outro anterior a este que, apesar de já estar diluído no tempo, apresenta semelhanças com aquilo que ainda se desenrola.

[22] "Vislumbrar uma memória cognitivo-discursiva é ultrapassar uma concepção estática (memória-stock destinada a ser recuperada, ou memória simplesmente compartilhada que constituiria uma espécie de terreno comum, a partir do qual os interlocutores se abastecem), para adotar uma concepção dinâmica que faz a memória um verdadeiro operador pré-discursivo e discursivo. É nessa perspectiva que nós propomos a noção de memória cognitivo-discursiva" (PAVEAU, 2005, p. 6).

Partindo da ideia de "situação semelhante" do neurologista A. Damasio, Paveau propõe que

> A noção de "situação semelhante" é importante para minha perspectiva: o trabalho da memória gera consequentemente situações discursivas semelhantes, que permitem essa extensibilidade semântica das palavras e das fórmulas, aplicáveis a novas situações pelo único fato de que elas foram aplicadas a situações antigas. Essa forma de repetição, longe de ser uma estéril e mecânica aplicação de elementos linguageiros pré-formados, é um modo de categorização da experiência nos discursos que se pode chamar de conhecimento por reconhecimento (PAVEAU, 2013a, p. 115).

Em outras palavras, vê-se em Foucault, em Pêcheux, em Courtine, em Maingueneau e em Paveau a questão das anterioridades discursivas proporcionando desdobramentos teóricos importantes para a AD de vertente francesa. Entretanto, a especificidade da teoria de Paveau estabelece-se no momento em que essa anterioridade recebe um atributo cognitivo: a sua efetivação não é mais apenas ideológica ou enunciativa, trata-se, na verdade, de algo que pode ser *evocado* pelo sujeito mediante a uma circunstância em que sua ativação é bem-vinda para fins de efeito semântico e cultural, por exemplo.

Porém, a relação íntima que a hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos tece com a noção de memória percorre um trajeto ainda maior, já que não se limita às teorizações de Courtine: situa-se, também, nos desdobramentos teóricos viabilizados pela noção de memória discursiva, sobretudo, ao fato de esse conceito ter trazido a questão da linguagem[23] de volta para o interior da AD, "domínio científico, segundo Paveau, que a AD parece ter, desde então, de certo modo desertado" (2005, p. 1).

Nesse passo, trazemos para discussão as reflexões de S. Moirand (2004), M. Halbwachs (1990 [1925]) e A. Lecomte (1981), as quais constituem, por sua vez, enriquecimentos para a hipótese dos pré-discursos de Paveau, pois correspondem ao caminho teórico trilhado pela autora para elaborar o seu conceito de memória interdiscursiva que assegura, para a teoria dos pré-discursos, a associação entre anterioridades discursivas e memória no momento de formação das linhagens discursivas.

[23] "Como as sociedades lembram? Se aceitamos a idéia [...] de que a linguagem é o tecido da memória, ou seja, sua modalidade de existência histórica essencial, quem não vê que uma tal questão se dirige diretamente às ciências da linguagem? Que essa questão reivindica a análise dos modos de existência materiais, linguageiros da memória coletiva na ordem do discurso?" (COURTINE, 1994, p. 10).

5. As anterioridades discursivas: a identidade de um grupo e o trajeto das palavras

Como o nome denuncia[24], a obra de Halbwachs (1990 [1925]) ocupa-se em elaborar uma noção de memória que contemple necessariamente a interação entre sujeitos no processo de constituição da memória. Dessa forma, o autor considera limitada uma percepção internalista da memória e posiciona-se em defesa da hipótese de que ela se constrói a partir de diferentes quadros sociais por meio das quais se perpetua.

Halbwachs argumenta que a memória estrutura-se sempre de maneira coletiva ainda que as experiências vividas tenham transcorrido de maneira solitária. Isso ocorre desde que tenha se construído um fio de memória, passível de ser evocado por mim e pelo outro, para que se tenha um vínculo memorial que nos inscreva no interior de um grupo.

Dessa forma, na relação entre a memória individual e a memória coletiva, aquela se perde quando se finda a associação estabelecida entre nós e um grupo; a sensação de semelhança vivenciada por um sujeito requer encontrar eco no outro para que, assim, essa memória seja trabalhada e retrabalhada no seio de uma comunidade.

Entretanto, a fatia individual que integra uma memória coletiva é tão necessária para a existência desta quanto o seu todo em si. Para Halbwachs, só se alcança a memória coletiva desde que seja preservada a memória de cada testemunha, pois seria impossível que um único sujeito conseguisse rememorar todos os elementos que constituem uma lembrança.

A distinção entre memória individual e memória coletiva (a primeira seria interna e individual, enquanto a segunda seria exterior e social) conduz o autor à diferenciação entre memória autobiográfica e memória histórica (HALBWACHS, [1925] 1990, p. 55): a memória autobiográfica sustenta-se na segunda, já que a abrangência da memória histórica é muito superior àquela, ainda que, devido a sua amplitude, esteja condenada a uma simplificação e a uma esquematização na tentativa de preservar aquilo que a convenção social julga como mais relevante para ser transmitido. Entretanto, ocorre a interpenetração da memória histórica na memória autobiográfica, uma vez que nos inscrevemos, enquanto sujeitos, no interior de uma memória coletiva que se faz conhecer por meio de "datas, anotações históricas e lembranças arbitrárias de

[24] A memória coletiva (HALBWACHS, 1990 [1925]).

acontecimentos" (HALBWACHS, [1925] 1990, p. 55) e, sobretudo, por meio dos diferentes "quadros sociais" em que a memória circula e se conserva.

Isso não significa dizer que a memória coletiva se limita a uma contagem linear do tempo, mas que há uma série de acontecimentos que acaba, de uma forma ou de outra, a impactar a memória dos sujeitos que viveram tais eventos. Em outras palavras, os sujeitos particularizam suas lembranças fixando-as a partir de um quadro cronológico mais vasto, o qual representaria, por assim dizer, a história.

A importância da discussão proposta entre memória de grupo e memória nacional reside no fato de que, a partir dela, o autor chega à distinção entre memória coletiva e história: a história é a "compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens" (HALBWACHS, [1925] 1990, p. 80) e é normalmente registrada em compêndios e sua transmissão ocorre de maneira didática e segundo regras rígidas que selecionam previamente aquilo que deve daquilo que não deve ser ensinado. Para Halbwachs, a história começa "somente no ponto em que acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social" ([1925] 1990, p. 80).

Devido a isso, a história objetiva recriar um laço entre passado e presente. A memória coletiva, por outro lado, não apresenta uma separação nítida entre os acontecimentos que comporta: passado e presente não configuram uma distância cronológica entre si, sendo, por isso, "períodos históricos vizinhos". A memória coletiva também apresenta, ao contrário da história, o aspecto da volatilidade, isto é, por estar mais associada aos membros de um grupo, conforme esse grupo sofre alterações (indivíduos que morrem, ou que passam a integrar outros grupos), o risco de mudar ou perecer é grande. Além disso, há muitas memórias coletivas, mas a história é apenas uma.

Há, ainda, uma divergência entre a memória coletiva e a história que se refere à perspectiva: a história procura modificações decorrentes de transformações profundas, e isso se alcança graças ao fato de registrar períodos bastante longos e de encarar os grupos do seu exterior; a memória coletiva firma suas bases no interior do grupo e, com isso, dispõe de períodos inferiores se comparados àqueles percorridos pela história. Essa última também possibilita que os sujeitos aos quais se refere se reconheçam a partir dela, já que não procura por mudanças: esse tipo de memória parte sempre do princípio de que o grupo permanece o mesmo e de que, quando há transformação, ela se desenrola nas relações que o grupo estabelece com os outros.

A hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos demanda também uma análise da memória a partir de uma abordagem linguística. Os parágrafos seguintes trazem as proposições de Lecomte e Moirand para que possamos chegar à noção de memória cognitivo-discursiva na AD em conformidade com Paveau.

No artigo "*Como Einstein diz como Newton descreve a luz (ou: o papel da memória discursiva no processo discursivo)*[25], Lecomte toma como base a explicação que A. Einstein e L. Infeld realizam a respeito da explicação que I. Newton formula sobre o fenômeno do arco-íris. Partindo do princípio de que a explicação de um texto não resulta em um texto que se assemelharia, em grande parte, ao original (LECOMTE, 1981, p. 70), o autor defende que se tem, por meio desse processo explicativo, "um universo discursivo" (LECOMTE, 1981, p. 70), que funciona de forma a delimitar o que pode ser dito a partir de seu interior. Esse mesmo universo discursivo comporta um "objeto do discurso", que pode sofrer alterações. Tem-se, com isso, que "o espaço desses objetos é, portanto, também o espaço de suas transformações" (LECOMTE, 1981, p. 71, tradução nossa); para o linguista, o discurso é dotado de uma linearidade ou, em outras palavras, de um eixo horizontal, o qual se encontra em relação com um eixo vertical.

O eixo horizontal refere-se à coerência, à suposta homogeneidade do discurso. O eixo vertical, por sua vez, comporta a memória, as anterioridades discursivas (LECOMTE, 1981, p. 71-72). Cada eixo corresponde a um morfismo: o eixo horizontal associa-se aos morfismos horizontais, o eixo vertical, aos morfismos verticais. Esses morfismos atuam, respectivamente, de forma a proporcionar a sensação de homogeneidade do discurso e a vinculá-lo a uma memória (LECOMTE, 1981, p. 72).

Os morfismos horizontal e vertical contam com operações responsáveis por viabilizar a função de cada eixo discursivo. Tais operações são o enriquecimento, a predicação, a denominação, a especificação e a tematização. O desempenho exercido por essas ações na superfície discursiva é designado por Lecomte como "formulações". Vamos a cada uma dessas operações brevemente.

O enriquecimento de uma classe é o discurso reformulando a si mesmo, de maneira que a sequência linguística também entre em relação consigo mesma (LECOMTE, 1981, p. 74).

[25] Titulo original: Comment Einstein raconte comment Newton expliquait la lumière (ou: le rôle de la mémoire interdiscursive dans le processus explicatif, A. Lecomte (1981).

A denominação, por sua vez, ocorre no eixo vertical: ainda que se materialize no eixo horizontal, a construção sintática recupera ou se aproxima de outra sequência da mesma ordem, sinalizando um domínio de memória. No texto de Einstein e Infeld, Lecomte identifica as construções "este fenômeno tem tentativas de explicar" e "esse fenômeno tem uma explicação" como algo que tem a função de retornar à ciência moderna: “todo fenômeno tem uma explicação” (LECOMTE, 1981, p. 75, tradução nossa).

A especificação é um fenômeno que também atua sobre a memória. É um recurso sintático que emprega o processo de explicação: na sequência "a luz, que, como todos sabem, é branca", Einstein e Infeld recuperam o enunciado “a luz, na medida em que é branca". Segundo Lecomte, a especificação serve para recordar uma evidência ou, pelo menos, para que o conhecimento convocado se constitua como "evidência" (1981, p. 75).

Já na tematização, temos “a construção e a elaboração de um ou mais temas. Para isso, o discurso tem à sua disposição os objetos já colocados e enriquecidos” (LECOMTE, 1981, p. 76, tradução nossa).

A tematização assegura o desdobramento de objetos: explicita-se, por meio dela, os elementos que compõem um objeto de discurso e que darão origem à outra classe de objetos através de procedimentos linguísticos como a paráfrase, a formulação, entre outros. Devido a esse aspecto, a tematização opera simultaneamente tanto no eixo horizontal quanto no vertical. Naquele, abre espaço para a predicação e o enriquecimento, enquanto que, neste, executa a operação de denominação.

Por último, temos a predicação. Ela representa “a implantação do objeto primitivo” (LECOMTE, 1981, p. 77, tradução nossa). Tal recuperação é garantida pelo domínio de memória, “de modo que se reveste no vazio de discursos anteriores ou mesmo entre as linhas do discurso que é realizado” (LECOMTE, 1981, p. 78, tradução nossa). Ainda, segundo Lecomte, “é a sequência discursiva do interdiscurso que interfere na predicação” (1981, p. 78, tradução nossa).

Após elencar tais operações, Lecomte ocupa-se em demonstrar como elas efetivamente produzem um texto, atribuindo a ele, inclusive, um caráter supostamente homogêneo. Para tentar responder esse questionamento, o autor fala de operações de formulação (doravante OF). As OF’s são “as operações que organizam uma sequência gramaticalmente contínua ou descontínua” (LECOMTE, 1981, p. 79).

As operações de formulação englobam outros dois tipos de operação: i) operações que recaem sobre o encadeamento sintático (a interpretação semântica da sentença também se deve a essa operação); ii) e "operações que podem ser estabelecidas para um certo número de sequências de sentenças em um discurso: determinam a aparência de reguladores mais ou menos descritíveis em termos semânticos nas sentenças e entre as sentenças" (LECOMTE, 1981, p. 80, tradução nossa).

Lecomte define as OF's como uma forma de ler textos e indicar os objetos que aí se encontram. Esses mesmos objetos sofrem, inevitavelmente, modificações no espaço discursivo. Este, por sua vez, designa "uma lógica específica de uma memória" (1981, p. 83).

Por meio de uma abordagem diferente, em artigo de 2004[26], S. Moirand investiga o tratamento que os meios de comunicação fornecem a "momentos específicos do discurso[27]" (no caso francês, o debate em torno, principalmente, dos Organismos Geneticamente Modificados, iniciado no final dos anos de 1990). Os momentos específicos dos discursos possuem "observáveis" - unidades salientes que se inserem em um funcionamento tanto linguístico quanto discursivo. A descrição das categorias linguísticas desses observáveis é necessária para trazê-los à tona e para que se chegue aos interdiscursos, "que surgem como lembretes de discursos e fatos anteriores" (MOIRAND, 2004, p. 71, tradução nossa).

As categorias linguísticas e discursivas estão em correspondência com o gênero em que se manifestam (editorial ou artigo de opinião, por exemplo) e com o sujeito que o emprega em seu discurso (o correspondente regional ou o cientista convidado para dar seu parecer). Entretanto, essas mesmas categorias estarão em relação com o que já foi dito anteriormente tanto pelos mesmos autores de um mesmo jornal quanto pelos outros autores de outros periódicos. Nota-se, portanto, repetições formais e semânticas que não deixam de vir acompanhadas de atualizações e reformulações. A partir disso, a autora defende ser o contexto intra ou intertextual que se sobrepõe à situação em si.

As categorias linguísticas e discursivas representam um "fio horizontal" (MOIRAND, 2004, p. 77) que permitem o alcance de um rastro vertical discursivo, ou melhor, um "funcionamento do discurso transversal necessário para a interpretação" (MOIRAND, 2004, p. 77, tradução nossa).

---

[26] Título original: L'impossible culture des corpus médiatiques: La mise au jour des observables entre catégorisation et contextualisation (MOIRAND, 2004).

[27] "Produção discursiva intensa e diversificada sobre o mesmo fato (MOIRAND 2004a, p. 73)". A autora constitui seu *corpus* a partir dessa noção.

Os observáveis que constituem um momento discursivo designam, segundo a perspectiva de Moirand, apelos à memória. Devido a isso, a linguista analisa as categorias em questão sob a luz da perspectiva dialógica de Bakhtin: toda palavra dispõe de sentidos anteriores àqueles mobilizados em um momento dado. Dessa forma, para Moirand, "são os discursos transversais, que as palavras, as formulações e os ditos trazem de volta ou evocam o transporte que possibilita trazer à luz os vários domínios da memória construídos na e pela mídia ao longo do tempo" (2004, p. 82, tradução nossa). São as próprias palavras, segundo Moirand, "que funcionam como lembretes de memória de fatos anteriores e que obrigam a ampliar o *corpus* de outros eventos da mesma família e de outras famílias de eventos" (2004, p. 82, tradução nossa).

As palavras têm o poder de pôr em circulação laços memoriais: o dialogismo, por exemplo, ocorre na mídia e é uma "forma sugerida de interdiscursividade que é essencialmente baseada em afirmações que poderiam ter sido ditas anteriormente e que se referem à história e às relações entre ciência, natureza e sociedade" (MOIRAND, 2004, p. 86, tradução nossa).

Isso permite à autora estabelecer a distinção entre uma "memória de ditos" (interdiscursiva) e uma memória estruturada em conhecimento compartilhado (memória cuja fonte advém de um conhecimento compartilhado) (MOIRAND, 2004). Portanto, a autora reconhece a necessidade de se diferenciar entre memória de palavras, ou seja, memória interdiscursiva, e memórias de acontecimentos. A diferenciação pode ser feita se entendermos que o dialogismo se evidencia quando estivermos perante uma rede de formulações. Caso contrário, o que se tem é a evocação a acontecimentos.

O percurso teórico traçado nesta seção, somado às reflexões desenvolvidas por Courtine, corresponde ao mesmo trajeto percorrido por Paveau no momento de elaboração da hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos[28]. Em relação a Lecomte e à Moirand, a contribuição principal que esses autores trazem para a teoria dos pré-discursos encontra-se no fato de eles permitirem o tratamento linguístico das anterioridades discursivas, o que, na hipótese dos pré-discursos, constitui ponto caro, uma vez que os pré-discursos, apesar de sua imaterialidade, ao serem evocados, deixam indícios de sua presença por meio da produção discursiva imediata. Entretanto, antes de

[28] "Na esteira de Courtine, Lecomte e Moirand, propus uma versão cognitiva da memória (inter)discursiva em *Os pré-discursos* (PAVEAU, 2013 [2006]). Minha intenção era apreender a elaboração das representações de uma maneira pós-dualista, ou seja, considerando ao mesmo tempo as representações internas individuais (meu conhecimento do topônimo e da história do Líbano) e as representações externas (o que me propõe a realidade exterior como disparadores de memória e apelo aos meus enquadres de saber)" (PAVEAU, 2013b, p. 147).

nos debruçarmos sobre essa questão, é imprescindível retornamos à maneira como Halbwachs caracteriza a memória.

Como vimos, a originalidade da obra de Halbwachs se justifica pelo autor pensar a memória como algo que se constrói e que cria raízes através do vínculo que os sujeitos estabelecem entre si. Quando esses sujeitos participam de um mesmo grupo, as lembranças compartilhadas tecem um fio cujo desenvolvimento leva à constituição do que o autor designa sob o nome de memória coletiva.

Entretanto, quando não se encontra mais o laço que unia as lembranças entre os indivíduos de um grupo, instaura-se a necessidade de registrar por escrito tais lembranças, de forma que estas estejam preservadas. A mudança de registro, de transmissão e de relacionamento entre os sujeitos e as memórias lavradas em lugar próprio inaugura a memória histórica.

No interior de uma teoria que firma uma associação epistemológica com as ciências da cognição, as ideias de Halbwachs podem ser adotadas como forma de enriquecer o debate. Como veremos no capítulo três, a hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos dialoga com a linha sociocultural das ciências cognitivas. De maneira bem sucinta, podemos dizer que essa corrente relativamente recente aposta em uma concepção de cognição cujo raio de alcance está para além do indivíduo: haveria uma rede cognitiva tecida entre os sujeitos e suas respectivas ferramentas cognitivas de modo que um impactaria no outro e levaria à construção de ambientes, a um só tempo, sociais, técnicos e cognitivos, conforme defende E. Hutchins (1995).

Sob a perspectiva de Halbwachs, a transmissão de lembranças se justificaria pelo fato de a memória não ser um simples repositório individual de lembranças, mas, sim, um dos pontos em que se pode identificar a atuação do social sobre os sujeitos. Entretanto, poderíamos pensar que as lembranças que perpassam pelos diferentes membros de um grupo obtêm sua possibilidade de circulação graças ao fato de esses mesmos membros agirem, supostamente, como agentes transmissores dessas memórias. Sob a ótica da cognição distribuída, temos que os grupos, funcionando como quadros sociais, encontram à sua disposição um instrumental (bloco de notas, diários, bilhetes, entre outros), em que são depositadas e evocadas, em uma operação própria de um *continuum* as informações e os valores mais relevantes desses grupos. Quando se mantém contato com essas ferramentas, os dados culturais ali impressos são absorvidos e, consequentemente, os pontos de vista do grupo que se faz parte. Halbwachs, ao afirmar a não necessidade da presença material de uma testemunha para que se recupere

o fio memorial existente entre os sujeitos, reforça o aspecto construtivista da memória, e, poder-se-ia argumentar, talvez, que esse caráter construtivista está assegurado pelas ferramentas que circulam no interior de um grupo dado.

Porém, mesmo que esses artefatos não se façam presentes, o fio de memória que se estabeleceu entre os sujeitos em interação carrega sentimentos, afetos, os quais atuariam, segundo Paveau (2015), também como transmissores, o que vai ao encontro do que Halbwachs entende como memória coletiva: sua abrangência é significativamente menor se comparada à memória histórica, já que o laço que se firma entre ela e os sujeitos aos quais se referem é, também, substancialmente estreito, facilitando, assim, a identificação desses sujeitos com aquilo que é veiculado pela memória de seu grupo.

Insistimos na memória coletiva, porque com ela chegamos a um dos questionamentos que se faz essencial quando se compila um *corpus* baseado na teoria dos pré-discursos: qual é o raio de abrangência dos pré-discursos? Uma sociedade ou um grupo? Para responder essa pergunta, antecipamos, muito brevemente, alguns resultados alcançados até o momento com a presente pesquisa.

Nosso *corpus* conta com dados produzidos, em sua maioria, por uma parcela da população que se situa no espectro político da extrema-direita. Os sujeitos desse grupo defendem uma intervenção militar constitucional. O clamor pelas forças armadas parece se organizar sob dois grandes eixos complementares entre si: i) indigna-se com os esquemas de corrupção e defende-se que eles só chegariam ao fim com a intervenção dos grupos militares; ii) há uma forte suspeita sobre um possível golpe comunista em curso no país, o qual só seria evitado se as forças armadas repetissem o episódio da ditadura militar. Entre esses dois pontos, o que nos chama bastante atenção é este último, pois parece ser possível ver, em conformidade com Halbwachs, a não ruptura entre passado e presente: o discurso dos manifestantes de extrema direita sugere, talvez, quase uma continuidade cronológica entre os anos de 1964 e 2014. A falta de linearidade entre passado e presente é um dos traços que distingue a memória coletiva, isto é, própria de um grupo, de uma memória histórica.

Talvez, a resposta para o questionamento feito acima esteja no entendimento de que, apesar de os pré-discursos serem articulados pela produção discursiva, o conteúdo por eles ativado estará em consonância com a memória coletiva do grupo em que emerge. Em outras palavras, a memória coletiva, pelo seu caráter construtivista, também

participa como difusora de sentimentos, conhecimentos enciclopédicos e crenças pertencentes a um grupo dado.

A memória coletiva permite-nos, ainda, associá-la ao quadro fenomenológico: designar o período entre 1964 e 1985 como ditadura militar ou como regime militar mostra que o que está em jogo é a forma como os sujeitos de um grupo em específico se enxergam em relação a um acontecimento que compõe a memória nacional. Esse posicionamento poderia ser visto como o que Paveau designa como "comunidade dos pré-dados", que possibilita a intercompreensão entre sujeitos. Além disso, a memória coletiva em circulação no interior desse mesmo grupo funciona como mediadora entre os sujeitos e garante o desenvolvimento das linhas discursivas, aspectos que estão assegurados e podem ser devidamente explorados quando Paveau integra o quadro fenomenológico à hipótese dos pré-discursos.

As linhas discursivas, por sua vez, requerem que a esfera linguística por ela comportada seja, também, examinada. Desse ponto em diante, devemos retomar A. Lecomte e S. Moirand.

Embora os dois autores trabalhem com a noção de memória interdiscursiva, a forma como a noção é articulada aos trabalhos de cada um adquire contornos próprios em conformidade com os propósitos que desenvolvem.

Paveau justifica sua escolha teórica ao adotar Lecomte e Moirand argumentando que eles definem melhor o que serviria como contexto: em Lecomte, como vimos, servirá como contexto o universo discursivo – que põe em funcionamento uma lógica discursiva própria de uma memória –, em que se alojam objetos de discurso, enquanto Moirand argumentará que, acima do contexto, está o papel delimitador desempenhado pela realidade inter e intratextual. O contexto executa um papel regulador, em que as anterioridades são formuladas e reformuladas de acordo com o que já se encontra previamente delimitado por ele.

A atuação do contexto em Lecomte ocorre por meio de diferentes operações distribuídas entre o eixo horizontal e vertical: no eixo horizontal, temos o enriquecimento e a predicação; no eixo vertical, a tematização, a denominação e a especificação. Cada um desses recursos é manipulado pelas operações de formulação (as OF's) que garantem o adequado encadeamento linguístico (orientam na seleção verbal, na coordenação, entre outros aspectos), fazendo com que as rupturas comportadas por cada eixo sejam suavizadas e tenhamos a falsa sensação de estarmos diante de um texto homogêneo.

Moirand, por outro lado, partindo dos observáveis que integram um momento discursivo em específico, chega à distinção entre categorias discursivas e linguísticas que podem ser visualizadas a partir desses observáveis. Como investiga o discurso midiático, Moirand argumenta que essas categorias possuem a tendência a repetirem-se e a reformularem-se de acordo com o rastro de memória que os suportes jornalísticos e seus respectivos interlocutores acabam por propiciar.

Por partir da perspectiva dialógica de M. Bakhtin, Moirand atribui as evocações a dados anteriores ao fato de que as palavras já suportam sentidos prévios que deixaram vestígios; com isso, a autora argumenta que a análise dos observáveis de um momento discursivo permite antecipar as categorias linguísticas e discursivas que virão a ser posteriormente produzidas ou convocadas.

Quando uma unidade lexical e o uso discursivo sobre ela empregado fizerem referência à memória de outras palavras que a mídia, de certa forma, criou, Moirand argumenta haver a presença de um dialogismo e, portanto, de uma memória discursiva. Porém, se o que for evocado for da ordem do acontecimento, estaremos na memória dos fatos.

Porém, qual seria a relação entre a memória de um grupo e a memória interdiscursiva? A resposta está no seio das tecnologias discursivas: como as ferramentas cognitivas têm, registrados, em seu interior, os sentimentos e os valores desse grupo, a carga emocional, cultural, histórica e ideológica que eles carregam são transportadas por meio desses artefatos, os quais, atuando como contexto, ajudam a forjar as barreiras entre o dizível e o que é autorizado resgatar.

Nesse sentido, a memória é sempre “recategorização”, “conhecimento por reconhecimento” (PAVEAU, 2013a), pois os sujeitos, ao ficarem expostos aos canais que levam à formação das linhagens discursivas (o instrumental da tecnologia discursiva, a sua memória de grupo), firmariam um vínculo, de ordem semântica principalmente, entre eles e os demais membros do grupo, fazendo, com isso, que se chegue à dimensão intersubjetiva dos pré-discursos: a existência de uma “comunidade de pré-dados” que proporciona a partilha semântica entre os indivíduos.

Na verdade, a maneira como Lecomte e Moirand trabalham a noção de memória interdiscursiva proporciona a Paveau um argumento sólido para pensar o discurso sob a ótica da linha sociocultural da cognição: se o universo discursivo ou as categorias linguísticas e discursivas funcionam como contexto, circunscrevendo, portanto, o que pode ou não ser dito, podemos pensar que eles agem também em conformidade com o

aspecto distributivo da cognição, ou seja, o discurso tanto evoca o que se compartilha em termo de pré-dados ao mesmo tempo em que põe em circulação os pré-dados evocados.

Caracterizar os membros de um grupo social e os discursos como agentes transmissores de uma comunidade pré-dados em específico é um dos pontos a ser abordado por Paveau em Linguagem e Moral (2015), cujas contribuições para a hipótese dos pré-discursos será detalhada no capítulo reservado à análise do *corpus*. Antes disso, porém, prosseguimos com nossa fundamentação teórica, trazendo, no capítulo seguinte, as teorias das ciências da cognição.

CAPÍTULO III

Os impactos das abordagens cognitivas nos estudados da linguagem

Considerações iniciais

No presente capítulo, objetivamos debruçarmo-nos mais detidamente nos estudos desenvolvidos por diferentes autores que se encontram inseridos nos estudos cognitivos. Reconhecendo que o campo da cognição é vasto e diverso em seu interior, os trabalhos mobilizados nesta dissertação nos permitem manter a filiação que tecemos com a hipótese dos quadros pré-discursos coletivos de M. Paveau, ou seja, considerações teóricas que autorizam o revestimento cognitivo dado por Paveau nos estudos discursivos e que serão, por isso, por nós atreladas ao que já foi exposto ao longo da presente dissertação e que serão resgatadas no momento em que analisarmos nosso *corpus*. Dito isto, passamos agora à exposição sobre a maneira como esta seção se encontra formatada.

Iniciamos nossa discussão retomando a semântica de *frames* de C. Fillmore. O artigo *Frame Semantics* apresenta a construção de Fillmore em torno de uma semântica que enxerga o sentido das palavras baseado em um quadro (*frames*) que designa "um sistema de conceitos" (FILLMORE, 1982b, p. 111) dotado de unidades conceptuais, as quais, para serem devidamente compreendidas, demandam a consideração em torno do enquadre em que se situam.

Como a teoria dos modelos cognitivos idealizados (doravante MCI´s) de G. Lakoff (1990) baseia-se em parte na teoria de *frames*, apresentaremos, como segunda seção deste capítulo, a semântica cognitiva de Lakoff, ressaltando os MCI's dos processos metonímicos e das estruturas radiais.

Porém, pelo fato de a semântica cognitiva de Lakoff investigar a construção do sentido de forma a priorizar a percepção humana, estando esta última atrelada a uma relação entre mente e corpo em que a dimensão histórica encontra-se apagada, é necessário perseguir uma perspectiva teórica em que os processos históricos sejam considerados no estudo do sentido das palavras. Nesse sentido, a terceira parte detalha as refutações que V. Nyckees (1997) realiza em torno da obra de Lakoff.

Em seguida, em nossa quarta seção, apresentaremos os modelos teóricos desenvolvidos no âmbito das ciências da cognição por diferentes teóricos que, ou estão

diretamente inseridos no campo das ciências cognitivas ou, apesar de serem de outras áreas do conhecimento, revestiram, também, suas pesquisas de uma dimensão cognitiva.

Os modelos teóricos aos quais nos referimos são a cognição situada, partilhada e distribuída e são representados, respectivamente, pelas reflexões de Brown et al (1989), L. Resnick (1987 e 1991) e E. Hutchins (1995). Em todos esses modelos, observa-se a preocupação dos autores em tratar a cognição em uma perspectiva mais ampla, o que significa situar o funcionamento cognitivo para além de um indivíduo. Esse arcabouço teórico, em específico, foi desenvolvido em um contexto determinado (a partir dos anos de 1990), o que denuncia uma preocupação, até o momento, inédita, no campo das ciências cognitivas: a consideração da instância social como algo que se encontra inserido e que, por isso, implica no desenvolvimento das estruturas mentais humanas.

As duas últimas seções serão reservadas para estabelecermos as proximidades e/ou especificidades entre as teorias desenvolvidas no âmbito das ciências da cognição (seção 5) e para refletirmos mais a respeito dos impactos que essas mesmas teorias trazem para a hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos (seção 6).

1. A semântica de *frames* de C. Fillmore

A expressão *frame semantics* é empregada por Fillmore (1982b) para designar um programa de pesquisa baseado no empirismo semântico que parte do princípio de que quaisquer sistemas conceptuais encontram-se relacionados de maneira que, para entender um, é necessário compreender toda a estrutura que o abarca. Para Fillmore, quando "um dos conceitos dessa estrutura é introduzida em um texto ou em uma conversação, todos os outros se fazem automaticamente disponíveis"[29] (FILLMORE, 1982b, p. 111, tradução nossa).

A tese de Fillmore parte do princípio de que as palavras "representam a categorização da experiência" (1982b, p. 112). Tais categorizações, por sua vez, encontram sua sustentação por meio de uma situação concreta que leva à constituição do conhecimento e da experiência humanos. Quanto à significação das palavras, Fillmore argumenta que a pesquisa sobre os *frames* semânticos possibilita percorrer o caminho que leva desde a constituição de uma categoria em si por uma comunidade de

[29] "[...] when one of the things in such a structure is introduced into a text, or into a conversation, all of the others are automatically made available" (FILLMORE, 1982b, p. 111).

fala para representar o mundo até o estudo do significado da palavra em si de forma a encontrar essa justificativa.

Aprofundando sua reflexão em torno do conceito de *frame*, Fillmore nos mostra o percurso por ele percorrido até ter conseguido elaborar de maneira satisfatória esta noção. Em linhas gerais, pode-se dizer que a teoria do autor, a princípio, residia em uma perspectiva distributiva de classe de palavras a partir da análise de unidades lexicais que comumente se manifestavam em determinados contextos, o que sinalizaria para a existência de *frames*, os quais, por sua vez, orientariam a substituição de palavras de uma classe morfológica em específico.

Após esse momento, Fillmore afirma que seu foco recaiu sobre os verbos ao adotar uma perspectiva da gramática transformacionalista de N. Chomsky. Sua tese consistia na defesa de que haveria um comportamento desempenhado pelo verbo (*a grammatical behavior*), por meio do qual se poderia chegar à estrutura gramatical do inglês. Nesse sentido, as palavras individuais responderiam à gramática da língua, a qual, por sua vez, operaria sob princípios funcionais também particulares.

Esse estudo, segundo Fillmore, foi essencialmente sintático, pois posicionava os verbos no interior de uma suposta estrutura profunda de *frames* sintáticos que obedeceriam a regras transformacionais que conduziriam a sentenças superficiais. A partir disso, entretanto, Fillmore nota que estudar os verbos a partir de seu agrupamento e classificação não era, na verdade, suficiente e passa, então, a pensar se não seria mais profícuo considerar que "as estruturas nas quais os verbos estavam inicialmente associados fossem descritos em termos de funções semânticas e dos argumentos a elas associados" (FILLMORE, 1982b, p. 114). A conclusão à qual Fillmore chega é que seria mais relevante estudar um verbo a partir da sua valência semântica:

> Eu propus que os verbos poderiam ser vistos como possuindo basicamente dois tipos de características relevantes para a sua distribuição nas sentenças: em primeiro lugar, uma descrição baseada na ideia de valência de uma estrutura profunda expressa em termos do que designei como "casos de *frames*"; a segunda, como a descrição em termos de recursos de regra. O que eu chamei de "casos de *frames*" englobava as descrições de palavras predicativas que transmitiam uma informação do tipo: um verbo determinado ocorre em expressões contendo três nomes, um nome designando um agente que realiza o ato indicado pelo verbo, um nome que se refere a um objeto sobre o qual a atuação do agente exerce o poder de interferir no estado desse mesmo objeto e, por último, um nome que alude a um objeto sobre o qual decorre uma mudança de estado fruto da atuação do agente em si (FILLMORE, 1982b, p. 114, tradução nossa).

Apesar disso, o autor reconhece que essa abordagem ainda estava próxima de uma perspectiva formal, na medida em que ainda considerava estruturas individuais em que certos verbos, que teriam três atores, poderiam aparecer. Além disso, tais verbos eram relacionados a padrões que seriam, segundo essa nova hipótese, de caráter semântico.

À relação de argumento estabelecida pelo verbo, Fillmore designa como *frame* semântico. Ainda que o termo *frame* não tenha sua origem na linguística, o autor justifica seu uso por pensar que cada *frame* seria a caracterização de um cenário (uma cena ou uma situação). Portanto, a tentativa de depreensão da estrutura semântica de um verbo era o caminho inevitável a ser adotado para se compreender "as propriedades de cenas esquematizadas dadas" (FILLMORE, 1982b, p. 115).

As cenas esquematizadas, por sua vez, designam casos semânticos e funcionam como ponto relevante para entender, de acordo com Fillmore, a semântica estrutural do verbo, o que permite, inclusive, entender como diferentes línguas formam orações mínimas (*minimal clauses*). Ainda assim, o autor percebeu que suas teorizações não foram suficientes para explicar a estrutura semântica das orações que possuem verbos intransitivos *(individual verbs*). O autor também sinaliza outra dificuldade decorrente dessa hipótese:

> Essa teoria dos papéis semânticos não forneceu os detalhes necessários para uma descrição semântica; parecia cada vez mais necessário um outro nível independente de estrutura de papéis para a descrição semântica de verbos em domínios limitados particulares. Uma maneira possível de conceber uma contagem mais completa da semântica lexical foi associar algum mecanismo para derivar conjuntos de condições de verdade para uma oração a partir de informações semânticas individualmente anexadas a determinados predicados. Mas me pareceu mais proveitoso acreditar que existem estruturas cognitivas maiores capazes de fornecer uma nova camada de noções de papéis semânticos, a partir dos quais domínios inteiros do vocabulário poderiam ser semanticamente caracterizados (FILLMORE, 1982b, p. 115, tradução nossa)

Dentre as tentativas do autor em descrever uma estrutura semântica está a cena de "evento comercial". O objetivo do autor foi mostrar como "um amplo e importante conjunto de verbos do inglês poderiam ser vistos como semanticamente relacionados uns aos outros, em virtude das diferentes formas em que podem ser 'indexados' ou 'evocados' com relação a uma cena dada (FILLMORE, 1982b, p. 115). Por exemplo, no cenário esquemático "evento comercial", estão incluídos desde o comprador até a quantia de dinheiro envolvido, estes, por sua vez, requerem, em conformidade com essa mesma cena, o vendedor e o bem a ser adquirido. Em outras palavras, o verbo

“comprar” confunde-se com o verbo “vender”. Para o autor, isso funciona como evidência para o fato de que

> Ninguém pode dizer que conhece o significado desses verbos sem reconhecer os detalhes da cena que compõe o pano de fundo e a motivação das categorias representadas por essas palavras. Empregando o termo “*frame*” para a maneira estruturada na qual a cena é apresentada ou lembrada, nós podemos dizer que o *frame* estrutura o significado das palavras e que a palavra “evoca” o *frame* (FILLMORE, 1982b, p. 116-117, tradução nossa).

Fillmore argumenta, ainda, que essas estruturas podem ser evocadas pelos sujeitos para descrever situações que não condizem com o momento imediato de comunicação. Com isso, o seu modelo de *frames* contribui também para pensar a respeito daquilo que é ativado (ou seja, a cena esquemática) quando se está diante de uma palavra em específico. Para Fillmore, todos nós “dispomos de *frames* cognitivos e de *frames* intencionais’” (FILLMORE, 1982b, 117), estando estes últimos relacionados com a maneira como conceituamos a interação entre o falante e seu ouvinte ou entre escritor e seu leitor (FILLMORE, 1982b).

O autor também se preocupa em trazer a questão do protótipo para a sua reflexão em torno do sentido das palavras, defendendo que o significado é impactado pelo efeito de protótipo, já que este corresponde a um arcabouço cultural específico. A possibilidade de traçar o diálogo entre as duas teorias advém do fato de que, segundo Fillmore, “o quadro ou pano de fundo sobre o qual o significado de uma palavra é definido e entendido representa uma fatia bastante grande da cultura que o envolve” (1982b, p. 118, tradução nossa). A partir da teoria do protótipo de E. Rosch (1973), Fillmore considera as unidades conceituais “órfão” e “café-da-manhã”, mostrando que, no caso de “órfão”, o seu sentido é constituído em uma cultura em que se entende que as crianças devem ser amparadas e cuidadas por seus pais, enquanto que, no caso de “café-da-manhã”, só pode ser entendido como primeira refeição do dia em uma cultura que as pessoas tenham o hábito de realizar, pelo menos, mais de uma refeição durante o dia e em horários específicos.

Fillmore, mediante tais reflexões, propõe a seguinte definição de *frame*

> Um “*frame*”, como conceito, desempenha um papel na descrição dos significados linguísticos; é um sistema de categorias estruturadas em conformidade com algum contexto motivador. Algumas palavras existem para proporcionar acesso ao conhecimento de um *frame* em específico aos participantes do processo comunicacional e, simultaneamente, servem para executar a categorização que toma esse *framing* como garantido (FILLMORE, 1982b, p. 119, tradução nossa).

Como contexto motivacional, Fillmore o define como um conjunto de práticas, de compreensões que fortalecem a criação de uma categoria particular "na história da linguagem de comunidade" (1982b, p. 119).

Isso significa dizer que a palavra traz consigo um fundo. Cabe ao sujeito, de acordo com essa perspectiva, evocar um *frame* e mostrar a validade de sua evocação aplicando as palavras que correspondem a esse *frame.*

No caso do inglês, isso explicaria as diferenças semânticas entre palavras que, a princípio, parecem designar a mesma coisa, como *land* e *ground*: ainda que se refiram à entidade "terra", cada um situa essa entidade em um *frame* maior, pois *land* emprega o *frame* que situa a parte seca da terra em contraposição aos mares e oceanos, enquanto *ground* realiza a distinção entre solo e ar (FILLMORE, 1982b).

Em decorrência desses pontos, Fillmore argumenta que a compreensão textual envolve reter e perceber os *frames* que são evocados pelas unidades conceituais que compõem esse mesmo texto. Nesse processo, o autor reconhece duas maneiras distintas de ativar os *frames* cognitivos: uma em que o material linguístico suscita *frames* significativos, e outra em que o receptor do texto evoca os *frames.* No primeiro caso, os exemplos seriam os termos já empregados pelo autor e que condicionam a evocação no sujeito. No segundo caso, o receptor atribui coerência ao texto ao evocar um *frame* em particular. Para Fillmore, os *frames* evocados podem partir do conhecimento geral, conhecimento este que é independente "do texto em mãos ou da forma como o texto se desenvolve" (1982b, 124).

O autor continua sua reflexão, porém destaca a questão dos itens lexicais que autorizam "formulações em termos da noção de semântica de *frames*. Em decorrência disso, o autor destaca a questão da polissemia, argumentando que um mesmo item lexical se enquadra em dois *frames* distintos entre si.

Fillmore reconhece, a partir da perspectiva de *frames*, que um mesmo fato pode possibilitar o resgate de diferentes *frames*, os quais, por sua vez, fazem com que se trate, por fim, de fatos diferentes. Como exemplo, Fillmore menciona o caráter de pessoas que apresentam pouco interesse em dar dinheiro. Pode-se falar a respeito dessas mesmas pessoas que elas são mesquinhas ou econômicas. Caso se assuma que se tratam de pessoas mesquinhas, teríamos, automaticamente, o contraste em relação a esse atributo com o aspecto da generosidade. Poder-se-ia, contudo, encarar a pouca disponibilidade em doar dinheiro com o fato de a pessoa ser econômica, nesse caso, o atributo "econômica" entraria em choque com o aspecto "gastador". No primeiro par

(mesquinho x generoso), o que está em jogo é o *frame* em que se realça o comportamento de uma pessoa em contraste com seus pares. No segundo par (econômico x gastador), o *frame* que se destaca é o da relação que uma pessoa estabelece com seus próprios ganhos.

O autor atribui, também, aos *frames* a possibilidade de adotar um *frame* para designar uma cena que não possui um enquadre por si só. É o que ocorre com a unidade conceptual *bachelor* (solteirão). Inicialmente, o termo era empregado para referir-se aos machos da espécie lobo-marinho que não conseguem uma parceira durante o período de acasalamento. Por um processo metafórico (conforme propõem G. Lakoff e M. Johnson, 1980), o termo passou a ser empregado para caracterizar pessoas do sexo masculino que, conforme se acredita convencionalmente na cultura norte-americana, ultrapassaram a idade adequada para se casarem e apresentam comportamentos masculinos estereotípicos.

Fillmore, além disso, defende que os *frames* evidenciam um funcionamento cognitivo específico, a saber: os *scripts*. Os *scripts* são, segundo o linguista, um tipo específico de *frames* que se encontra organizado como sequências de tipos de eventos, afetando diretamente, quando são mobilizados, questões linguísticas, como a coesão. Em uma sentença como "Maria já sente as dores do parto; a criança deve nascer logo", o que permite a utilização do artigo definido "a" em um elemento ainda inédito do texto (criança), o que parece contrapor - se ao que diz a gramática tradicional, é o fato de que, em um evento como DAR A LUZ, encontra-se automaticamente inserida uma sequência de eventos que vai desde as contrações da mulher grávida ao nascimento da criança.

Vimos, portanto, como já denuncia o nome da hipótese lançada por Fillmore, um estudo semântico que se preocupa em atrelar diretamente o sentido das palavras a um funcionamento cognitivo que se encontra ancorado em conhecimentos da vida cotidiana e, portanto, da cultura dos sujeitos. Prosseguindo com essa mesma abordagem, apresentamos, na seção seguinte, as reflexões de G. Lakoff (1990) a respeito dos modelos cognitivos idealizados (MCI's), que apostam em uma imbricação profunda entre corpo e mente durante o processo de construção do significado.

2. A semântica cognitiva de G. Lakoff

Na abordagem relativamente recente das ciências da cognição, o pensamento é visto como corporificado, o que significa dizer que as estruturas participantes do nosso

sistema conceitual se constituem a partir da nossa experiência corporal e passam a fazer sentido a partir dessa instância corpórea. Para Lakoff, "o núcleo do nosso sistema conceitual é diretamente fundamentado na nossa percepção, no nosso movimento corporal, e na experiência de caráter físico e social (LAKOFF, 1990, p. xiv, tradução nossa).

O pensamento é entendido como "representativo" (*imaginative*), ou seja, nem todo conhecimento se desenvolve diretamente da experiência. Devido a esse aspecto, encontram-se englobadas a metáfora, a metonímia e os esquemas imagéticos. O pensamento abstrato deve-se, em grande parte, a esses três recursos, os quais, por sua vez, também são impactados pela dimensão corporal.

O pensamento é dotado de propriedades *gestalt*[30] e, logo, não funciona de maneira atômica. De acordo com Lakoff, "o conhecimento possui uma estrutura geral que não se restringe a armazenar 'conceitos em blocos' orientados por regras gerais" (1990, p. xiv, tradução nossa).

Como consequência do ponto anterior, as ciências cognitivas classificam o pensamento humano como uma estrutura ecológica (*ecological estructure*): "a eficiência do processamento cognitivo, na aprendizagem e na memória, por exemplo, depende da estrutura geral do sistema conceptual e do que os conceitos significam. Pensar é mais do que a manipulação mecânica de símbolos abstratos" (LAKOFF, 1990, p. xv, tradução nossa).

A teoria de Lakoff refuta o paradigma objetivista[31] e baseia-se na tese de E. Rosch (1976), a qual parte do princípio de que o sistema de categorias desempenha a função de economia cognitiva, ou seja, fornecer o máximo de informação com o mínimo de esforço. A depreensão de máxima informação a partir de um esforço mínimo pode ser alcançada desde que as categorias sejam capazes de se manterem o mais próximo possível à percepção da estrutura do mundo em si.

---

[30] "A teoria [*gestalt*] propõe que aquilo que percebemos de cada parte do todo nos é fornecido pelo próprio todo e que, se pretendemos chegar às características desse todo, não podemos partir das partes que o compõem, isoladamente. Nessa perspectiva explicativa, a organização ou a natureza do todo influi na percepção das partes desse todo" (TENUTA DE AZEVEDO e LEPESQUEUR, 2011, p. 2).

[31] A abordagem de G. Lakoff requer o desenvolvimento de um paradigma próprio para refletir a respeito da construção do significado. A esse novo paradigma, G. Lakoff e M. Johnson (1980 [2003]) atribuem o nome de realismo experiencialista. Na próxima seção, são apresentados os princípios teóricos dessa corrente cujo principal intento é refutar o paradigma objetivista nos estudos acerca do processo de categorização humana.

Isso se deve ao fato de não sermos capazes de comportar minuciosamente, em nossa arquitetura cognitiva, todos os objetos do meio circundante, pois nossas estruturas mentais não são refinadas a esse ponto.

Rosch considera a existência de dois princípios básicos (economia cognitiva e estrutura do mundo percebido) que funcionam como gatilho para o processo de categorização, o qual se divide em vertical e horizontal:

> A implicação dos dois princípios de categorização para a dimensão vertical é que nem todos os níveis possíveis de categorização são igualmente bons ou úteis, ao contrário, o nível mais básico de categorização será o nível mais inclusivo (abstrato) no qual as categorias podem refletir a estrutura dos atributos percebidos no mundo. A implicação dos princípios de categorização para a dimensão horizontal é que, para aumentar a distinção e a flexibilidade das categorias, estas tendem a ser definidas em termos de protótipos ou de instâncias prototípicas que contêm os atributos mais representativos dos itens dentro e menos representativos dos itens fora da categoria. (ROSCH, 1976, p. 4, tradução nossa).

Em outras palavras, a tese de Rosch fragiliza a perspectiva tradicional de categorização ao mostrar que existem, no lugar de atributos definidores, dois níveis de categorização formados por elementos heterogêneos. Esses níveis se constituem pela inclusão que exercem sobre os elementos que abarcam, isto é, no nível vertical, a autora observa uma inclusão maior sobre as entidades que podem ali figurar, enquanto que, no nível horizontal, acentua-se um aspecto fronteiriço entre esses mesmos elementos, autorizando, com isso, a evocação a melhores ou piores exemplos de uma mesma categoria.

O nível básico de categorização denuncia a existência de outros dois níveis de classificação: os níveis superordenado e subordinado. Aquele atua como hiperônimo, ou seja, elemento superior e genérico responsável por organizar, abaixo de si, suas entidades constituintes. E estas, por sua vez, são os hipônimos, isto é, as entidades inscritas sob o hiperônimo. Os dois apresentam graus de especificação: quanto mais próximo do hiperônimo, mais vaga é a semelhança entre os membros de sua própria categoria, enquanto que, no caminho inverso, as propriedades comuns são mais fortes entre os membros. O nível básico de categorização situa-se entre esses dois grandes eixos.

O nível horizontal, ou os efeitos de protótipo, destaca os exemplos mais centrais ou mais periféricos que uma categoria pode conter. Com isso, quanto mais próximo um membro estiver do centro de uma categoria (centro, aqui, sendo entendido como os elementos definidores da categoria em si), mais próximo ele estará de um efeito prototípico, enquanto que os membros mais distantes funcionarão como exemplos não

tão adequados para uma categoria dada. Na categoria “aves”, por exemplo, “gavião” seria um exemplo prototípico, porém o mesmo não se verificaria com “pinguim” ainda que seja, cientificamente, um tipo de ave. É importante destacar, ainda, que os efeitos prototípicos são diretamente relacionados à dimensão cultural na medida em que o melhor ou pior exemplo de uma categoria depende da sociedade que reflete sobre eles.

As ideias de Rosch são caras à proposta de Lakoff, porque, conforme afirma o próprio autor, é uma tentativa de substituição da abordagem clássica sobre a categorização por uma concepção que advoga a favor da existência de categorias baseadas em protótipos pelos modelos cognitivos, os quais atuam, nas palavras de Lakoff, da seguinte maneira:

> Os modelos cognitivos são diretamente *incorporados* no que se refere ao seu conteúdo, ou são sistematicamente vinculados a modelos diretamente incorporados. Os modelos cognitivos estruturam o pensamento e são usados na formação de categorias e de raciocínio. Conceitos caracterizados como modelos cognitivos são compreendidos através da incorporação desses modelos.
> Grande parte dos modelos cognitivos é incorporado. Aqueles que não o são demandam maior esforço e são empregados conscientemente.
> A natureza da incorporação conceitual leva à categoria de nível básico e à primazia do nível básico.
> Os modelos cognitivos são empregados na metonímia conceitual (LAKOFF, 1990, p. 13, tradução nossa).

A teoria dos MCI’s é uma estrutura complexa, um *gestalt*, que utiliza quatro princípios estruturantes: estrutura proposicional, como os *frames* de Fillmore, estrutura dos esquemas imagéticos, como na gramática cognitiva de R. Langacker (1987), mapeamentos metafóricos e metonímicos de Lakoff e M. Johnson (1980).

O autor argumenta que os componentes de um modelo cognitivo podem corresponder a uma categoria conceitual, em que emergiria um efeito de protótipo. Tal efeito pode percorrer um raio gradativo que vai desde os efeitos mais simples até os mais complexos. Como exemplo de um efeito de protótipo simples, o autor retoma o exemplo de “solteirão” (*bachelor*), termo empregado para se referir aos homens que não casaram na idade supostamente adequada. Devido a isso, o MCI “solteirão” retoma um exemplo bastante específico que só pode ser aplicado no contexto de uma sociedade que valorize o casamento monogâmico entre pessoas do sexo oposto. Nesse contexto, é totalmente inadequado classificar líderes religiosos proibidos de casar, muçulmanos que só possuem três esposas e homens homossexuais como “solteirões”. Em outras palavras, a fronteira muito fixa que o MCI “solteirão” instaura faz com que ele funcione como um efeito prototípico simples (o melhor exemplo da categoria deve atender estritamente ao

enquadre por ele evocado), sinalizando, portanto, que ele simplifica uma realidade exterior a ele que conta com outros elementos que poderiam, em certa medida, ser entendidos como “solteirões”.

Lakoff menciona também a existência de MCI’s que envolvem modelos complexos, ou seja, uma unidade conceitual em que não há um elemento que se sobressai individualmente. Por exemplo, a unidade conceitual “mãe” faz emergir uma série de modelos (modelo genético, modelo de criação) que não funciona de modo excludente entre si.

Dentre os tipos de modelos cognitivos idealizados, Lakoff elenca a metonímia. A presença da metonímia nos estudos dos MCI’s se justifica pelo fato de ela ser, sob a ótica da semântica cognitiva, “uma das características básicas da cognição” (LAKOFF, 1990, p. 77), pois é recorrente o número de vezes em que os falantes empregam a característica ou a funcionalidade de uma entidade para aludir à totalidade que a cerca.

O que interessa Lakoff em relação à metonímia é “o membro ou subcategoria que surge metonimicamente para toda categoria com o propósito de se fazer inferências ou julgamentos” (LAKOFF, 1990, p. 77, tradução nossa).

Mais à frente, Lakoff argumenta que os estereótipos sociais são casos representativos de metonímia, pois “têm *status* reconhecido socialmente que emerge como representante de toda a categoria” (1990, p. 79, tradução nossa).

Lakoff ressalta, contudo, que o que ele chama de modelos metonímicos são, na verdade, modelos de indivíduos. Esses estão inclusos nos estereótipos sociais. Tais estereótipos servem constantemente como tópico de discussão pública e obedecem a expectativas culturais.

Outro exemplo que denota o funcionamento da metonímia em termos conceptuais são os exemplos salientes: os sujeitos mostram a tendência a usar exemplos familiares e memoráveis para referir-se a todos os outros membros daquela mesma categoria.

Para aprofundar ainda mais a discussão em torno da categorização humana, Lakoff inicia a discussão sobre as categorias radiais, isto é, ramificações que se referem a um modelo central de categorização, sem, contudo, terem se originado desse mesmo modelo. Tratam-se de extensões pautadas na convenção e que requerem do sujeito o seu aprendizado ainda que sejam extensões de um modelo central dado. Lakoff assinala que não se estruturam de forma aleatória. Para Lakoff, “o modelo central determina as possibilidades para extensão ao lado das relações possíveis entre o modelo central e as extensões modelo” (1990, p. 91, tradução nossa), o que permite o autor defender que “as

extensões de um modelo central sejam motivadas pelo modelo central somado a certos princípios gerais de extensão" (1990, p. 91, tradução nossa).

Para entender a atuação dessas categorias radiais e, consequentemente, a forma como se estruturam as categorias conceptuais, Lakoff menciona a língua *Dyirbal*, falada por aborígenes australianos, e que se caracteriza como uma língua classificadora (*classifier language*), isto é, um tipo de língua cujos substantivos são marcados como pertencentes a categorias determinadas.

Baseando-se no estudo de R. Dixon (1982 *apud* LAKOFF, 1990, p. 92), Lakoff detalha a maneira como os falantes de *Dyirbal* classificam os objetos do mundo: um substantivo, quando presente em uma sentença, pode ser acompanhado de quatro classificadores, os quais comportam, por sua vez, uma série de elementos bastante diversa entre si.

Em seu estudo, Dixon (1982 *apud* LAKOFF, 1990, p. 93) propõe uma classificação mais básica para indicar os objetos situados em cada grupo. Então, ele propõe que o primeiro classificador (*bayi*) contém, além do homem, os machos das outras espécies; no segundo classificador (*balan*), há a presença da mulher e das fêmeas de outras espécies, além da água, do fogo e da luta; no classificador *balam*, estão as comidas sem carne; e, por último, no *bala* está tudo aquilo que não foi abarcado nos classificadores precedentes.

Ainda que seja um processo peculiar aos olhos de um sujeito não falante de *Dyirbal*, Lakoff mostra que é possível compreender a motivação que impulsiona esse processo singular de classificação se tivermos conhecimento do sistema de mitos e crenças do *Dyirbal*, o que explicaria a aparente incoerência em colocar, em um mesmo classificador, por exemplo, alguns pássaros na categoria I (*bayi*) e a maioria desses animais na categoria II (*balam*):

> Se um substantivo tem a característica X (com base na qual se espera que sua participação na classe seja decidida), mas é, por crença ou mito, conectado à característica Y, geralmente pertence à classe correspondente a Y e não à correspondente a X (LAKOFF, 1990, p. 94, tradução nossa).

O processo de categorização *Dyirbal* evidencia ainda que, segundo Dixon (*apud* LAKOFF, 1990, p. 94), se uma subcategoria de substantivos compartilha uma propriedade específica importante sem que o restante dos elementos desse mesmo grupo contenha tal aspecto, então os membros desse subconjunto estarão organizados em conformidade com o aspecto mais relevante. No classificador *balan*, o aspecto

agregador seria a nocividade. Segundo Lakoff, os estudos de Dixon permitem chegar à conclusão a respeito da maneira como opera o sistema de categorização humana, o qual envolve os seguintes princípios: centralidade, encadeamento, domínios de experiência, modelos idealizados, conhecimento específico, os outros, propriedades sem semelhanças comuns e motivação.

A centralidade envolve os membros básicos de uma categoria que se destacam. No processo de categorização *Dyirbal*, os *Willy wagtails* e a lua são menos centrais do que o "homem" no grupo I. No grupo II, picadas de videira, peixes-agulha e lagartas são elementos menos centrais do que a "mulher".

O encadeamento, por sua vez, diz respeito ao fato de que as estruturas complexas se organizam sob essa forma. Portanto, os membros centrais estão vinculados a outros membros, e estes, por sua vez, também se vinculam a outros e assim por diante. Em *Dyirbal*, o encadeamento é observado pela associação estabelecida entre "mulher" e "sol" e entre este último e a "queimadura de sol", a qual é, por sua vez, relacionada à "lagarta". Isso explica o fato de "lagarta" e "mulher" estarem presentes no mesmo classificador. E, como se vê, para ser desvelada a motivação por detrás do encadeamento, é necessário correlacionar com um domínio de experiência específico, o qual diz respeito a uma cultura dada que motiva o fenômeno descrito.

Os modelos idealizados (mitos e crenças) seriam responsáveis, de acordo com Lakoff, por caracterizar as junções entre as categorias de encadeamento. Isso leva o autor a afirmar que o conhecimento específico, a mitologia no caso analisado, por exemplo, desempenha um papel mais determinante do que um conhecimento genérico.

Apesar de parecer contraditório, o estudo em torno do *Dyirbal*, conforme propõe Lakoff, torna possível considerar a existência de uma categoria que engloba os elementos não suportados por outras. Consequentemente, nesse grupo, não existem os princípios da centralidade, do encadeamento, entre outros.

Quanto ao princípio das propriedades sem semelhanças comuns, Lakoff argumenta que não é necessário existir um compartilhamento de propriedades entre as entidades agrupadas em um mesmo bojo, ou seja, posicionar em uma mesma categoria mulher e coisas perigosas não significa sinalizar que as mulheres sejam, de algum modo, nocivas, assim como não é necessário crer haver alguma feminilidade nas coisas conhecidas por representar perigo na cultura *Dyirbal*. Porém, o autor reconhece que "propriedades compartilhadas parecem desempenhar um papel importante na

caracterização de esquemas básicos em uma determinada categoria (plantas comestíveis, ser humano masculino e ser humano feminino) (LAKOFF, 1990, p. 90, tradução nossa).

Ao longo do texto, Lakoff teoriza a respeito do fato de o princípio do domínio da experiência poder ser associado ao princípio da propriedade mais importante de Dixon. A argumentação de Lakoff sustenta que o princípio do domínio da experiência sinaliza que existem esferas importantes para a categorização *Dyirbal*, como os mitos e crenças.

Lakoff parte do princípio de que o domínio da experiência desempenha um papel fundamental em uma possível extensão que uma categoria venha a sofrer. O autor ilustra tal alegação com o classificador japonês *hon*. A princípio, ele deve caracterizar objetos longos e finos, todavia passou a ser usado para referir desde arremessos em partidas de beisebol até injeções médicas (LAKOFF, 1990).

Lakoff sugere que esses domínios da experiência correspondem a esquemas imagéticos (a bola de beisebol percorrendo um trajeto longo fino assemelha-se à agulha de uma injeção e vê-se, a partir dos dois, a metáfora da condução[32]), os quais formariam "as bases para a extensão de uma categoria central para outra não central" (LAKOFF, 1990, p. 105, tradução nossa). Defendendo o esquema imagético como "uma das diversas maneiras de relações cognitivas que podem se formar de maneira a construir a extensão de uma categoria" (LAKOFF, 1990, p. 106, tradução nossa), o autor chega a algumas conclusões a partir do classificador japonês *hon*, que, embora esteja inserido no contexto cultural nipônico, pode servir, da mesma forma como o *Dyirbal*, como um caminho que permite pensar como os esquemas imagéticos atuam sobre o sistema conceptual humano.

Em primeiro lugar, Lakoff assinala que os usos de *hon* sinalizam para uma preferência por objetos concretos de nível básico: varas, lápis, tacos de beisebol, entre outros. A direção da extensão parece percorrer um sentido que vai do uso concreto

[32] Assim como a metonímia, a metáfora é entendida em termos conceptuais por G. Lakoff e M. Johnson. Em seu livro *Metaphors we live by* (LAKOFF e JOHNSON, 2003 [1980]), os autores argumentam que nosso "sistema conceptual ordinário, em termos do qual pensamos e agimos, é basicamente de natureza metafórica" (2003 [1980], p. 3). A metáfora é largamente explorada pelos sujeitos para, a partir de um domínio-fonte, alcançar um domínio-alvo. Normalmente, o primeiro é conceptualizado a partir de experiências corporais concretas, enquanto o segundo é abstrato. É por meio desse princípio, por exemplo, que as pessoas constroem sua percepção de "tempo" ora como espaço (ele chegou *em cima da hora*) ora como dinheiro (não posso *perder* tempo). Como a metáfora é essa transposição entre domínios, o domínio-fonte, de natureza mais concreta, nutre-se a partir de nossa experiência corpórea, os esquemas imagéticos são estruturas de conhecimento que se consolidam por meio desse tipo de esquematização da experiência. Apesar da riqueza da metáfora conceptual, para fins de estudos discursivos, não traremos a contribuição de Lakoff e Johnson sobre o assunto, pois a metonímia parece render reflexões mais consistentes no caso específico do nosso *corpus* de pesquisa.

desses objetos em direção a conceitos abstratos como as batidas e os arremessos em partidas de beisebol.

Para Lakoff, é necessário construir uma teoria da motivação para entender o que se está em jogo quando se realiza a extensão de uma categoria. Segundo o autor, nessa teoria devem estar presentes as transformações a partir dos esquemas imagéticos e as metonímias conceptuais. Por exemplo, "casos em que o objeto principal como um taco de beisebol pode representar um arremesso bem-sucedido (LAKOFF, 1990, p. 107, tradução nossa)"[33].

Em terceiro lugar, Lakoff mostra que a relação entre o taco de beisebol e o arremesso em si não compartilham nenhuma característica em comum. O que justifica a associação que os falantes de japonês estabelecem entre os dois é o fato de haver a participação direta dos esquemas imagéticos e da metonímia.

Por último, o linguista argumenta que o uso do classificador *hon* para arremessos no beisebol não é algo previsível, pois se baseia na convenção entre os falantes, a qual é, por sua vez, motivada. A motivação ocorre graças aos dois elementos já mencionados: os esquemas imagéticos e a metonímia.

As reflexões de Lakoff sobre a maneira como se estrutura o nosso sistema conceptual requerem dialogar com um paradigma teórico e filosófico que não seja o mesmo daquele adotado na abordagem tradicional sobre a categorização humana. Nesse sentido, na seção seguinte, trazemos os conceitos pertencentes ao *realismo experiencialista*, que responde, para o autor, à altura das demandas que uma semântica baseada na experiência perceptiva e corpórea dos sujeitos implica.

2.1 O *realismo experiencialista* de G. Lakoff e M. Johnson

Lakoff opõe filosoficamente sua teoria contra aquilo que denomina como paradigma objetivista. Essa perspectiva defende, em linhas gerais: i) que os conceitos e o raciocínio são transcendentais, isto é, independentes da natureza e do corpo do ser humano; ii) que o pensamento é a manipulação mecânica de símbolos abstratos que não possuem sentido por si só, mas que adquirem sentido por meio da correspondência estabelecida com os objetos do mundo; iii) que os conceitos provêm de representações

[33] Alguns japoneses podem usar o classificador *hon* para caracterizar os pontos executados durante uma partida de beisebol, mostrando a sobreposição entre o domínio-fonte *taco de beisebol* e o domínio-alvo *pontuação* (LAKOFF, 1990).

internas da realidade externa; iv) por fim, que caracteriza a mente como um espelho da natureza, em que a razão simplesmente refletiria a lógica do mundo externo. Como resposta a essa concepção, Lakoff e Johnson propuseram o realismo experiencialista, o qual, para ser apreendido em profundidade deve ser vinculado ao realismo básico.

O objetivismo e o realismo experiencialista compartilham alguns preceitos oriundos do realismo básico. Este, por sua vez, reveste-se de noções como a crença de que o mundo externo efetivamente existe e que inclui tanto os seres humanos quanto suas experiências; a defesa em torno do fato de que há uma conexão entre o sistema conceptual humano e outros aspectos da realidade; e o comprometimento com a existência do conhecimento estável do mundo externo.

Apesar da convergência entre as teorias no que diz respeito aos conceitos elencados acima, o realismo experiencialista trata-se de uma versão do realismo interno[34] e objetiva, dentre outros pontos, construir

> Perspectivas alternativas de sentido, verdade, conhecimento, compreensão, objetividade e razão;
> uma teoria dos modelos cognitivos capazes de lidar com os fatos da categorização e da semântica da língua natural;
> uma perspectiva de relativismo que evita os problemas do relativismo total e que defende haver estabilidade no conhecimento científico (LAKOFF, 1990, p. 265-266, tradução nossa).

O autor reforça que tudo isso deve ser feito de forma a preservar o realismo básico e descreve a abordagem experiencialista como uma expansão do realismo interno e como teoria que se situa no interior da problemática do significado. Lakoff e Johnson, questionando como as expressões linguísticas e os conceitos que elas expressam podem ser revestidos de significado, chegam àquilo que acreditam ser o problema principal da abordagem objetivista:

> As expressões linguísticas e os conceitos que elas expressam são estruturas simbólicas sem significado em si próprias e recebem seu sentido por via direta de correlação não mediada com as coisas e categorias do mundo real (ou possíveis mundos) (LAKOFF, 1990, p. 266, tradução nossa).

Para Lakoff, esse é o maior problema, pois não menciona a atuação humana sobre o exercício de construção do significado e, muito menos, atrela esse entendimento à natureza do pensamento humano e da comunicação entre os organismos envolvidos:

---

[34] O realismo interno, proposto por H. Putnam, instaura-se a partir de uma refutação radical do paradigma objetivista. De acordo com Lakoff, Putnam propõe "um realismo a partir do ponto de vista humano que concede realidade ao mundo e à maneira como funcionamos nele" (LAKOFF, 1990, p. 261, tradução nossa). Isso significa dizer que o mundo real existe, porém ele só pode ser descrito se atrelado à perspectiva humana que incide sobre ele.

> A abordagem experiencialista é muito diferente por tentar caracterizar o significado em termos de *natureza e experiência dos organismos construindo o pensamento* e não mais apenas a natureza e a experiência, mas a natureza e experiência da espécie e das comunidades. "Experiência" não é, portanto, o que aconteceu a um indivíduo, pelo contrário, experiência é, em sentido amplo, a totalidade da experiência humana e de tudo aquilo que desempenha um papel nisso (nossa natureza e nossos corpos, nossas capacidades geneticamente herdadas, nossos modos de funcionamento físico no mundo, nossa organização social, etc). Em resumo, é preciso muito daquilo que é visto como irrelevante sob a ótica objetivista (LAKOFF, 1990, p. 266, tradução nossa).

Pode-se concluir que, onde o objetivismo defende o significado de forma a separá-lo da natureza e da experiência humanas, o realismo experiencialista, por sua vez, caracteriza o significado em termos de *incorporação* (*embodiment*), isto é, "em termos das nossas capacidades biológicas coletivas e das nossas experiências sociais e físicas como seres em funcionamento no meio circundante" (LAKOFF, 1990, p. 267, tradução nossa).

A partir desse ponto, Lakoff reconhece que dois esclarecimentos precisam ser feitos. O primeiro deles se refere à estrutura cognitiva em si, o segundo, à forma como ocorre a incorporação dessa estrutura.

Em relação à estrutura, Lakoff argumenta que os conceitos são estruturados internamente e estabelecendo vínculo uns com os outros. Tal arquitetura é o que permite o ser humano pensar, compreender, adquirir conhecimento e comunicar-se. A teoria dos modelos cognitivos, como propõe Lakoff, ocupa-se justamente com a estrutura conceptual. O autor reconhece, entretanto, que somente a estrutura não é capaz de dotar de significado a ela mesma. Devido a isso, o prisma experiencialista advoga a favor da hipótese de que a estrutura só ganha significado graças a seu caráter corporificado, isto é, "a estrutura emerge e é atada às nossas experiências corporais pré-conceptuais" (LAKOFF, 1990, p. 267, tradução nossa). Nas palavras de Lakoff, "a estrutura conceptual existe e é entendida porque as estruturas pré-conceptuais existem e são, também, compreensíveis. As estruturas conceptuais recebem sua forma a partir da natureza das estruturas pré-conceptuais" (LAKOFF, 1990, p. 267, tradução nossa).

Todavia o autor reconhece que tal perspectiva suscita dois problemas diferentes: i) necessita-se presumir que a experiência corporal reveste-se, também, de uma estrutura, ou melhor, se a estrutura conceptual requer uma experiência pré-conceptual para garantir sua existência, essa experiência pré-conceptual exige, logo, uma estrutura também. Nesse passo, a questão que se impõe é "que tipo de estrutura pré-conceptual existe para nossa experiência que permite a emergência da estrutura conceptual"

(LAKOFF, 1990, p. 267, tradução nossa); ii) e, com relação aos conceitos que não são de ordem física, como eles podem basear-se na nossa experiência corporal.

Como possíveis respostas, Lakoff propõe a existência de dois tipos de estrutura que se situariam em nossas experiências pré-conceptuais: a estrutura de nível básico e a estrutura do esquema imagético cinestésico. "Aquela pode ser compreendida como a convergência entre percepção de *gestalt*, nossa capacidade de movimento corporal e da nossa habilidade para formar imagens mentais" (LAKOFF, 1990, p. 267, tradução nossa). Esta, por outro lado, trata-se de estruturas simples cuja fonte origina-se na nossa experiência corporal.

A estrutura conceptual abstrata manifesta-se a partir do nível básico e da estrutura do esquema imagético, em que há a projeção metafórica da dimensão física para os domínios abstratos e pela projeção das categorias de nível básico partindo das categorias superordenadas às subordinadas.

Lakoff destaca, ainda, que os conceitos oriundos do nível básico podem referir-se também às ações e às propriedades em geral. Ações como correr, andar, comer, beber e dirigir são resultado de um nível básico cujos elementos superordenadores são movimento e ingestão (1990, p. 270-271).

Citando Johnson[35] (1989), Lakoff recorda que uma das argumentações de Johnson defende que a experiência se estrutura de maneira significante antes e independentemente de qualquer conceito. Posteriormente, alguns conceitos requerem a estruturação daquilo que foi vivenciado, porém estruturas de experiência básicas já se encontram presentes de maneira autônoma em relação a certos conceitos.

Ainda que Lakoff tenha realizado essa extensa reflexão, persiste a pergunta a respeito da forma como os seres humanos são capazes de produzir pensamento abstrato. Para Lakoff, isso se deve à capacidade de conceptualização. Essa capacidade assegura: a habilidade para formar estruturas simbólicas que se correlacionam com as estruturas pré-conceptuais com base em nossa experiência cotidiana. Essas estruturas simbólicas são de nível básico e conceitos de esquemas imagéticos; a habilidade em projetar metaforicamente a partir de estruturas no domínio físico para estruturas de domínios abstratos, limitadas por outras correlações estruturais entre os domínios físicos e abstratos, fator que explica a capacidade de pensar sobre domínios abstratos como quantidade e propósito; e, por último, a habilidade para formar conceitos complexos e

[35] Ver *Image – schematic Bases of Meaning*, de M. Johnson (1989).

categorias gerais usando esquemas imagéticos e dispositivos de estruturação, o que nos permite construir estruturas de eventos complexos e taxonomias com categorias de superordenação e subordenação.

Isso requer uma compreensão em torno da teoria dos modelos cognitivos para entender a maneira como se chega a um MCI, os quais envolvem os espaços mentais e os modelos cognitivos que estruturam esses espaços. A partir da obra de G. Fauconnier, o autor define espaço mental como "o *médium* para a conceptualização e pensamento" (LAKOFF, 1990, p. 281, tradução nossa). Segundo Lakoff, tudo que é por nós conceptualizado é representado por espaços mentais.

Os aspectos básicos dos espaços mentais referem-se: i) à possibilidade de conter entidades mentais; ii) ao fato de poderem ser estruturados pelos modelos cognitivos; iii) poderem, ainda, ser relacionados a outros espaços mentais (conectores, segundo Fauconnier), assim como uma entidade em um espaço pode ser relacionada a entidades em outros espaços pelos conectores; iv) Lakoff atribui a eles a capacidade de serem extensíveis, pois entidades adicionais e outros MCI's podem ser acrescentados a eles ao longo do processo de cognição; v) e, devido a relação intrínseca que desenvolve com os MCI's, permite, também, que este introduza espaços.

Lakoff afirma que os espaços mentais correspondem ao uso que a teoria dos modelos cognitivos faz de possíveis mundos e situações. A relação entre os dois se justifica porque os espaços mentais podem ser entendidos como a representação e a compreensão das situações hipotéticas ou ficcionais. Os conectores entre os espaços, por sua vez, desempenham o papel de relações alternativas, ainda que difiram destas em certa medida. Além disso, Lakoff argumenta que os espaços são como as situações na semântica situacional, ainda que, nesta, não seja necessariamente requerido que tudo do mundo seja representado (LAKOFF, 1990, p. 282).

Há, entretanto, uma diferença substancial entre a teoria dos espaços mentais e a teoria dos modelos cognitivos idealizados:

> A principal diferença é que os espaços mentais são de natureza conceptual. Eles não têm *status* ontológico fora da mente e, portanto, não têm papel na semântica objetivista. Um espaço mental, diferente de uma situação ou de um mundo possível, não é o tipo de coisa que o mundo real, ou algum aspecto dele, possa ser um exemplo. Portanto, não é o tipo de coisa que poderia funcionar dentro de uma teoria do significado baseada na relação entre símbolos e coisas no mundo. Como seu *status* é puramente cognitivo, os espaços mentais são livres para funcionar dentro de uma semântica baseada no realismo interno ou experimental. No entanto, eles permitem um diálogo com um modelo teórico de semântica como o aqui proposto (LAKOFF, 1990, p. 282, tradução nossa).

De agora em diante, Lakoff ocupa-se com a natureza dos modelos cognitivos que possibilitam o desenvolvimento da estrutura subjacente aos espaços mentais. Para tanto, Lakoff retorna à argumentação de que o nível básico de categorização e os esquemas imagéticos são diretamente compreendidos em termos de experiência física. Lakoff propõe que esses dois processos providenciam a fundação de uma teoria da estrutura conceptual geral. Sua argumentação parte de dois pontos: em primeiro lugar, dados os conceitos do nível básico de categorização e os esquemas imagéticos, é possível construir modelos cognitivos complexos; e, em segundo lugar, os esquemas imagéticos providenciam as estruturas usadas nesses modelos.

> Esses esquemas estruturam nossa experiência no espaço. O que vou reivindicar é que os mesmos esquemas estruturam os próprios conceitos. De fato, sustento que os esquemas imagéticos definem a maior parte do que geralmente queremos dizer com o termo "estrutura" quando falamos de domínios abstratos. Quando entendemos algo como tendo uma estrutura abstrata, entendemos essa estrutura em termos de esquemas de imagem (LAKOFF, 1990, p. 283, tradução nossa).

Partindo do esquema imagético CONTÊINER, Lakoff mostra como o mapeamento metafórico parte da experiência corporal para o “espaço conceptual”. Ocorre, portanto, uma “transferência”, em que o domínio físico é evocado para categorizar o domínio abstrato. A isso, Lakoff denomina como “a hipótese da especialização da forma” (LAKOFF, p. 83, tradução nossa).

O autor conclui, portanto, que os esquemas imagéticos desempenham dois papéis: eles são conceitos que possuem estruturas próprias, diretamente entendidas e eles são usados metaforicamente para estruturar outros conceitos complexos.

Apesar da consistência da teoria do linguista norte-americano, ela não flerta, em nenhum momento, com a dimensão histórica, o que pode fragilizar a proximidade entre discurso e cognição, entretanto é possível pensar no processo de construção do significado a partir da perspectiva histórica, como propõe o linguista francês V. Nyckees.

3. V. Nyckees: a dimensão histórica nos estudos semânticos

O objetivo de V. Nyckees em sua obra *Por uma arqueologia do sentido figurado* (1997) é refutar radicalmente os mecanismos cognitivos (metáfora e metonímia) que, segundo a semântica cognitiva, participariam no processo de construção do significado. A perspectiva de Nyckees põe em xeque a tese cognitiva que integra o sujeito e a

atuação consciente deste no momento de construção semântica e joga luz sobre o papel determinante da "experiência coletiva", a qual pode, segundo o autor, "causar a discrepância entre o novo e o antigo significado" (NYCKEES, 1997, p. 48, tradução nossa). Para alcançar tal intento, Nyckees baseia-se em palavras latinas polissêmicas (*obrigatio, nectere, obstringere, solvere* e *absolvere*), como forma de sinalizar que "expressam não apenas um vínculo físico, mas também uma obrigação jurídica" (NYCKEES, 1997, p. 48, tradução nossa).

O autor postula, inicialmente, que a polissemia de uma palavra encontra-se atrelada à sua história semântica. Sua reflexão adota um questionamento como fio condutor: abordagens baseadas em 'tropos" (mudança de significado) e, mais especificamente, as extensões metafóricas e metonímicas, invocadas pela semântica cognitiva, podem nos oferecer um modo de explicação adequado para a mudança semântica e a polissemia? A tal questionamento Nyckees responde

> E. Sweetser (1990), em consonância com o trabalho de G. Lakoff e M. Johnson, propôs recentemente uma teoria "cognitiva" da mudança de significado baseada em tropologia. Apresentarei argumentos que defendem uma abordagem diferente, baseada no que chamo de restrição de verossimilhança, uma restrição cuja formulação deve muito às grandes figuras da semântica histórica (...). Vou me limitar aqui ao estudo de um caso exemplar, a polissemia dos termos latinos significando tanto a noção abstrata de obrigação legal quanto a noção concreta de ligação. Este estudo da expressão da obrigação terá atingido seu objetivo se mostrar que os semanticistas têm tudo a ganhar baseando sua análise da polissemia e das mudanças semânticas em um exame preciso das condições sócio-históricas das mudanças de significado, capazes de revelar continuidades invisíveis (NYCKEES, 1997, p. 49, tradução nossa).

Em outras palavras, a partir da proposta de Sweetser, que pretende associar tropologia às atuações dos modelos cognitivos idealizados, sobretudo a metáfora, de Lakoff e Johnson, Nyckees localiza a sua refutação. De forma sucinta, a hipótese de Sweetser considera uma direção específica a ser adotada durante o processo de transformação de significado. Tal processo é visto a partir do fato que parece sugerir, assim como postula Lakoff, que o domínio de experiência concreta proporciona o alcance a domínios abstratos.

Entretanto, Nyckees acusa Sweetser de não ter realizado uma análise substancial do fenômeno. Além disso, o autor argumenta que as ocorrências observadas são apenas tendências e não podem ser tomadas como lei, afinal verifica-se o inverso: a instância abstrata motivando a construção de significados de ordem concreta. Segundo Nyckees,

> A semântica cognitiva estaria muito melhor com uma concepção positivista ingênua (e finalmente objetivista) das relações entre abstrato e concreto. Para um sujeito "jogado no mundo", de fato, não são os objetos que são os

> primeiros, mas necessariamente suas interações com eles, de modo que o que deve prevalecer, para uma semântica baseada na compreensão humana, não é, necessariamente, o aspecto "concreto" dos objetos, mas as próprias propriedades oriundas de nossas interações com eles. Podemos nos surpreender ao ver Sweetser repetir (p. 33-34) uma interpretação errônea do etônio indo-europeu (* weid-) de lat. videre, invocando a passagem de uma visão puramente física e passiva para uma visão "intelectual" ("conhecer, compreender"), enquanto Ernout e Meillet, citados de bom grado por Sweetser, enfatizam que a inicial oposta de videre era relativa ao conhecimento, não ao ato de "ver" ou "observar" e que * weid- indica a visão como ela serve ao conhecimento (Ernoutet e Meillet 1985, 734) (NYCKEES, 1997, p. 52, tradução nossa).

Mais adiante, Nyckees elenca algumas críticas ao modelo teórico de Lakoff e Johnson. Em um primeiro momento, o autor considera que a semântica cognitiva opera uma transposição ao falar sobre a metáfora conceptual, na medida em que atribui a esta a utilização de métodos já utilizados no âmbito da crítica literária. Em segundo lugar, Nyckees acredita não ser satisfatória a explicação dada por meio dos MCI's sobre a projeção metafórica, porque não "explica as modalidades precisas que permitiram a configuração da 'projeção metafórica'" (NYCKEES, 1997, p. 53, tradução nossa). Em seguida, Nyckees afirma que "se a semântica cognitiva pretende realizar um discurso científico, deve procurar as causas de tais fenômenos, a menos que decida decretar que eles são puramente aleatórios e escapar de qualquer decisão científica" (NYCKEES, 1997, p. 53, tradução nossa).

Nyckees também aponta uma possível fragilidade para a teoria do protótipo, já que os MCI's baseam-se, em grande parte, na teoria de E. Rosch (as projeções metafóricas e as metonímias conceptuais se efetivam graças ao melhor exemplo da categoria na qual se encontram). A tese de Nyckees, ao argumentar que as projeções metafóricas estabelecem relações não eficazes, sinaliza para uma possível interpretação previamente guiada pelos autores: os melhores exemplos de uma categoria são assim considerados por permitirem a permanência dessa mesma argumentação. Trata-se, nas palavras do autor, de um raciocínio circular.

Em outras palavras, Nyckees entende como falha a relação estabelecida pela semântica cognitiva entre esquemas imagéticos, o efeito de protótipo e as projeções metafóricas, porque um questionamento ainda permanece, segundo ele, sem resposta: onde essa correlação atraiu a força que explica sua extensão sistemática?

As perguntas de Nyckees continuam a surgir: "por que a assimilação é feita em uma direção e não na outra? Por que não é reversível? De onde vem a distinção que nos

permite saber que um estado mental é um contêiner e não um recipiente?" (1997, p. 54, tradução nossa).

Qual seria, então, a saída para realizar uma investigação em torno da mudança linguística com o devido rigor científico? Nyckees recomenda abandonar uma investigação baseada em tropos, já que isso, segundo ele, foi o que garantiu o desenvolvimento da semântica histórica como disciplina. Em seu lugar, a observação em torno das mudanças de significado e de sua aparente descontinuidade deve levar em consideraçao dados históricos, linguísticos e sociais. Como exemplo, Nyckees menciona a palavra "chegar" (*arriver*). Ainda que a sua primeira acepção fosse "alcançar um destino", por meio de uma evolução semântica, passou a ser empregada para referir-se ao estado alcançado pelos bêbados. Para Nyckees, isso comprova que não é necessário considerar a existência de tropos para entender o processo de alteração semântica:

> Em tais casos, parecerá inútil, se não ocioso, falar sobre tropos e invocar este ou aquele mecanismo específico de associação de idéias. A mudança de significado, de fato, não pode ser o produto de associações de ideias anteriores ou "extensões" com uma semelhança, uma relação lógica - nem mesmo uma semelhança ou contiguidade de "nomes" como no modelo de Ullman, uma vez que as pessoas em causa não tinham conhecimento do significado original, isto é, o significado que os marinheiros, no caso de chegar, ou os adultos, no caso de bêbado, deram sua parte a essa palavra. Essa mudança de significado é o resultado de certas inferências sobre o significado de uma palavra feita pela maioria dos ouvintes que ouvem essa palavra em situações particulares (NYCKEES, 1997, p. 55, tradução nossa).

Apesar disso, Nyckees reconhece que o problema não está totalmente resolvido, pois pode-se perguntar se o fenômeno em destaque representa uma regra ou exceção. O autor, diante da dificuldade da pergunta – ele reconhece que uma investigação do tipo nunca foi sistematicamente realizada –, prefere colocar à prova os dois métodos que se encontram em confronto no seu artigo (semântica histórica e semântica cognitiva).

O autor entende que a mudança de significado de uma palavra se opera sem contar, necessariamente, com a atuação consciente dos falantes. Tal desconhecimento se dá ao longo de todo decurso: nem aqueles que iniciaram o transcurso da alteração semântica e, muito menos, aqueles que já o encontraram efetivado são capazes de notar a transposição semântica efetuada. A hipótese de Nyckees é que a mudança de significado, ainda que reivindique uma "experiência linguística de uma comunidade linguística" (1997, p. 56, tradução nossa), ocorre de maneira abrupta e imperceptível.

Para operacionalizar sua hipótese, Nyckees considera a existência de uma lacuna estrutural entre o significado do falante e o significado do receptor. Essa lacuna, segundo o autor, seria o resultado final de todas as evoluções semânticas.

A lacuna dialógica apresentada por Nyckees alude à impossibilidade de todos os sujeitos compartilharem exatamente o mesmo idioma; cabe ao falante, na interação imediata e em uma relação imersiva no interior de sua comunidade de fala, aprender ou fracassar ao longo do processo de depreensão do significado das unidades lexicais.

> As línguas nesse sentido sempre aprendem "no trabalho". O "código da linguagem" nunca é implementado em assuntos como um programa de computador cujos clones viveriam em máquinas diferentes. Ele é sempre experiente na situação. Em termos de língua materna, não há pré-definição de significados. O "código" linguístico, nesse sentido, é constantemente redefinido por trocas. Isso não significa que todos estariam livres para modificar à vontade o significado dos termos em uso, nem mesmo que os significados seriam essencialmente caprichosos e contingentes, mas simplesmente que as mesmas causas produzem os mesmos efeitos, os vários significados, assim como os usos linguísticos em geral, permanecem relativamente inalterados durante um determinado período apenas na medida em que a massa considerável de trocas de idiomas continua dia após dia para manter hábitos linguísticos anteriores. O fato é que as condições da experiência coletiva de uma comunidade linguística nunca permanecem estritamente idênticas ao longo do tempo e que, na reconstituição contínua do "código" ao qual estão envolvidos, os falantes não recebem a assistência de nenhuma autoridade transcendental que garanta um suposto verdadeiro sentido das palavras. A existência do código está, portanto, constantemente sob o signo de uma lacuna em potencial (NYCKEES, 1997, p. 56-57, tradução nossa).

É possível ver, por meio deste fenômeno, segundo Nyckees, as mudanças de significado e “inscrevê-las no tempo real dos discursos” (NYCKEES, 1997, p. 58), o que assegura isso é a restrição de verossimilhança: trata-se de investigar nas ocorrências em que houve a mudança de significado se as declarações utilizam o “novo” significado ou ainda mantêm intacto o significado antigo. Tal metodologia deve, porém, preservar as condições de verdade, isto é, de que não existe um suposto sentido verdadeiro das palavras.

Ao invés de aplicar modelos cognitivos, Nyckees lança a sua defesa para que a diferença de significado percebida em uma palavra dada seja associada a condições coletivas que, de acordo com o autor, devem ser as responsáveis por neutralizar as transformações semânticas do léxico. Para o autor, “a causa da variação reside, portanto, em última análise, na transformação das experiências dos diferentes grupos da sociedade” (1997, p. 58, tradução nossa).

Segundo essa perspectiva, a unidade lexical conta com resíduos originários tanto de um percurso linguístico histórico quanto de uma história semântica. Os sujeitos,

entretanto, desconhecem tal fato e enxergam a polissemia resultante desse panorama como uma mera questão de analogia. E, por outro lado, é esse esquecimento coletivo acerca de um sentido antigo que permite que as palavras continuem a sofrer mudanças de significado. Para o autor, é a comprovação dessa hipótese que revelará a fragilidade das explicações baseadas em tropos e em supostas competências cognitivas.

Para concretizar a abordagem proposta, Nyckees baseia o seu estudo em verbos e substantivos em latim que denotam, ao mesmo tempo, "obrigação" e "conexão física concreta". O autor identifica que essa mesma polissemia, além de ter-se mantido no francês, erigiu-se no contexto da sociedade romana.

Esses dois termos encontram-se amplamente explorados no âmbito penal romano e referem-se à questão de pagamento de dívidas. A tentativa de solucionar esse problema abarcava uma série de procedimentos que iam desde a reclusão do devedor até a sua venda como escravo caso a dívida não fosse quitada. O autor utiliza tais termos para pensar uma mudança de significado pautada em transformações sociais significativas. Estas, por sua vez, propiciam uma alteração semântica em que um uso, a princípio concreto, passa a dar lugar para um sentido mais simbólico:

> Vamos reconstruir os estágios dessa evolução. A obrigação é, antes de mais nada, uma restrição física exercida pelo credor contra o devedor, com vistas à reparação real ou simbólica do dano sofrido. A concatenação ou amarração do devedor torna possível apreender a pessoa e descartá-la à vontade. A lei Poetelia Papiria (326) assegura aos credores o direito de aprisionar seu devedor, vendê-lo além do Tibre ou até mesmo matá-lo. Essa lei, no entanto, provavelmente apenas confirma o gradual abandono de tais práticas e o surgimento de outros usos. Muito antes dessa data, os credores tiveram que começar a delegar na força civil a tomada de corpos dos devedores. Assim, o "credor" não é mais preso ou amarrado pelo próprio credor, mas sua situação de dependência dele até que ele "se liberte" de sua dívida é, de alguma forma, garantida por lei. Graças ao apoio de uma força civil cada vez mais poderosa, a coerção agora é capaz de substituir a violência direta. Os laços físicos não passam de um último recurso, uma ameaça virtual aos ofensores. Portanto - se minha análise estiver correta - o vínculo expresso por *obrigare* está a caminho do símbolo. Os vínculos físicos iniciais (correntes e cordas) logo aparecem apenas como imagens ou, estritamente falando, como casos especiais de uma situação mais abstrata, a obrigação legal, ou seja, essa restrição exercida sobre os devedores pela sociedade civil, por intermédio dos representantes da lei, com vistas ao retorno aos credores dos bens emprestados (NYCKEES, 1997, p. 62, tradução nossa).

Como pudemos ver, a tese de Nyckees questiona uma teoria que realça modelos cognitivos para explicar a construção do significado e advoga a favor de uma abordagem que põe em destaque a sociedade e a história em que os sujeitos se encontram situados. De agora em diante, retornaremos aos trabalhos desenvolvidos no âmbito das ciências cognitivas para destacarmos as novas perspectivas que se

consolidam, a partir dos anos de 1990, no interior das pesquisas ocupadas em detalhar o funcionamento cognitivo humano.

4. Cognição situada, partilhada e distribuída

A partir de 1990, as ciências da cognição trazem para dentro de seu dispositivo conceitual a dimensão social. Se, em momentos anteriores, o termo cognição remetia, automaticamente, ao estudo do indivíduo desvinculado do meio circundante, durante essa década, essas duas instâncias são postas em relação direta, de forma que o domínio social passa a ser encarado como elemento impactante das estruturas cognitivas em si. Em consonância com esse quadro, estão os modelos sucessivos desenvolvidos nesse contexto: a cognição situada, partilhada e distribuída. Reservamos as seções seguintes para a apresentação desses sistemas.

Entretanto, vale ressaltar que esses modelos desenvolvem-se em âmbitos bastante diversos: a cognição situada desenvolve-se a partir do contexto educacional e aloja suas reflexões em torno dele; a cognição partilhada também demonstra preocupação com a maneira como o sistema de ensino tradicional norte-americano se organiza, mas não deixa de contar com reflexões dos mais diversos campos das ciências cognitivas, como a psicologia cognitiva; e, por último, a cognição distribuída apresenta como um de seus principais teóricos E. Hutchins, um ex-piloto e etnógrafo de *cockpits*. É a cognição distribuída de E. Hutchins (1995) que dará fôlego às reflexões apresentadas e que permitirá, inclusive, a integração do conceito de ferramentas cognitivas de L. Resnick ao nosso trabalho.

É necessário traçar esse marco teórico, mesmo que de maneira sucinta, para reforçar a validade da tese de que é possível situar a cognição para além da barreira do indivíduo.

4.1. Cognição situada: a aprendizagem cognitiva e seu contexto

No artigo *Cognição Situada e a Cultura da Aprendizagem* (2007 [1989]), J. Brown, A. Collins e P. Duguid discutem, inicialmente, a respeito da distinção normalmente feita entre “saber” e “fazer”, perpetrada pelo sistema de ensino que, normalmente, funciona sob a lógica da suposta diferença entre o saber teórico e o saber prático. De acordo com os autores, há uma separação, orientada em conformidade com

objetivos pedagógicos, que entendem o processo correspondente ao "saber" como autônomo e desassociado do contexto em que está. Entretanto, os autores defendem que o contexto e a atividade pela qual transcorre o conhecimento em si são, na verdade, dois eixos em reciprocidade.

> Todo conhecimento é, acreditamos, como a linguagem: constitui inextricavelmente um produto da atividade e das situações em que são produzidas. Um conceito, por exemplo, evoluirá continuamente a cada nova ocasião de uso, porque novas situações, negociações e atividades o reformularão inevitavelmente em uma nova forma mais densamente texturizada. Portanto, um conceito, como o significado de uma palavra, está sempre em construção. Isso também parece valer para conceitos técnicos abstratos aparentemente bem definidos. Mesmo estes não são definíveis e desafiam a descrição categórica; parte do seu significado é sempre herdada do contexto de uso (BROWN et al, 2007 [1989], p. 33, tradução nossa).

Para prosseguir com a ideia de que o conhecimento conceptual é situado, os autores estabelecem a relação entre este e um conjunto de ferramentas: o conhecimento só pode ser plenamente assimilado desde que atrelado ao seu contexto de uso. Consequentemente, o emprego de um instrumento dado implica uma mudança de perspectiva naquele que o utiliza, ou seja, assim como as ferramentas obtêm sua funcionalidade plena quando adequadamente aplicadas, o conhecimento também demanda um contexto específico em que será requerido. Esse contexto, em termos de aprendizagem, associa-se à adoção de um sistema de crenças e culturas, em que esse conhecimento é usado. Portanto, os autores defendem que, no processo de aquisição do conhecimento, a atividade, o conceito e a cultura são interdependentes.

Todas as etapas que compõem o processo de conhecimento e aprendizagem requerem um contexto, sobretudo cultural, uma vez que grande parte das pessoas adapta estes conhecimentos aos respectivos sistemas de crença do grupo social em que se encontram inseridas.

> As circunstâncias de incorporação fornecem eficientemente partes essenciais de sua estrutura e significado. Assim, o conhecimento, codificado e conectado à atividade e ao ambiente em que é desenvolvido, se espalha por suas partes componentes, algumas das quais estão na mente e outras no mundo, assim como a imagem final de um quebra-cabeça se espalha por todos os seus componentes (BROWN et al, 2007 [1989], p. 36, tradução nossa).

A perspectiva da cognição situada defende que o contexto é de suma importância para a adequada construção da aprendizagem, sendo, talvez, o elemento mais relevante em jogo. Nesse sentido, os autores se referem à cognição como "aprendizagem cognitiva", pois, ao contrário do que se vê no âmbito escolar, em situações autênticas de

interação entre sujeitos e objeto é requerido daquele a capacidade de manipulação significativa dos símbolos e não mais, apenas, a memorização destes. Trata-se, dessa forma, de trabalhar nos estudantes aspectos concernentes ao propósito e à intencionalidade, os quais, por sua vez, estão em ligação direta com o contexto em si.

Em decorrência disso, os autores entendem a aprendizagem cognitiva como algo que abarca ao mesmo tempo atividade, ferramenta e cultura (BROWN et al, 2007 [1989]). Aprender, segundo essa abordagem, avança desde que haja interação social colaborativa e que haja também construção social do conhecimento.

Na seção seguinte, apresentamos as reflexões de L. Resnick (1991 e 2007 [1989]) a respeito da cognição partilhada, a qual, de forma semelhante ao que vimos nessa seção, empenha-se em pensar a cognição como estrutura impactada pelo social.

4.2. Cognição partilhada: o funcionamento social como cognição

Em seu artigo *Cognição Partilhada: o pensamento como prática social* (1991), L. Resnick situa sua perspectiva na refutação da ideia de que as dimensões social e cognitiva são separadas entre si e que, quando interagem, o fazem perifericamente. Apesar de, *a priori*, a cognição ter sido entendida como "um ato individual limitado pelos atos físicos do cérebro e do corpo" (RESNICK, 1991, p. 1, tradução nossa), Resnick destaca que o interesse em se considerar a cognição como um fenômeno social se deve, em grande parte, ao construtivismo, fazendo com que a psicologia cognitiva se distanciasse de um paradigma empiricista (há relação direta entre a percepção humana e aquilo que é observado) e que valorizasse o fato de que "grande parte do conhecimento é uma interpretação da experiência, uma interpretação baseada em esquemas, geralmente idiossincrática, que autoriza e inibe os processos individuais de construção do significado" (RESNICK, 1991, p. 1, tradução nossa).

A autora reconhece, entretanto, que a perspectiva construtivista também leva a outros questionamentos: "como as pessoas podem saber a mesma coisa se elas constroem seu conhecimento independentemente? Como podem grupos sociais coordenarem suas ações se cada indivíduo está pensando de maneira diferente?" (RESNICK, 1991, p. 2, tradução nossa). A resposta para essas perguntas, segundo Resnick, segue uma perspectiva biológica:

> Alguns teóricos colocam a resposta para a primeira pergunta em estruturas biológicas: os seres humanos são dotados de certas formas de conhecimento comum. Mais elaborado como uma teoria da aquisição da linguagem, o

> argumento para estruturas biológicas ou "conectadas" que orientam e restringem os bebês à medida que interpretam sua experiência mais antiga agora está sendo apresentado também para conceitos físicos e matemáticos básicos. Os teóricos que defendem esse argumento propõem que processos de interpretação e constrangimento biologicamente fundamentados produzirão ideias comuns se os indivíduos crescerem em ambientes semelhantes (1991, p. 2, tradução nossa).

A autora parece não apostar tanto somente na dimensão biológica no que se refere à construção e ao compartilhamento do conhecimento. Segundo ela, "está claro que grande parte da cognição humana é tão variada e tão sensível ao contexto cultural que nós também devemos procurar mecanismos pelos quais as pessoas moldam os conhecimentos e os processos de raciocínio uma das outras" (RESNICK, 1991, p. 2, tradução nossa). E, complementa

> As pessoas também constroem suas estruturas de conhecimento com base no que os outros lhes dizem, oralmente, por escrito, em figuras e em gestos. Nossa vida diária é cheia de instâncias em que influenciamos os processos construtivos uns dos outros, fornecendo informações, apontando as coisas umas para as outras, fazendo perguntas, discutindo e elaborando as ideias uns dos outros (RESNICK, 1991, p. 2, tradução nossa).

A abordagem construtivista assegura, ainda, que a cognição seja vista como parte integrante dos processos sociais, fazendo, em decorrência disso, que o fenômeno social seja encarado como cognição, na medida em que se leva em consideração a maneira conjunta como os "sujeitos constroem o significado a partir de condições específicas de interação e de propósito sociais (RESNICK, 1991, p. 2, tradução nossa)".

Resnick argumenta, também, que o social se faz presente, inclusive, em atividades cognitivas que podem ser executadas de forma individual. Qualquer atividade mental, seja esta desempenhada em conjunto ou solitariamente, requer a presença de ferramentas. Essas ferramentas são caracterizadas como ferramentas cognitivas (*cognitive tools*), isto é, um instrumental específico e responsável por "incorporar a história intelectual de uma cultura" (RESNICK, 1991, p. 7, tradução nossa). Isso significa dizer que essas ferramentas já contam, no seu interior, com teorias e essas são transmitidas aos usuários, que as aplicam sem que tenham, contudo, plena consciência disso.

O impacto que a esfera social opera sobre o pensamento humano é tão significativo que Resnick destaca que, mesmo na ausência das ferramentas cognitivas, manifestam-se teorias desenvolvidas e apregoadas pelo corpo social:

> Tampouco se deve imaginar que essa presença social invisível esteja ausente quando não houver ferramentas físicas obviamente restritivas em uso.

> Teorias, implícitas e explícitas, habilitam e restringem o pensamento, assim como as ferramentas físicas. Essa observação se tornou comum na ciência cognitiva. O que os indivíduos raciocinam, o conhecimento que eles trazem para uma tarefa cognitiva fornece quadros ou esquemas interpretativos que permitem que o raciocínio e a solução de problemas prossigam. Cientistas cognitivos que estudam o aprendizado de ciências notaram as dificuldades envolvidas na mudança de concepções científicas (por exemplo, Carey, 1985; Chi, 1990; Nersessian & Resnick, 1989; Vosniadou & Brewer, 1990) e o grau em que as crenças dos indivíduos restringem o que observarão empiricamente (por exemplo, Johsua e Dupin, 1987). Essas crenças, esquemas individuais de raciocínio, não são construções puramente individuais. Em vez disso, são fortemente influenciados pelos tipos de crenças e pelos esquemas de raciocínio disponíveis na cultura circundante dos indivíduos (RESNICK, 1991, p. 7, tradução nossa).

A autora observa, ainda, que a forma como o pensamento é processado obedece a uma determinação social: "não apenas as teorias, mas também as formas de raciocinar são socialmente determinadas. As ferramentas cognitivas também incluem as formas de raciocínio e argumentação que são aceitas como normativas em determinadas culturas" (RESNICK, 1991, p. 8, tradução nossa).

Dentro do arcabouço daquilo que a autora classifica como ferramentas cognitivas, figuram desde as listas (de compras, de resultados de cálculos, entre outras) até os dicionários e as enciclopédias, por exemplo. Esses aparatos cognitivos são assim considerados por Resnick, pois facilitam a execução de atividades cognitivas complexas, as quais seriam precariamente realizadas pelo sujeito caso ele não contasse com esse tipo de suporte. No artigo *Aprendendo dentro da escola e fora dela* (2007 [1989]), Resnick argumenta que essa mesma ferramenta permite que pessoas com baixa escolaridade alcancem níveis de raciocínio mais sofisticados. Entretanto, o uso dessas ferramentas não se limita somente ao contexto de pessoas sem o devido ensino formal; funcionários de grandes corporações, por exemplo, necessitam de *softwares* específicos para realizar operações de gerência, previsões e estratégias nesses mesmos meios:

> Nos dias anteriores aos computadores, quando realizávamos estatísticas manualmente, frequentemente recorríamos a livros de tabelas contendo esotéricas como raízes quadradas e de cubos, arcoseno e outras transformações. Não precisamos saber como calculá-las, apenas como ler as tabelas e usar as informações no contexto de alguma tarefa maior. Na Inglaterra e América do século XVII e XVIII, Patricia Cline Cohen (1983) nos diz que muitas pessoas com educação formal muito limitada usavam o Ready Reckoners, livros contendo tabelas de preços comuns e cálculos de medidas. Essas tabelas estavam em demanda devido à necessidade de usar e, às vezes, converter entre vários sistemas de dinheiro, pesos e medidas. Tabelas semelhantes, porém mais específicas, são usadas hoje pelas pessoas que atuam nas casas lotéricas do mercado negro do Brasil, muitas das quais tiveram pouca ou nenhuma escolaridade. Schliemann e Acioly (no prelo) descrevem em detalhes como esses agentes de apostas conseguem operar um sistema de loteria muito complexo, realizando muitas combinações diferentes de apostas com diferentes taxas de retorno, sem a necessidade de calcular ou

> mesmo conhecer permutações, probabilidades ou proporções. Em vez disso, eles usam tabelas memorizadas ou escritas, especificando o número de combinações possíveis para uma determinada sequência de dígitos. Como os usuários do Ready Reckoner, os agentes de apostas brasileiros são capazes de funcionar em um sistema matemático muito mais exigente do que poderiam se tivessem que configurar e fazer cálculos por conta própria. Eles compartilham seu trabalho mental com ferramentas cognitivas que outros prepararam (RESNICK, 2007 [1989], p. 14, tradução nossa).

Resnick destaca a participação que as comunidades de fala também desempenham na limitação e na formatação da cognição dos indivíduos que se inscrevem nessas sociedades:

> Dentro de nossa própria cultura, chegando a nós, inicialmente, por meio de disciplinas literárias, mas, agora, começando a chamar a atenção de linguistas e de alguns psicólogos, está a noção de comunidades de fala: comunidades que compartilham maneiras preferidas de falar ou de escrever e que julgam a qualidade das ideias em parte em função da extensão em que elas são expressas e de acordo com os padrões da comunidade. As disciplinas acadêmicas constituem comunidades discursivas, assim como as pessoas comuns que compartilham maneiras de conversar e raciocinar com pessoas como elas. O fenômeno da troca de código mostra que as pessoas podem pertencer a várias comunidades discursivas, cada uma possibilitando e restringindo o pensamento de maneiras diferentes. O código que os indivíduos usam, em que comunidade de fala eles se situam, depende de sua interpretação social de situações cognitivas específicas, bem como dos códigos que eles têm disponíveis como resultado de sua experiência social passada (RESNICK, 1991, p. 8, tradução nossa).

Dando prosseguimento à exposição dos modelos das ciências cognitivas desenvolvidas a partir dos anos de 1990, apresentamos, na seção seguinte, as hipóteses pertencentes à cognição distribuída.

4.3. Cognição distribuída: a cognição como estrutura sociotécnica

No artigo *How a cockpit remembers its speeds*? (1995), Hutchins observa que as tarefas humanas, em sua maioria, sinalizam para a necessidade de se levar em consideração a interação entre sujeitos engajados em uma mesma atividade e a interação que estes indivíduos estabelecem com os mais diversos recursos visando à execução dessa mesma tarefa. Partindo do exemplo dos voos comerciais, Hutchins argumenta que "a conclusão bem sucedida de um voo é alcançada por meio de um sistema que tradicionalmente inclui dois ou mais pilotos interagindo entre si e com um conjunto de dispositivos tecnológicos" (HUTCHINS, 1995, p. 265, tradução nossa). O autor situa a estrutura do seu trabalho como cognitiva, uma vez que se ocupa em pensar como a

“informação é representada e como as representações são transformadas e propagadas durante o desempenho das tarefas” (HUTCHINS, 1995, p. 265, tradução nossa).

A pesquisa em áreas das ciências cognitivas proporciona conhecimento sobre as propriedades de processamento da informação em agentes humanos. Com isso, chega-se a estruturas responsáveis pelo processamento mental. A ciência cognitiva leva ao questionamento a respeito da natureza sobre as estruturas do conhecimento e sobre os processos que as operam: “as propriedades dessas representações dentro do sistema e os processos que operam sobre essas representações são entendidas como responsáveis ou como explicadoras sobre a performance do sistema cognitivo como um todo” (HUTCHINS, 1995, p. 266, tradução nossa).

O autor objetiva mostrar que é possível conciliar a abordagem tradicional com uma perspectiva que considera a dimensão cognitiva para além da atuação de um único indivíduo. Trata-se de considerar, em conformidade com o caso de estudo adotado, o maquinário como revestido, também, de uma cognição própria:

> Ainda se pode fazer as mesmas perguntas de um sistema sócio-técnico maior que um indivíduo. Ou seja, desejamos caracterizar as propriedades comportamentais da unidade de análise em termos de estrutura e processamento de representações internas ao sistema. Com a nova unidade de análise, muitas das representações podem ser observadas diretamente. Portanto, em alguns aspectos, isso pode ser uma tarefa muito mais fácil do que tentar determinar os processos internos ao indivíduo que explicam o comportamento do indivíduo. Colocar perguntas dessa maneira revela como sistemas maiores que um indivíduo podem ter propriedades cognitivas por direito próprio que não podem ser reduzidas às propriedades cognitivas de pessoas individuais (HUTCHINS, 1995, p. 266, tradução nossa).

Em outras palavras, a especificidade da proposta de Hutchins consiste no fato de levar em consideração o material em que se encontram inscritas as representações e, além disso, em questionar a respeito da maneira como os processos físicos propagam representações através dos materiais.

Após descrever detalhadamente a atuação necessária na cabine do piloto nos processos de registro de memória, Hutchins se volta ao tratamento cognitivo da questão a partir das indagações: “como as velocidades são representadas na cabine do piloto? Como essas representações são transformadas, processadas e coordenadas com outras representações na descida, na aproximação e na aterrissagem? Como o sistema da cabine de piloto lembra a velocidade na qual é necessária mudar a configuração da asa de maneira a manter o voo seguro?” (HUTCHINS, 1995, p. 275, tradução nossa).

O autor retoma que o aparato diretamente envolvido nos processos de coordenação da velocidade do ar por meio das configurações de abas e ripas é: a

exibição do peso bruto, o livreto do cartão de velocidade, os dois instrumentos indicadores de velocidade no ar com *bugs* internos e externos, a janela de seleção de velocidade do painel de controle da orientação de voo e as trocas verbais relacionadas à velocidade entre os membros da tripulação.

O autor adiciona, contudo, que outros meios de representação da velocidade também participam, ou seja, a memória dos dois pilotos.

No que se refere à atuação dos artefatos no registro da velocidade alcançada pela aeronave durante voo e aterrissagem, Hutchins destaca o papel determinante desempenhado pelo livreto de cartão de velocidade, já que funciona como uma memória de longo prazo da cabine. Em primeiro lugar, por permitir o armazenamento, ao longo da vida útil da aeronave, das correspondências entre pesos e velocidades atingidas pelo avião. Em segundo lugar, por ser fisicamente durável, permanecendo inalterável independentemente do que a equipe faça. Graças a essas propriedades, o livreto assegura a representação da memória do sistema do *cockpit* no que se refere ao peso bruto da aeronave e às velocidades apropriadas, garantindo, inclusive, que os pilotos possam responder questões como "qual foi o preso bruto selecionado? E quais são as velocidades adequadas para o peso selecionado?" quando consultarem este material. Além disso, Hutchins destaca que

> A publicação do cartão de velocidade apropriado em local onde possa ser visto com facilidade pelos dois pilotos cria uma *distribuição (através do espaço social)* do acesso às informações no sistema que pode ter consequências importantes para vários tipos de processamento subsequente. Combinada com uma *distribuição de conhecimento* resultante de treinamento e experiência padronizados, *essa distribuição de acesso à informação suporta o desenvolvimento de armazenamento redundante da informação e processamento redundante*. Além disso, cria uma nova trajetória, pela qual informações relevantes para a velocidade podem chegar ao piloto. Além disso, a publicação do cartão de velocidade fornece um recurso duradouro para verificar e cruzar as velocidades, para que essas tarefas possam ser executadas (ou refeitas) a qualquer momento. E como o cartão mostra um conjunto de velocidades e o peso para o qual as velocidades são adequadas, também fornece uma base para verificar o peso bruto postado em relação ao peso bruto exibido no painel de quantidade de combustível, que está apenas a alguns centímetros acima da posição normal de postagem do cartão de velocidade. Isso é muito útil para decidir se o peso errado e, portanto, as velocidades incorretas, podem ter sido selecionados (HUTCHINS, 1995, p. 276, tradução nossa [grifos nossos]).

Hutchins ressalta, quanto à interação entre pilotos, que a comunicação entre o piloto e o co-piloto cria um outro tipo de representação da mesma ordem, isto é, sobre a velocidade adequada para a aeronave: os valores são representados oralmente quando o co-piloto informa ao piloto quais são as velocidades e quais são as velocidades representadas no indicador de velocidade no ar nas posições dos *bugs* de velocidade.

Então, além do registro físico, o anúncio oral que o co-piloto faz para o piloto funciona de forma semelhante ao livreto de velocidade e permite o acesso do piloto às informações de peso bruto e velocidade atingida. Para Hutchins, "como todas essas representações estão disponíveis simultaneamente, há várias oportunidades para verificações de consistência no sistema de representações distribuídas" (1995, p. 277, tradução nossa).

Mais adiante, Hutchins descreve mais um procedimento que compõe o processo de descida do avião

> Quando os pilotos definem os erros de velocidade, os valores listados no livreto e representados na forma falada pelo co-piloto são representados como posições marcadas adjacentes aos valores na escala do indicador de velocidade no ar (ASI, *air speed indicator*). Como existem dois ASIs, essa é uma representação redundante no sistema da cabine. Além disso, fornece uma distribuição de acesso a informações que serão aproveitadas em processos posteriores.
> As configurações externas de erro de velocidade capturam uma regularidade no ambiente com uma escala de tempo menor do que as correspondências de peso/velocidade representadas no livreto de cartão de velocidade. As configurações de *bug* de velocidade são uma memória maleável e que se encaixam em um determinado período de tempo (durante a abordagem). Devido à localização do ASI e à natureza dos *bugs*, essa representação é bastante resistente à interrupção de outras atividades (1995, p. 277, tradução nossa).

A segunda etapa diz respeito ao processo de aproximação ao solo, a qual envolve o controle de asas em conformidade com a mudança da velocidade do ar e que se altera à medida em que se inicia o processo de aproximação.

A localização da aeronave no momento de aproximação ou as instruções recebidas pelo controle de tráfego aéreo determinam a velocidade que o avião deve manter durante esse estágio. Na cabine de comando, o sistema deve estar configurado de maneira a construir e manter a relação adequada entre velocidade do ar e a configuração de *flaps e slats*. Isso requer a observação de diversas representações, além dos erros de velocidade.

A partir disso, a velocidade do ar é indicada por meio do ASI, o qual, quando sinaliza para um possível erro de velocidade, requer do piloto a chamada para FLAP 0, proporcionando com isso o adequado equilíbrio entre a velocidade do ar e a configuração *flap/slat* exigida para essa velocidade de acordo com o peso bruto da aeronave nesse momento de aproximação. Para assegurar a validade entre esses dois eixos (o ASI e a comunicação oral do piloto), algumas companhias aéreas determinam

que o processo inicial de extensão dos *slats* seja verificado por todos os membros da equipe, o que implica consultar um indicador no painel de instrumentos de voo.

Todo o processo realizado entre os pilotos e os dispositivos tecnológicos que estão à sua disposição é chamado por Hutchins de memória do sistema de cabine, uma vez que ele permite "a criação, dentro do sistema, de um estado representacional que é armazenado e usado para organizar atividades subsequentes" (1995, p. 279, tradução nossa).

Após essa exposição, o autor argumenta que a cabine de comando demanda um indivíduo que seja capaz de interpretar os símbolos que ali são criados do que alguém que seria capaz de apenas recordá-los. Com isso, o autor propõe a compreensão da memória humana a partir do entendimento da cabine de comando como um sistema cognitivo por si só.

No que se refere ao registro das velocidades e às antecipações de possíveis falhas, Hutchins descreve que

> As velocidades são calculadas pela correspondência de padrões no peso bruto do avião e nos pesos fornecidos nos cartões. Os pilotos não precisam se lembrar quais são os pesos que aparecem nos cartões. É necessário apenas encontrar o local do valor do peso bruto indicado nos cartões fornecidos. No entanto, a exposição repetida aos cartões pode levar a um aprendizado implícito dos intervalos de peso, e qualquer que seja o conhecimento desenvolvido, pode ser um recurso para selecionar o cartão de velocidade apropriado para um determinado peso bruto. Com a experiência, os pilotos podem desenvolver estruturas internas para coordenar com a estrutura previsível no ambiente de tarefas (1995, p. 280, tradução nossa).

A interação entre os pilotos e os dispositivos eletrônicos que constituem a cabine continua: em um dos estágios que antecede a descida, a velocidade indicada pelos cartões de velocidade deve ser memorizada pelo piloto, além de ser capaz de localizar a velocidade alvo na escala de velocidade, entretanto, as escalas de velocidade não vêm impressas, exigindo do piloto o exercício de interpretação e contagem para a manutenção da velocidade adequada.

A memória do piloto também é intensamente requisitada no momento de coordenar as velocidades selecionas:

> Coordenar a leitura das velocidades com a configuração dos *bugs* é mais complicado. As ações de leitura e configuração podem ser intercaladas em muitas ordens possíveis. Pode-se ler cada velocidade antes de defini-la ou ler várias velocidades, retê-las na memória e defini-las uma a uma. Outras sequências também são possíveis. As demandas na memória de trabalho dependerão da estratégia escolhida. Se várias velocidades forem lembradas e depois ajustadas, elas poderão ser ensaiadas para manter a memória. Essa memória é vulnerável à interferência de outras tarefas na mesma modalidade (Wickens & Flach, 1988), e o colapso de tal memória pode levar a uma mudança para uma estratégia que exige menos requisitos de memória.

> As atividades envolvidas na computação das velocidades dos *bugs* e na sua representação em várias outras mídias podem permitir que elas sejam representadas de maneira mais duradoura na memória do co-piloto. Da mesma forma, ouvir os valores falados, possivelmente lê-los no cartão de dados de aterrissagem e configurá-los no indicador de velocidade no ar, pode permitir uma representação mais duradoura dos valores na memória do piloto. Na falta de evidências adicionais, não podemos saber a duração ou a qualidade dessas memórias. Mas sabemos pela observação que existem amplas oportunidades para ensaios e associações dos valores ensaiados com representações no ambiente (HUTCHINS, 1995, p. 280 – 281, tradução nossa).

O estágio descrito acima, para ocorrer, necessita da participação dos *bugs* de velocidade. Hutchins os interpreta como pertencentes a uma constelação de estruturas, as quais podem ser externas ou não ao indivíduo, e que o auxiliam na realização de uma tarefa invariável. Para Hutchins, não compete dizer que esses mecanismos potencializam a memória do piloto:

> A memória individual do piloto não foi aprimorada; antes, a função de memória tornou-se propriedade de um sistema maior no qual o indivíduo se envolve em um tipo diferente de comportamento cognitivo. A beleza de dispositivos como *bugs* de velocidade é que eles permitem essas reconfigurações de sistemas funcionais de maneira a reduzir os requisitos de recursos cognitivos escassos. Chamar os *bugs* de velocidade de "auxiliar de memória" para os pilotos é confundir as propriedades cognitivas do sistema funcional reorganizado pelas propriedades cognitivas de um de seus componentes humanos. *Bugs* de velocidade não ajudam os pilotos a se lembrar das velocidades, ao contrário, fazem parte do processo pelo qual o sistema do *cockpit* lembra as velocidades (1997, p. 282 – 283, tradução nossa).

As descrições sobre o conjunto de procedimentos que envolvem os registros, seleções e recordações da velocidade na cabine de comando autoriza Hutchins a enxergar a memória como fenômeno que extrapola a barreira do indivíduo e que se instala na interação direta entre agentes humanos e não humanos. Em outras palavras, pode-se dizer que a memória encontra-se distribuída entre esses agentes.

Ainda que a memória individual de cada membro da equipe esteja registrando os dados de velocidade, Hutchins argumenta que esses mesmos dados estão sendo escritos, lidos e comparados a partir do material à disposição dos pilotos. Além disso, seja a memória dos atores humanos seja o maquinário em que esses dados são registrados, o que se tem, por fim, é a atuação conjunta entre esses dois eixos:

> Nesse cenário, a memória do piloto para essas velocidades pode ser um tecido de interação ricamente entrelaçado, com muitas representações que parecem superficiais ou incompletas em comparação com a memória interna localizada e compacta pela a qual os cientistas cognitivos geralmente procuram. A memória observada no *cockpit* é uma interação contínua com um mundo de estrutura significativa. Os pilotos estão continuamente lendo e escrevendo, reconstituindo e reconstruindo o significado e a organização das

> representações interna e externa das velocidades. Não é apenas a recuperação de algo de um armazém interno, não é apenas o reconhecimento ou a correspondência de um formulário externo para um modelo armazenado internamente. É, antes, uma combinação de reconhecimento, correspondência de padrões, verificação de consistência entre modalidades, construção e reconstrução que é realizada em interação com um rico conjunto de estruturas representativas, muitas das quais permitem, mas não exigem, a reconstrução de alguma representação interna que normalmente chamaríamos de "memória" para a velocidade (HUTCHINS, 1995, p. 284, tradução nossa).

Após termos apresentado a semântica de *frames* de Fillmore, os modelos cognitivos idealizados de Lakoff, a semântica histórica de Nyckees e os preceitos da cognição situada, partilhada e distribuída, devemos, a partir de agora, discutir os impactos que uma dimensão cognitiva traz para o âmbito dos estudos discursivos, atrelando, sobretudo, as contribuições de tais teorias ao que já foi debatido e de maneira a reforçar o lugar de onde posicionamos nossas reflexões: a Análise do Discurso de vertente francesa.

5. As ciências da cognição nos estudos discursivos: impactos teóricos

Em primeiro lugar, devemos reforçar que, seguindo os preceitos teóricos desenvolvidos por Marie-Anne Paveau, não estamos desenvolvendo uma fusão entre as disciplinas aqui envolvidas. Estamos situados na Análise do Discurso e as reflexões propostas caminham em direção de uma possível maneira de se pensar os efeitos de sentido por meio de uma aproximação com as ciências da cognição. Isto posto, vamos às considerações finais deste capítulo.

A Análise do Discurso de vertente francesa, ao se constituir como ciência, possui como especificidade o fato de enxergar a língua como espaço em que se alojam práticas, sendo estas discursivas, ou seja, ideológicas. Esse é um ponto importante e deve, por isso, ser preservado, já que a ideologia, na hipótese de Paveau, não perde seu *status* de elemento a impactar no discurso: ela passa a ser considerada em um arcabouço maior que conta com a existência de outros elementos, os quais assinalam uma anterioridade discursiva, cuja origem é de ordem semântica, cultural e enciclopédica e que estariam armazenados em nossas estruturas cognitivas, norteando nossa interpretação e produção discursivas. Tal concepção, no entanto, implica assumir uma posição diferente daquela proposta por Pêcheux: a AD é tida como linguística por Paveau, e, talvez, esse seja um dos desdobramentos teóricos da hipótese dos pré-discursos que possibilita o diálogo entre

ciências entendidas, a princípio, como díspares entre si e é o que, inclusive, assegura que a abordagem de Paveau seja, sobretudo, semântica.

Como a autora denomina sua hipótese como *quadros* pré-discursivos coletivos, vê-se, por meio da nomenclatura, algo próximo à semântica de *frames* de Fillmore. Porém, a autora, ao utilizar o termo "quadro", está em diálogo com uma perspectiva sociocognitiva desenvolvida por teóricos como E. Goffman (1991) cuja definição de quadros é a adotada por Paveau.

Como o objetivo do presente capítulo foi trazer, sem exaustividade, um percurso teórico em que se tem, inicialmente, um tratamento mentalista da cognição, principalmente, na semântica cognitiva, foi necessário recorrer às reflexões de Fillmore, já que a teoria dos MCI's abarca proposições da semântica de *frames*.

A proposta de Fillmore defende a existência de uma rede de sistemas conceptuais que, para ser devidamente compreendida, demanda o devido atrelamento entre as unidades integrantes dessa mesma rede. O alcance a esse sistema se dá por meio do estudo das palavras, responsáveis por categorizar a experiência humana, a qual, por sua vez, emerge de um acontecimento concreto.

Tanto a semântica de *frames* de Fillmore quanto a hipótese dos MCI's são perspectivas que investigam a maneira como ocorre o processo de categorização humana. Entretanto, em Fillmore, o protagonismo desse processo recai sobre palavras situadas em cenas, enquanto que em Lakoff, o argumento gira em torno do fato de o núcleo do nosso sistema conceptual ser nutrido por meio de experiências concretas em que o corpo humano também atua como ator.

Ambos os autores apostam na ideia de que o sistema conceptual humano é complexo. No caso de Fillmore a complexidade diz respeito, entre outros pontos, ao fato de, por exemplo, uma cena como o EVENTO COMERCIAL depender de dois enquadres para ser entendido em totalidade: o *frame* VENDER e o *frame* COMPRAR. Em Lakoff, por outro lado, a complexidade é posta em relação com o fato de os MCI's envolverem outros processos cognitivos como os *frames* e o nível básico de categorização e o efeito de protótipo conforme teorizados por Rosch. Entretanto, vemos a influência da teoria *gestalt* tanto em Lakoff como em Fillmore. Além disso, a teoria de Lakoff amplia a riqueza das estruturas cognitivas ao reforçar a dimensão perceptiva dos sujeitos por meio das projeções metafóricas e metonímicas, proporcionadas pelos esquemas imagéticos e pelos efeitos de protótipo.

Fillmore, pelo menos no artigo de 1982b, traz a contribuição da teoria do protótipo para pensar o significado das palavras a partir da dimensão cultural. Em Lakoff, o protótipo tanto pode exercer um vínculo relacionado a um aspecto cultural (o caso do termo *bachelor* em inglês) quanto ao que se sobressai na dimensão perceptiva dos sujeitos (as projeções metafóricas e metonímicas retêm o que é mais saliente na experiência social e sensório-corporal dos indivíduos). É graças ao nível horizontal de categorização que Lakoff pode postular a existência de efeitos simples ou complexos na estrutura conceptual humana, ou seja, nos MCI's.

Deve-se ressaltar, por meio da análise da língua *Dyirbal*, que a teoria do protótipo é confirmada: de fato, as categorias dispensam itens com atributos semelhantes para serem classificadas como tal. A organização destas está pautada, muitas das vezes, em mitos e crenças responsáveis por formar vínculos, os quais não representam objetivamente o mundo em si.

Inclusive, é a partir das análises elaboradas sobre as línguas classificadoras (o *Dyirbal* e o japonês) que Lakoff teorizará a respeito das extensões sofridas por uma categoria, as quais se alimentam dos esquemas imagéticos e que, por isso, conduzem à elaboração de pensamentos abstratos.

É em relação a este ponto, em especial, que o linguista francês Nyckees acredita ver a fragilidade e a impossibilidade de considerar a semântica cognitiva como efetivamente científica. Para Nyckees, as transformações semânticas sofridas por uma palavra não podem ser explicadas dissociando-as do contexto social em que se desenham essas mesmas transformações. Nesse sentido, o autor, além de defender que estudar tais processos por meio de figuras de linguagem (tropos) é transplantar algo originário de uma ciência para outra, é, também, tomar como lei eventos esparsos: a criação de um sentido abstrato a partir de outro concreto é apenas um caminho mais recorrente do que aquele que opera em sentido contrário.

O autor também questiona como é possível falar de um sentido homogêneo se os indivíduos não dispõem, na prática o mesmo idioma. Soma-se a isso o fato de que, se Lakoff situa sua reflexão na percepção humana, como falar em uma convenção de sentidos entre sujeitos?

Ao contrário de Lakoff, Nyckees recusa a participação central que o sujeito e suas estruturas mentais desempenhariam ao longo do processo de formação/modificação de significado, sugerindo, no lugar da ótica da semântica cognitiva, o realce à história e, por isso, ao desconhecimento do sujeito com relação aos processos semânticos verificados.

Essa defesa reforça, também, a crença de que as mudanças semânticas apontam para rupturas, em que há uma lacuna inerente àquilo que chama de "línguas reais". Afirmação esta que parece sugerir que a semântica cognitiva, apesar das críticas que realiza, estar próxima, segundo Nyckees, de um paradigma computacional.

De fato, as críticas de Nyckees parecem ser válidas, principalmente quando vemos as próprias ciências da cognição explorando o domínio social em seus mais diversos modelos. É o que se verifica na cognição situada, partilhada e distribuída, as quais, apesar de se assemelharem no enfoque mais amplo em torno da cognição, apresentam traços próprios.

A cognição situada, por exemplo, traz para dentro das ciências da cognição a questão do contexto em relação a uma atividade que deverá ser executada. Embora essa preocupação pertença à problemática de que o ensino formal seja, na verdade, débil para proporcionar uma aprendizagem significativa, é importante ver que essa falha é posta em relação com a necessidade de se repudiar um processo de aprendizagem como manipulação de símbolos abstratos e que defende, em contrapartida, as atividades autênticas, isto é, contextualizadas para que se chegue a uma aprendizagem cognitiva, a qual abarca atividade, ferramenta e cultura.

Na cognição partilhada, por outro lado, vemos desdobramos a respeito da cognição que extrapolam questões educacionais e que podem, inclusive, contra-argumentar o que vimos com Lakoff.

Em primeiro lugar, para as perguntas "como as pessoas podem saber a mesma coisa se elas constroem seu conhecimento independentemente? Como podem grupos sociais coordenarem suas ações se cada indivíduo está pensando de maneira diferente?" (RESNICK, 1991, p. 2, tradução nossa), a autora abre mão de uma perspectiva biologizante e põe em destaque a influência do meio e dos demais sujeitos: o pensamento é suscetível às mudanças culturais, e os sujeitos são capazes de formatar a cognição uns dos outros. A cognição passa a ser vista, sob essa ótica, como algo constantemente submetido à dimensão social e vice-versa. Pode-se pensar em um *continuum* entre social e cognitivo.

Resnick fortalece essa tese ao argumentar como o raciocínio opera, ainda que em tarefas individuais, em conformidade com um funcionamento social, pois o sujeito adota opiniões, teses, crenças (muitas vezes, sem o devido rigor científico) transmitidas através de ferramentas cognitivas que foram, por sua vez, produzidas por outros sujeitos. A autora

reconhece, ainda, que, além de serem veiculadoras de opiniões, as ferramentas cognitivas formatam a maneira como a cognição deve operar.

Nesse sentido, Resnick situa sua abordagem em uma argumentação mais radical – mas igualmente válida – do que aquela trabalhada pela cognição situada: segundo essa perspectiva, há uma divisão entre cognição e contexto, e este é visto como sobreposto àquela; a cognição partilhada tenta tecer um vínculo entre as duas esferas de modo que uma interfira sobre a outra completamente.

De acordo com essa perspectiva, mas dilatando ainda mais a noção de cognição, Hutchins, por meio do estudo de caso sobre a maneira como os pilotos de um voo comercial devem registrar as velocidades atingidas durante a navegação, sugere que o maquinário do qual se servem os pilotos funciona, em interação com estes e estes em interação entre si, como uma arquitetura cognitiva.

Hutchins detalha os diversos materiais que acompanham os pilotos na tarefa de lembrar as velocidades alcançadas e necessárias para o pouso e mostra como alguns equipamentos, como o livreto do cartão de velocidades, possuem uma memória de longo prazo permitindo a permanência de dados independentemente do que a equipe faça. Para Hutchins, isso comprova que o instrumental é dotado de uma cognição própria.

Então, se na cognição partilhada o social e o cognitivo são dimensões interdependentes, o sistema de uma cabine de avião, que funciona, para Hutchins, como um ambiente sócio-técnico, é, por si só, dotado de uma cognição, distribuída (todos têm e devem ter acesso às informações ali representadas) e todos atuam com o intuito de executar uma tarefa em específico.

Após essas possíveis correlações, chegou o momento de associarmos o que foi proposto aqui com a hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos de Marie-Anne Paveau.

6. Os quadros pré-discursivos e as ciências da cognição

Seja associando-se ao social, seja fechando-se ao indivíduo, as ciências da cognição necessitam, em suas mais diversas formas, de que o sujeito esteja sob a luz que o enxerga como um dos elementos participantes dos fenômenos de construção do conhecimento. Portanto, uma teoria disposta a se colocar em proximidade com este campo científico deve, também, estar receptiva a essa ideia. Em outras palavras, as teorias, brevemente apresentadas, justificam a necessidade sentida por Paveau em trazer para o quadro

epistemológico da sua hipótese a fenomenologia de Husserl. A proximidade entre cognição e fenomenologia pode ser validada por diversas vias, mas, gostaríamos de destacar algumas.

Em primeiro lugar, está o fato de, assim como em Fillmore e em Lakoff, em especial, Husserl falar sobre estruturas *noemato-noéticas* para definir um horizonte de possibilidades, comum a todos os indivíduos, que nos permite interagir com os objetos do mundo: em Fillmore, essas estruturas seriam os *frames* e, em Lakoff, as estruturas seriam os MCI's. Em segundo lugar, está o fato de Husserl, assumindo que a consciência é sempre consciência de alguma coisa (esta última podendo ser, inclusive, os outros sujeitos, o que conduz o autor ao conceito de intersubjetividade) é interessante notar como as ciências da cognição (na figura da cognição partilhada e distribuída, sobretudo) passam a considerar que a cognição de um sujeito tem suas potencialidades moldadas graças às intervenções diretas ou indiretas que um sujeito desempenha sobre o outro.

Esse segundo ponto traz implicações para a hipótese dos pré-discursos. De um lado, teríamos uma suposta explicação para a forma como as anterioridades discursivas se alojariam nos sujeitos e, de outro, como pensar a relação entre sujeito e sociedade.

Em relação às anterioridades em si, podemos seguir ou uma abordagem que advoga haver o compartilhamento de estruturas biológicas ou uma dimensão social impactando a percepção e a organização do pensamento nos sujeitos. Caso adotemos a primeira solução, nos situaríamos em uma corrente de substrato biológico ou, caso contrário, avançaríamos rumo a uma concepção mais social de cognição.

A semântica cognitiva de Lakoff traz contribuições para a presente pesquisa, já que nos permitirá, em alguns momentos do *corpus*, pensar sobre procedimentos concernentes a um modelo cognitivo que assinala um efeito prototípico[36], ou seja, um processo de categorização. Essas noções parecem trazer, de certa maneira, uma anterioridade de ordem semântica. Entretanto, corre-se o risco de esquecer a dimensão social e histórica ainda que estejam, de algum modo, atrelados à questão da comunitarização da experiência, como Lakoff, ainda que não tenha essa preocupação, informa-nos a respeito dos dados sobre mitos e crenças da língua *Dyirbal*.

[36] "Que eu saiba, E. Rosch, seus seguidores ou seus críticos não dizem nada que indique que o protótipo se situe em uma anterioridade em relação à produção verbal. Mas, como se trata de uma categoria mental universal, podemos supor essa anterioridade que a noção de "tempo de categorização", definitória do protótipo, parece endossar: se existe um tempo de categorização entre um objeto do mundo e um exemplar mental, é porque há uma anterioridade do segundo na relação com o primeiro, de natureza memorial, pois o protótipo é estocado na memória. Retenho do protótipo essa coloração pré-discursiva, bem como sua dimensão organizadora de *realia* do mundo" (PAVEAU, 2013a , p. 49-50).

Portanto, a contribuição trazida pela semântica cognitiva deve ser feita com cautela, para não recairmos, como parece sugerir Nyckees, em um sujeito consciente de todo processo (tanto externo quanto interno) e para não deixarmos de ver a língua como um fenômeno que permite trabalhar efeitos de sentido, um dos objetivos principais da AD francesa.

A cognição partilhada, por sua vez, enxerga a cognição como algo suscetível ao meio externo mesmo quando esse se faz presente sob a forma de ferramentas cognitivas. A reflexão sobre as anterioridades a partir dessa perspectiva é mais consubstancial com questões teóricas da AD, pois evitaria a construção de um sujeito extremamente autônomo e traz, de maneira imbricada a essa dimensão, a instância social. Isso evita cair em uma perspectiva meramente internalista ou externalista: apesar de o sujeito estar, conceitualmente, mais "vivo", ele ainda responde a episódios maiores do que ele.

A questão do sujeito é ponto nevrálgico para a questão dos pré-discursos, pois torna válida a proposta de Paveau em pensar a formação de linhas discursivas a partir da interação entre sujeitos. Interação esta mediada pelas ferramentas cognitivas, conforme exploradas na cognição partilhada, por assegurarem, entre outros pontos, um dos objetivos pelos quais Paveau integra os pré-discursos no quadro fenomenológico: a partilha semântica ou, em outras palavras, a coletividade do sentido e a necessidade de se pensar em uma comunidade de pré-dados que admitem a existência da intercompreensão.

As ferramentas cognitivas permitem a propagação de teorias e histórias próprias de uma cultura sem que isso seja notado pelo sujeito. Como vimos em Resnick, isso molda a cognição dos sujeitos fazendo com que raciocinem em conformidade tanto com o conteúdo veiculado pelas ferramentas quanto pela maneira como esse conteúdo é estruturado nesse instrumental.

Em relação à partilha semântica segundo a ótica da cognição distribuída, daríamos uma ênfase ainda maior aos agentes não-humanos enquanto difusores de pré-discursos: na perspectiva de Hutchins, os dispositivos estruturam uma arquitetura cognitiva. Isto é, atuam de maneira a possuir eles mesmos uma rede de representações. Nesse ponto, estamos mais uma vez em diálogo com a fenomenologia, pois Husserl não se limita a dizer que o sujeito abarca o objeto, mas que este também engloba seu sujeito.

CAPÍTULO IV

Considerações iniciais

Nas páginas seguintes, serão realizadas as análises do nosso *corpus* para verificarmos a validade da teoria aqui exposta e os possíveis desdobramentos que as teses de Paveau permitem em termos de desenvolvimento de pesquisas futuras situadas em um diálogo profícuo entre ciências da cognição e Análise do Discurso.

Esse capítulo encontra-se organizado da seguinte forma: na primeira parte, realizamos um breve comentário sobre o possível modelo de conceptualização dos grupos opositores à Dilma Rousseff como forma de esclarecer ao leitor como estamos entendendo a noção de história e desenvolver, sem exaustividade, a maneira como se daria a relação, no interior dos pré-discursos, entre ideologia e os sistemas de crenças e valores sob os quais os sujeitos se encontram submetidos.

Na segunda parte, recuperamos o contexto histórico em que transcorrem os atos e movimentos pró-*impeachment*, focando, sobretudo, no fato de que esse estágio integra uma linha temporal que se inicia desde as manifestações de 2013.

Na terceira seção, iniciaremos a análise do *corpus* segundo os três grandes eixos pelos quais podemos enxergar, conforme metodologia de Paveau, rastros pré-discursivos. Nessa parte, portanto, contaremos, também, com subseções, assim dispostas: introduziremos as noções de filiações discursivas (subseção um), mundos partilhados (subseção dois) e organizadores textual-cognitivos (subseção três). Esses três grandes blocos parecem reforçar e evidenciar a necessidade de se pensar aspectos sociocognitivos nas manifestações linguageiras dos grupos de oposição à Dilma Rousseff.

Entretanto, conforme foi possível entrever ao longo da dissertação (e isso é sucitamente reforçado na seção abaixo), realizar uma análise discursiva no seio da hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos exige a apreciação do vínculo entre estes e a questão da moral. Portanto, antes de concluirmos esse capítulo, contamos com uma última seção para pensarmos a ligação entre a linguagem e a moral e a forma como esta é indiciada por meio dos enunciados de oposição à ex-chefe do executivo, Dilma Rousseff.

1. O modelo de conceptualização dos opositores de Dilma Rousseff

Antes de caminharmos rumo à contextualização histórica referente ao nosso *corpus* de pesquisa, é importante deixarmos claro que a dimensão histórica aqui trazida é operacionalizada de forma a compreendê-la como algo que passa pelo ambiente cognitivo[37]. Tal afirmação requer alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, devemos assumir que entendemos ideologia como posicionamento no campo político. Esse posicionamento manifesta-se associado a crenças e a valores de um grupo ou de uma sociedade em específico. Os pré-discursos englobam tanto a ideologia quanto o sistema de crenças de um determinado grupo ou sociedade, atuando, portanto, como enquadres que autorizam ou não a evocação a esses mesmos elementos. Nesse sentido, compreender a dimensão histórica e o impacto que ela desempenha em termos pré-discursivos demanda a consideração tanto do posicionamento ideológico de um grupo dado assim como a compreensão em torno do sistema de valores dos grupos em interação. Por conta disso, trazemos, brevemente, as reflexões de G. Lakoff (2016 [1996]) a respeito dos diferentes modelos conceptuais de família que orientam as chamadas "visões de mundo" dos grupos conservadores norte-americanos.

Apesar das diferenças políticas e econômicas existentes entre Brasil e Estados Unidos, é possível tecer paralelos entre os grupos conservadores americanos e brasileiros por meio do que Lakoff designa como *Strict Father model* (o modelo do pai rigoroso)[38]. Segundo Lakoff, esse modelo consiste em uma "visão de mundo conservadora" que sustenta a percepção de grupos conservadores em torno daquilo que seria ou não moral. Portanto o *Strict Father model* não se restringe à forma como esses

[37] A noção de ambiente cognitivo é desenvolvida por Paveau (2015). Na seção 6, do presente capítulo, retornamos a esse conceito de forma a pensar a relação entre moral e linguagem em conformidade com o que propõe a linguista francesa.

[38] "Este modelo postula uma família nuclear tradicional, com o pai tendo a responsabilidade primária de apoiar e proteger a família, bem como a autoridade para definir as regras estritas para o comportamento dos filhos e para fazê-los cumprir essas regras. A mãe tem a responsabilidade diária de cuidar da casa, criar os filhos e reforçar a autoridade do pai; os filhos devem respeitar e obedecer aos pais. Ao fazerem isso, eles constroem seu caráter, o qual é entendido em termos de autodisciplina e autossuficiência. O amor e a nutrição são, é claro, uma parte vital da vida familiar, mas nunca podem superar a autoridade dos pais, que é, em si, uma expressão de amor e nutrição – amor duro (*tough love*). Autodisciplina, autossuficiência e respeito pela autoridade são os valores cruciais que as crianças devem aprender.
Uma vez que os filhos estão maduros, eles estão por conta própria e devem depender da autodisciplina adquirida para sobreviver. A autossuficiência lhes dá autoridade sobre seus próprios destinos, e os pais não devem interferir em suas vidas (*op. cit*., p. 33, tradução nossa)".

sujeitos entendem que deve funcionar a política, mas, principalmente, a forma como devem funcionar todas as esferas da sociedade.

Devido a isso, os conservadores norte-americanos acreditam haver setores na sociedade que funcionam em conformidade com o seu modelo conceptual, enquanto outros estariam radicalmente afastados dele. Os setores mais adequados, de acordo com esse grupo, seriam as organizações militares, pois elas atuariam afinadas aos valores apreciados por esse modelo: disciplina, punição e recompensa, virilidade, dentre outros aspectos. Em conformidade com esse paradigma, estariam os opositores mais radicais à Dilma Rousseff, ou seja, os apoiadores de uma suposta intervenção militar constitucional.

Por operarem em conformidade com o *Strict Father model*, os conservadores norte-americanos tendem a ser radicalmente contrários às políticas assistencialistas por enxergarem nelas a não observância a um dos pilares que compõe a sua estrutura conceptual: a recompensa pelo esforço. Nos enunciados trazidos à análise, os sujeitos põem em xeque as medidas assistenciais adotadas pelo governo petista e veem nelas a perpetuação de um projeto de poder por meio do que seria, segundo eles, na realidade, um voto de cabresto.

Além disso, os sujeitos abrigados sob o espectro político da extrema-direita brasileira atribuem às Forças Armadas o poder de restituição da moral política e da ordem social, as quais são postas, ao que parece, em vínculo direto com o modelo do pai rigoroso conforme proposto por Lakoff.

Lakoff faz um profundo levantamento de todos os pontos em que as divergências entre conservadores e liberais mais comumente atingem seu ápice. E isso envolve as querelas sobre as questões educacionais, ambientais, artísticas e sexuais. Todos esses tópicos e as respectivas semelhanças entre conservadores brasileiros e estadounidenses poderiam ser esmiuçados. Porém, restringimo-nos a tecer comentários sobre a forma como esses pontos em comum se formam no que tange à função social das Forças Armadas e às políticas de assistência pública, pois foram esses dois aspectos participaram mais ativamente das pautas reivindicatórios dos grupos em análise.

É importante destacar, ainda, que a hipótese de um modelo conceptual a partir da categoria radial “família” poderia participar da nossa análise de forma a enriquecê-la, porém isso poderia acabar por ampliar muito o enfoque, já que teríamos,

inevitavelmente, que associar a hipótese de Lakoff ao sistema representacional[39] desse grupo, o que envolveria a apreciação em torno das metáforas normalmente relacionadas ao *Strict Father model*, e, no nosso *corpus*, não encontramos indícios linguísticos que autorizassem uma análise acurada da gama de metáforas que compõe o modelo. Por isso, é mais proveitoso, na presente pesquisa, ligar a teoria de Lakoff ao posicionamento adotado pelos sujeitos no contexto político brasileiro de polarização e rejeição ao PT.

Dessa forma, teríamos que o *Strict Father model* representa as crenças e valores dos grupos de oposição à Dilma Rousseff, em especial, daqueles mais radicais, enquanto que o seu posicionamento político (a extrema-direita a favor de uma intervenção militar), a sua ideologia. A História, por sua vez, seria uma instância a existir de fato e a impactar a materialidade discursiva dos sujeitos, mas sempre em negociação com os modos de categorização da experiência dos indivíduos em interação e com a memória coletiva que situa sua própria história de grupo a partir dessa História, mais ampla e universal.

Após esse breve comentário, podemos prosseguir com a contextualização de fato dos *corpora* de pesquisa. Ao longo deles, podemos observar como os pré-discursos estariam em conformidade com um sistema de valores de um grupo cujas demandas extrapolam a esfera política e parecem referir-se a uma instância moral que se encontraria abandonada na sociedade brasileira.

2. As manifestações de junho de 2013 e o *impeachment* de Dilma Rousseff

Embora o material recolhido que serviu para nossa análise tenha sido produzido no período que recobre a reeleição de Dilma Rousseff, consideramos que esse momento é, na verdade, uma fração histórica de um retrato mais complexo que, para ser compreendido de forma relativamente satisfatória, deve ser fixado em um fluxo temporal cujo início data desde 2013 e, ao que parece, ainda está transcorrendo sob a forma de outros desenvolvimentos e acontecimentos.

Dito isto, vemos em 2013 o início de manifestações populares, com manifestantes essencialmente jovens (são, inclusive, em sua maioria, estudantes) que saem às ruas para expressar sua indignação em relação ao aumento das tarifas dos transportes

[39] O que reforça o fato de o modelo do pai rigoroso ser o resultado da forma como conceptualizamos nossa experiência é ele estar no seio de uma série de metáforas que tomam a moral como domínio-alvo. Lakoff identifica que os liberais também posicionam a moral no centro de diversas metáforas a partir do seu próprio sistema conceptual, a saber, o modelo do pai nutridor (*Nurturant Parent model*) (*op. cit.)*.

públicos. A primeira manifestação com essa temática foi registrada em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, que conseguiu retardar o reajuste de 20 centavos que incidiria sobre a tarifa municipal para o ano de 2013. Em janeiro desse mesmo ano, em Porto Alegre, são registradas as primeiras manifestações contra o aumento do valor das passagens, iniciando uma sequência que se verificaria em outras grandes capitais, mas que só ganharia destaque efetivo por meio da repressão sofrida por manifestantes em São Paulo.

As pautas trazidas pelos manifestantes foram sendo ampliadas à medida que ganhou maior participação popular. O enunciado "não são só 20 centavos" revelava um desconforto por parte dos manifestantes que passou a reivindicar melhorias na área da educação, da saúde e um equilíbrio entre as demandas sociais e os gastos públicos destinados à realização da Copa do Mundo no país.

O período foi marcado pelo fato de todos os protestos terem sido organizados e executados sem a participação, ao menos aparente, de partidos políticos. Na verdade, os movimentos se caracterizaram por serem apartidários (sem filiação com legendas políticas) e antipartidários (rejeição aos partidos políticos em geral). O que possibilitou esse aspecto peculiar foi a *internet*: todos eles se articularam e sistematizaram suas reivindicações por meio de comunidades no *facebook*.

A reeleição de Dilma Rousseff proporcionou a esses movimentos maior projeção, pois, apesar de ter sido reeleita, Dilma toma posse em meio a um contexto extremamente polarizado (a ex-presidente foi reeleita com 54 milhões de votos, equivalendo a uma porcentagem significativamente menor em relação aos resultados anteriores do PT), reforçado por uma crise econômica que assola ao país, levando ao índice de 12 milhões de desempregados. Somam-se a isso as notícias sobre os escândalos de corrupção envolvendo as pedaladas fiscais e a descoberta, por autoridades norte-americanas, de superfaturamento e evasão de divisas durante a negociação de compra de uma refinaria de petróleo pela Petrobrás em Pasadena, Texas. A compra foi realizada em 2006, ano em que Dilma Rousseff presidia o Conselho de Administração da estatal.

Destacaram-se, pela presença virtual e pela participação nos protestos, grupos como o MBL (Movimento Brasil Livre) e Vem pra Rua. O MBL atuou massivamente ao longo do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Atuação que obteve apoio popular graças ao argumento e à imagem suprapartidários adotados pelos membros do

grupo. Inclusive, atribui-se, muitas vezes, a eles o mérito pela destituição de Dilma Rousseff da presidência da república.

O recente histórico de manifestações acaloradas, os recém-descobertos escândalos de corrupção atribuídos à Dilma Rousseff e ao PT, a falta de aliados no Parlamento e um país atravessado pela crise econômica, além do desgaste natural que governos longevos acabam inevitavelmente por atravessar em algum momento de sua história, fizeram com que se formasse uma retórica antipetista que descambou para um sentimento de repulsa contra os partidos políticos de esquerda.

Vê-se, mais uma vez, o papel determinante dos grupos autodeclarados como apartidários, os quais conseguem ocupar o que se acreditava ser uma lacuna na sociedade brasileira: o discurso de direita[40]. Tem-se, com isso, o acirramento entre os grupos pró e anti-*impeachment* que mobilizaram, cada um à sua maneira e de forma a reforçar o embate ideológico que supostamente havia encontrado seu auge, um percurso histórico anterior ao momento das manifestações em si: os apoiadores de Dilma Rousseff recordavam a participação da petista contra os governos militares e acusavam de golpe, em clara referência a esse período, as tentativas de destituição da então presidente; os opositores argumentavam baseando-se nas denúncias de corrupção e em um suposto favorecimento para países que consideravam comunistas, o que seria, segundo essa ótica, sinais tanto de um alinhamento ideológico com essas nações quanto o desejo de instituir políticas que instaurassem uma ditadura comunista no país.

Portanto, as manifestações pró-*impeachment* operacionalizaram tanto o afastamento da ex-presidente como foram determinantes para que o debate político se orientasse por uma temática liberal, em que se tem a demanda, por uma parcela da sociedade, por princípios políticos e econômicos atribuídos à ideologia de direita. Nota-se, ainda, um crescente descontentamento com a moral política, o que pode ter favorecido a consolidação de grupos de extrema-direita e suas respectivas pautas sobre os costumes. Apesar da marginalidade numérica dos grupos mais radicais, eles conseguiram, de certa maneira, cooptar eleitores que desenvolveram uma repulsa à

[40] "O MBL surgiu associado aos Estudantes pela Liberdade, a filial brasileira do *Students for Liberty*, que tem como objetivo formar jovens liberais a partir de uma atuação centrada nas universidades (Gobbi 2016). Suas lideranças são jovens e um dos objetivos declarados da organização é "rejuvenescer" o discurso da direita no Brasil. Dentre os valores defendidos pelo grupo está a diminuição do papel do Estado na economia, a defesa das privatizações, a crítica às políticas sociais do governo petista, em especial o programa Bolsa Família e as políticas de reparação, como as cotas raciais nas universidades, e a defesa da redução da maioridade penal. O MBL é a organização que teve mais capacidade de combinar a ação nas ruas, com um investimento nas instituições, principalmente a partir do lançamento de candidaturas" (TATAGIBA, 2018, p. 119).

ideologia de esquerda como um tudo, contribuindo para a eleição do presidente Jair Bolsonaro.

É nesse contexto sócio-histórico que situamos nossa pesquisa e de onde coletamos enunciados que sinalizam para os vestígios de quadros pré-discursivos coletivos. Nosso *corpus* é constituído por 20 enunciados[41], os quais se encontram distribuídos sob a nomenclatura proposta por Paveau: filiações discursivas, mundos partilhados e organizadores textual-cognitivos.

3. A hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos: análise

Os enunciados serão analisados em conformidade com a metodologia proposta por Paveau. É possível que alguns enunciados permitam relações teórico-metodológicas com os outros autores anteriormente mencionados ao longo da dissertação. Porém, caso isso ocorra, o diálogo estabelecido objetiva proporcionar elementos a mais para uma determinada discussão e não uma equivalência teórica entre autores. Acrescentamos, ainda, a forma como A. Lecomte (1981) e Moirand (2004) entendem por memória interdiscursiva, de forma a compreender as ferramentas cognitivas como delimitadores das construções linguísticas que denotam anterioridades discursivas e pensar como os discursos podem funcionar como agentes de transmissão.

3.1 A hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos: filiações discursivas

A noção de filiação discursiva é adotada por Paveau como forma de apontar para o recurso argumentativo dos falantes que se baseia em recorrer a uma "espécie de número de lugares de memória, dotados de 'agentes de transmissão' que parecem pré-existir às produções discursivas individuais" (PAVEAU, 2013a, p. 159):

> Os sujeitos falantes recorrem a uma memória da língua, vista como transcendental e autônoma como testemunham as figuras do etimologismo, do lexicografismo e do lexicologismo, que se apoiam em uma espécie de lei da língua depositada nos agentes externos (dicionários, guias de francês correto). Eles podem também recorrer à memória discursiva patrimonial e fazer apelo aos pré-discursos da sabedoria coletiva ou de autores canônicos que lhes parecem garantir a transmissão tanto do passado quanto da verdade.

[41] A princípio, nosso *corpus* contava com mais de 20 enunciados. Porém, mantivemos apenas os enunciados mais representativos em relação aos modos de inscrição dos pré-discursos.

> Último agente da transmissão de filiações discursivas examinado aqui: o nome próprio, verdadeiro nome de memória no qual se sedimentam os valores associados aos acontecimentos e aos saberes partilhados (PAVEAU, 2013a, p. 159).

Dentre as formas elencadas por Paveau de indícios de filiações discursivas, encontramos exemplos de enunciados que se ancoram em uma enunciação patrimonial sob suas duas formas: o apelo aos precursores e o apelo à sabedoria coletiva. Contamos também com três exemplos de lexicografismos e com enunciados que apresentam nomes próprios como indícios de pré-discursos. Começaremos pela figura da enunciação patrimonial. Passaremos, em seguida, para as produções que fazem apelo aos nomes próprios. Na última seção, finalizamos com o lexicografismo.

3.1.1 A enunciação patrimonial: o apelo aos precursores como dado pré-discursivo

a. "Hoje estamos sofrendo o que os *militares* evitaram em *1964*. Isto não é um movimento golpista, só exercemos o direito de nos manifestar", gritava no alto do carro de som o deputado eleito Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro (registro feito pelo jornal El País na Avenida Paulista, em 01/11/2014).

b. Esse é apenas o começo que derrubou os comunistas, viva *Ustra*... chama de facista é facil agora chame de corrupto porra... Bolsonaro terror de PT 2018 (comentário de um usuário do *Youtube* em resposta a outros usuários que criticavam dança de protesto feita contra o PT durante manifestação pró-*impeachment* no Ceará em 22/04/2016).

c. Saudades mesmo da época do querido *Presidente Médici*, época onde havia ordem no país [manifestante pró-impeachment em ato realizado na Avenida Paulista em 15/03/2015].

d. Estamos tendo a grande honra de receber o *doutor Carlos Augusto, vulgo Carneira Preta*, o herói nacional de *1964* [manifestante pró-impeachment em ato realizado na Avenida Paulista em 15/03/2015].

Com a expressão "enunciação patrimonial", Paveau objetiva aludir a um "conjunto de formas linguísticas" que denota um vínculo estabelecido entre os membros de um grupo, de uma cultura ou de uma civilização e um passado evocado de forma a ativar as heranças deixadas por esses mesmos agentes. Para Paveau, por meio da enunciação patrimonial, vê-se, principalmente, dois dos seis atributos dos pré-discursos, a coletividade (é a memória de um grupo que é ativada) e a transmissibilidade (ocorre a

transmissão entre sujeitos de um patrimônio que se acredita ser comum). Nas palavras de Paveau,

> Essa denominação visa designar as formas pelas quais os locutores evocam explicitamente quadros anteriores de dimensão patrimonial, essa dimensão sendo tacitamente reconhecida de acordo com a propriedade da imaterialidade dos pré-discursos. Os locutores se colocam então como herdeiros de um bem discursivo comum pois transmitido, que deste fato é então constituído em patrimônio e do qual seu discurso se encarrega de perenizar a existência (propriedade de transmissibilidade) (PAVEAU, 2013a, p. 175).

Nos dados analisados por Paveau (2013a), o apelo aos precursores pelos franceses parece sempre resgatar uma figura patrimonial específica para o discurso em questão. No caso brasileiro, esse apelo se faz, sobretudo, tanto dessa forma como evocando a categoria ocupada por essas figuras patrimoniais, ou seja, os militares.

É interessante notar ainda que, junto ao apelo das figuras emblemáticas de cada formação discursiva, manifesta-se também aquilo que a autora denomina "mito do tempo de antes", o qual também constituiria, segundo a autora, "um tipo de enunciação patrimonial" (PAEVAU, 2013a, p. 178). Nos enunciados em destaque, esse tipo de enunciação patrimonial parece sempre surgir quando a figura dos militares é recordada. O que importa, na presente análise, não é, como argumenta Paveau, o relato em si, "mas o dispositivo cultural que o torna possível". No caso brasileiro, o que possibilita o enlace semântico entre o apelo aos precursores e o ano de 1964 é a memória de um grupo que atribui, a essas figuras e a esse período, uma conduta ilibada dos governantes da época quando se encontravam no poder, o que, segundo eles, não se verifica mais depois que os civis tomaram o rumo da nação.

É interessante notar, ainda, que o apelo aos precursores, ao vir acompanhado pelo ano de 1964, parece se construir a partir de uma preocupação moral alinhadas a um posicionamento político determinado. Por exemplo, nos enunciados acima, os sujeitos fazem contraposição entre "fascismo" e "corrupção" (enunciado b), falam sobre uma suposta "época onde havia ordem no país" (enunciado c), além de apresentarem um ex-militar como herói de 1964 (enunciado d), o que se alinha muito diretamente ao argumento de Eduardo Bolsonaro sobre um possível mal evitado pelos militares nesse mesmo ano (enunciado a). Segundo Paveau,

> O apelo aos quadros pré-discursivos coletivos, se ele permite *organizar a experiência dos sujeitos* (propriedade da experimentalidade), autoriza também as coerções ideológicas e imposições doutrinais. No conjunto dos três *corpora*, observa-se facilmente um estoque de "bons precursores", referências recorrentes, pois obrigadas que participam da formatação dos discursos. Estamos então bem próximos do que H-P. Jeudy chama de

> "maquinaria patrimonial" que regula e orienta a memória ao invés de favorecer sua circulação (PAVEAU, 2013a, p. 180 [grifos nossos]).

Gostaríamos, de agora em diante, de destacar a organização da experiência mencionada por Paveau no excerto acima, associando-a à ideia de categorização por meio da memória.

Como vimos no capítulo 1, a memória é entendida por Paveau sob uma abordagem que a reveste de um aspecto cognitivo-discursivo, ou seja, trata-se de um conhecimento internalizado e ativado pela realidade do mundo objetivo. Os enunciados acima foram todos produzidos pelos grupos de extrema-direita, os quais demonstram uma percepção peculiar a respeito dos acontecimentos de 2014 a 2016: o retorno do Brasil ao que consideram ser uma ameaça comunista. De acordo, portanto, com a perspectiva desses manifestantes é necessário o retorno das forças armadas para que o Brasil volte à moral política, à saúde econômica e aos valores familiares abandonados quando o regime militar deixou de vigorar.

O enunciado "o herói nacional de 1964" (enunciado d) mostra, com isso, um funcionamento pré-discursivo tanto evocado quanto alegado que substancia uma transmissão de partilha semântica ancorada em uma afetividade, uma nostalgia por um tempo sentido como perdido, fazendo com que o sentimento explicitamente expresso funcione em conformidade com uma cognição distribuída[42].

A categoria dos militares ou as personalidades históricas desse grupo constituem um lugar de memória do grupo de extrema-direita e reforça o laço deste com um passado que se encontra evocado e atendendo, por sua vez, a um processo de categorização desempenhado pela memória:

> A noção de "situação semelhante" é importante para minha perspectiva: o trabalho da memória gera consequentemente situações discursivas semelhantes, que permitem essa extensibilidade semântica das palavras e das fórmulas, aplicáveis a novas situações pelo único fato de que elas foram aplicadas a situações antigas. Essa forma de repetição, longe de ser uma estéril e mecânica aplicação de elementos linguageiros pré-formados, é um

[42] "A noção de distribuição permite renovar a questão do contexto com certa força operatória. Ela está atenta à construção e à transmissão das informações não apenas *via* saberes e competências detidas "na cabeça" dos indivíduos em seu ambiente sociocultural ("no mundo"), mas inscritas nas ferramentas cognitivas, ou seja, em artefatos como, por exemplo, um bloco de notas ou um *tablet*. Eu a defini em uma perspectiva mais ampla que expande os agentes de distribuição aos elementos não artefatuais, tais como os sentimentos e os valores – como um processo de transmissão sincrônica e diacrônica de enquadres pré-discursivos coletivos, estes últimos (conhecimentos enciclopédicos, crenças, emoções, percepções) sendo distribuídos de maneira colaborativa entre os agentes humanos e não-humanos graças aos organizadores psíquicos internos, mas igualmente externos (ferramentas discursivas como a lista, o dicionário, o quadro, o guia de conversação, ou mais amplamente semiótico como as cores, os símbolos, as vestimentas etc.)" (PAVEAU, 2013b, p. 148-149).

> modo de categorização da experiência nos discursos que se pode chamar de conhecimento por reconhecimento (PAVEAU, 2013a, p. 115).

O processo de conhecimento por reconhecimento reforça a validade de trazer o quadro fenomenológico para o interior de uma epistemologia dos pré-discursos: sujeito e objeto são constitutivos de forma tal que um se deixa impactar pelo outro. O mundo objetivo existe efetivamente, mas a percepção dos sujeitos em interação gera uma coelaboração com mediação da memória, permitindo o desenvolvimento de linhas discursivas.

A percepção dos grupos mais radicais seguida de sua materialização em faixas, panfletos e manifestos gera uma rede cognitiva que rompe as fronteiras dos grupos de extrema-direita e abraça aqueles que estão fora dessa formação discursiva e que, consequentemente, têm a sua percepção e cognição moldadas por esses mesmos sujeitos. Por exemplo, durante o período de manifestação, não foi raro ver circular argumentos que atribuíam à ditadura militar brasileira uma conduta política ilibada por não haver notícias da época sobre denúncias de corrupção contra os militares. Por mais que seja inegável que regimes totalitários tendem a exercer um controle repressivo sobre os diversos sistemas de informação, esse detalhe lógico não é o que orienta essa linha discursiva, mas, sim, o vínculo semântico que se consegue estabelecer entre os pares. Esse último aspecto refere-se a um dos atributos do pré-discurso: a intersubjetividade[43].

O enunciado em questão e a relação que firma com uma organização da experiência nos autoriza a analisá-lo sob o enfoque da semântica cognitiva de Lakoff e o seu conceito de modelos cognitivos idealizados.

No capítulo 3, apresentamos algumas teorias que repousam no interior do quadro teórico das ciências cognitivas, nele vimos a semântica cognitiva de Lakoff que, apesar de destacar um processo de internalização do significado por meio da incorporação, não deixa de contribuir com uma interpretação interessante sobre o processo de categorização.

Como foi visto, os MCI's estruturam o pensamento e são mobilizados durante o estágio de formação de categorias e de raciocínios. Eles se dividem em simples e complexos: nos simples temos um efeito prototípico da mesma ordem em que o enquadre por ele suscitado corresponde a um exemplo em específico excluindo, por

[43] "Os critérios de mobilização sendo verorelacionais e não lógicos: a questão não é saber se a qualificação *Beirute* é verdadeira ou não; é a avaliação e a pertinência da denominação com relação aos meus interlocutores e à concepção do discurso na sociedade que importam" (PAVEAU, 2013b, p. 150 [grifos da autora]).

isso, qualquer outro que se afaste desse modelo; e um modelo complexo em que é difícil reconhecer qual é o elemento mais relevante, pois se organiza a partir de um conjunto de modelos.

Nos exemplos em destaque, parece haver um MCI simples: a categoria conceptual "militar" apresenta como protótipo, ou seja, como melhor exemplo, os militares brasileiros, os quais são caracterizados, pelos manifestantes de extrema-direita, como militares seguidores da ideologia de direita e, sob a lógica desses manifestantes, conservadores e defensores de uma sociedade também conservadora. Embora haja tanto militares de esquerda como militares que não sejam necessariamente conservadores, o MCI dos opositores de extrema-direita considera somente uma possibilidade como melhor exemplo para categoria dos militares. Além disso, esse modelo mostra a arquitetura de um processo de categorização, em que os militares funcionariam como uma espécie de hiperônimo[44] e as personalidades históricas dessa categoria como hipônimos (Coronel Brilhante Ustra, Presidente Médici, doutor Carlos Augusto, entre outros).

Apesar da abordagem inatista que Lakoff faz (compartilhamos as mesmas estruturas cognitivas, o que facilita uma construção compartilhada do significado), é legítimo pensar na intervenção que a dimensão histórica exerce sobre esse processo de categorização, pois esta deve ser entendida como atribuidora de sentidos. Ou seja, a categoria dos militares é entendida de uma maneira específica pela extrema-direita, pois essa forma de compreensão associa-se à história e à memória desse grupo. É a história também que permitirá a evocação de certas figuras militares e não de todas dessa mesma categoria. Por exemplo, para os membros da extrema-direita pode soar estranho considerar Che Guevara como militar apesar de os registros históricos atribuírem a ele esse título. É bem provável que eles adotem os termos "terrorista" ou "guerrilheiro", o que parece denunciar uma relação de valor e a possível atuação de um sistema de restrições semânticas.[45]

---

[44] Afirmamos que se trata de uma espécie de hiperônimo, porque a relação aqui estabelecida refere-se a nomes próprios, isto é, o par hiperonímia/hiponímia é empregado mais recorrentemente para designar a transição, realizada pelo sujeito, de uma classe geral para uma classe específica. No enunciado em análise, todavia, vemos a passagem de uma classe para um indivíduo.

[45] A ideia de atuação de um possível sistema de restrições semânticas é originalmente proposta por D. Maingueneau (2005 [1984]). Na presente dissertação, tal hipótese não será desenvolvida, devido ao objetivo de nosso trabalho. De qualquer maneira, pode-se, talvez, pensar em uma interlocução entre a hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos e a semântica global em futuras pesquisas, considerando-se, para tanto, um *corpus* mais extenso.

Podemos pensar ainda que a evocação aos militares, seja como categoria, seja como elemento comportado por essa categoria, justifica-se pelo fato de esses precursores funcionarem como observáveis de um momento discursivo dado: ao Jair Bolsonaro relembrar o coronel Brilhante Ustra durante a votação do *impeachment* de Dilma, os grupos radicais que compartilham uma memória específica da vida militar assim como Bolsonaro, trazem às suas produções discursivas figuras que consideram representativas do militarismo brasileiro e acabam por preservar, dessa forma, as categorias linguísticas e discursivas que Bolsonaro parece popularizar durante seu discurso: a evocação aos militares realiza-se sempre de maneira a indicar o confronto entre estes e os supostos comunistas, devido a isso, vemos o uso de construções como "evitaram em 1964" e "o começo que derrubou os comunistas".

Esses aspectos, discursivos e linguísticos, sugerem, em conformidade com Moirand, uma memória interdiscursiva, já que o sentido recordado de uma palavra em um momento dado apela ao sentido previamente impresso e veiculado por essa mesma palavra. O contexto intra e interdiscursivo dialoga, ao que parece, muito bem, com a ideia de conhecimento por reconhecimento, o qual, aqui, pode se referir tanto à atuação dos agentes humanos quanto à dos agentes não humanos, pois estes últimos, na hipótese de Paveau, também são dotados de uma cognição agindo, portanto, de forma a coconstruir linhas discursivas e participar, ao lado de outros agentes, de um ambiente cognitivo dado.

3.1.2. As filiações discursivas: o apelo à sabedoria coletiva

a) Esses caras acabaram com o país. Institucionalizaram a bandalheira, e nós ainda vamos pagar essa conta? Chega disso! Tá na hora de acabar com tudo isso. Tá na hora de moralizar esse país! Ninguém aguenta mais suportar a conta do desmando lá de cima! Investe em educação! Dá educação pro povo. Dá conhecimento! O problema é que tão tirando isso do povo! Tão deixando o povo dependente de esmola! *Ensina a pescar! Não precisa ficar dando peixe toda hora*! Dá condição pro cara progredir. Eles dão o suficiente pro cara não morrer e o insuficiente pra ele crescer, pô! Nós temos aí, agora, uma horda de desocupados como os que estavam aqui na sexta-feira, a troco de 35 pau pra defender um governo que eles nem sabem o que tá fazendo lá em cima [Manifestação pró-*impeachment* na Avenida Paulista, em 15/03/2015].

Ainda sob o conceito de enunciação patrimonial, Paveau identifica o que seria um "apelo à sabedoria coletiva" (PAVEAU, 2013a, p. 176). Este tipo de apelo resgata as máximas que circulam entre os sujeitos. Apesar da forma fixa que apresenta, o que

interessa à autora não é a dimensão linguística em si, mas a evocação a um conhecimento comum e partilhado que é posto em transmissão quando essas expressões se manifestam na produção discursiva dos sujeitos:

> Não faço alusão aqui à utilização que os locutores podem fazer dos provérbios, ditos ou fixações de todos os tipos para apoiar ou ilustrar o sentido de sua proposição. Meu objeto não é o conteúdo semântico da sabedoria coletiva nem as formas linguísticas de fixação. Meu objeto, de ordem semântico-enunciativa, é o próprio fato de que os locutores fazem apelo à sabedoria coletiva e que este apelo repousa sobre a premissa da partilha de saberes anteriores (PAVEAU, 2013a, p. 176).

No caso francês, a autora identifica três formas pelas quais pode ser operacionalizado, no discurso, o apelo à sabedoria coletiva: evoca-se o ditado popular e indica-se sua origem; a expressão popular é mobilizada sem, contudo, que a sua origem seja explicitada; e por meio de enunciados cuja estrutura assemelha-se a uma forma proverbial (possui ritmo, binariedade, paralelismo, entre outros aspectos estilísticos).

No nosso *corpus*, o enunciado "ensina a pescar! Não precisa ficar dando peixe toda hora!" é um indício, do segundo tipo classificado pela autora, de apelo a uma sabedoria coletiva anônima que atribui aos partidos ditos de esquerda uma suposta doutrinação com vistas a cativar seu eleitorado e para que haja apoio incondicional a esses mesmos partidos em troca de esmola travestida de benefícios sociais.

O sentido compartilhado pelos opositores do PT – de que políticas sociais seriam, na verdade, um voto de cabresto – vem acompanhado de outros funcionamentos pré-discursivos que denunciam as anterioridades discursivas e semânticas que são postas em circulação por esses mesmos manifestantes: i) há, no enunciado acima, uma antítese que parece acompanhar os atos pró-*impeachment*: uma oposição do tipo "Brasil produtivo x Brasil não produtivo", o qual é resgatado pelo sujeito do discurso acima tanto pela forma proverbial quanto pelo antagonismo entre "crescer" e "morrer"; ii) observa-se, ainda, a presença da dêixis enciclopédica marcada cuja discursividade é marcada com os pronomes "isso", "esses", acompanhados pelos advérbios e pelas locuções adverbiais "agora", "aqui", "lá em cima", os quais se referem, como iremos argumentar, na próxima seção, de acordo com Paveau, não ao tempo e ao espaço de fato, mas a um conhecimento que se evoca com base na crença de que os interlocutores compartilham o mesmo conhecimento; iii) e, por fim, uma forma de evidência e objetividade (ninguém aguenta mais o desmando lá de cima) cujo caráter genérico assinalado pelo pronome indefinido mostra, no mesmo passo das outras construções, a ativação e partilha de pré-dados pelo sujeito em questão.

A construção “ensina a pescar! Não precisa ficar dando peixe toda hora” pode indicar, ainda, o funcionamento de anterioridades discursivas associadas a uma perspectiva cognitiva como a semântica de *frames* de Fillmore. Como vimos no capítulo 3, Fillmore define *frames* como “um sistema de categorias em conformidade com algum contexto motivador” (1982b, p. 11 9), responsável, ainda, por comportar palavras que dão acesso a esse mesmo *frame* e a garantir a execução de um processo de categorização que se baseia no *frame* em questão.

No enunciado em análise, a forma proverbial denota a existência de duas unidades conceptuais que são, pelo contexto, antônimas entre si (ensinar x dar). Apesar da divergência semântica, a articulação entre as duas formas é feita de maneira a evocar uma cena. Esta última demanda, obrigatoriamente, a consideração em torno do contexto que a motiva e da cultura que a abriga.

O contexto das manifestações traz como sua assinatura, entre outros pontos, a necessidade de renovação geral do quadro político brasileiro para que se chegue a um país que tenha, segundo a perspectiva dos manifestantes, lisura no trato do bem público, segurança e um país que esteja afinado com as nações do primeiro mundo. Ao evocar o dito popular mencionado anteriormente, o opositor à Dilma Rousseff denuncia uma prática que é conhecida em território nacional: a compra de votos. Normalmente atribuída às regiões mais pobres do país, ainda que seja vista de forma mais sofisticada em outras regiões não necessariamente carentes, essa forma de corrupção se caracteriza pela presença de três atores: um político local, uma população carente e o voto. Esmiuçando essa cena, temos um político corrupto que tem a seu dispor um poderio significativo que lhe dá a oportunidade de se dirigir diretamente a seu eleitorado para, com a ajuda dos recursos da máquina pública ou com o abuso de autoridade, interpelar os cidadãos de forma que votem afinados com o seu projeto de poder.

Essa cena, ainda que condiga com um funcionamento cognitivo e, possivelmente, natural aos sujeitos, precisa ser associada a um contexto histórico para que se chegue a uma das interpretações possíveis da máxima “é melhor ensinar a pescar do que dar o peixe”, o que mostra que os *frames* exigem um contexto cultural para que sejam explorados em toda a sua potencialidade.

Apesar das distâncias geográficas, sociais e econômicas que separam o sujeito da cena esquemática por ele alegada, o voto comprado integra a história brasileira, a qual conta, no que se refere ao ensino tradicional, com um capítulo reservado para narrar essa conduta. Como sujeito escolarizado, o opositor de Dilma obteve acesso a essa

informação por meio dos manuais didáticos e, também, pelos documentários produzidos sobre o assunto e sobre as notícias que circulam em tom de denúncia sobre essa prática. Temos, com isso, mais uma vez, que a produção de uma cena esquemática requer um tratamento documental para que ela seja impressa na memória dos sujeitos.

Esse tratamento documental refere-se, mais uma vez, às ferramentas cognitivas (o manual didático, os documentários, as matérias jornalísticas), ajudando o sujeito a assimilar a cultura e os valores próprios do seu país, o que significa ter uma cognição orientada por essa rede cognitiva estabelecida entre ele e essas ferramentas, enriquecidas de forma mútua entre esses atores. Ponto que explica a facilidade do sujeito em resgatar esse episódio de nossa história ainda que não disponha, no momento em que é filmado, de algum documento que facilite o apelo a esse evento que perpassa pela república brasileira.

É interessante notar, ainda, que o apelo suscitado pelo sujeito não deixa de vir acompanhado de uma valoração depreciativa: os apoiadores do PT são vistos como "horda de desocupados" que demonstram apoio ao partido em troca de "35 pau". A forma como o sujeito caracteriza a ação política de seus antagonistas ideológicos mostra que, apesar de a compra de votos integrar a memória histórica do Brasil, o sujeito não encontra bases que o aproxima dessa mesma memória ou, retomando a ideia de Halbwachs, a forma negativa com a qual o sujeito recupera aqueles que supostamente venderam seus votos mostra a forma como a individualidade deste, quando situada no interior de um grupo dado, construiu suas próprias bases identitárias em relação a esse eixo maior de lembranças.

Temos, com isso, que a memória coletiva de um grupo é um meio em que parece se construir uma comunidade de pré-dados. Por exemplo, encontramos enunciados de sujeitos que afirmam "nunca ter acreditado no PT", ou que "nunca precisou de esmola do governo", ou, ainda, "que veio de graça" para a manifestação pró-*impeachment*. Esses enunciados dialogam com a forma proverbial que discorremos nesse momento. Segundo esses sujeitos, o programa político-partidário do PT seria fomentar a pobreza para se perpetuar no governo, o que justifica a forma quase sinonímica, como vemos no sujeito do dado acima, entre políticas sociais e compra/venda de votos.

Em um segundo momento, contudo, poderíamos associar o que propõe S. Moirand com o que é postulado pela cognição distribuída para explicar a repetição de fórmulas que parece caracterizar, no discurso dos opositores, o eleitor do PT. Em relação ao que é defendido por Hutchins, a representação dos conhecimentos criada

pelos sujeitos em interação e pelo instrumental ao seu dispor faz com que um impacte sobre o outro construindo uma arquitetura cognitiva. Nesse passo, podemos pensar o contexto da manifestação como um ambiente cognitivo de grande abrangência; a forma como são escritas as mensagens e as palavras de ordem proferidas pelos manifestantes fazem com que esses elementos sejam, de acordo com Moirand, um contexto inter e intratextual, circunscrevendo, com isso, as próximas produções discursivas a serem realizadas.

Em um contexto de manifestação, sobretudo em momentos políticos polarizados, é comum ver que o discurso dos manifestantes opera sobre a oposição entre "nós" x "eles", o que justificaria a repetição de fórmulas que reforçam a oposição ao pôr em jogo o antagonismo entre as partes. Com isso, teríamos, em conformidade com Moirand, uma memória interdiscursiva que comporta uma relação dialógica, já que a fala dos manifestantes, ao longo dos anos de 2014 a 2016, traz consigo, além do aspecto beligerante entre as partes envolvidas, um enunciado de curta extensão (Fora, Dilma!), típico de momentos políticos de alta insatisfação popular e que se faz presente na sociedade brasileira desde o *impeachment* do presidente F. Collor, em 1992.

Porém, a fórmula "ensina a pescar! Não precisa ficar dando peixe toda hora!" também nos leva a investigar a forma como foi possível que esse enunciado constituísse sua aparência de homogeneidade a partir de morfismos verticais diversos. Desse ponto em diante, devemos analisar o mesmo dado sob a luz teórica de Lecomte (1981).

A forma proverbial em destaque pode apresentar diferentes construções: "é melhor ensinar a pescar do que dar o peixe", "ensina a pescar, mas não dê o peixe", entre outras formulações possíveis. A máxima, por seu caráter de independência sintática e semântica funciona, portanto, como universo discursivo, sendo este, por sua vez, encarregado de autorizar as mudanças de níveis englobadas pela ordem vertical do discurso em harmonia com a lógica de memória que se vincula a esse mesmo universo. Dito isto, enxergamos operações de formulação que dizem respeito à forma como se chega a uma linearização ainda que haja morfismos diversos de origem vertical.

Em primeiro lugar, vemos que as transformações sofridas pela expressão popular no seu encadeamento sintático são garantidas pelo que o autor chama "enriquecimento", ou seja, uma reformulação do discurso, fazendo com que as alterações sofridas por ele sejam operadas em conformidade com o próprio discurso. No caso das máximas, esse tipo de operação se alcança facilmente, pois ela reveste-se de aspectos linguísticos próprios que facilitam, inclusive, a sua cristalização. No enunciado acima, nota-se que o

sujeito efetuou algumas mudanças de ordem sintática, sem, contudo, romper significativamente com a estrutura original da máxima por ele recordada. Isso é possível, pois a operação de formulação atua de maneira a compor a linearidade do texto, respeitando os elementos verticais que se encontram registrados em um discurso dado.

Em seguida, podemos pensar que o enunciado também mostra a operação de tematização: o objeto do discurso já se encontra dado e, a partir dela, os objetos poderão se formar. É a tematização que proporcionaria, segundo Lecomte, a edificação de novos objetos e suas respectivas paráfrases e formulações, por exemplo. A tematização também seria um caminho viável para a construção de novas manipulações semânticas por meio do mesmo objeto: a fórmula que se encontra em análise pode ser empregada tanto por sujeitos contrários ao desenvolvimento de políticas sociais quanto por aqueles que defendem a implementação dessas políticas, o que tornará o objeto discursivo coerente, ou, em outras palavras, homogêneo, são as operações de formulação (as manipulações linguísticas) que podem ser desenvolvidas no interior do universo discursivo.

À primeira vista, contudo, pode-se considerar haver uma contradição no seio da hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos: se os pré-discursos são imateriais, por que articular autores, como Lecomte e Moirand, que pensam as anterioridades em uma dimensão linguística? Deve-se, primeiramente, entender que são perseguidos, por meio da produção discursiva, os *indícios* dos pré-discursos, ou melhor, a sua discursividade por meio da manifestação linguageira dos sujeitos. Isso significa dizer que não é a dimensão linguística em si que corresponderia a uma anterioridade, mas o que ela dá acesso em termos de conhecimentos compartilhados entre sujeitos. Com isso em mente, considerar o eixo linguístico da sociedade, sobretudo em diálogo com os autores já mencionados, é uma tentativa de se alcançar a forma como os pré-discursos são articulados em conformidade, entre outros pontos, com dois dos seus atributos, a transmissibilidade e a experimentabilidade.

A transmissibilidade apoia-se nos eixos sincrônico e diacrônico: aquele se refere à partilha de conhecimentos (sociais, culturais, entre outros) que se estabelece por meio da interação entre os indivíduos e da sociedade em si. Pode ser entendido como "distribuição" (PAVEAU, 2013a, p.135). Este, por sua vez, diz respeito à transmissão de conhecimentos ao longo do tempo, o que é possibilitado pela memória, entendida na

ADF como “memória cognitivo-discursiva, que constrói linhas discursivas” (PAVEAU, 2013a, p. 137).

A experimentabilidade, por sua vez, diz respeito ao fato de os quadros pré-discursivos coletivos serem responsáveis pela organização “da experiência que constroem e pré-constroem ao mesmo tempo toda a percepção individual do mundo” (PAVEAU, 2013a, p. 136).

A forma proverbial pode ser vista, ainda, como um MCI, na medida em que sugere a construção de um conhecimento abstrato por meio de um esquema imagético.

Devemos recordar que Lakoff teoriza os MCI’s como uma estrutura complexa que abriga *frames*, esquemas imagéticos e processos metafóricos e metonímicos. Com exceção desses últimos, a expressão popular comporta tanto *frames* (já analisados anteriormente) quanto esquemas imagéticos. Isto é, a experiência de base sensório-corporal orienta a conceptualização. Para Lakoff, o núcleo do sistema conceptual se edifica através de experiências complexas cuja fonte deriva tanto dos aspectos fisiológicos do sujeito quanto daquilo que vivencia no meio social. Nesse sentido, poderíamos argumentar que “ensinar” e “dar” envolvem processos corporais e sociais próprios: o processo de ensinar compreende diferentes etapas que vão desde o nível de desconhecimento do aprendiz sobre o objeto de ensino até o nível em que consegue depreendê-lo, enquanto que o verbo “dar” convoca, no que tange aos aspectos sensorial e social, etapas significativamente mais simples, isto é, o “entregar” e o “receber”. É provável que seja o reconhecimento a respeito dessas circunstâncias que faz com o sujeito evoque esse esquema imagético para argumentar a respeito da necessidade daquilo que entende ser não uma medida assistencial, mas uma suposta troca de favores entre o Partido dos Trabalhadores e seus eleitores.

Os diferentes tópicos mobilizados durante a análise do dado devem ser vistos, portanto, como os diferentes canais que oportunizam a constituição das linhas discursivas, já que elas perpassam através da questão da memória (tanto dos sujeitos quanto das palavras), do funcionamento cognitivo e, sobretudo, de uma partilha semântica prévia que evidencia e se perpetua graças a uma “comunitarização da experiência” (PAVEAU, 2013a) sob a qual os sujeitos se encontram submetidos.

3.1.3 Os nomes próprios (e comuns) como indícios de quadros pré-discursivos coletivos

a. Há dezenas de motivos para pedir o impeachment de Dilma, desde o Foro de São Paulo, ao dinheiro em *Cuba* e ao Petrolão. Têm que ser expulsos da vida pública! [cantor Lobão em ato na Avenida Paulista registrado pelo jornal El País, em 01/11/20104].

b. Por que nosso dinheiro foi pra *Cuba*? Vai pra *Cuba*! [enunciado capturado pela agência de notícias El País durante manifestação na Avenida Paulista em 01/11/2014].

c. Nós queremos *impeachment*. A Dilma estava 8 anos na frente do conselho da Petrobrás e tem a cara… e tem a cara-de-pau de dizer que não sabia de nada. Eu me considero uma pessoa pra frente! Uma pessoa que quer administração pública de qualidade! Uma pessoa que quer acabar com a corrupção, com a tirania e com a mentira! Nós queremos o Brasil olhando pra *Dinamarca*, pra *Suécia*, pra *Austrália*, pro *Canadá*! Jamais pra *Cuba* e pra *Venezuela* [enunciado de manifestante pró-impeachment em ato realizado na Avenida Atlântica em 13/04/2015].

d. Vocês tudo têm que ir pra fora do Brasil! Aqui não é *Cuba!* Aqui não é *Rússia!* Aqui não é a *China!* Aqui é o Brasil! Nós não queremos bandeira vermelha! Nós queremos saúde! Queremos educação! Queremos lisura no trato do bem público! Nós não queremos transformar isso aqui no curral de *Fidel Castro*! [manifestante em protesto feito na Avenida Paulista após a reeleição de Dilma Rousseff, em 24/05/2015].

Os nomes próprios figuram ao lado dos precursores que denotam uma enunciação patrimonial por eles serem também um lugar de memória e agentes de transmissão. Conforme Paveau argumenta, o nome próprio resgata uma "rede de significações e valores" (2013a, p. 183). Entretanto, essa rede de significações é situada:

> (...) considero que o Np possui uma significação situada (no sentido cognitivo do termo) no tempo e no espaço comunicacional: a posição histórico-enunciativa do locutor é um parâmetro tão importante quanto a sedimentação memorial do próprio Np já que, de certa maneira, conforme mostra o exemplo de nomes de rua de Berlim exposto por R. Robin, o Np possui uma espécie de sacralidade (PAVEAU, 2013a, p. 186).

Em outras palavras, a evocação a um nome próprio submete-se tanto ao contexto em que ele é proferido quanto à carga semântica que já traz consigo, havendo, entre esses dois eixos, uma continuidade. Portanto, no momento das manifestações pró-*impeachment* parece haver, novamente, um conhecimento por reconhecimento em que se articulam os conhecimentos semânticos, históricos e estereotipados de alguns países para associá-los ao contexto brasileiro.

O conhecimento pelo reconhecimento se opera, em termos cognitivos, em um processo de categorização em que os elementos que seriam atributos (China, Cuba,

Rússia e Fidel Castro) passam a funcionar como categoria (regime comunista). Esse sistema revela o nosso processo de categorização que nos permite organizar nossa experiência: o sujeito, na tentativa de entender o presente, parece sempre ligá-lo ao passado.

Os pré-discursos, nesse panorama, são conjurados pela presença massiva dos nomes próprios de nações classificadas como comunistas pela FD oposicionista, como *Cuba*, *Venezuela*, *Rússia* e *China*. O volume pré-discursivo associado a esses nomes é, ao mesmo tempo, lembrado pelo sujeito e rejeitado por ele como podemos ver no enunciado c (as nações capitalistas são elencadas explicitamente como exemplos a serem seguidos).

Talvez, por outro lado, a exploração sistemática que os opositores à Dilma fazem desses países esteja obedecendo a um enquadre em que o "comunismo" figure como uma cena esquemática. Ou seja, parece haver um *frame* em que o "comunismo" automaticamente ative as nações que o adotaram como regime político e econômico e as consequências supostamente sentidas por esses países ao fazerem essas escolhas. Como a semântica de um termo pode recobrir significativamente uma fatia histórica e cultural de um grupo, de uma sociedade ou de uma civilização, temos, por meio desse enquadre, um efeito prototípico, já que participam do *frame* os melhores exemplos de nações entendidas como comunistas, enquanto que outras nações igualmente comunistas (Camboja e Laos, por exemplo) ficam à margem por não terem recebido, ao longo do tempo, um papel de destaque como os países anteriormente citados. Esse destaque, por sua vez, não se alcançou, uma vez que os manuais didáticos, os documentários, as notícias de jornais, entre outras ferramentas cognitivas, registraram em maior escala os acontecimentos de países como China e Cuba e delegou ao segundo plano o percurso social e histórico experimentado por nações asiáticas comunistas como Laos e Camboja. Dito isto, parece haver uma convergência, no que se refere aos nomes próprios, entre os MCI's de Lakoff (os *frames* de Fillmore e a teoria do protótipo de Rosch compõem a estrutura complexa de um MCI), uma dimensão cognitiva sociocultural (a cognição é moldada pelo meio externo, fazendo com que os elementos evocados se submetam aos conhecimentos e teorias anteriormente produzidos e veiculados por meio das ferramentas cognitivas) e a solidificação de uma linha discursiva que se alimenta tanto desses aspectos quanto de uma dimensão intersubjetiva, pois é ela quem norteia a percepção dos sujeitos que considera como inquestionável o fato de a China ser comunista ainda que, nos últimos anos, o país de Xi Jinping tenha adotado uma política

econômica que o posiciona mais ao lado dos países capitalistas e que tem alcançado níveis de crescimento muito superiores aos registrados pela economia brasileira.

Todo esse processo de compreensão do presente por meio do passado é fruto de uma memória coletiva, ou seja, memória de grupos. Quando os sujeitos destes grupos não conseguem reconhecer as origens dos elementos que constituem a sua memória, a memória coletiva passa ao nível de memória histórica. Em outras palavras, a memória coletiva dá identidade ao grupo, sustentando suas crenças e sua percepção sobre o mundo objetivo. Ao repudiar o regime comunista e elencar os membros comportados por ele, o sujeito dá voz à memória histórica (coletiva) de sua formação social (o grupo de oposição à Dilma Rousseff).

> (...) o Np me parece ressurgir plenamente de um pré-discurso dotado das propriedades da coletividade (o Np significa para um grupo e este sentido é negociado na relação entre sujeitos e sua experiência do mundo), de imaterialidade (a cultura memorial é implicitamente evocada), de transmissibilidade (a forma, por vezes fixada, da palavra-acontecimento é um agente de transmissão), de experimentabilidade (o Np organiza nossa experiência, ao mesmo tempo que contribui para manter a coesão memorial de um léxico), de intersubjetividade (pode-se quase substituir aqui o critério veri-relacional por um critério veri-memorial) e de discursividade (palavra-acontecimento, formas fixas, etc.) (PAVEAU, 2013a, p. 191 – 192).

E a autora prossegue:

> Os Np possuem um grande poder de organização mental e cultural, ordenando referências dos grupos no centro do qual eles circulam e constituindo verdadeiros pilares culturais que permitem a transmissão da memória e da escrita da história do grupo compreendida em suas dimensões legendárias (PAVEAU, 2013a, p. 193).

Paveau, entretanto, não menciona o fato de que os nomes comuns também podem funcionar como pré-discursos, na modalidade que ela especifica como "nomes de memória". Destacamos, abaixo, alguns enunciados que acreditamos haver indícios pré-discursivos por meio de nomes comuns.

a. A nossa bandeira jamais será *vermelha*![46] [enunciado entoado por grupo de opositores enquanto marchavam na Avenida Paulista, em 16/03/2015].

[46] Ainda que não seja o nosso foco, é importante trazer as ponderações de Mattoso Câmara Jr (1970, p. 87) sobre as classificações dos nomes comuns, pois poder-se-ia argumentar que o sintagma *vermelho* trata-se, na verdade, de um adjetivo e não de um substantivo. Segundo Mattoso Câmara Jr, "há uma ligeira diferença formal entre substantivos e adjetivos" (1970, p. 87), o que autoriza o teórico falar em "nomes essencialmente substantivos e nomes essencialmente adjetivos". Apesar de estarmos cientes das pequenas diferenças morfológicas entre esses que compõem os núcleos dos sintagmas nominais, continuaremos a referir-nos ao sintagma nominal *vermelho* como substantivo comum, pois tal recurso engloba de forma mais abrangente os diferentes usos que os sujeitos empregaram a esse sintagma no momento de sua produção discursiva.

b. Eu tenho orgulho de dizer: eu mudei a história desse país. Eu bani os comunistas desse país! Olha pra trás até o chão tá *vermelho*! [manifestante em carro de som durante protesto na Avenida Paulista, em 16/03/2015].

Abaixo, breve entrevista realizada por um repórter do CQC, durante os protestos ocorridos na Avenida Paulista em março de 2015 com um senhor que protestava contra a Dilma (R para repórter, M para manifestante).

c. R - Como você vê, uma marcha absolutamente familiar, uma marcha muito controlada, muito bacana. Explica pra gente o que aconteceu?
M - O comuna veio falar bobagem aí na frente do pessoal. Ah, aqui nós somos "tudo" de direita.
R - Agora, o *vermelhinho* veio falar besteira.
M - Veio falar besteira, todo mundo...
R - ... já sentou o cacete nele
M - Aaah, tinha que linchar o cara, *vermelho* aqui não tem vez. É uma marcha familiar, é uma marcha que acredita em Deus…

d. Nossa bandeira tem branco, azul, verde e amarelo. Jamais terá *vermelho, foice e martelo* [manifestante pró-impeachment em ato realizado na Avenida Atlântica em 13/04/2015].

Vemos, nos enunciados acima, a presença recorrente do termo "vermelho(a)". Essa palavra, principalmente se levarmos em conta as condições de produção na qual foi proferida, abarca o conceito de ideologia comunista. A bandeira da revolução russa, os partidos considerados de esquerda no Brasil e até os apoiadores de Maduro na Venezuela lançam mão desta cor como forma de mostrar filiação à ideologia. A consolidação da cor *vermelha* como integrante da simbologia do regime comunista percorre o tempo e já se consolidou como conhecimento ideológico, enciclopédico e cultural, ou seja, participa dos critérios básicos que faz Paveau considerar a existência dos pré-discursos.

Para fortalecer tal argumento, destacamos dois pontos. No último enunciado (enunciado d), o termo vermelho aparece ao lado de foice e martelo, elementos que, agrupados, formam a bandeira soviética. Não coincidentemente, as cores da bandeira nacional são evocadas, talvez, como maneira de demonstrar a incompatibilidade entre as ideologias de esquerda e de direita respectivamente. Além disso, nas eleições municipais que sucederam o *impeachment* de Dilma Rousseff, o PT vivenciou duras rejeições por parte da opinião pública que o fizeram, inclusive, abandonar o tradicional vermelho por cores mais brandas, como o lilás ou verde, além de suprimir a estrela.

Esses aspectos sugerem que, realmente, pelo menos no contexto de polarização brasileiro, alguns nomes comuns podem funcionar semelhantemente aos “nomes de memória” previstos por Paveau.

Os nomes próprios e comuns explicitamente mencionados pelos opositores de Dilma Rousseff sugerem, ainda, a mobilização de uma memória interdiscursiva na produção discursiva desses sujeitos. Para explicitar o funcionamento dessa memória, seguiremos o que propõe Lecomte (Moirand não integra esta análise, pois atribui aos nomes próprios a memória de fatos e não a memória interdiscursiva).

O resgate dos nomes próprios e dos nomes comuns, de acordo com Lecomte (1981), responderia tanto aos morfismos de ordem horizontal (o discurso é reformulado, mas de forma a manter a homogeneidade, por isso realizam-se substituições que seriam sinonímicas entre si) e morfismos de ordem vertical (os nomes próprios, comuns e os pré-discursos por eles ativados correspondem adequadamente às linhagens discursivas, moldadas pela atuação da memória coletiva na comunidade dos pré-dados em que estão situados os sujeitos e que permitem, ainda, a efetivação de *frames* e de um MCI dados).

O enriquecimento, operação própria de um nível horizontal, teoriza a respeito da abertura para uma nova classe de objeto. Pensemos, então, no objeto de discurso *Rússia*. Para referir-se a ela, o sujeito pode empregar termos que, no contexto do espaço discursivo, podem funcionar como sinônimos desse primeiro objeto (vermelho, martelo e foice, por exemplo), preservando, dessa forma, a coerência do objeto discursivo.

Entretanto, esse enriquecimento recupera um dado anterior: para que sejam vistos de forma quase paralela entre si, é necessário que tenham se desenvolvido condições (discursivas, históricas) para que fosse possível a operação do funcionamento.

Os objetos de discurso (Rússia e os nomes comuns a ela associados) já preexistem em relação ao discurso enquanto tema. De fato, conforme dito anteriormente, a memória do grupo dos opositores, no seu eixo mais radical, enxerga uma simetria política, ideológica e social entre o Brasil de 1964 e o de 2014. Entretanto, no contexto da Guerra Fria, parecia ser relativamente mais palpável uma possibilidade de o Brasil tornar-se comunista, mas, nos dias atuais, essa possibilidade parece ser improvável.

Por último, por meio da evocação à Rússia, tem-se a predicação, que denuncia a presença do interdiscurso na sequência discursiva. Isto é, a operação da predicação, segundo Lecomte, denuncia uma ambiguidade, pois responde tanto aos morfismos horizontais quanto aos verticais: enquanto objeto, o nome *Rússia* já figura como anterioridade. Esta, por sua vez, restringe a forma como diferentes construções serão

realizadas de modo a preservar as formas de linearização já executadas. Para o autor, "é o domínio de memória" fazendo-se presente (LECOMTE, 1981, p. 78), em que se teria uma sequência discursiva do interdiscurso interferindo na forma como ocorre a predicação.

Essas operações levam à formação de operações de formulações: manipulações de natureza linguística (processos de coordenação, de seleção sintagmática, de tempos verbais, dentro outros), com vistas ao alcance do efeito de homogeneidade do discurso.

Essas operações e o efeito que geram sobre uma dimensão discursiva não apagam, entretanto, a natureza do pré-discurso no dado em questão, pelo contrário. Ainda que Paveau aposte na imaterialidade dos pré-discursos, é importante revesti-lo de uma abordagem linguística para que, associado a ela, os pré-discursos sejam vistos como agentes de distribuição e, consequentemente, dotados de um funcionamento que permita a distribuição e formação de linhas discursivas no interior de um ambiente cognitivo.

3.1.4. Lexicografismo: a definição espontânea dos sujeitos

a) É que aqui no Nordeste, o PT ainda é muito forte. Eles fazem uma ditadura silenciosa. Isso é o que me dá medo. Então, eles ludibriam o povo mais carente, o qual eles não dão educação, pra, dessa forma, evitar que eles estejam aqui com a gente, porque *isso não é um movimento elitista. Isso é um movimento do povo.* [Manifestação pró-*impeachment* na Praça Portugal, em Fortaleza, no dia 10/11/2015].

b) *Não é um partido, é uma quadrilha que tá aí*, assaltando todos os brasileiros. [Manifestação pró-*impeachment* na Praça Portugal, em Fortaleza, no dia 10/11/2015].

c) *Intervenção é para interceder* como nós estamos fazendo agora: nós estamos intercedendo, tirando os petistas daqui, deixando só os brasileiros. [Manifestação pró-*impeachment* na Avenida Paulista, no dia 17/03/2015].

Nos dados acima, estamos diante da operação de lexicografismo, um dos recursos que os sujeitos ativam para referenciar uma memória da língua, ou seja, para pôr em evidência um suposto significado verdadeiro das palavras. Paveau define o lexicografismo nos seguintes termos:

> Chamo lexicografismo uma definição lexicográfica espontânea e subjetiva construída no discurso sem referência a um instrumento lexicográfico ou a uma aparelhagem teórica, mas que pretende estar no lugar dela e que depende de uma lexicografia popular. Trata-se frequentemente de uma restauração do sentido supostamente desviado de palavras, denunciado pelo lexicologismo (neste sentido, lexicologismo e lexicografismo caminham de mãos dadas). O discurso dos locutores se constrói a partir de quadros de saberes lexicográficos e dicionários e do quadro meio genérico, meio cognitivo da definição. A questão é a adequação reencontrada das palavras à verdade do

> mundo e a definição subjetiva produzindo este tipo de definição, apresentando a relação entre a palavra e a coisa definida como adequada, sugere que essa adequação é anterior ao discurso: ela reside no pré-discurso e pede apenas para ser formulada no discurso, o que a definição subjetiva faz muito bem (PAVEAU, 2013a, p. 171).

As construções em que os pré-discursos sinalizam em direção a um lexicografismo estruturam-se, segundo Paveau, da seguinte forma: "eu chamo ou chamemos X". "X é ou X, isso é", "X não é, é ou X ou não é, mas" (PAVEAU, 2013, p. 172 – 173). Nos nossos enunciados, identificamos o uso de "X não é, X é" ("*Isso não é* um movimento elitista. *Isso é* um movimento do povo) e o emprego de "X é" (*Intervenção é* para interceder).

No enunciado "b", encontramos anterioridades semânticas que apontam para a ativação de *frames*. "Partido" e "quadrilha" são unidades conceptuais que direcionam para cenas esquemáticas bastante específicas, mas que compartilham, em certo momento, alguma semelhança: os dois contam com um número significativo de pessoas reunidas em torno de um objetivo comum, possuem uma liderança que atua, normalmente, para que o grupo se mantenha coeso e detêm, ainda, de planos de ação para que sejam alcançados os respectivos objetivos. Apesar dessas semelhanças, eles divergem no que se refere à maneira como conquistam seus ganhos, à forma como interagem com os outros grupos e, principalmente, ao fato de que as metas perseguidas serão benéficas, no caso da quadrilha, só para o grupo e não para a coletividade como um todo. Isso parece sugerir que há um funcionamento cognitivo em jogo nos pré-discursos, por meio da figura do lexicografismo. Além disso, a evocação de um *frame* é possível, porque as palavras possuem um fundo, o qual é corretamente validado, segundo Fillmore, com a seleção vocabular que irá compor a rede semântica por ele instaurada. Por exemplo, no enunciado em questão, a unidade conceptual quadrilha é sucedida pelo sintagma adjetival "que tá assaltando o país".

Vemos, a partir desse momento, novamente o aparecimento de uma relativa determinativa, que seria uma das maneiras privilegiadas, segundo Pêcheux, de observar o pré-construído. Na seção seguinte, em que debateremos sobre os mundos partilhados, retornaremos brevemente as diferenças entre pré-construído e pré-discurso em conformidade com as hipóteses de Halbwachs, Moirand e Lecomte. De qualquer maneira, é válido realçar a presença de um enunciado que pode ser analisado sob a luz do conceito de pré-construído para reforçar o que Paveau vaticina: o lexicografismo é uma definição subjetiva, ou seja, não representa a relação direta entre designação e

coisa designada e a definição por ele apresentada comporta dados anteriores de ordem tanto semântica quanto ideológica.

Ao especificar o lexicografismo como definição subjetiva, Paveau retoma algumas preocupações de Nyckees (1997) em torno da hipótese dos MCI's de Lakoff (1990): o de que haveria uma estabilidade do sentido e que, devido a isso, todos pensariam da mesma forma e que esse pensamento seria de base, sobretudo, corporal, já que o movimento seguido pelas mudanças de significado seguiria a direção do concreto ao abstrato. Embora os quadros pré-discursivos coletivos atribuam protagonismo ao sujeito, esse protagonismo está baseado na coelaboração entre indivíduo e sociedade (PAVEAU, 2013a). Por isso, a questão da memória se faz importante, pois ela é o canal que assegura a formação das linhas discursivas.

Quando o sujeito, em sua manifestação linguageira, articula "quadrilha" e "partido" a um só tempo, podemos teorizar que é trazido à tona um funcionamento semântico de ordem cognitiva. Em outras palavras, porém, a disputa pelo que seria o correto enquadre a ser aplicado ao PT não se resume somente a um funcionamento cognitivo individual: a percepção do sujeito, fortalecida pela comunidade dos pré-dados em que se encontra inscrito, arquiteta-se graças à maneira como os sujeitos desse grupo acreditam compartilhar o mesmo fundo semântico (o Postulado da Intersubjetividade). Esse fundo semântico, por sua vez, necessita de canais para que seja devidamente transmitido e assimilado pelos indivíduos. Tais canais nos levam novamente à cognição distribuída, à memória coletiva e à memória interdiscursiva de Lecomte e Moirand.

Para retomar esse percurso, que foi explicitado em outras análises, diremos que, no caso do enunciado "b", o possível funcionamento cognitivo trazido à tona pelos enquadres mencionados não designa com objetividade aquilo que o PT realmente realizou em um pouco mais de uma década de governo, mas, sim, como os sujeitos se viram tratados, principalmente, nos momentos que antecederam a queda de Dilma Rousseff, isto é, como vítimas de um partido supostamente irresponsável para com o seu povo ou como cidadão atendido pelas políticas desse mesmo partido. Temos, com isso, enquadres que sugerem a atuação da memória de um grupo, forjada pelas dimensões cultural, social e política e que, por sua vez, autorizam ou desautorizam uma cena esquemática dada.

O escândalo de corrupção na refinaria de Pasadena, no Texas, amplamente explorado pela mídia, e a denúncia de pedaladas fiscais contra a ex-presidente petista, produziram reportagens, notícias, comentários de especialistas, publicações em redes

sociais que tornam difícil estimar o alcance da massa documental produzida sobre o assunto, mas que encontraram apoio ou refutações em conformidade com o grupo em que se inseria. Isso nos leva a retornar à questão de que o pré-discurso, apesar de sua universalidade (o Postulado da Intersubjetividade, mais uma vez), tem o conteúdo ativado (ou o enquadre evocado) em consonância com o que está previamente assinalado em termos de crenças, culturas, conhecimentos enciclopédicos e semânticos.

No interior do grupo circulam um leque de instrumentos da tecnologia discursiva, a qual, inclusive, foi potencializada com o fato de ter-se popularizado os dispositivos digitais como o celular e o computador, tornando ainda mais fácil o acesso ao conjunto de informações em circulação. Com isso, a percepção dos grupos de oposição sobre a conjuntura política pode ter sido moldada assim como, devido à facilidade de um sujeito comum produzir conteúdo na internet, a percepção de um grupo pode ter impactado a de outros em razão de hoje parecer haver uma suposta horizontalidade na propagação da informação.

O engajamento dos grupos em torno de um objetivo comum (o *impeachment* de Dilma Rousseff) requer ampla utilização de artefatos para essa tarefa (*posts* em redes sociais informando sobre como transcorrerá a manifestação e quais serão as pautas defendidas, por exemplo) que, somados à população documental gerada pelos veículos de comunicação, faz como que se chegue, como propõe Hutchins (1995) a uma verdadeira cognição como estrutura sociotécnica, ou seja, uma cognição distribuída pelos sujeitos e seus respectivos agentes de transmissão.

Esses suportes, por sua vez, contêm enunciados, discursos que serão formulados e reformulados pelos seus interlocutores, respeitando, contudo, os limites instaurados por esses mesmos suportes: a denúncia de corrupção nos jornais e os termos associados à ação (prejuízo, por exemplo)[47] gera construções como "roubalheira", "assalto" e "quadrilha". As notícias sobre a impopularidade[48] da presidente geram categorias

---

[47]"Dilma aprovou compra de refinaria que provocou *prejuízo* de US$ 1 bi à Petrobras". Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/dilma-aprovou-compra-de-refinaria-que-provocou-prejuizo-de-us-1-bi-a-petrobras/> (19/03/2014). Acesso em 18 de jan. 2020.
"Compra de refinaria nos EUA com aval de Dilma dá *prejuízo* bilionário à Petrobras". Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/escandalos-no-congresso/33-compra-de-refinaria-nos-eua-com-aval-de-dilma-da-prejuizo-bilionario-a-petrobras.htm?cmpid (19/03/2014). Acesso em 18 de jan. 2020.

[48]"Governo Dilma tem *aprovação de 9% e reprovação de 70%*, diz Ibope". Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/governo-dilma-tem-aprovacao-de-9-e-reprovacao-de-70-diz-ibope.html (15/12/2015). Acesso em 18 de jan. 2020.
"Popularidade do governo Dilma Rousseff sobe de 9% para 10%, diz CNI/Ibope". Disponível em: < http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-09/cni-divulga-nova-pesquisa-sobre-popularidade-de-dilma> (30/09/2015). Acesso em 18 de jan. 2020.

discursivas e linguísticas que podem se materializar como visto no enunciado "a": "isso não é um movimento *elitista*. Isso é um movimento do *povo*".

Por isso, o enquadre suscitado por meio da construção "X não é, X é" mostra que os pré-discursos respondem a uma anterioridade semântica em que se vê o funcionamento de diferentes setores sociais que levarão aos diferentes efeitos de sentido, os quais têm, como aspecto constitutivo, a História.

E é essa História, trazida pelos noticiários, pelos documentos em tráfego pelos mais diversos grupos que concede a possibilidade de construções como a que vemos no enunciado "c" ("intervenção é para interceder"), em que o sujeito atribui à intervenção militar a capacidade de "tirar os petistas e de deixar somente" os brasileiros: as notícias mencionadas autorizam ao sujeito a crença de que a coletividade como um todo compartilha do mesmo ponto de vista que ele.

Além disso, vemos, em relação ao enunciado "c", um grupo organizado e pró-intervenção militar, que traz, por meio da sua produção discursiva, uma carga emocional à questão intervencionista.

A correção semântica verificada por meio do lexicografismo sinaliza um valor afetivo (os militares devem servir ao povo e atender ao clamor deste) e reforça o caráter pré-discursivo de sua produção, já que estes, por intermédio de sua capacidade de transmissão, veiculam sentimentos e afetos, caracterizando, mais uma vez, o papel da memória nos pré-discursos, o conhecimento por reconhecimento, que revela, entre outros pontos, o aspecto sentimental de um grupo em relação a uma página da História.

Passaremos, na seção seguinte, às análises concernentes a outro eixo proposto por Paveau sob o qual também se organizam quadros pré-discursivos coletivos.

4. Mundos partilhados: a partilha semântica dos quadros pré-discursivos coletivos

Segundo Paveau, é necessário que haja um mínimo de estabilidade do sentido (estabilidade intersubjetiva, em outras palavras) para que haja troca conversacional (2013a, p. 195) e para que os discursos sejam possíveis. "Essa comunidade do sentido" (2013a, p. 195) possibilita o adequado funcionamento cognitivo quando os sujeitos se encontram em interação com outros agentes humanos e com agentes não humanos.

Os quadros pré-discursivos coletivos podem manifestar-se sob a forma de mundos partilhados, os quais seriam a dêixis enciclopédica (subdividida em marcada e não marcada), as interrogações genéricas, a declaração epistêmica e restrições epistêmicas. No nosso *corpus*, porém, só identificamos três exemplos de dêixis enciclopédica marcada. Vamos, então, aos enunciados.

4.1 Mundos partilhados: dêixis enciclopédica

a. Novamente o poder das Forças Armadas, pra quê? Pra que elas possam novamente trazer a paz para o Brasil, porque na medida em que você dá liberdade sem ter como conter vira libertinagem, e é o que virou *hoje*: não há respeito pela família, não há respeito por instituição alguma, nem o próprio presidente, ninguém tem respeito por ela. Onde já se viu isso? [manifestante em ato realizado em 16/08/2015 na Avenida Atlântica].

b. Eu *tô* aqui *hoje*, porque eu *tô* lutando pelo *nosso* país. *Hoje*, o mesmo se encontra destruído. Os três poderes tão corrompidos, e eu estou *aqui* reivindicando um direito como brasileiro, como povo. A gente sabe que o poder emana do povo. Estamos *aqui* pra defender essa parte, que é a *nossa* cidadania. O *nosso* país está prestes a receber um golpe comunista aí, e precisamos lutar contra isso. E a única forma que existe é clamar *nossas* forças armadas, como tá no artigo 142 e 144. Então precisamos de dar um basta *nessa situação que estamos vivendo* [manifestante em ato realizado em 16/08/2015 na Avenida Atlântica].

Abaixo, mais uma entrevista feita pelo repórter do CQC, Felipe Andreoli, durante uma das manifestações pró-*impeachment*, na Avenida Paulista, em 03/11/2014:

c. R = Tem muito cartaz escrito intervenção militar. Você que é mais velho, você concorda com uma intervenção militar?
M = Tem que haver uma intervenção militar para acabar com *essa bagunça que tá no país...*
R = Você acha que vale à pena correr esse risco?
M = Eu acho que vale à pena

Para Paveau a dêixis enciclopédica é uma das formas privilegiadas de apelo aos pré-discursos, pois promove, a um só tempo, a "referência e a constituição enunciativa do discurso" (PAVEAU, 2013a, p. 195). Entretanto, a autora não se refere à dêixis enciclopédica como responsável por situar o sujeito em um plano da enunciação do "aqui" e "agora":

> Trata-se de expressões (...) sintagmas nominais demonstrativos, que se referem aos saberes supostos presentes na memória do interlocutor e que

> provocam efeito de empatia. Trata-se de qualquer modo de uma situação de enunciação estendida à memória do sujeito (PAVEAU, 2013a, p. 196).

A dêixis enciclopédica marcada, com isso, não se refere nem a dimensão textual, nem espacial, nem temporal, porém permite a recuperação de uma referência enciclopédica.

> Esse tipo de construção (do tipo: "Essa guerra!") não se refere, parece-me, unicamente à memória dos sujeitos, todavia, na ótica da cognição distribuída, que é a minha, ao conjunto de saberes e crenças partilhadas disponíveis nos quadros pré-discursivos, esses podendo estar armazenados nos agentes externos (jornais, cartazes, discursos outros, fotos etc.). A dêixis, assim compreendida, ativa a partilha dos saberes e crenças pré-discursivas, e, mais que um índice de subjetividade na linguagem, torna-se índice dessa intersubjetividade própria do funcionamento dos pré-discursos (PAVEAU, 2013a, p. 196).

De acordo com a teoria dos pré-discursos, nos enunciados acima, os sujeitos ativam a menção a um contexto que eles supõem também ser conhecido pelo seu interlocutor. Ao emergir a expressão "nessa situação que estamos vivendo/ essa bagunça que tá no país", o que entra em jogo, segundo a perspectiva daqueles que se opuseram à Dilma Rousseff, seriam os problemas resultantes da corrupção, da suposta falta de moral política dos governantes e a provável incapacidade que estes apresentariam em pôr um fim às mazelas sociais que se verificam no país. No caso brasileiro, como isso parece se apresentar como um problema que perdura, os enunciados "nessa situação que estamos vivendo/essa bagunça que tá no país" evocam tanto o problema que por ora se impunha (a necessidade, na visão dos manifestantes, de pôr um fim à era PT), como elucida algo que eles já acreditam ter-se tornado epidêmico no país: a corrupção. Trata-se, portanto, de fazer referência a um arcabouço cultural e enciclopédico, o que reforça o efeito de evidência – a que o pré-discurso também se encontra sujeito – e o aspecto de universalidade. Nas palavras de Paveau:

> [...] trata-se de um fenômeno de reforço da propriedade de transmissibilidade dos pré-discursos, sobre o eixo horizontal da comunicabilidade: os locutores insistem sobre a partilha dos saberes, estabelecendo essa partilha. O pré-discurso aqui é tanto alegado quanto instalado (PAVEAU, 2013, p. 197).

Temos, com isso, a percepção do sujeito em parceria com um dos atributos do pré-discurso: a intersubjetividade. Embora haja um mundo objetivo, a interação do sujeito com essa dimensão estabelece-se a partir daquilo que o sujeito depreende dessa mesma dimensão. No âmbito de um paradigma perceptivo-cognitivo, isso significa dizer que há uma "comunidade pré-dados", em que os sujeitos em interação se

encontram inseridos, de forma que a partilha semântica se efetiva em uma via de mão dupla: é evocada pelos sujeitos e perpetrada na interação entre eles, envolvendo e reforçando uma intercompreensão.

Porém, essa intercompreensão demanda outros elementos para que seu estatuto esteja preservado: o leque de ferramentas cognitivas em circulação (estes se encontram previamente alojados nessas mesmas ferramentas) de ordem semântica, histórica, cultural e ideológica aos mais diversos grupos, inclusive, os de extrema-direita.

Gostaríamos de aproveitar o espaço de análise para retomar a discussão, feita no capítulo 2, sobre as diferenças entre o pré-construído e o pré-discurso a partir das sentenças "essa bagunça que tá aí" e "nessa situação que estamos vivendo".

Em conformidade com Pêcheux (1997 [1975]), teríamos que as restritivas (que tá aí/que estamos vivendo), nesse caso, seriam a incidência de uma anterioridade (o pré-construído), dotado de "um todo complexo com dominante" (interdiscurso) que, para se linearizar, demandaria operações que colocariam em relação os diferentes pontos em contato no interdiscurso, ou seja, constituindo, assim, o intradiscurso. Este, por sua vez, conta com outras operações, de ordem sintática, a equivalência e a implicação, que agem de maneira a guiar, respectivamente, a substituição simétrica e a substituição orientada.

Apesar das divergências ideológicas sentidas no interior dos diferentes grupos pró-*impeachment*, houve uma recorrência significativa de manifestantes que se opunham ao contexto político vivido pelo Brasil à época da reeleição de Dilma Rousseff e de seu *impeachment*. Muitos manifestantes falam, entre outros pontos, sobre "mudar o rumo do país", "dar um basta à roubalheira que se instalou no Brasil", construções que, embora não contenham a marca de uma subordinada restritiva, vão ao encontro dos enunciados em análise no sentido de comportar, assim como estes, o mesmo conteúdo de pensamento: a insatisfação com o quadro político, econômico, social e ideológico que atribuem às lideranças petistas. Isto posto, parece haver, em relação às sentenças em análise, uma operação sintática, que leva ao encadeamento de uma dispersão de anterioridades (de ordem, sobretudo, ideológica) de maneira que se chegue a um encadeamento sintático-discursivo coerente. É essa manipulação linguística (ou, em outras palavras, intradiscursiva), que obedece a um processo discursivo próprio da FD em questão, que permite que enunciados como os vistos acima (nessa situação que estamos vivendo/essa bagunça que tá no país) associem-se um ao outro ainda que as subordinadas sejam compostas por sintagmas que não são essencialmente sinonímicos

entre si. Vê-se, com isso, o papel desempenhado pela implicação que, graças ao discurso transverso, oportuniza a correspondência semântica entre as partes que compõem os diferentes enunciados.

Essas operações discursivas conduzem ao efeito de evidência originário do funcionamento ideológico que faz com o que é pré-construído tenha um caráter universal. Entretanto, esse tipo de análise restringe-se ao tratamento ideológico na investigação sobre os efeitos de sentido e se ocupa em estudar esses mesmos efeitos em uma dimensão sintática, a qual não é o nível de análise proporcionado pela hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos.

Devemos ressaltar, ainda, que, embora existam especificidades entre os dois conceitos, a hipótese dos pré-discursos e a noção de pré-construído podem se aproximar teoricamente em alguns aspectos. O caráter de universalidade do pré-construído vai ao encontro do Postulado da Intersubjetividade de Husserl, o qual defende a existência e a possibilidade de alcance de um eu transcendental, ou, em outras palavras, universal. Soma-se a isso, também, o fato de que a universalidade que o pré-construído imprime aos sujeitos pode integrar o debate, com as devidas adaptações teóricas, entre coletividade x individualidade:

> Há de fato uma coelaboração entre cognição individual e cognição social, e mencionei, nos capítulos precedentes, autores que incluíram a intersubjetividade em sua reflexão. O postulado da intersubjetividade é, com efeito, necessário para explicar o fato de que os pré-discursos, anteriores coletivos de todos os locutores de um grupo ou de uma comunidade, são inconscientemente (ou naturalmente?) apropriados pelos locutores individuais que mantêm a ilusão, como teria dito M. Pêcheux, de construir versões individuais e originais do mundo (PAVEAU, 2013a, p. 130).

Seja sob a forma do objeto de pensamento ainda não pensado ou sob a forma de pré-dados ativados e perpetuados por meio de uma partilha semântica, é necessário, para reforçar o que já foi dito nesta seção de análise, questionar-se a respeito dos diversos mecanismos que permitem a emergência de sentenças subordinativas restritivas nas produções discursivas dos sujeitos. Para isso, retornamos às reflexões de Halbwachs, Lecomte e Moirand.

Já afirmamos anteriormente que Paveau, ao pensar na coelaboração entre indivíduo e sociedade, delega um papel de destaque à questão da memória: ela funciona como mediadora entre esses dois agentes e atua na constituição da formação de linhas discursivas. Porém, a noção de memória de Paveau abriga diferentes percepções sobre o fenômeno, as quais podem se referir a uma memória coletiva dos sujeitos e dos grupos

sociais em que transitam (Halbwachs) quanto uma memória interdiscursiva (Lecomte e Moirand).

Em relação a uma memória de grupo, nos enunciados “nessa situação que estamos vivendo/essa bagunça que tá no país”, pelo fato de comporem o que Paveau conceitua como dêixis enciclopédia marcada, os dêiticos em uso traçam um quadro espacial e cronológico que não se restringe ao período que Dilma Rousseff governou: os apoiadores de uma intervenção militar constitucional enxergam, como já mencionado anteriormente, quase um paralelismo histórico entre os treze anos de governo petista no Brasil e o ano de 1964, período que inaugurou a ditadura militar no país.

Nesses grupos, acredita-se haver um golpe comunista em curso, uma ditadura silenciosa das lideranças petistas e um interesse em transformar o Brasil em uma Cuba ou em uma Venezuela. Evoca-se, portanto, uma memória histórica que, apesar de possuir, segundo Halbwachs ([1925] 1990) um traço cronológico próprio e bem definido, se confunde com a percepção imediata dos sujeitos que vê uma continuidade entre o que já se desenvolveu (Cuba e o comunismo, por exemplo) e aquilo que ainda está se desenvolvendo, supostamente, com o que já foi testemunhado anteriormente (Venezuela).

Identificamos, assim, mais uma vez atributos próprios de uma memória coletiva: a não distinção entre passado e presente e a formação de uma identidade de grupo que necessita recorrer à História de fato para tecer as bases de sua própria memória. Segundo essa perspectiva, então, poderíamos teorizar que os enunciados em análise (nessa situação que estamos vivendo/essa bagunça que tá no país) são a digital de um grupo refletindo a sua respectiva posição no interior de um quadro mais amplo.

Essa memória, como também previne Halbwachs, não é estanque: os membros de um grupo alcançam (ou perdem) posições no interior dessas comunidades, e estas, por sua vez, estão sujeitas às influências de outros membros que passarão a compor seu quadro assim como às mudanças históricas propriamente ditas.

Entretanto, o laço de identidade firmado entre os membros desse grupo não muda, o que se transforma é a relação entre esse grupo e os demais que o cercam. Isso é um ponto importante para analisar os enunciados que surgem no interior de um quadro. Por exemplo, os sujeitos que apoiam a ditadura militar falarão em “regime militar” para aludir aos 21 anos de militarismo no Brasil. Quando argumentarem a respeito da necessidade de os militares voltarem ao poder, clamarão por uma “intervenção militar constitucional”. No primeiro caso (regime militar) mantém-se preservada, entre os

membros do grupo, a memória por eles cultivada (o termo “regime” suscita “controle”, “ordem”, “ponderação”, valores reivindicados, pelos grupos de extrema direita). Porém, no contato com os membros dos demais grupos, é importante, além de se distanciar do termo pejorativo “ditadura”, mostrar a validade legal que uma ação do tipo representaria nos dias atuais, por isso, mobilizar o termo “constitucional”. Porém, quando se trata de mencionar os países comunistas, esses mesmos indivíduos empregam o nome “ditadura”.

A questão memorial de um grupo é extremamente importante, pois a partilha semântica previamente instaurada entre os integrantes pode ultrapassar as suas barreiras. Por exemplo, o contexto das manifestações conta com diferentes grupos em interação. O contato contínuo que os componentes de um grupo estabelecem entre si durante esses atos e o fato de concordarem, em algum momento, com os temas de debate, pode facilitar a troca semântica. É possível imaginar, por exemplo, que um sujeito a favor do *impeachment* da Dilma, mas que não apoia a instalação de um governo militar no Brasil, tenha sua opinião alterada pelo grupo circundante ao ouvir que, durante o regime militar, nunca houve denúncia de esquema de corrupção, conforme argumentamos quando efetuamos a análise dos dados sobre o apelo aos precursores.

Poderíamos, por isso, dizer que as palavras encontram-se em trânsito, como propõe Moirand, em conformidade com os gêneros que as comportam e com os enunciadores que as empregam. Em outras palavras, o grupo dos intervencionistas conta com uma tecnologia discursiva que põe em funcionamento a memória desse grupo em relação à memória nacional, transmitindo, portanto, valores, sentimentos (as ditas “visões de mundo”), entre outros aspectos. Com isso as diferentes formas de se referir à ditadura militar (regime militar, intervenção militar, contragolpe) são formas condizentes com o rastro deixado por essas mesmas tecnologias e seus respectivos interlocutores. Devido a essa natureza dialógica inerente a essas diferentes construções (o sentido mobilizado por um sujeito evoca os sentidos anteriormente relacionados ao mesmo vocábulo), segundo o que defende Moirand, tratar-se-ia de uma memória interdiscursiva, o que explicaria a semelhança, tanto discursiva quanto linguística (Cf. as categorias propostas pela autora) dos enunciados “nessa situação que estamos vivendo/ essa bagunça que tá no país”.

Entretanto, a autora realiza a distinção entre memória de palavras (interdiscursiva) e memória de fatos (compartilhamento de dados anteriores). Os quadros pré-discursivos coletivos parecem operar de forma própria em relação a esse ponto: eles resgatam e

reforçam uma memória semântica ao mesmo tempo em que podem evocar um acontecimento. Na verdade, esses dois elementos podem ser ativados sem discriminação pelo sujeito.

É possível, também, pensar na memória coletiva como um quadro de memória que age como um espaço discursivo, em conformidade com o que é proposto por Lecomte: o objeto de discurso (o panorama político, econômico e social do país) está situado dentro de um universo discursivo que circunscreve as alterações que serão sofridas pelo objeto de discurso. Ou seja, em "nessa situação que estamos vivendo/ essa bagunça que tá no país" visualizamos os dois tipos de morfismos identificados pelo autor: o morfismo de ordem horizontal e o morfismo de ordem vertical.

Na ordem horizontal, alojam-se as reformulações sofridas pelo discurso para que se preserve sua homogeneidade. Nos enunciados em análise, temos a presença de um sintagma nominal (bagunça e situação) antecedido por um determinante (essa e nessa) e sucedido por um sintagma adjetival sob a forma de uma subordinada (que tá aí/que estamos vivendo).

Na ordem vertical, temos as anterioridades em si, já que essas sequências encontram-se condicionadas "a uma memória, convocada para garantir o caráter válido do argumento ou o caráter do discurso" (LECOMTE, 1981, p. 72). E essa memória, por sua vez, diz respeito à memória do grupo que articula essa anterioridade a sua produção discursiva imediata.

A questão da memória, seja sob a perspectiva da psicologia social seja sob a forma de um tratamento linguístico, corrobora a validade da tese de Paveau ao propor uma análise discursiva ocupada, entre outros pontos, em reconhecer indícios de um processo de categorização nos discursos: os quadros pré-discursivos coletivos e a operação de conhecimento por reconhecimento por eles proporcionada envolvem essas duas concepções teóricas da memória, o que caminhará rumo à hipótese da existência de uma memória cognitivo-discursiva.

Ao mobilizar autores como Lecomte e Moirand, Paveau preserva a interlocução entre AD e a linha sociocultural da cognição, sobretudo, a cognição distribuída: ao trazer os linguistas supracitados e reconhecer que as discussões produzidas por eles ajudam-na a aprimorar a noção de contexto, a autora está operacionalizando os conceitos de Lecomte e Moirand sob o ponto-de-vista da cognição distribuída. Em outras palavras, as memórias (de grupos ou interdiscurisvas) funcionam como atores que levarão à consolidação de linhas discursivas por participarem como elementos de

um ambiente em que se encontram inscritos e agindo de modo a perpetuar os princípios desse ambiente e, por outro lado, de submeterem-se a eles.

Paveau caracteriza esse ambiente como um ambiente cognitivo, o qual emprega no lugar da ideia de contexto (2015), como forma de pensar uma continuidade entre os diferentes atores que coconstroem as linhas discursivas. Lecomte e Moirand, por isso, integram as reflexões sobre a hipótese dos pré-discursos, pois viabilizam a hipótese de que o discurso, no interior de um ambiente cognitivo dado, também atue como agente de transmissão.

Na próxima seção, veremos o último eixo de análise: os organizadores textual-cognitivos.

5. Os organizadores textual-cognitivos: a hipótese dos pré-discursos

Os organizadores textuais, conforme a teorização de Paveau, são organizadores ment0061is que atuam de forma a auxiliar o sujeito a organizar aquilo que pensa:

> Discutirei, aqui, a questão das formas, cujo funcionamento se situa, no meio do caminho, entre a elaboração mental e a construção textual, e que, por essa razão, as chamo de organizadores textual-cognitivos. Sem se referir exatamente ao que M. Bakhtin chama de "formas do gênero" ou "gêneros do discurso", podemos afirmar que eles têm essa dimensão classificadora sem a qual "a troca verbal seria quase impossível" (1984 [1952 – 1953], p. 285). Eles têm uma dimensão cognitiva, porque eles resultam de uma formatação no espírito (*shaping*) bem como uma dimensão textual, porque se inscrevem nos agenciamentos textuais (por texto, entendo, aqui, as produções verbais consideradas, essencialmente, sob o ângulo de seu encadeamento, sem levar em conta o contexto sócio-histórico de produção) (PAVEAU, 2013a, p. 211).

No nosso *corpus*, identificamos como exemplo de organizadores textual-cognitivos a tipologia, em especial, um dos seus tipos, a tipologia polêmica e a antítese. Além desses dois, há, no interior dos organizadores textual-cognitivos, a metáfora. Porém, não encontramos exemplos desse último. Na seção seguinte, vamos aos dados.

5.1 Os organizadores textual-cognitivos: a tipologia

a. Manifestantes que nem tinham visto a aparência do sujeito se uniram à confusão: "*Vagabundo, drogado, petista!"* [enunciado capturado em vídeo por jornalistas do IG em ato pró-impeachment na Avenida Paulista no dia 15/03/2015].

b. Nosso foco sempre foi o PT, sempre foi o PT, porque *é partido que levou o Brasil de cabeça pra baixo, é o partido que infiltra terrorista, é o partido que tá vinculado ao PCC, é o partido que tá vinculado a tudo de podre que tem* [enunciado capturado em

vídeo por jornalistas do IG em ato pró-impeachment na Avenida Paulista no dia 15/03/2015].

c. O povo não é besta. Vai para a Venezuela, vocês são o câncer. *Traidor da pátria, arruaceiro e vagabundo*. Vai embora! [enunciado capturado em vídeo por jornalistas do IG em ato pró-impeachment na Avenida Paulista no dia 15/03/2015].

Paveau parte do princípio de que o processo de pensar e o processo de classificar são complementares entre si. Mencionando os questionamentos de G. Perec (2003 [1958], p. 151 apud PAVEAU 2013a, p. 211): "o que me perguntam exatamente? Se eu penso antes de classificar? Se eu classifico antes de pensar? Como classifico o que penso? Como penso o que quero classificar?", a autora atribui à tipologia a possibilidade de textualização do sentido em uma instância discursivo-cognitiva.

A tipologia pode estruturar-se a partir de temas variados e permite que os sujeitos classifiquem e categorizem. Segundo a autora, pode assumir diferentes papéis: lista enumerativa (elenca itens pertencentes a uma mesma categoria), lista retrospectiva (registra pessoas e eventos), lista guia (antecede e orienta a execução de um plano) e, por último, a lista lexical (inventário de conceitos).

Dentro dessa gama, os exemplos de tipologia encontrados constituem amostras da lista lexical, em que os sujeitos se engajam em uma "atividade designativa ou denominativa" (PAVEAU, 2013a, p. 212). É o que vemos nos termos em destaque dos enunciados acima: "vagabundo, drogado, petista" (enunciado a), "o PT é o partido que infiltra terrorista, é o partido que tá vinculado ao PCC" (enunciado b), "traidor da pátria, arruaceiro, vagabundo" (enunciado c). Para a autora, a tipologia constitui um pré-discurso, pois a designação a que se chega é fruto de uma partilha semântica que se situa em uma anterioridade em relação ao momento da produção discursiva em si. Isso conduz, segundo Paveau, à função da tipologia: "instalar o pré-discurso nos discursos, como se a tipologia novamente criada já tivesse partilhada nos quadros representacionais coletivos" (2013a, p. 213).

Nota-se, ainda, que a classificação feita pelos manifestantes vem acompanhada por um julgamento moral ("traidor da pátria", "drogado", entre outros). Para Paveau, a classificação e organização do mundo em uma dimensão cognitivo-discursiva estendem-se também às opiniões e aos julgamentos (2013a).

Em um contexto de manifestação, o conjunto de ferramentas cognitivas que ali circula alia-se à tipologia articulada, pelos sujeitos, em suas produções discursivas, fazendo com que as mobilizações políticas potencializem a partilha semântica: as

ferramentas cognitivas em uso (manifestos, panfletos e cartazes, entre outros) possuem o alcance de moldar a cognição dos indivíduos, e a tipologia, por sua vez, amplia ainda mais as fronteiras dos pré-dados, pois ela se organiza por meio de uma estrutura cognitiva forjada por essas mesmas ferramentas. A estrutura sobre a qual a tipologia se desenvolve está presente em todos os indivíduos, o que, somado ao que foi dito antes, substancia uma partilha semântica entre os indivíduos em interação, e, em decorrência disso, uma intercompreensão. Argumentamos, ainda, que o contexto de manifestação pode ser entendido como sujeitos engajados em uma tarefa (há um propósito muito bem delineado, *impeachment* da presidente Dilma Rousseff), e, conforme vimos em Hutchins, nesses contextos têm-se a atuação recíproca entre atores humanos e não humanos, formando uma cognição distribuída, pois a representação da informação está diluída entre esses agentes, compondo um ambiente cognitivo que recobre o corpo social como um todo.

Finalizamos nossas análises com a seção abaixo destinada às reflexões sobre outro organizador textual-cognitivo: a antítese.

5.2 Organizadores textual-cognitivos: a antítese

a. *Porque todo mundo que "tá" aqui por ter convicções, todo mundo "tá" aqui por acreditar num futuro no nosso país, todo mundo "tá" aqui por acreditar num Brasil melhor. Ninguém "tá' aqui por pão com mortadela. Ninguém "tá" aqui por R$ 35,00* [manifestações pró – *impeachment* na Avenida Paulista, em 16/08/2015].

b. O cara que tá aqui comigo acabou virando um símbolo dessa nossa revolução. *A revolução das pessoas que trabalham, a revolução das pessoas que produzem, a revolução das pessoas que cansaram de pagar a conta do PT.* O garoto que tá aqui comigo caminhou 1.300km de SP até DF para protocolar o pedido de impeachment que vai ser o pedido que vai derrubar a presidente Dilma Rousseff [manifestações pró – *impeachment* na Avenida Paulista, em 16/08/2015].

c. *6 dúzia é a quantidade de neurônios que tem em sua cabeça! A Ditadura Militar matou 400 pessoas e paga o preço até hoje. Já a Ditadura Comunista matou mais de 60 mil pessoas,* e acéfalos como você, continuam acreditando que liberdade e Democracia fazem parte deste sistema de Governo pobre, anárquico e totalitário. Devem estar te pagando muito pra vender sua alma para o Diabo. Está ajudando a torturar e matar milhares de pessoas. Consegue dormir tranquilo com isso?! [enunciado coletado na seção de comentários da página do *Youtube* sobre matéria do CQC em 03/11/2014].

d. *Falam da ditadura militar que houve quatrocentas e poucas mortes não é mesmo? E essa ditadura silenciosa atual? São 50 mil mortes por ANO...* O nosso país se tornou terra sem lei, os bandidos não respeitam nada e nem ninguém nos dias atuais, a liberdade dos bandidos custou a prisão das pessoas de bem, somos refém de um sistema

de segurança publica falido, pois nossas leis são frouxas e ainda tem uns pau no cú querendo desmilitarizar os militares... tsc tsc tsc... Essa liberdade tem que acabar, tem que ter ordem na casa, quem obedece as leis não tem problema com militares, o nosso problema é quando um bandido aponta uma arma em nossa cabeça e não podemos ter o direito de reagir, pois desarmaram o povo... Nossa bandeira está escrito: ORDEM E PROGRESSO, e com essa desordem jamais teremos progresso neste país. E pra findar: CQC = LIXO TENDENCIOSO [enunciado coletado na seção de comentários da página do *Youtube* sobre matéria do CQC em 03/11/2014].

Para Paveau, o aspecto pré-discursivo da antítese deve-se ao fato

> (...) de ser um poderoso organizador da percepção do mundo e dos discursos, porque ela constitui um modelo de pensamento muito presente na aprendizagem (na ocidental, pelo menos) em um quadro de experiência cotidiana nas relações humanas, quer sejam conflituosas ou harmoniosas (PAVEAU, 2013a, p. 232).

Paveau considera a existência de três tipos de antítese: a redução binária, a antítese cultural e a antítese histórica. No nosso *corpus*, os enunciados integram as antíteses binárias cuja principal característica é dividir em polos discursos que já estão em divergência.

Para a autora, o seu *corpus* mostra construções desse tipo ao longo dele, o que a autoriza a não se debruçar exaustivamente sobre esse tipo de pré-discurso. Todavia, como nossa pesquisa se alimenta do debate político público, parece ser imperativo contemplar essas construções e analisá-las no interior de um modelo pré-discursivo.

Semelhantemente ao que vemos nos enunciados que denunciam um apelo aos precursores e uma tipologia, os enunciados antitéticos mostram uma organização bipartida, orientada por valores morais ("a revolução das pessoas que trabalham", "ninguém tá aqui por R$35,00", entre outros).

Entretanto, Paveau argumenta que a antítese possui uma "natureza argumentativa" cujo "terreno está situado no aqui e agora mais ou menos da interação e não em quadros coletivos situados no interior do discurso". Porém, isso pode ser visto de outra maneira em nosso *corpus*: excetuando-se os exemplos em que o enunciado traz o seu antagonista explicitamente, o que permite reconhecer o antagonista do enunciado b ("a revolução das pessoas que trabalham, a revolução das pessoas que produzem, a revolução das pessoas que cansaram de pagar a conta do PT")?

No enunciado supracitado, parece haver uma antítese, ainda que o outro vetor não esteja explicitamente assinalado. Apesar disso, é possível recuperá-lo se recordarmos um dos pontos que gerou insatisfação aos brasileiros e que os levou às ruas em sinal de protesto: a crença de que o PT distribuía benesses sociais como um projeto de poder,

contribuindo para a crise econômica, já que uma parcela diminuta da sociedade foi sufocada para manter os supostos privilégios distribuídos pelo PT durante os 13 anos de governo. Portanto, os enunciados "a revolução das pessoas que trabalham/a revolução das pessoas que produzem/a revolução das pessoas que cansaram de pagar a conta do PT" estabelecem uma antítese com o panorama brevemente mencionado. Nesse sentido, o sujeito, confiante da partilha de sentido que acredita existir entre ele e os demais, realiza uma construção antitética sem, contudo, trazer o outro elemento requisitado para a efetivação de uma redução binária.

É o reconhecimento desse contexto histórico, cultural e social que autoriza a omissão do outro elemento que constituiria a antítese. Ao mesmo tempo, esses dados prévios validam-na como estrutura dotada de conhecimentos anteriores, ou seja, como quadro pré-discursivo coletivo.

Os pré-discursos, segundo o que observamos das análises precedentes feitas em harmonia com o que é proposto por Paveau (o diálogo entre discurso e cognição), abarcam dados anteriores que ampliam a forma como a AD tradicionalmente trabalha os efeitos de sentido: a ideologia participa, assim como outros elementos, da produção discursiva dos sujeitos, enquanto esses elementos, por sua vez, podem referir-se aos conhecimentos de ordem semântica, cultural, enciclopédica e da ordem dos afetos e dos valores morais. Em relação a esses dois últimos, vemos que os pré-discursos que indiciam o funcionamento de organizadores textual-cognitivos são os que mais exploram o que seriam os traços morais dos eleitores do PT.

Em relação à antítese, como já dissemos, isso pode ser explicado pelo fato de ela retomar o panorama social que se tem em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff; é o momento em que o fosso entre os diferentes grupos sociais se torna mais explícito, em que se vê por meio das roupas dos manifestantes (as quais, apesar do aspecto semiótico, podem ativar e reforçar pré-discursos), das pautas por eles defendidas, dos ídolos relembrados, a existência de um possível "nós contra eles" como comenta um usuário do *Youtube* sobre a manifestação na Avenida Paulista, em 15/03/2015:

> VEJAM A DIFERENÇA ENTRE OS MANIFESTANTES LIBERAIS, CONSERVADORES, PATRIOTAS, BRASILEIROS DE CORAÇÃO, ETC. QUE VESTEM ROUPAS VERDE-AMARELA,BANDEIRAS DO BRASIL VERDE-AMARELA E NÃO BANDEIRAS VERMELHAS OU COM A FOICE E MATELO E TAMBEM NÃO TEVE UM ATO DE VANDALISMO OU DE VIOLENCIA, AO CONTRARIO DAS MANIFESTAÇÕES DOS ARRUACEIROS DO PT E DAS ESQUERDAS, QUE GOSTAM DE AMEAÇAR, QUEBRAR BENS PUBLICOS E

> PRIVADOS. ESSA É DIFERENÇA ENTRE COMO DIRIA LULA: NÓS E ELES (*sic*).

A antítese e a tipologia, enquanto indícios pré-discursivos, mostram que a cognição humana, por não se limitar à ação do indivíduo solitário, está, na verdade, em conformidade com o que a sociedade (ou uma parcela desta) pensa e registra em seus artefatos cognitivos. Ou seja, devido à exposição contínua aos instrumentos de uma tecnologia discursiva, os sujeitos têm a sua forma de pensar e organizar os objetos do mundo impactadas por essas ferramentas cognitivas. Em outras palavras, os organizadores textual-cognitivos sinalizam para o fato de que a dimensão cognitiva obedece à arquitetura dessas ferramentas, inclusive, ao que tange aos valores morais que são transmitidos por elas.

Os organizadores textual-cognitivos parecem reforçar, também, o fato de que, como propõe Moirand, é a realidade inter e intratextual que servem como contexto. Por exemplo, as tipologias, que se referem aos diferentes tipos de listas, privilegia os enunciados curtos, próprios desse gênero textual. Além disso, diante dos documentos que compõem as ferramentas cognitivas postas em trânsito no grupo, os sujeitos devem adequar suas produções discursivas à forma como as categorias linguísticas e discursivas vieram sendo empregadas pelos outros interlocutores, o que conduz à memória interdiscursiva expressa nesses dispositivos.

Além disso, o conteúdo impresso e ativado por esses recursos discursivos estará de acordo com a memória coletiva dos sujeitos em interação, o que pode explicar o fato de, nos organizadores textual-cognitivos e nas demais formas de indícios de quadros pré-discursivos coletivos, haver o julgamento de valor que reforça a oposição existente entre os grupos em combate.

Com vistas a enriquecer as análises dos pré-discursos, daremos prosseguimento ao capítulo de análise associando, de agora em diante, os pré-discursos à questão moral, a qual, se fez presente em praticamente todos os enunciados.

A interlocução entre a AD e a linha sociocultural da cognição é explorada mais profundamente por M. Paveau na obra *Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas* (2015). Como veremos nas seções que compõem o presente capítulo, nessa obra, dimensão cognitiva e análise discursiva ingressam em uma discussão em que a autora repensa a relação existente entre mente, mundo e linguagem. Objetivando a constituição de uma filosofia do discurso – o que assegura os sustentáculos de uma linguística simétrica, a autora advoga a favor de um programa que revise

epistemologicamente a linguística. Por pretender levar a cabo tal empreitada, Paveau necessita municiar seu projeto para que dê conta daquilo que a tríade anteriormente mencionada acusa: a existência de uma dimensão ética nos metadiscursos.

Dividimos esse capítulo em duas seções. Na primeira delas, o espaço é reservado para que apresentemos as bases teóricas propostas por Paveau para alcançar o que designa como *filosofia do discurso*. Nessa parte, a autora esclarece o que entende por moral e ética, além de revelar suas escolhas epistemológicas no âmbito da filosofia moral e da linguística que possibilitam pensar a questão ética nos metadiscursos. Em seguida, destacamos os conceitos que operacionalizam uma análise que se ocupa em revelar os traços de uma dimensão ética nos metadiscursos. Tais noções são virtude discursiva, discurso virtuoso e agente virtuoso. Por fim, veremos as formas como é denunciada, no caso francês, a lacuna moral dos discursos: identifica-se a não adequação do discurso à memória discursiva do ambiente cognitivo em que está localizado ou, ainda, nota-se o desajuste do discurso ou do agente em relação à percepção de mundo.

A última seção é destinada ao estabelecimento das devidas associações entre o que foi exposto ao longo deste capítulo com o que já foi debatido anteriormente pela presente dissertação, em especial, no presente capítulo reservado à análise do *corpus*.

6. Por que pensar a relação entre linguagem e moral?

Na obra *Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursiva* (2015), Paveau objetiva estabelecer princípios teóricos que operacionalizem a busca por sinais éticos na linguagem, ou seja, vestígios discursivos a apontar para a existência de julgamentos de ordem social, os quais podem ser explicados se adotarmos uma perspectiva teórica utilizando, dentre outros conceitos, as noções desenvolvidas na linha sociocultural da cognição, em especial, o que se debate no interior da cognição distribuída.

Em conformidade com o que propõe o campo da filosofia ética, Paveau assume que entenderá moral e ética como sinonímicas entre si, na medida em que é praticamente impossível dissociar os valores dos exercícios a eles associados. Paveau, reconhecendo não haver ponto pacífico nas discussões sobre moral e ética e, muito menos, na relação entre linguística e moral, argumenta que seu intuito não é apaziguar o conflito já instalado, mas evidenciar que “os dados axiológicos considerados subjetivos

e não mensuráveis podem, ao contrário, ser integrados na análise linguística" (2015, p. 33).

Para Paveau, entre outros pontos, o que torna pertinente uma perspectiva teórica que adote a dimensão ética é a impossibilidade de haver representações humanas dissociadas de um paradigma ético, pois este diz respeito tanto "à linguagem como sistema de representação" quanto assegura ao sujeito a capacidade de enunciar sem ficar "entregue a um estado pulsional" (PAVEAU, 2015, p. 45).

As reflexões propostas por Paveau conduzem-na ao retorno aos pré-discursos: a autora, assumindo que seu objetivo é dar continuidade à interlocução entre Análise do Discurso e cognição social, vincula à sua hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos a questão dos valores e das virtudes (2015, p. 46). O que a autora propõe, nessa obra, sem romper com as teorizações anteriormente feitas, é um diálogo mais aberto entre sua teoria e um realismo, de modo tal que se chegue a um realismo moderado, o qual remete ao fato de que há, "nos ambientes da ação e da fala humana" (PAVEAU, 2015, p. 47), uma realidade. Essa realidade, de acordo com Paveau, possui uma existência tanto objetiva quanto representacional, ou seja, a realidade objetiva refere-se aos objetos naturais ou artificiais, enquanto a realidade representacional abriga em seu bojo as realidades sociais e culturais.

Para uma abordagem linguística ocupada com o plano ético, é, segundo Paveau, a realidade representacional que importa. A autora atribui à realidade conceitual dois sentidos diferentes entre si: "o sentido tradicional de realidade abstrata (generosidade, honestidade ou altruísmo, que são valores morais e realidades imateriais), oposto em geral à realidade concreta" (2015, p. 48). A noção de realidade concreta está ligada à realidade referencial. Conferindo a origem da noção a G. Achard-Bayle (2008, p. 48 *apud* PAVEAU, 2015, p. 48), Paveau a adota para elucubrar as realidades físicas que alçaram o patamar de real.

Inscrevendo sua proposta na corrente pragmatista, em especial, na abordagem semântico-filosófica de H. Putnam, assim Paveau define sua empreitada:

> Minha proposta é da alçada de uma *filosofia do discurso*, que defino por ora como uma abordagem das produções linguageiras, baseada em hipóteses de ordem filosófica: o falante é considerado também um agente moral, psíquico e acional, e os dados linguageiros em contexto são examinados a partir de uma concepção filosófica da relação entre linguagem, mundo e espírito (PAEVAU, 2015, p. 49, grifos da autora).

Nesse passo, chamam a atenção de Paveau três postulados do pragmatismo: o dualismo, o realismo – em sua versão moderada – e a primazia da prática. Dentre essas três vertentes, são sobre as duas últimas que recai o interesse de Paveau: elas permitem uma concepção equilibrada entre internalidade e externalidade, o que viabiliza a elaboração do que Paveau classifica como linguística simétrica.

A noção de linguística simétrica defende não haver distinção entre ação e discurso. Segundo Paveau, o discurso constituiria "um comportamento humano no sentido mais geral, uma prática humana no sentido forte do termo" (2015, p. 52).

Portanto, em sua linguística simétrica, Paveau não falará em marcas ou marcadores linguísticos, já que, nesta abordagem, a reflexão repousa sobre a forma como língua e discurso participam de forma concatenada, propiciando a composição de um "processo global de produção de sentido" (PAVEAU, 2015, p. 53)

O desdobramento realizado por Paveau, por inscrever sua hipótese na epistemologia das virtudes, implica reconhecer o discurso como consequência do par "ética e conhecimento". Isso é viável, na medida em que, segundo a epistemologia das virtudes, toda virtude intelectual é intrinsecamente uma virtude ética. Em outras palavras, todo saber responde a uma dimensão ética. Sob tal ótica, entre conhecimento e virtude situa-se o discurso, uma vez que é ele que se encarrega em fazer circular o conhecimento. A partir disso, a autora propõe a articulação entre ético, epistêmico e discursivo. No eixo daquilo que entende como epistêmico, está o conteúdo de qualquer enunciado, pois a autora parte do princípio de que um enunciado é revestido, impreterivelmente, de uma virtude discursiva. Esta, por sua vez, associa-se às virtudes éticas e discursivas; quanto ao plano ético, Paveau os posiciona no interior dos ambientes cultural, social e histórico, incumbidos em definir valores que tacham um discurso como bom ou ruim.

A autora privilegia como abordagem filosófica os preceitos teóricos do realismo em sua versão mais próxima à pragmática. Como isso implica, conforme esclarece Paveau, escolhas teóricas para pensar a relação entre linguagem, mundo e espírito, tais escolhas estarão pautadas no externalismo e na cognição distribuída.

Para esmiuçar seu projeto, Paveau explora o externalismo. Trata-se de uma corrente teórica que defende ser a mente humana exterior aos indivíduos. Sob essa perspectiva, temos dois grupos teóricos: o externalismo radical e o externalismo moderado. Para o propósito de Paveau, é o externalismo moderado que trará mais contribuições, já que, segundo essa tendência, não há ruptura entre mente e ambiente

exterior; a mente estaria, segundo essa ótica, dentro e fora de si ao mesmo tempo. Isso guia à hipótese de um *continuum*. Paveau lança mão de uma suposta relação simétrica entre o que se acreditaria ser propriamente linguístico e propriamente extralinguístico. Ao tentar romper com esse binarismo, a linguista revisita a noção de contexto, preferindo, em vez disso, falar em ambiente cognitivo:

> Para enriquecer a noção de contexto com esse contínuo entre linguagem e seus exteriores, prefiro falar de ambiente cognitivo, definível como o meio no qual evolui um conjunto de contribuintes para a produção verbal, todos coconstrutores dos enunciados: os agentes humanos em primeiro lugar, mas também os agentes não humanos de linguagem, que podem ser as tecnologias linguísticas (gramáticas, dicionários, listas) e discursivas (conjunto de métodos de produção, difusão, transmissão, deformação e modificação desses discursos), os pré-discursos internos e externos e o conjunto dos dados culturais, sociais, históricos, institucionais e morais e também externos e internos. Essa concepção implica uma espécie de reversibilidade subjetiva do contexto: pensar a mente e a faculdade da linguagem como externos implica, em contrapartida, (re)pensar o contexto como interno à consciência. E essa consequência implica duas outras: postular como terreno de observação para a linguística a continuidade entre essas duas fontes cognitivas e sair da relação interindividual para examinar as relações entre os agentes humanos e os agentes não humanos, sendo os dois considerados agentes psíquicos (PAVEAU, 2015, p. 192-193).

Isso tudo leva ainda a outro questionamento: é possível falar que o contexto "pensa", isto é, que ele também é dotado de uma arquitetura cognitiva? Seguindo a esteira de B. Latour (1994, p. 52 *apud* PAVEAU, 2015, p. 193), Paveau argumenta que essa indagação oferece bases para refletirmos sobre a articulação entre agentes humanos e não humanos e, também, na articulação entre o que é linguístico e o que não é. No âmbito do não linguageiro, Paveau situa "as materialidades do mundo, mas também as ideias, os valores e as normas" (2015, p. 193). Dessa forma, Paveau rompe com a suposta barreira entre linguageiro e ético, o que conduz a outras rupturas: a relação entre *linguagem e realidade* e *linguagem e avaliação* representa binarismos que são postos em xeque a partir do paradigma da filosofia do discurso. Isso leva a autora a retomar os princípios da linguística simétrica, a qual apresenta preceitos próprios que tangem à referenciação, às produções verbais e à noção intrínseca entre linguagem e não linguagem.

O *continuum* mente-mundo e mente-linguagem aposta na referencialidade do sentido, ou seja, as estruturas internas do sujeito não são as únicas a impactá-lo: a realidade ou, em outras palavras, os objetos do mundo, também desempenha papel determinante. Nas palavras de Paveau, as produções verbais estão vinculadas tanto "às esferas internas pré-construídas" quanto "às esferas externas distribuídas nas tecnologias discursivas" (2015, p. 194). Nesse passo, chegamos novamente ao conceito

de contexto, sobre o qual recaem as noções de linguageiro e não linguageiro. De acordo com Paveau, “o não linguageiro [é] uma dimensão do linguageiro” (2015, p. 194).

A autora assume que a ética se constrói no ambiente em que a abriga. Para tecer uma interlocução profícua entre linguagem e ética, Paveau situa-se no âmbito da ética de valores. A escolha epistemológica feita pela linguista se justifica no fato de adotar uma concepção comportamental e externalista da ética, o que a leva à ética dos valores e a distancia das normas, pois esta é internalista e deôntica. Com isso, é possível que Paveau considere fatores concernentes à forma como são instituídos e definidos os valores éticos quando mobilizados nas produções linguísticas dos agentes.

A procura por indícios éticos na linguagem traz à tona o par subjetividade x objetividade: a dimensão subjetiva, “negociada coletivamente como intersubjetividade” (2015, p. 199), não assinala, para Paveau, uma atuação meramente individual; os valores autorizam práticas individuais, as quais são passíveis, por sua vez, de receberem críticas, em outras palavras, de serem revestidos de critérios objetivos.

É necessário, portanto, que haja uma noção de valores que os veja como estáveis, isto é, partir de uma concepção em que eles sejam vistos como uma realidade objetiva. Para alcançar tal intento, Paveau recorre ao realismo moral:

> Nessa perspectiva, (...) considera-se que os valores são objetivos: isso quer dizer que os critérios de verdade e de objetividade, aceitos para outras questões como a existência da realidade ou das formas do conhecimento, mas considerados não pertinentes para a ética, devem também ser válidos para ela; isso também quer dizer que os valores morais existem independentemente de nós e que podemos nos referir a eles. O realismo moral sustenta, portanto, a objetividade da ética, segundo uma concepção cognitivista da ética, que também é uma concepção realista, à maneira pragmatista (Tiercelin, 2005) (PAVEAU, 2015, p. 200 – 201).

Tais reflexões conduzem a autora à noção de virtude discursiva. Como a linguista trabalha a ética em diálogo com a noção de virtude intelectual, ela recorre à epistemologia das virtudes para refinar o conceito por ela proposto.

Adotando as reflexões que advogam a favor de um vínculo entre as normas e o cognitivo, Paveau parte do princípio de que “há normas éticas e cognitivas, e elas se interseccionam parcialmente ou há uma analogia entre elas” (PAVEAU, 2015, p. 205).

Para responder à questão da ética na linguagem, portanto, Paveau considera observar as produções verbais no interior de “um sistema que autoriza tais produções, sendo este composto pelos sujeitos e seus meios humanos e não humanos” (2015, p. 212). Sob essa perspectiva, as atividades de linguagem estão distribuídas por esses ambientes, além de contarem com o trânsito de valores que contribuem de forma a

justificar (ou não) os enunciados. Por sua vez, a virtude é a propriedade, ou melhor, a capacidade consagrada aos valores. Embora se refiram aos agentes humanos, são as virtudes que também atuam para "dotar outros agentes" (PAVEAU, 2015, p. 212).

A hipótese da virtude discursiva diz respeito à inclinação dos sujeitos em produzir enunciados que estejam em conformidade com os valores subjacentes e norteadores da interação entre agentes, além da observância à forma como é expresso o estado das coisas. A virtude discursiva preocupa-se também, dentre outros pontos, em estar inserida na memória discursiva da sociedade. Como a autora se baseia em uma imbricação entre agentes humanos e não humanos, ela argumenta que "o que está dotado de disposição para a virtude discursiva é o conjunto do ambiente" (PAVEAU, 2015, p. 216).

Para refinar o que entende como virtude discursiva, Paveau propõe três propriedades. A primeira delas é a propriedade da existência, a qual consiste em atribuir uma objetividade negociada por uma dimensão inter ou transsubjetiva, ou seja, a virtude discursiva localiza-se e manifesta-se nos âmbitos cognitivos e sustenta-se nos valores que também contam, por sua vez, com uma existência objetiva. Para Paveau, a objetividade dos valores é garantidora da objetividade da virtude. A manifestação de uma virtude discursiva ocorre por meio do que a linguista denomina "acontecimentos discursivos morais" (PAVEAU, 2015, p. 216): os julgamentos de ordem moral submetidos a um discurso dado. Segundo a autora, a moral incorpora, ao mesmo tempo, o epistêmico e o axiológico.

A segunda propriedade é a disposição reflexiva, isto é, é necessário haver adequação dos discursos aos "agentes, ao mundo e à memória discursiva" (PAVEAU, 2015, p. 217). Esse ajuste refere-se ao cuidado que os sujeitos se encontram submetidos para que se evitem efeitos desagradáveis causados por produções discursivas.

Por último, a autora propõe a noção de plasticidade axiológica: os valores são adaptáveis; um enunciado que carece de virtuosidade pode ser transformado para que esteja em conformidade com os atores englobados pelo ambiente cognitivo.

Outra noção desenvolvida por Paveau é a do discurso virtuoso. Ela a define como o "discurso ajustado aos valores vigentes na realidade complexa e instável dos agentes e de seus ambientes" (2015, p. 214). Conforme hipótese de Paveau, o ajuste se refere à relação estabelecida entre os agentes, o mundo (a realidade de fato e as representações) e o "conjunto das produções verbais que constituem a memória discursiva das

sociedades" (2015, p. 214). A convergência entre esses elementos constitui um sistema discursivo, cognitivo e ético.

Associa-se, ainda, às virtudes discursivas e ao discurso virtuoso, o agente virtuoso. Tal agente deve ser entendido como um sujeito que consegue produzir discursos compatíveis "aos agentes, ao mundo e à trama discursiva". Trata-se, em outras palavras, de uma "conduta discursiva" baseada em "boas disposições e capacidade" (PAVEAU, 2015, p. 219). O agente virtuoso deve, portanto, ser revestido por uma reflexividade enunciativa, ou seja, no interior de "um ambiente cognitivo preciso" (PAVEAU, 2015, p. 222), é necessário enunciar de acordo com esse ambiente.

Porém, ainda resta a pergunta: como identificar as marcas de um discurso virtuoso? Para a autora, não se tratam, na verdade, de marcas, no sentido de que deixariam evidências materiais de sua existência, mas de efeitos que podem ser manifestados ou não em marcas linguísticas.

Isso leva a linguista a propor que as marcas de eticidade são indiciadas em metadiscursos quando os agentes se encontram perante a um acontecimento discursivo moral, apontando para os efeitos que uma produção dada pode proporcionar.

Após essas exposições, Paveau pergunta "como trabalhar os discursos na perspectiva ética usando a noção de virtude discursiva?" (2015, p. 225). Para essa pergunta, Paveau argumenta que as virtudes são aplicadas à produção da linguagem e seus observáveis podem ser descortinados por meio dos "metadiscursos leigos" (2015, p. 225), ou seja, "são aquelas cuja transgressão é objeto dos metadiscursos do acontecimento discursivo moral que pode ir até o acontecimento midiático ou jurídico" (2015, p. 225).

A autora identifica que os metadiscursos, no caso francês, denunciam a lacuna moral dos discursos de três formas principais: i) a infração do discurso à "memória discursiva do ambiente em referência" (PAVEAU, 2015, p. 226). A autora recorre à nação de J. Courtine e a operacionaliza em conformidade com a forma como o linguista manipula o conceito; ii) a necessidade de que o discurso esteja consoante com a realidade em si. Em outras palavras, questiona-se o ajuste do discurso à nossa percepção sobre o mundo; iii) e, por último, a defesa pela "decência discursiva", isto é, é necessário enunciar sem segregar nenhum grupo ou comunidade, em especial, aqueles que comportam as minorias.

Em relação à adequação à memória discursiva, Paveau reflete sobre memória e virtude. Para tanto, a autora menciona os "termos viajantes" (metáfora de S. Moirand),

que aludem às “palavras que migram de um território semântico-lexical para outro” e cuja migração fomenta “problemas de legitimidade e justificação” (PAVEAU, 2015, p. 229).

Na linguística popular, são recorrentes os exemplos em que os sujeitos recorrem à correção de um termo ou, ainda, operam de forma a transportar um termo de um domínio a outro. De acordo com Paveau, tal procedimento está em conformidade com dois parâmetros: ou se tem uma valorização sobre a emergência de uma nova designação, a qual ocorreria através da sinonímia, da reformulação ou da perífrase, ou se aponta para uma mudança negativa de sentido.

A autora também considera o processo de amemória discursiva. Tal conceito é empregado por Paveau para designar o procedimento de apagamento. A noção permite desenvolver um debate teórico em torno de um esquecimento que seria tanto espontâneo quanto arquitetado: algo que é mister esquecer, mas que, por conta da tentativa de extinção, acaba por fixar, no pensamento, o objeto que se quer no ostracismo.

Mobilizar as noções de memória cognitivo-discursiva, de desmemória discursiva e de amemória discursiva permite “incorporar a dimensão ética na Análise do Discurso” (PAVEAU, 2015, p. 241), assim como reforça seu posicionamento teórico no que se refere à associação entre discursos e memória:

> Com efeito, se o discurso virtuoso se define, entre outras coisas, por um ajuste às memórias discursivas em ação no tecido das sociedades, é preciso definir as formas de desajuste avaliando precisamente a relação entre os discursos e a memória: um fenômeno de amemória ou de desmemória não é obrigatoriamente uma ruptura no ajuste, mas, ao contrário, pode ser um fator dele (PAVEAU, 2015, p. 241).

A autora destaca a possibilidade de se evidenciar uma dimensão ética no discurso, pois, seja por meio de esquecimentos, revisões ou reafirmação, os acontecimentos discursivos que trazem nomes próprios operacionalizam tais procedimentos sob um pano de fundo ético.

Paveau observa que os nomes próprios permitem ver o debate em torno do que seria uma dimensão ética no discurso. Isso se verifica por meio da reivindicação ou da rejeição, por exemplo, quando estamos diante de um nome próprio dado.

Segundo a autora, o nome próprio é abastecido por uma força, já que, em seu interior, articula-se o individual e o social:

> Existe realmente uma “força” do nome próprio que está ligada a seu particularíssimo estatuto, tanto no sistema linguístico quanto no funcionamento da memória discursiva. Alguns nomes próprios, patronímicos, mas também toponímicos, são nomes de memória, que constituem lugares

> semânticos especiais, nos quais o sentido está foliado porque justamente articulado à memória discursiva (PAVEAU, 2015, p. 260).

E a autora prossegue: "Se o nome próprio é "tão forte", esse fato ocorre porque – e isso não diz respeito apenas ao patronímico – ele constitui o lugar de um valor situado exatamente na articulação entre o social e o individual, a honra" (PAVEAU, 2015, p. 260).

Quanto ao ajuste dos discursos à realidade como algo que obedece à dimensão ética, a autora destaca que a realidade deve ser entendida como percepção. A adequação à realidade contempla conceitos que se organizam em torno do que se entende como verdade: "exatidão, sinceridade, aceitabilidade, credibilidade, objetividade" (2015, p. 275). Tem-se, portanto, o princípio de que o discurso virtuoso precisa estar de acordo com uma "verdade", a qual se encontra abrigada sob três tipos de ajustes a uma veracidade[49]: exatidão, aceitabilidade e credibilidade.

A exatidão ou "a conformidade com o mundo tal como ele é" (PAVEAU, 2015, p. 284) abarca outros dois tipos de exatidão: uma exatidão em relação ao mundo (fato) e uma exatidão em relação ao pensamento (ajuste da palavra ao pensamento).

A outra coloração da veracidade ganha corpo por meio da aceitabilidade ou, nas palavras de Paveau, "conformidade aceitável com a descrição do mundo" (2015, p. 284).

Por último, a autora destaca a credibilidade ou "o ajuste àquilo que é possível acreditar a respeito do mundo" (PAVEAU, 2015, p. 284). O ajuste à credibilidade deve ser entendido como mais diretamente associada ao ambiente do que à pessoa em si, pois o mundo de fato é suscetível à interpretação feita sobre seus fenômenos. Como os valores são objetivos (possuem existência material), eles podem sofrer transformações em conformidade com aquilo que se desenha no interior de um ambiente.

Por fim, a autora esmiúça a sua noção de decência discursiva:

> Discurso decente é o discurso no qual não só os agentes não se humilham mutuamente, mas que também é produzido num ambiente cujos valores não permitam a humilhação dos agentes. Isso quer dizer que a decência discursiva, que define o ajuste entre os agentes, é regulada pela coletividade, pois depende das normas discursivas do conjunto do ambiente, e não simplesmente das concepções individuais dos agentes do intercâmbio verbal. A noção de decência é especialmente coerente com a abordagem simétrica do discurso, porque articulada com um sentimento situado exatamente na intersecção entre o individual e o coletivo (humilhação) e depende das normas perceptivas em circulação no ambiente. Ademais, o sentimento de humilhação é um daqueles que desencadeiam valorações morais,

[49] No lugar de verdade, Paveau opta por falar em veracidade: o que importa, em suas análises, não é a ideia de verdade em si, mas os valores a ela atribuídos. (*op. cit.* p. 276).

> acontecimento discursivo que possibilita a análise moral dos discursos (PAVEAU, 2015, p. 312).

Ainda que a obra de Paveau não se limite exclusivamente aos pré-discursos, as reflexões trazidas por *Linguagem e Moral* os envolvem. Portanto, na seção seguinte, destacaremos brevemente o que já foi debatido ao longo da presente dissertação e que pode ser associado à questão ética na linguagem para chegarmos ao ponto em que a dimensão ética na relação linguagem, mundo e espírito pode render algumas novas reflexões: a consideração do contexto das manifestações como ambiente cognitivo.

7. Filiações discursivas, mundos partilhados e organizadores textual-cognitivos: a dimensão ética nos pré-discursos

Como vimos em Paveau, a problemática em torno de um plano ético na linguagem requer certos cuidados teóricos: i) é necessário que se priorize as realidades representacionais (culturais e sociais) em detrimento daquilo que seriam as realidades concretas; ii) é necessário, ainda, que o programa em torno da ética na linguagem abrigue sua reflexão sob uma ótica que defenda a virtude intelectual como virtude epistêmica; iii) é imprescindível, em decorrência dos pontos anteriores, que se desenvolva um percurso teórico que priorize uma arquitetura ecológica entre os itens anteriormente mencionados e aquilo que eles envolvem.

Em relação aos dois primeiros tópicos acima descritos, vemos que Paveau insere em um projeto maior o quadro fenomenológico que integra a discussão em torno dos pré-discursos: ao defender que a realidade de fato encontra-se suscetível à interpretação dos sujeitos, os quais levam à representação dessa realidade concreta, vemos a repercussão daquilo que a fenomenologia europeia traz de novidade ao par "sujeito e objeto", isto é, não há primazia de um sobre o outro; há, na verdade, os dois estabelecendo uma interrelação. Se os valores e as práticas deles decorrentes existem objetivamente, essa objetividade é alcançada pelo fato de existirem regras tácitas que se referem a uma comunidade ou a uma sociedade como um todo. Como os valores são situados, ou seja, devem ser encarados levando-se em consideração o ambiente no qual se situam, temos, portanto, o vínculo que se estabelece entre os sujeitos e os objetos do mundo e, ainda, o tecido estabelecido entre os próprios sujeitos: conforme argumenta Husserl, o "outro eu" é por mim comportado como objeto da realidade fenomênica.

Como consequência desta escolha epistemológica, o par sujeito e objeto nos conduz em direção à virtude epistêmica: todo conhecimento é, naturalmente, virtuoso. Isto é, os valores denotam uma intersubjetividade, no sentido de que o sujeito, ao possuir consciência dos objetos do mundo, obedece àquilo que já se estabelece como adequado no plano ético. Isso, inclusive, leva à linguística simétrica teorizada por Paveau, ou seja, a internalidade e a externalidade linguísticas são entendidas como complementares entre si, o que corroboraria com a ideia de uma heterogeneidade linguageira responsável por viabilizar a hipótese que defende haver uma dimensão moral alojada nos discursos.

Portanto, se, a princípio, havíamos questionado sobre uma possível constituição ideológica da cognição, Paveau nos responde ser mais profícuo pensá-la como virtuosa: os valores são situados, e produzir enunciados é respeitar essa dimensão situada, na qual os quadros coletivos pré-discursivos são responsáveis por delimitar a produção e a interpretação discursivas, pois ativam os valores, incluindo-se aí, também, as crenças, o conhecimento enciclopédico, a ideologia, dentre outros pontos que participam de um ambiente cognitivo dado.

Vê-se, portanto, que Paveau explora mais sistematicamente as potencialidades advindas de uma análise discursiva que dá protagonismo ao aspecto perceptivo dos sujeitos, o que se alcança, dentre outros pontos, pelo fato de a autora operacionalizar o Postulado da Intersubjetividade de E. Husserl. Além disso, é essa mesma espessura intersubjetiva que é posta em jogo pela autora ao propor uma filosofia do discurso que se ocupe, entre outras coisas, com a tríade linguagem, mente e espírito. Este trio, por sua vez, deve ser tomado como exercendo um continuum entre mente e mundo e mente e linguagem, o que nos leva à noção de ambiente cognitivo: conceito empregado por Paveau para pensar a interdependência entre os elementos que compõem esse mesmo ambiente.

Falamos em interdependência entre os agentes humanos e não humanos e os quadros pré-discursivos coletivos, pois Paveau os concebe como obedecendo a uma arquitetura ecológica, em que é necessário entender o todo para compreender as respectivas partes que o constituem, ao mesmo tempo em que essas partes permitem o engendramento das produções discursivas.

A semântica cognitiva, seja sob a forma da semântica de *frames* de Fillmore ou dos MCI's de Lakoff, advoga a favor dessa natureza ecológica no processo de construção do significado, o que significa pôr em realce a dimensão perceptiva dos

sujeitos. A Teoria *Gestalt*[50], nascida originalmente no âmbito da Psicologia Cognitiva, é amplamente explorada pelos linguistas cognitivistas e reforça a dimensão cognitiva que Paveau traz à AD de vertente francesa.

É por meio do conceito de ambiente cognitivo que Paveau consegue refinar o que entende por contexto. Na obra de 2013a, Paveau argumenta que esta noção é sempre trazida sem a devida delimitação, causando uma confusão sobre o que seria o contexto de fato. Ao trazer o linguageiro e o não-linguageiro para dentro de sua noção de ambiente cognitivo, Paveau advoga ser o contexto constituído tanto pelas dimensões linguísticas como extralinguísticas a um só tempo.

No âmbito das dimensões linguísticas, podemos pensar o próprio suporte como contexto, conforme propõe Moirand em uma perspectiva dialógica da memória discursiva a partir do trajeto percorrido pelos observáveis, sejam estes categorias discursivas ou linguísticas. Podemos, ainda, pensar o próprio universo discursivo como contexto, já que Lecomte reflete acerca das operações de formulações atuantes na horizontalidade discursiva (nível responsável pela coerência) e na verticalidade discursiva (anterioridades).

Já no âmbito da dimensão extralinguística, participam os valores, a ética e as crenças. Reforçamos, de acordo com o que hipotetiza Paveau, que não há binarismo entre as duas esferas. Contudo, é necessário trazer Moirand e Lecomte para revestir os pré-discursos de uma dimensão linguística, já que, na teoria de Paveau, as instâncias discursivas (conjunto de métodos de produção, difusão, transmissão, deformação e modificação desses discursos) atuam como agentes transmissores não humanos.

Além disso, Paveau defende que o ambiente cognitivo também pensa. Essa afirmação retira sua validade do fato de a autora situar seu projeto em Análise do Discurso no diálogo com a vertente sociocultural da cognição. Como vimos, a cognição distribuída defende haver continuidade entre agentes humanos e não humanos quando engajados em uma tarefa. Tal continuidade aponta para a existência de uma arquitetura cognitiva tecida entre esses atores.

---

[50] "Um dos postulados primários da Linguística Cognitiva, que sofreu influência da Psicologia Gestalt, é aquele segundo o qual, para a utilização da linguagem, lançamos mão de recursos psicológicos e cognitivos mais gerais, que atuam em vários aspectos de nossa interação com o mundo. Esse postulado, contrário à perspectiva modularista da linguagem, integra a visão de que não contamos com setores cognitivos muito especializados. A percepção espacial, por exemplo, tem-se argumentado estar na base de representação e de pensamento abstrato, portanto de nossa utilização linguística" (TENUTA de AZEVEDO e LEPESQUEUR, 2011, p. 3).

A autora, em *Linguagem e Moral*, ao pensar os discursos como veiculadores de teorias e práticas, amplia ainda mais a ideia de distribuição: todos os atores são dotados de cognição, o que garante, por sua vez, que os valores sejam tanto alegados quanto compartilhados.

Diante do que foi brevemente exposto, podemos afirmar que o contexto das manifestações pró-*impeachment* representa um ambiente cognitivo: há a presença de agentes humanos, de agentes não humanos e dos pré-discursos que são por eles ativados; todos eles agindo de forma ecológica entre si e de maneira a coconstruírem as produções discursivas.

Desse momento em diante, gostaríamos de retornar brevemente aos enunciados de forma a destacar os pré-discursos que se manifestam em nossos *corpora* para assinalar a demanda pela dimensão ética, a qual é articulada ora sob a forma dos pré-discursos ora sob a forma de enunciados que se encontram associados à articulação entre discurso e pré-discursos.

Ainda que Paveau debata a dimensão ética da linguagem nos metadiscursos e nos acontecimentos jurídicos e midiáticos que são postos em funcionamento por eles, o ambiente cognitivo de uma manifestação política marcada, essencialmente, pela polarização entre setores da sociedade, parece estruturar-se, pelo menos no caso brasileiro, pela requisição por valores que um grupo acusa o outro de ter abandonado ou nunca seguido. Por exemplo, podemos observar que grande parte dos enunciados aqui analisados apresentou quadros coletivos pré-discursivos que flertam com a ideia do que seria um ideal de política e de sociedade de acordo com princípios éticos.

Optamos por trazer tais reflexões após nosso capítulo de análise, pois a abordagem de Paveau em torno da questão moral toma os pré-discursos como um dos atores a compor o ambiente cognitivo e não se restringe, portanto, a essa dimensão exclusivamente, o que poderia acarretar conflitos metodológicos. Além disso, entre a obra de 2015 ((*Linguagem e Moral*) e o livro de 2013a (2006) (*Os pré-discursos*) há uma diferença teórica significativa: a última atribui novo fôlego à AD ao aliar discurso e cognição; aquela, por sua vez, ambiciona mudanças epistemológicas na disciplina linguística.

Por outro lado, por Paveau defender o ambiente cognitivo como estrutura ecológica, conseguimos trazer a questão ética nos pré-discursos aqui identificados: eles mostram a ativação de dados semânticos de ordem ética. E, no contexto da presente pesquisa, devemos levar isso em conta, pois argumentamos que as manifestações pró-

impeachment, ocorridas entre 2014 e 2016, inserem-se em uma discussão axiológica em torno da atuação política no Brasil que se inicia em 2013 e cujos efeitos sentimos até o momento atual, por meio da eleição de Jair Bolsonaro.

Soma-se a isso, também, o fato de Bolsonaro ter trabalhado, em larga escala, seu capital eleitoral nas redes sociais (em especial, no *Twitter* e no *Whatsapp*), o que sugere haver, mais do que nunca, um papel determinante da percepção dos sujeitos no resultado alcançado nas eleições de 2018. Nossa argumentação caminha nesse sentido, pois a *internet* funciona como um ambiente cognitivo que parece valorizar a interpretação dos sujeitos em interação[51], isto é, a possibilidade de transitar em comunidades em que os sujeitos supostamente pensam da mesma forma coloca em destaque a percepção do sujeito e põe em segundo plano as opiniões que seriam científicas.

Não por acaso, vemos, nos últimos anos, *hashtags*, nos *top trends* do *Twitter*, que criticam alguma figura política opositora a Bolsonaro; levantamentos feitos por institutos de pesquisa como o Datafolha do Grupo Folha de São Paulo mostram que, praticamente, se equiparam as postagens feitas por perfis falsos (os chamados robôs) e aquelas feitas por perfis de usuários reais. Isso sugere haver uma preocupação de uma parcela do setor político brasileiro em criar linhas discursivas a partir do impacto que a exposição às *hashtags* e às *fake news* exercem sobre os usuários da internet. Em outras palavras, aposta-se fortemente na percepção dos membros de uma rede social dada.

Dito isto, gostaríamos de analisar os aspectos axiológicos que são mobilizados nos enunciados dos grupos opositores à Dilma Rousseff para mostrarmos que, no interior de um ambiente cognitivo dado, os quadros pré-discursivos coletivos ativam a circulação de aspectos éticos nos sujeitos em interação.

O caminho teórico proposto por Paveau para pensar a relação entre linguagem e moral se debruça sobre os metadiscursos: os sujeitos julgam a justeza de um enunciado aos princípios éticos que deveriam ser observados no momento da produção discursiva. Dessa forma, a abordagem teorizada por Paveau (2015) não recai sobre os pré-discursos, mas o envolve como um dos elementos a compor o ambiente cognitivo. Dito isso,

[51] A *internet* deu voz a uma gama maior de indivíduos que conseguiram fazer veicular suas ideias graças às ferramentas cognitivas que são exploradas em toda a sua potencialidade nos ambientes virtuais. Ainda que não realizemos uma análise do discurso digital, como também propõe Paveau, é importante considerar o peso que a rede internacional de computadores exerce sobre os usos efetivos de linguagem, por isso, inclusive, acreditamos ser os quadros pré-discursos coletivos um conceito potente que permite desdobramentos para pensarmos a relação cada vez mais imbricada entre discurso e *web*.

questionamos: por que trazer uma teoria que se ocupa dos metadiscursos e não dos pré-discursos em si?

Os pré-discursos agem também como agentes transmissores de valores, virtudes e afetos. Em uma perspectiva que associa o discurso à dimensão ética, tem-se a possibilidade de, como argumenta Paveau, considerar um realismo moderado, em que se advoga a favor de um equilíbrio entre uma realidade objetiva e uma realidade representacional; e os quadros pré-discursivos coletivos identificados em nossas análises viabilizam a consideração em torno dessas duas instâncias que se interpenetram. Por exemplo, há um acontecimento midiático e jurídico sobre a atuação de Dilma Rousseff como chefe do executivo no país, porém a forma como os sujeitos se posicionam em torno dessa realidade concreta leva à manifestação de realidades representacionais, em que vemos a manifestação de memórias de grupo, de partilhas semânticas, entre outros pontos.

Como vimos, as filiações discursivas, os mundos partilhados e os organizadores textual-cognitivos são os diferentes eixos teorizados por Paveau para pensar as diferentes formas em que os pré-discursos são articulados nos enunciados pelos sujeitos. Em grande parte deles, vemos a requisição pelos manifestantes de um aspecto moral que, segundo eles, teria sido abandonado pelo governo petista.

É interessante notar que os pré-discursos ativados pelos opositores operam segundo princípios antagônicos: o Brasil produtivo x O Brasil improdutivo, o Brasil conservador x o Brasil desordeiro, Brasil honesto x Brasil corrupto.

Observamos, portanto, por meio desses polos, que os pré-discursos são ativados e articulados em enunciados em que podemos enxergar indícios de uma dimensão ética. Por exemplo, na enunciação patrimonial, vemos enunciados que reforçam um suposto aspecto moral abandonado pelos políticos e pela sociedade brasileira quando os militares se retiraram da vida pública. Devido a isso, emergem construções do tipo "saudades mesmo da época do querido Presidente Médici, *época onde havia ordem nesse país*" ou, ainda, "vulgo Carneira Preta, *o herói nacional de 1964*".

Esses antagonismos (Brasil produtivo x Brasil improdutivo, Brasil conservador x Brasil arruaceiro e Brasil honesto x Brasil corrupto) aproximam-se de um aspecto axiológico, no que se refere à enunciação patrimonial, que fica ainda mais patente ao vermos que os sujeitos evocam, a um só tempo, tanto a figura dos militares (seja como categoria, seja como atributo) quanto o ano de 1964: a época da instauração da ditadura

militar é recordada, segundo a memória dos grupos de extrema-direita, como forma de assinalar uma oposição moral entre o Brasil atual e aquele do passado.

Obedecendo à oposição axiológica arraigada pelo ambiente cognitivo das manifestações, emergem os nomes próprios de países que, mais uma vez, são evocados de forma a preservar os antagonismos previamente assinalados: vemos, de um lado, as repúblicas comunistas (Cuba, China e Rússia) e, do outro, as repúblicas capitalistas (Dinamarca, Suécia e Austrália). A oposição feita pelos sujeitos extrapola a divergência política, isto é, a comunidade de pré-dados dos opositores à Dilma evoca como dado anterior uma dimensão moral inexistente nos países comunistas e atribui critérios éticos positivos às nações capitalistas. Por isso, vemos construções do tipo "Nós não queremos transformar isso aqui no *curral* de Fidel Castro!" para aludir ao primeiro bloco de países, e, por outro lado, construções como "Eu me considero uma pessoa pra frente! Uma pessoa que quer administração *pública de qualidade*! *Uma pessoa que quer acabar com a corrupção, com a tirania e com a mentira*!" para designar o bloco de países capitalistas.

Conforme argumenta Paveau, o nome próprio permite uma visualização privilegiada da dimensão ética nos discursos, na qual podemos verificar ou uma rejeição ou uma reivindicação de um nome próprio dado. Para Paveau, conforme já dissemos anteriormente, o nome próprio "constitui um valor situado exatamente na articulação entre o social e o individual, a honra" (PAVEAU, 2015, p. 260). O processo de assimilação ou de enjeitamento total de um nome dado é acentuado pela invocação de nomes comuns: o sintagma vermelho é evocado para ser repelido (eu tenho orgulho de dizer: eu mudei a história desse país. Eu bani os comunistas desse país! Olha pra trás até o chão tá *vermelho*!), enquanto as cores da bandeira nacional são apeladas como forma de operar, mais uma vez, a oposição entre o comunismo x capitalismo ou países honestos x países corruptos (*nossa* bandeira tem *branco, azul, verde e amarelo. Jamais* terá *vermelho, foice e martelo*).

O apelo a uma dimensão moral por meio dos pré-discursos também fica explícito na filiação discursiva em que temos o apelo à sabedoria coletiva: um dos manifestantes que participava dos atos pró-impeachment em São Paulo evoca a expressão "é melhor ensinar a pescar a dar o peixe", antes, porém, de proferir esta máxima, o sujeito diz que "tá na hora de *moralizar* esse país!", ou seja, vemos que o sujeito defende a perseguição a uma dimensão ética pelo meio político brasileiro. É interessante notar, ainda, como a expressão em si parece veicular como pré-discurso um valor moral: "dar o peixe" é

levar o sujeito à preguiça, ao não comprometimento com os outros e consigo mesmo e, acima de tudo, facilitar a corrupção entre os indivíduos; "ensinar a pescar" é caminhar no sentido contrário disso. O resultado por se ter, segundo o sujeito, optado por "dar o peixe" é ver "uma *horda de desocupados* como os que estavam aqui na sexta-feira, *a troco de 35 pau pra defender um governo*". Temos, portanto, uma denúncia de caráter axiológico que evoca princípios éticos.

Ainda em conformidade com um antagonismo que nos permite entrever um apelo aos pré-discursos, em especial, aos valores por ele veiculados, encontramos a dêixis enciclopédica. Nessa categoria, encontramos a mobilização a pré-discursos por meio dos dêiticos, os quais podem emergir sobre a forma direta (dêixis enciclopédica marcada) ou indireta (dêixis enciclopédica não marcada).

De acordo com o que já foi dito, os dêiticos participam dos enunciados como forma de situar o sujeito de acordo com um arcabouço semântico evocado no momento da enunciação e não para situar o sujeito nesse momento em específico. Isso parece ficar comprovado ao vermos que todos os enunciados, que trazem a dêixis enciclopédica marcada do nosso *corpus*, terem sido proferidos por apoiadores de uma intervenção militar, o que retorna ao nosso argumento inicial: a dimensão ética que os pré-discursos evocam respondem a um ambiente cognitivo que instaura e, ao mesmo tempo, é alimentado por uma instância axiológica, a qual, devido ao contexto de polarização política, fica ainda mais acentuada e fomenta os antagonismos de ordem diversa como a suposta divisão entre um Brasil conservador e um Brasil desordeiro. Essa oposição (de ordem moral, sobretudo, pois se baseia na crença, pelos opositores, de que as leis sociais deixaram de ser observadas) é o que justifica construções como a que vemos abaixo:

"Novamente o poder das Forças Armadas, pra quê? Pra que elas possam novamente trazer a paz para o Brasil, *porque na medida em que você dá liberdade sem ter como conter vira libertinagem*, e é o que virou *hoje*: *não há respeito pela família, não há respeito por instituição alguma, nem à própria presidente, ninguém tem respeito por ela*. Onde já se viu isso? [manifestante em ato realizado em 16/08/2015 na Avenida Atlântica]".

Em que os termos grifados denunciam uma ruptura moral entre o que o Brasil experimentou durante o período de comando das forças armadas e o que vivenciamos após isso. Por isso, ao lado dos dêiticos, aparecem as sentenças "liberdade sem ter como

conter vira *libertinagem*" e "*não há respeito pela família, não há respeito por instituição alguma*".

Por fim, vimos enunciados que evocam pré-discursos que se organizam sob a forma de organizadores textual-cognitivos cujos exemplos, em nosso *corpus*, referem-se à tipologia polêmica e à antítese. Como o nome denuncia, eles aludem diretamente à forma como o pensamento é categorizado. Embora as categorias anteriormente exploradas mostrem a relação entre pré-discursos e a dimensão ética, a espécie dos organizadores textual-cognitivos mostra de forma bastante acentuada a interrelação entre essas duas instâncias, e isso parece comprovar a tese de Paveau: o conhecimento é naturalmente virtuoso ou, em outras palavras, o processo de categorização humana obedece à instância virtuosa, a qual consiste em enunciar em conformidade com o ambiente cognitivo.

Na tipologia polêmica, uma das maneiras pelas quais se manifestam os organizadores textual-cognitivos, temos pré-discursos que evocam uma suposta falta moral dos apoiadores do PT. Com isso, temos enunciados como "vagabundo, drogado, petista!" e "traidor da pátria, arruaceiro e vagabundo" e, ainda, no que se refere ao próprio Partido dos Trabalhadores, encontramos os enunciados que caminham nessa mesma direção: "Nosso foco sempre foi o PT, sempre foi o PT, porque é o partido que levou o Brasil de cabeça pra baixo, *é o partido que infiltra terrorista, é o partido que tá vinculado ao PCC, é o partido que tá vinculado a tudo de podre que tem*".

Essa lista designativa, sobretudo, sinaliza que o processo de categorização é estendido às opiniões e julgamentos. Isso denuncia o fato de nossa cognição ser moldada pelo instrumental das ferramentas cognitivas, ou melhor, de haver uma distribuição entre elas e nosso sistema representacional e mostra, ainda, que encontramos, nessa distribuição, valores. E, reforçamos o que já foi dito anteriormente: há o contínuo entre mente, mundo e linguagem, ou, em outras palavras, entre agentes humanos e não humanos e os próprios pré-discursos.

A antítese, por sua vez, conta com a operação do antagonismo que motivou a reflexão nessa seção do trabalho: a oposição mais genérica (potente, contudo, e pautada, também, em valores morais) em que se evidenciam as diferenças, de acordo com o que pensam os manifestantes, entre nós e eles.[52]

---

[52] VEJAM A DIFERENÇA ENTRE OS MANIFESTANTES LIBERAIS, CONSERVADORES, PATRIOTAS, BRASILEIROS DE CORAÇÃO, ETC. QUE VESTEM ROUPAS VERDE-AMARELA,BANDEIRAS DO BRASIL VERDE-AMARELA E NÃO BANDEIRAS VERMELHAS

É importante destacarmos, assim como faz Paveau, que a dimensão moral aqui assinalada não pode ser tomada a partir de marcas linguísticas concretas: assim como os pré-discursos, a dimensão moral se encontra alojada no discurso, mas sua presença é sugerida por meio dos enunciados e o que permite seu resgate é o fato de os valores existirem de fato em nossa sociedade.

Além disso, é importante levarmos o aspecto moral em consideração, pois ele mostra a relação (a percepção, pode-se dizer) dos sujeitos com o mundo que os cerca e mostra que o ambiente cognitivo estabelece com esses mesmos sujeitos uma espécie de retroalimentação cujo principal traço é seu caráter situado: existe uma convergência de fatores (crise econômica, desgaste da imagem do PT, dificuldade da ex-presidente Dilma Rousseff em criar um meio propício à governança e à governabilidade) que não ocorreram durante os dois primeiros mandatos do ex-presidente Lula, por exemplo. Isso, portanto, corrobora com a ideia de distribuição que Paveau traz à AD: os coconstrutores que levam à formação de linhas discursivas operacionalizam uma distribuição que já se encontra, na verdade, desde o princípio em funcionamento. E essa distribuição assegura, junto à percepção dos sujeitos, o caráter de universalidade dos pré-discursos.

Notamos, com isso, que os enunciados dos grupos opositores à Dilma Rousseff mostram a junção entre as dimensões externas e internas à linguagem, uma vez que aquilo que proferem está em conformidade com o ambiente cognitivo circundante. Soma-se a isso, também, o fato de que a dimensão ética na linguagem opera de forma dupla: autoriza tanto as práticas individuais dos sujeitos (subjetividade), a qual, na verdade, corresponde a uma instância intersubjetiva. As ações individuais dos sujeitos em interação durante os atos pró-*impeachment* estão suscetíveis às críticas, isto é, a uma objetividade, já que os valores evocados pelos pré-discursos, conforme argumenta Paveau, possuem uma existência real.

Entretanto, perguntamos: como falar de uma suposta esfera moral evocada pelos opositores de Dilma Rousseff se os próprios enunciados em análise poderiam motivar acontecimentos discursivos morais? Isto é, os grupos de extrema-direita defendem figuras cuja História já os caracteriza como ditadores (coronel Brilhante Ustra, Presidente Médici) e defendem, por consequência disso, o regime por eles perpetrado e,

---

OU COM A FOICE E MATELO E TAMBEM NÃO TEVE UM ATO DE VANDALISMO OU DE VIOLENCIA, AO CONTRARIO DAS MANIFESTAÇÕES DOS ARRUACEIROS DO PT E DAS ESQUERDAS, QUE GOSTAM DE AMEAÇAR, QUEBRAR BENS PUBLICOS E PRIVADOS. ESSA É DIFERENÇA ENTRE COMO DIRIA LULA: *NÓS E ELES* (sic, grifos nossos).

ainda, acusam seus adversários políticos com ofensas duras (são maconheiros, desocupados, pessoas que se vendem por 35 reais e baderneiros). O que responde a essa suposta incoerência é o fato de o ambiente cognitivo ser situado.

Os opositores à Dilma Rousseff respondem a uma virtude discursiva que é "o conjunto do ambiente" (PAVEAU, 2015, p. 216), há uma simetria em que o sujeito produz seus enunciados em conformidade com a memória discursiva de uma sociedade. Pode-se dizer, ainda, que os sujeitos enunciam de acordo com a memória de um grupo, isto é, com a forma como uma comunidade, por exemplo, se situa mediante um eixo memorial mais amplo: a memória histórica.

Como dissemos, os opositores utilizam como estratégia argumentativa um deslocamento em relação ao projeto político do PT, com isso temos enunciados como "eu nunca acreditei no PT", "eu nunca precisei de esmola de partido", "eu vim de graça", "nosso foco sempre foi o PT, porque é o partido que infiltra terrorista" entre tantos outros exemplos. Portanto, para os membros desses grupos, a virtude discursiva consiste, entre outros pontos, em destacar os valores subjacentes aos agentes (humanos ou não) que integram o espectro político de oposição ao PT.

Como esses sujeitos acreditam haver um golpe comunista ou um desalinhamento total de uma moral política que custará a derrocada do país, o ambiente cognitivo delimita como aceitável os pré-discursos que assinalem essas e outras infrações que eles atribuem ao governo petista e a sua mandatária.

Se o ambiente cognitivo é virtuoso, todos os elementos que o compõem também o são: os agentes humanos e não humanos (tecnologias e categorias discursivas) e os pré-discursos evocados. Todos eles dotados, reciprocamente, de uma virtude.

O revestimento virtuoso sob o qual se encontram submetidos aponta para os princípios da existência (objetividade dos valores e da virtude), da reflexividade (os discursos devem estar em conformidade com os agentes, com o mundo, com a memória discursiva e, adicionaríamos, com a memória de grupo) e da plasticidade axiológica (os valores são mutáveis). A conjunção entre esses atores permite a constituição de um sistema discursivo, cognitivo e ético (PAVEAU, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os (novos?) desdobramentos na AD francesa decorrentes do diálogo entre cognição e discurso

Ao investigarmos os indícios de pré-discursos nos enunciados opositores à Dilma Rousseff e ao PT durante os anos de 2014 a 2016, esperamos ter conseguido operacionalizar a proposta de Paveau e, por isso, ter demonstrado um processo de categorização nas nossas análises discursivas a partir do diálogo entre a AD de vertente francesa e as ciências da cognição, esta última, em especial, sob o modelo da cognição distribuída.

A interlocução proposta por Paveau traz implicações teóricas importantes. Uma delas é a questão do sujeito na AD: questiona-se sobre qual seria o protagonismo do sujeito sob uma perspectiva discursiva. Nosso trabalho, por seguir a esteira de Paveau, se inscreve, inevitavelmente, no interior desse debate.

Embora se possa argumentar que a interpelação ideológica do sujeito não signifique, necessariamente, seu apagamento radical, é forçoso constatar que a hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos proporciona uma discussão rica teoricamente, autorizando, por isso, pensar em um sujeito mais ativo no que se refere à formação das linhagens discursivas. Isso é executável pelo fato de Paveau construir um arcabouço teórico cuja epistemologia está pautada sob o quadro fenomenológico europeu.

A fenomenologia de Husserl e a linha sociocultural da cognição permitem à autora efetuar enriquecimentos teóricos no interior da AD, os quais julgamos ter demonstrado por meio das nossas análises.

Em primeiro lugar, temos a contribuição em torno da noção de memória. Se em Courtine, Foucault e Pêcheux a noção é empregada para fazer jus a uma anterioridade, em Paveau, graças ao esquadrinhamento que desenvolve a partir de Halbwachs, Lecomte e Moirand, vemos a elaboração da ideia de memória cognitivo-discursiva, a qual consiste, dentre outros pontos, em um processo de conhecimento por reconhecimento, o qual pode ter sido deslumbrado nas análises que fizemos sobre a enunciação patrimonial, em especial, em uma de suas formas: o apelo as precursores.

Em seguida, devemos argumentar que, se, a princípio, acreditava-se sobre a inviabilidade entre cognição e história, a hipótese dos pré-discursos mostra ser viável pôr as duas em relação (o que não significa operar uma mistura teórica entre as duas),

pois a teoria de Paveau ergue-se na defesa de um equilíbrio entre internalidade e externalidade (ou linguístico e não-linguístico), o que a leva a propor a noção de linguística simétrica, a qual dá sustentação ao que Paveau designa sob o nome de ambiente cognitivo. Como vimos, a noção atribui um aspecto contínuo entre agentes humanos e não humanos, continuidade que ficou patente ao termos analisado os pré-discursos que se manifestam sob a forma de organizadores textual-cognitivos: a imbricação entre ambos é indiciada ao vermos que os sujeitos enunciam em conformidade com as ferramentas cognitivas ao mesmo tempo em que nestas estão presentes nossas realidades representacionais.

Em terceiro lugar, outra possível contribuição de Paveau à AD está no próprio conceito de ambiente cognitivo. Como vimos em Paveau, a autora não considera satisfatória a noção de contexto; vimos, também, em Courtine, que ele possui algumas ressalvas em relação à noção de condições de produção e à forma como ela é posta em funcionamento por Pêcheux (Courtine argumenta que as CP's parecem apontar tanto para um exercício psíquico do sujeito quanto para uma conjuntura histórica dada). Ao sugerir a existência de um ambiente cognitivo, Paveau executa uma simetria entre realidades linguísticas e extralinguísticas, reduzindo dificuldades que o conceito de contexto ou a noção de CP's podem, em certa medida, ocasionarem.

Portanto, o quadro fenomenológico, a linha sociocultural da cognição, a memória cognitivo-discursiva e a forma como eles são articulados e operacionalizados estão presentes na teoria de Paveau sob o nome de pré-discursos, dos quais acreditamos ter encontrado evidências substanciais.

Porém, devemos reconhecer que a identificação dos pré-discursos nos enunciados dos sujeitos não seja exatamente uma tarefa fácil para o analista por conta, talvez, da relativa novidade da hipótese dos pré-discursos. Então, por que conseguimos encontrar seus vestígios nos enunciados analisados? Creditamos isso ao fato de termos baseado nossa pesquisa no contexto de manifestação. Em períodos como este, é provável que os sujeitos em interação apostem em uma partilha semântica como forma de validar as pautas reivindicadas. Isso, somado ao fato de que tivemos, no período assinalado, uma polarização política intensa, acompanhada de noticiais sobre escândalos de corrupção, pode ter contribuído para que a emergência de pré-discursos fosse mais facilmente verificável do que em outros contextos. Além disso, devemos destacar que grande parte dos enunciados trazidos para análise foi proferida por sujeitos que integram o escopo da

extrema-direita, o que parece corroborar com a hipótese sobre a necessidade de haver uma partilha semântica que autentique as exigências que esse grupo trouxe à baila.

Em decorrência disso, argumentamos que ambientes cognitivos altamente axiológicos facilitam a visualização dos pré-discursos. No caso da extrema-direita, por exemplo, a questão moral fica patente quando os sujeitos rogam auxílio às Forças Armadas para darem início a uma suposta intervenção militar constitucional: os dêiticos, largamente explorados sob a forma de mundos compartilhados, deixam entrever um jogo recíproco entre uma comunidade pré-dados e uma demanda de ordem moral.

Os protestos contra a ex-presidente petista e seu partido trazem à tona outro aspecto que pode ser melhor visualizado sob o conceito dos pré-discursos: a percepção dos sujeitos. É a partir disso, inclusive, que argumentamos serem os pré-discursos um conceito potente, pois oferece desdobramentos no interior da própria AD assim como pode ocasionar eventuais diálogos com outras correntes linguísticas. Por exemplo, a linguística popular, campo ainda incipiente no Brasil, e a análise do discurso digital, também proposta por Paveau.

Sobre a questão da percepção, aproveitamos o espaço para citar alguns breves exemplos. Ao longo das manifestações, vimos grupos que defenderam uma intervenção militar constitucional, baseando suas argumentações nos artigos 142[53] e 144[54] da Constituição Federal. Os dois artigos, constantemente mencionados pelos apoiadores de uma intervenção militar, limitam-se, respectivamente, em subordinar as Forças Armadas à Presidência da República e em descrever os órgãos responsáveis pela manutenção da segurança pública e a "garantia dos poderes constitucionais" (CF, 1988). Em momento algum, fala-se em intervenção militar no documento. Ainda assim, vemos manifestantes recorrendo a esses trechos em específico para balizarem suas argumentações. Ainda que não possamos determinar quais são os fatores que levaram a uma suposta interpretação errônea dos artigos supracitados, é imprescindível notar que essa mesma interpretação fez-se presente nas palavras de ordem dos grupos mais radicais, ganhando inclusive força e funcionando, ao que parece, como *slogan* desses mesmos grupos. Isso corrobora com a necessidade de levar-se em consideração a interação entre os sujeitos e a

[53] "Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem" (CF, 1988).

[54] "Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio" (CF, 1988).

existência de uma comunidade pré-dados sob a qual esses mesmos atores se abrigam: independentemente daquilo que está efetivamente registrado, a percepção do sujeito desempenha um papel fundamental tanto para ativar os pré-dados em circulação quanto para transmiti-lo entre seus pares. Dessa forma, ainda que esteja diante dos artigos em si, é provável que o sujeito o avalie segundo aquilo que já circula em seu grupo ou sociedade.

Atualmente, no panorama político brasileiro, a percepção dos sujeitos em interação continua rendendo ainda bons frutos para uma análise ocupada de uma dimensão cognitiva: Jair Bolsonaro fala recorrentemente em comunismo, ao passo que seu ex-ministro da Educação (A. Weintraub) normalmente estabelece um paralelo entre a atuação de ministros de outros poderes à perseguição nazista contra os judeus na Alemanha de A. Hitler[55]. A oposição, por sua vez, lança mão de termos como golpe, fascismo e ditadura militar.

Porém, é forçoso constatar que alguns desdobramentos teóricos não foram devidamente desenvolvidos ao longo da presente pesquisa e gostaríamos de explorá-los brevemente, associando-os, inclusive, ao que já foi anteriormente argumentado nessa seção.

Como ponto de partida, destacamos a materialidade virtual; o *corpus* de pesquisa foi erguido a partir dos registros feitos em vídeo e postados na plataforma de compartilhamento de vídeos *Youtube* pelos manifestantes pró-*impeachment* e pelas agências de notícia que reportavam os atos favoráveis à destituição de Dilma Rousseff. Apesar disso, não consideramos o funcionamento do espaço digital sob a perspectiva da cognição e nem sob a ótica dos estudos discursivos. Entretanto, esse mesmo ambiente virtual pode contribuir para explorarmos com mais profundidade pontos aqui contemplados: a questão do sujeito, das ferramentas cognitivas e da noção de ambiente cognitivo.

---

[55] As comparações de Weintraub entre Brasil e a Alemanha de 1930 são tão recorrentes que, recentemente, ocasionaram notas de repúdio contra o ministro por ele ter associado a ação da Polícia Federal contra apoiadores de Bolsonaro à Noite dos Cristais (1938). Entre as instituições que se posicionaram contra Weintraub, está a CONIB (Confederação Israelita do Brasil). Ainda que o ministro seja judeu, questiona-se o suposto disparate de sua analogia. De qualquer forma, o questionamento realizado pela CONIB e outras instituições judaicas evidenciam que o termo "nazismo" configura um pré-discurso: ele possui uma carga semântica, histórica, enciclopédica e, por isso, questiona-se sobre uma possível transferência indevida que o termo sofre ao ser deslocado para outros contextos. A transposição do termo e seu reconhecimento como adequado ou não é o que Paveau caracteriza como *des-memória*, e essa operação pode ser aplicada ao pré-discurso por ele ativar, ao lado dos conhecimentos semânticos e históricos, os conteúdos de ordem ética.

Em relação ao sujeito, talvez seja mais adequado tomá-lo, em futuras pesquisas, como um cibersujeito[56] para pensarmos na sua participação ativa no espaço virtual em negociação com os processos de interpelação pelos os quais é impactado nesse mesmo meio. Sobre esse ponto, teríamos a contribuição de G. Adorno (2015) e de C. Dias (2018), os quais exploram, entre outros pontos, os processos de individuação que se desenvolvem, respectivamente, segundo esses autores, por meio do ambiente virtual e dos dispositivos digitais. Em Adorno, esse processo é operado graças às diferentes materialidades significantes[57] (no caso do *Youtube*, essas diferentes materialidades significantes seriam o vídeo, a seção reservada aos comentários, os *links* com recomendações para outros vídeos, entre outros pontos), enquanto que em Dias (2018), o mesmo processo é atribuído ao modo como os dispositivos trabalham a relação tempo e espaço.

O processo de individuação identificado pelos autores supracitados pode, talvez, ser enriquecido se recuperarmos as contribuições que a linha sociocultural da cognição efetua a respeito das ferramentas cognitivas e da suposta existência de uma estrutura cognitiva distribuída entre atores humanos e não-humanos. No que se refere às ferramentas cognitivas, elas devem ser investigadas tendo em mente os textos que são nativos digitais (o tuite, o *post* no facebook, entre tantos outros) e que não se tratam, portanto, apenas de uma readequação dessas mesmas ferramentas ao novo ambiente em que se situam, mas haveria uma forma própria do digital em que elas são exploradas, compartilhadas, tendo em vista, como também propõe Adorno (2015), as condições de produção próprias da *web*. A justificativa para isso reside no fato de que essas ferramentas cognitivas, quando alojadas no âmbito digital, sugerem um acirramento do jogo de crenças e valores dos sujeitos em interação e o posicionamento deles em um campo discursivo dado.

A ideia de cognição distribuída pode também permitir ver que a relação entre os atores humanos e seu instrumental tecnológico não se restringe à sobredeterminação

---

[56] Essa noção é desenvolvida por Dias e refere-se "àquele [sujeito] que é pego pela evidência de que navegar no ciberespaço exige conhecer os recursos técnicos envolvidos nos diferentes sistemas eletrônicos" (DIAS, 2004, p. 49 *apud* ADORNO, 2015, p. 29).

[57] A noção de materialidades significantes é, originalmente, proposta por S. Lagazzi (2009). Em Adorno (2015), o conceito é empregado para analisar a forma como a discursividade se faz presente proporcionando impactos na composição autoral do "eu que se fala" por meio dos *vlogs* do *Youtube*: "As diferentes materialidades significantes reclamam a tomada de uma posição que lide com as *múltiplas contradições sobredeterminadas* para a produção de um efeito de unidade do texto, intimamente ligada com a produção da unidade de um sujeito, *entre as demandas da função-autor e as comandas do efeito-autor*" (*op.cit*, p. 143-144).

deste em relação àquele. As plataformas digitais e os dispositivos tecnológicos são utilizados em ampla escala, pois possuem algoritmos refinados que coletam com precisão as informações que os sujeitos voluntariamente fornecem a elas. Dessa forma, a utilização de um pelo outro se desenha de maneira que esses dispositivos sejam a continuidade da nossa cognição, ao mesmo tempo em que isso só é alcançado porque, de certo modo, esses mesmos recursos são revestidos por uma cognição própria.

Isso nos conduz, novamente, à noção de ambiente cognitivo, a qual também requer, em estudos cuja materialidade seja virtual, a consideração desse ambiente em associação à ideia de ciberespaço[58], contribuindo para que se tome a realidade virtual também como um elemento a compor esse ambiente cognitivo. Por exemplo, em uma sociedade cada vez mais conectada, os acontecimentos discursivos são vítimas de explorações diversas (cancelamento, tuitaço, compartilhamento em *status* do *Facebook* e do *Whatsapp*), as quais, quase sempre, estão relacionadas a metadiscursos que acusam certas produções de não observarem as regras morais impostas pela sociedade.

Com isso, esperamos ter demonstrado que, por meio da hipótese dos quadros pré-discursivos coletivos, a AD enriquece seu arcabouço teórico-metodológico assim como permite desdobramentos teóricos profícuos que podem vir a ocasionar bons diálogos entre a AD e outras disciplinas do ramo da linguística.

[58] "Espaço digital, espaço virtual, ciberespaço, espaço-tempo, espaço de circulação são algumas das designações encontradas em trabalhos que versam sobre as discursividades inscritas no digital, alguns citados no decorrer da pesquisa. De minha parte, trabalho o YouTube também como um espaço, próximo da acepção de Orlandi (2012a). No caso da Analista de Discurso, o interesse é compreender a cidade e o modo como o discurso urbano a atravessa. Não sendo uma questão de empiria ou física, mas relações materiais, considero pertinente me aproximar da autora e compreender o YouTube como um espaço de muitas cores em que posições-sujeito voam dentro, isto é, especificando pela minha pergunta de análise, um espaço constituído por um complexo de gestos de interpretação no encontro de diferentes posições-sujeito8. Um espaço dividido pelas possibilidades de certos gestos circularem e outros não, dependendo do modo como se regionalizam o jogo, a luta e o encontro de posições-sujeito. Em última instância, compreendo o espaço como a materialidade da divisão da circulação das discursividades" (ADORNO, 2015, p. 27).

Referências

ADORNO, G. **Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs.** 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/268931. Acesso em: 09 de setembro de 2020.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

BRASIL, República Federativa. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm 2015>. Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

COURTINE, J.–J. **Análisis del discurso político: el discurso comunista dirigido a los cristianos.** Trad. María del Carmen Saint-Pierre. Langages. n. 62, p. 1 – 47. Disponível em http://www.magarinos.com.ar/courtine.htm. Acesso em 12 abr. 2019.

DIAS, C. **Análise do Discurso Digital:** Sujeito, Espaço, Memória e Arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.

FERRARI, L. **Introdução à Linguística Cognitiva.** 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FILLMORE, C. Frame semantics. *In:* **Linguistic Society of Korea** (ed). Linguistics in the morning calm. Seoul: Hanshin Publishing, 1982b, p. 111 – 137.

FOUCAULT. M. **Arqueologia do Saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GADET, F. HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pecheux. Trad. Bethania S. Mariani [et al.), 3ª ed. — Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

JOHNSON, M. **Image-Schematic Bases of Meaning.** Recherches Sémiotiques, vol. 9, nº 1-2-3, p. -109 – 118, 1989.

HALBWACHS, **A memória coletiva.** Trad. Laurent Léon Schaffter. 2ª ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HUSSERL, E. **Meditações cartesianas:** introdução à fenomenologia. Trad. Frank Oliveira. São Paulo: Madras, 2001.

HUTCHINS, E. **How a Cockpit Remembers Its Speeds.** Cognitive Science. n. 19, p. 265– 288, 1995. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0364021395900209**.** Acesso em: 15/10/2019.

LAKOFF, G. **Woman, fire and dangerous things:** what categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

_____. **Moral politics:** how liberals and conservatives think. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

LECOMTE, A. Comment Einstein raconte comment Newton expliquait la lumière (ou: le rôle de la mémoire interdiscursive dans le processus explicative. **Revue européenne des sciences sociale,** Neuchâtel, v. 19, n. 56, p. 69-93, 1981.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos.** Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____, D. **Ethos, cenografia e incorporação**. In: AMOSSY, R (org.). Imagens de si no discurso. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MATTOSO CÂMARA JR., J. (1970). **Estrutura da Língua Portuguesa**, Petrópolis: Vozes.

MOIRAND, S. Limpossible clture des corpus médiatiques. La mise au jour des observables entre catégorisation et contextualisation. **Tranel (Travaux neuchâtelois de linguistique)** 40, 71-92, 2004.

MUSSALIM. F. **A dimensão discursiva da cognição ou a dimensão cognitiva do discurso.** Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v.60 n.2 p. 400-413 - mai./ago. 2018.

NYCKEES, V. Nyckees Vincent. **Pour une archéologie du sens figuré**. *In*: Langue française, n°113, p. 49-65, 1997.

ORLANDI, E. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

PAVEAU, M. **Os pré-discursos: sentido, memória, cognição.** Trad. Débora Massmann e Graciely Costa. Campinas: Pontes Editores, 2013a.

_____, M. **Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado**. Trad. Jocilene Santana Prado; Eduardo Lopes Piris. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.5, p. 137-161, dez.2013.

_____, M. **L'analyse du discours numérique**: Dictionnaire des formes et des pratiques, Paris: Hermann, 2017.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Trad. Eni Orlandi. 6ª ed. Campinas: Pontes Editores, 1990.

_____, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi (et al). 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da Memória.** Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

RESNICK, L. **Learning in school and out.** Educational Researcher, vol.16, n.9, Dec, 1987, p.13-20. Disponível em: http://links.jstor.org/sici?sici=0013189X%28198712%2916%3A9%3C13%3AT1PALI%3E2.0.CO%3B2-X. Acesso em 14 out. 2019

_____, L. Shared cognition**:** thinking as a social practice. *In*: Resnick, L., Levine, J. Teasley, S. **Perspectives on socially shared cognition.** Washington: American Psychological Association, 1991, p. 1 – 19.

ROSCH, E. Principles of categorization. *In:* Rosch, Eleanor and Lloyd, Barbara B. (ed), **Cognition and categorization.** New Jersey: Hillsdale, 1978, p. 1 – 25.

SEELY, J. COLLINS, A. DUGUID, P. **Situated cognition and the culture of learning.** Educational Researcher**, v**ol.18, n.1, p.32-42, Jan-Feb, 1989. Disponível em: http://links.jstor.org/sici?sici=001389X%28198901%2F02%2918%3A1%3C32%3ASCATCO%3E2.0.CO%3B2-2. Acesso em 04 out. 2019.

SILVA, F. L. **Fenomenologia e Existencialismo**. 2014. (54m59s). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=5sCBjUvwZGA&t=1569s>. Acesso em: 27 jul 2019.

TATAGIBA, L. **Entre as ruas e as instituições**: os protestos e o *impeachment* de Dilma Rousseff. Lusotopie, n. 17, 112 – 135, 2018.

TENUTA DE AZEVEDO, A; LEPESQUEUR, M. **Aspectos da afiliação epistemológica da Linguística Cognitiva à Psicologia da Gestalt**: percepção e linguagem. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 2, p, 65-81, ago.2011. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180658212011000200006&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 29 out. 2019.